

HILÁRIO BARBIAN

CÍRCULO OPERÁRIO E SINDICALISMO EM LUIZ/RS --
1923/46

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

FLORIANÓPOLIS

1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CÍRCULO OPERÁRIO E SINDICALISMO EM LUIZ/RS -

1923/46

POR

HILÁRIO BARBIAN

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre no Curso de
Pós-Graduação em História do Brasil, pela
Comissão formada pelos Professores:

ORIENTADOR:

Prof.Dr. Rufino Porfírio Almeida

Prof.Dr. Walter Frantz

Prof.Dr. Walter Fernando Piazza

FLORIANÓPOLIS, SETEMBRO DE 1991.

À Lúcia, Leandro e Roseane, que além de esposa e filhos, foram os mais próximos incentivadores desta dissertação. Com vocês a vida torna-se atraente, alegre e feliz.

Ao "Terceirinho", concebido com amor,
que deixando de nos acompanhar aos
quatro meses de gestação, em inícios
de setembro de 1991, foi motivo de
alegria e estímulo enquanto esteve no
ventre de sua mãe.

"In memoriam"

JOÃO AGOSTINI

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Silvério e Norma Barbian, por esta aventura maravilhosa que se chama vida.

À CAPES/PICD, pela concessão da bolsa de estudo, sem a qual não seria possível a realização do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil na UFSC e esta dissertação.

Ao Prof.Dr. Rufino Porfírio Almeida, pela eficiente orientação deste trabalho, sempre atendendo-nos com presteza.

Aos demais Professores do Curso de Pós-Graduação de História do Brasil da UFSC, pelos conhecimentos recebidos e tratamento dispensado.

À Secretária do Curso de Pós-Graduação em História na UFSC, Ana Lúcia Pereira do Amaral, pelo atendimento exemplar.

Ao Magnífico Reitor da UNIJUÍ, Prof.Dr. Telmo Rudi Frantz e aos Pró-Reitores, em especial, ao Prof. Sérgio Luís Allebrandt, pelo incentivo e ajuda.

Ao Chefe do Departamento de Ciências Sociais, Prof. Leonardo Dirceu Azambuja e aos demais colegas Professores, pelas discussões, estímulo e amizade.

Aos alunos da UNIJUÍ, em especial, dos Cursos de História e Geografia, que com seus questionamentos e preocupações, contribuíram para a formação intelectual deste Professor.

Ao Prof.Doutorando João Carlos Cavalcante da Silveira, pela tradução do resumo.

Aos funcionários da UNIJUÍ, em especial ao "Alemão" e Lourdes Dahmer, pela eficiente colaboração e amizade.

À Chefe da Biblioteca Central da UNIJUÍ, Nelcy Kegler e bibliotecárias, pela eficiente colaboração.

À Diretora Leonilda Maria Preissler e funcionários do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), pela colaboração, apoio e acesso à documentação.

À Professora Maria Helena Abraão, que nos idos de 1974 proporcionou condições para que este Professor continuasse seus estudos.

À Professora Regina Weber, pela leitura e crítica de parte desta dissertação.

Aos Professores René E. Gertz e Antônio David Cattani, pelas discussões, apoio e amizade.

À família de João Agostini, em especial a sua esposa Elza e aos filhos Celso e Lizane, pelas informações e presteza com que sempre nos atenderam.

Aos atuais Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores: Antônio Machado (Ceará), Arno Feigel, João Remi Soares, Adão Ribeiro, Adair Bombardieri e Adir Busatta Dalbem e demais Presidentes, pela presteza com que colaboraram abrindo os arquivos de seus respectivos Sindicatos.

Aos ex-Presidentes de Sindicatos Alfonso Bruno Sausen e Irani Ribas, pelas discussões sobre a atuação sindical, esclarecendo muitos pontos.

Aos dirigentes sindicais, trabalhadores e Jornalistas, todos arrolados nas Fontes, por concederem entrevistas sobre o período pesquisado.

Ao Pe. Luiz, ex-Pároco da Paróquia Nossa Senhora da Natividade de Ijuí, pelo acesso à documentação circulista do período abrangido pela pesquisa.

À Delegacia Regional do Trabalho (DRT), de Porto Alegre, pelo acesso à documentação.

Aos amigos e vizinhos do Bairro Costeira do Pirajubaé, de Florianópolis, que em dois anos de convívio fraternal e sincero, mostraram o quanto a vida é bonita e cuja lembrança não mais se apagará de nossa memória.

Aos amigos e colegas de Curso Roselys Vellozo Roderjan, Francisco Estigarribia de Freitas e esposa Eloni, élio C. Serpa e esposa Consuelo, pela profunda amizade e bons momentos que passamos juntos.

Aos compadres Ivanor Colombo, Milton Wittmann, Floriano Dornelles, Vilson Sauer, João Nadir Menezes Gonçalves e famílias, pela amizade e pelos churrascos.

À vizinha Olga Pereira da Cunha, pela deferência que nos permitiu discutir seguidamente questões atinentes à dissertação com o Orientador.

Aos amigos e vizinhos do Conjunto Residencial Bela Vista, em Ijuí, pela amizade, pela solidariedade, pelos chimarrões e pelos papos.

À Professora Iracema Sausen Schirmer, pelo difícil encargo da correção dos originais.

Ao Marlo Jorge da Costa e Cleunice Kaemmerer Brandenburg, que de datilógrafos eficientes passaram a leais amigos, certos de que juntos serão felizes.

À Dra. Ilse Krüger (fisioterapeuta), que muito nos ajudou na recuperação da paralisia facial periférica, adquirida em virtude da preocupação com este trabalho.

Aos amiguinhos Elise Bauer Dias, Marcelo Leves da Costa, Maíra Antonello, Mariane Wittmann, Daiane Colombo,

pelos sorrisos e abraços ao "tio Hilário", reluzindo vida e esperança, assim colaborando na feitura desta dissertação.

A todos quantos de uma forma ou outra colaboraram apenas duas palavras: MUITO OBRIGADO.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	xvi
LISTA DE ABREVIATURAS	xvii
RESUMO	xix
ABSTRACT	xxi
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>1. CONTEXTUALIZAÇÃO DE IJUÍ/RS</u>	31
1.1 - A Ocupação do Planalto Rio-Grandense	31
1.2 - A Colonização	34
1.3 - A Criação do Município	51
1.4 - A Infra-Estrutura	54
1.4.1 - A Estrada de Ferro	54
1.4.2 - A "Uzina Hydro-Elétrica Municipal"	56
1.5 - O Desenvolvimento Econômico	66
1.6 - A Organização das Classes Empregadoras	81
1.6.1 - A Associação Comercial de Ijuí	81
1.6.2 - O Centro Industrial Ijuicense	84
<u>2. PRIMÓRDIOS DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES</u>	88
2.1 - A Procedência dos Trabalhadores	88
2.2 - O Anarquista Friedrich Kniestedt	90
2.3 - A "União dos Empregados do Comércio de Ijuhy"	92

2.4 - O "Sindicato dos Empregados do Comércio de Ijuí.	98
2.5 - A Campanha de Sindicalização do Correio Serrano.	100
2.6 - O Sindicato dos Operários de Ijuí	105
2.7 - O Sindicato dos Empregados da Indústria e Comércio	108
2.8 - A Perseguição aos Dirigentes Sindicais Indus- triários	114
2.9 - O Círculo Operário de Ijuí	124
<u>3. ESTRUTURAÇÃO DOS ATUAIS SINDICATOS</u>	136
3.1 - A Legislação Trabalhista e Sindical	136
3.2 - A Fundação dos "Sindicatos de Profissão"	146
3.3 - O Reconhecimento dos Sindicatos	152
3.4 - A Adaptação dos Sindicatos ao Decreto-Lei Nº 1.402	157
3.5 - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Ijuí.	174
3.6 - A Atuação de João Agostini	182
3.6.1 - Dados Pessoais	182
3.6.2 - Atuação Sindical	187
3.6.3 - Atuação Circulista	195
3.6.4 - Atuação no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	198
<u>4. ATUAÇÃO DOS SINDICATOS</u>	207
4.1 - A Atuação dos Sindicatos dos Industriários	207

4.1.1 - A Quase Ausência de Lutas Salariais ...	208
4.1.2 - O Assistencialismo Dentário e Médico ..	226
4.2 - A Atuação do Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí	234
4.2.1 - O Horário de Trabalho e Redução da Jornada	234
4.2.2 - A Ausência da Luta Salarial	262
4.2.3 - O Assistencialismo Dentário e Médico ..	268
4.3 - A Atuação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários de Ijuí	274
4.3.1 - A Luta Salarial	276
4.3.2 - A Mutualidade dos Funcionários Bancários	283

5. PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ATIVIDADE SINDICAL

<u>E CIRCULISTA</u>	286
5.1 - A Pressão para a Filiação aos Sindicatos	286
5.2 - A Participação no Sindicato dos Empregados da Indústria e Comércio (SEIC)	289
5.3 - A Participação no Círculo Operário de Ijuí (COI)	293
5.4 - A Participação no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ijuí (STIMMEI)	299
5.5 - A Participação no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Ijuí (STIAI) ..	303
5.6 - A Participação no Sindicato dos Trabalhadores	

nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ijuí (STICMI)	306
5.7 - A Participação no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Ijuí (STICI) ...	310
5.8 - A Participação no Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí (SECI)	313
5.9 - A Participação no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ijuí (SEEBI) .	318
5.10 - Representatividade Sindical Ijuicense e Nacional	321
5.11 - A Reação dos Trabalhadores	324
<u>CONCLUSÃO</u>	331
<u>FONTES</u>	334

LISTA DE QUADROS

1. Número e potência dos motores movidos pela Usina Municipal do Rio Potiribu - 1923/36	64
2. Horário de trabalho dos comerciários urbanos de Ijuí/RS - 1927/49	256
3. Jornada diária e semanal de trabalho dos comerciários urbanos de Ijuí/RS - 1928/49	258
4. Presenças nas Assembléias do SEIC - 1935/37	291
5. Presenças nas Assembléias do COI - 1936/46	297
6. Assembléias Gerais e Reuniões de Diretoria do COI - 1936/46	298
7. Quadro social e presenças nas Assembléias do STIMMEI - 1941/46	301
8. Presenças nas Assembléias do STIAI - JAN/OUT DE 1950	305
9. Presenças nas Assembléias do STICMI - 1949/50	309
10. Presenças nas Assembléias do STICI - 1946/53	312
11. Quadro Social e presenças nas Assembléias do SECI - 1939/50	315
12. Quadro social e presenças nas Assembléias do SEEBI - 1937/40	319
13. Presenças nas Assembléias do SEEBI - Jun/1956 a Jul/1957	320

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACI - Associação Comercial de Ijuí
- AHRGS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- APTICI - Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Ijuí
- ANL - Aliança Nacional Libertadora
- COC - Círculo Operário Cachoeirense (Cachoeira do Sul/RS)
- COI - Círculo Operário de Ijuí
- CS - Correio Serrano
- DAS - Divisão de Assuntos Sindicais da DRT.
- DRT - Delegacia Regional do Trabalho
- FIDENE - Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
- FSRS - Frigorífico Serrano de Rosalvo Scherer
- FSSA - Frigorífico Serrano Sociedade Anônima
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IMI - Intendência Municipal de Ijuí
- IMI/PMI - Intendência Municipal de Ijuí/Prefeitura Municipal de Ijuí
- ITR - Inspetoria Regional do Trabalho
- JM - Jornal da Manhã
- MADP - Museu Antropológico "Diretor Pestana"
- MTIC - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

- PMI - Prefeitura Municipal de Ijuí
- PNSNI - Paróquia Nossa Senhora da Natividade de Ijuí
- Rs - Réis
- SECI - Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí
- SEEBI - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ijuí
- SEIC - Sindicato dos Empregados da Indústria e Comércio
- STIAI - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Ijuí
- SYICI - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Ijuí
- STIMMEI - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ijuí
- UECI - União dos Empregados do Comércio de Ijuí
- UNIJUÍ - Universidade de Ijuí

RESUMO

A crise do capitalismo liberal, entre a 1^ª e 2^ª Guerra Mundial, teve como consequência um grande embate político/ideológico. Para solucionar esta crise, duas propostas apresentam-se: a reafirmação da via capitalista ou a adoção da via socialista/comunista, ambas com a presença do Estado na economia e nas relações sociais.

Esta dissertação tem por objetivo estudar de como, a partir de 1935, a Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, apoiando a ação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, proporcionou condições para a organização sindical/corporativa dos trabalhadores em Ijuí/RS.

Esta organização teve a finalidade de preservar os trabalhadores de Ijuí/RS da influência socialista/comunista, sob a égide da Igreja Católica com a sua doutrina social baseada nas Encíclicas "RERUM NOVARUM" e "QUADRAGESIMO ANNO".

Os sindicatos surgidos nestas condições caracterizaram-se por uma atuação que não extrapolou o campo legal, pela harmonia de classes, pela quase ausência de luta salarial, por um assistencialismo (principalmente dentário e médico) e pelo anti-comunismo.

Em termos de representatividade, estes sindicatos conseguiram associar, em média, 20% de suas categorias

(exceção apenas para comerciários, com 50%). Estes sindicatos tiveram uma vida sindical efetiva em torno de 10% das categorias que representavam.

ABSTRACT

The crisis of liberal capitalism between World Wars I and II had as consequence a great political and ideological clash. To solve this crisis two proposals introduced themselves : the reassertion of the capitalist way or the adoption of the socialist-communist way, both with the presence of the State in the economy and in the social relations.

This dissertation has as objective studying how, since 1935, the Roman Catholic Apostolic Church in Brazil supporting the action of the Ministry of Labor, Industry and Commerce, provided the conditions for the unionist-corporative organization of the workers in Ijuí.

This organization had the goal of preserving the workers of Ijuí RS from the socialist-communist influence, under the aegis of the Catholic Church with its social doctrine based upon the Encyclics "RERUM NOVARUM" and "QUADRAGESIMO ANNO".

The workers unions created under these conditions characterized themselves by an action that didn't extrapolate the legal frame, by the almost total absence of

struggle for better wages, by an assistencialism (mainly dental and medical) and by anti-communism.

In terms of representativeness these workers unions got to associate, in average, twenty per cent of its categories (except the commerce workers with fifty per cent). These unions had an effective unionist life of ten per cent of the categories they represented.

INTRODUÇÃO

A dissertação "CÍRCULO OPERÁRIO E SINDICALISMO EM IJUÍ/RS - 1923/46" não pode ser apresentada como algo desvinculado da realidade mundial e nacional, tendo em vista a grave crise do capitalismo liberal entre o período da 1ª e 2ª Guerra Mundial e a conseqüente alteração da política dominante iniciada na Europa a partir da década de vinte.

A nível mundial, este período caracterizou-se pelo declínio progressivo do liberalismo econômico e político e pela gradativa ascensão de doutrinas de caráter autoritário, tendo por objetivo garantir a manutenção do poder nas mãos das classes dominantes, na Europa, com a finalidade de proporcionar a continuidade da acumulação capitalista.

Geralmente, a ascensão de movimentos de caráter autoritário tem sua explicação baseada em quatro raízes fundamentais:(1)

1. As crises econômicas do pós-guerra geraram uma enorme massa de desempregados que passaram a procurar soluções em extremos políticos de direita e de esquerda, ambos desprovidos de qualquer caráter democrático;

(1) FRANCO JUNIOR, Hilário & CHACON, Paulo Pan. História econômica geral e do Brasil. São Paulo, Atlas, 1980, p.315.

2. A crise econômica provocou a proletarianização da pequena burguesia, que por sua vez era muito influenciada pelos ex-combatentes de guerra que voltavam com ideologias militaristas e nacionalistas;
3. Animados pela recente vitória dos bolcheviques na União Soviética (1917), ascenderam com redobrado vigor os partidos e movimentos sociais de esquerda, que punham em risco a própria existência do sistema capitalista, através de uma luta de classe cuja violência foi julgada intolerável pelas classes dominantes e,
4. O aumento da exploração sobre os trabalhadores, medida com que a classe capitalista quis fazer frente à redução dos seus lucros.

A crise econômica chegou ao ápice com a "Grande Derrocada" de outubro de 1929 e a "Grande Depressão" (1929/45), foi seu reflexo, provocando uma série de reações em cadeia, demonstrando que toda a economia capitalista estava extremamente debilitada.

Dentro deste quadro

se a Grande Depressão abalou a confiança no capitalismo liberal, nos países de fraca tradição democrática passou-se a ver num governo forte a solução para a crise. De fato, por se identificar as instituições democráticas com o capitalismo liberal, o

fracasso deste significou o fracasso daquelas, abrindo-se assim, o caminho para várias formas de autoritarismo.(2)

Assim, a década de 1930 era o ponto mais alto da crise das ideologias liberais e democráticas e, ao mesmo tempo, a implantação das idéias e valores autoritários na Europa, tanto de direita quanto de esquerda.

Desta forma, o fascismo e suas variantes foram a via escolhida para garantia da manutenção do sistema capitalista baseado no intervencionismo, no autoritarismo e no nacionalismo.

Esta era a resposta das classes dominantes européias, que já detinham o poder, diante da alternativa socialista/comunista, que igualmente se apresentava, dado ao alto grau de embate entre as classes.

Nos Estados Unidos, a crise econômica provocou o chamado neoliberalismo que se consubstanciou numa intervenção mais tênue do estado na economia, principalmente a partir da eleição de Franklin Delano Roosevelt, do Partido Democrata, em 1932, porém, sem alteração na vida política do país, que continuou a viver sob o regime democrático.

A nível nacional, os reflexos da "Grande Derrocada" de 1929 juntavam-se a uma crise que vinha acentuando-se

(2) FRANCO JUNIOR, Hilário & CHACON, Paulo Pan. p. 315.

desde os anos vinte e que podia ser decomposta em três dimensões:(3)

1. Econômica: lenta e gradual decadência dos negócios da agro-exportação do café que já estava alicerçado numa política de valorização, que por si só acusava a anomalia desta que, com a crise de 1929, acelerou-se;
2. Política: esta desdobrava-se no acirramento das dissidências intra-oligárquicas e no levantamento em armas da jovem oficialidade contra a ordem prevalecente e,
3. Social: início da organização político-ideológica das chamadas classes subalternas, especialmente o proletariado, que passava a postular uma estruturação alternativa para a sociedade, sem falar do banditismo rural que por si acusava a obsolência do sistema vigente.

A junção destas crises resultou na vitória das frações de classes integrantes da Aliança Liberal, cujo movimento armado e golpista denominou-se "Revolução de 1930".

Com a posse de Getúlio Vargas no Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930, apresentou-se o primeiro problema e que não teve solução nos anos subsequentes:

(3) VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1978, p. 87.

Contudo, dentro ou fora da coligação vencedora em 1930, nenhuma força é muito forte para submeter às demais, nem também demasiado fraca para se contentar com sua submissão.(4)

A não hegemonia de uma classe integrante da Revolução de 1930 fez constituir o chamado "estado de compromisso". Este era integrado, dentre os vitoriosos, por "grupos oligárquicos, classe média, proletariado e oligarquia militar" na definição de Boris Fausto(5) ou pelas "novas forças em ascensão - getulistas, tenentistas, integralistas, comunistas, aliancistas" - na definição de Leôncio Martins Rodrigues.(6)

Se na Europa o avanço das ideologias autoritárias era a expressão de antigas classes visando manterem suas posições, no Brasil as ideologias autoritárias tiveram uma dimensão anti-oligárquica e seus avanços estavam vinculados à emergência de novos grupos sociais e forças políticas que as usaram para um projeto de modernização da sociedade e reorganização do aparelho estatal.(7)

Apesar das profundas divergências das forças políticas vencedoras em 1930, houve diversos pontos comuns

(4) VIANNA, Luiz Werneck. p. 111.

(5) FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 102, 103.

(6) RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 3.ed. São Paulo, Difel, 1986, p. 517. (O Brasil Republicano. 1937-1930, v.3)

(7) _____, p. 516, 517.

que uniram ambas as correntes. Dentre estes podem ser mencionadas:⁽⁸⁾

1. Rejeição à liberal-democracia, ao pluripartidarismo, ao capitalismo competitivo, ao cosmopolismo;
2. Todos posicionavam-se por um Estado forte com funções tutelares sobre a sociedade, sobre as classes sociais e sobre o sistema econômico;
3. Mesmo ocupando posições diferentes dentro de um mesmo universo ideológico, ambas as correntes políticas caracterizavam-se pelo autoritarismo, pelo nacionalismo e pelo intervencionismo e,
4. Todas as correntes políticas tiveram profundo desprezo pela democracia e por isso não estavam preocupadas com seu aperfeiçoamento. Ao contrário, todas queriam chegar ao poder pelo golpe ou levante armado ou "putsch" militar.

Seguindo o pensamento de Bolívar Lamounier, todas estas correntes podem ser definidas como "ideologias de Estado":

... a transformação do pensamento político no período considerado deve ser entendida basicamente como a formação de um sistema

(8) RODRIGUES, Leôncio Martins. p. 517.

ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade.(9)

Ainda que houvessem pontos comuns quanto ao caráter do regime político entre as diversas correntes (suspensão da liberal-democracia e estímulo a um Estado forte), o mesmo não aconteceu quanto ao caráter do sistema econômico (capitalismo ou socialismo/comunismo), onde as mesmas dividiam-se tomando caminhos diametralmente opostos.

Esta era a principal questão - capitalismo ou socialismo/comunismo - que se colocava no horizonte político até meados da década de trinta. As correntes concordavam com a intervenção do Estado na economia e nas relações sociais. O que era o ponto de divisão desta intervenção era a sua finalidade. Além disso, uma alternativa excluía a outra.

Dáí a extrema polarização política que se viveu até a implantação do Estado Novo, cujos pontos extremos, à direita, eram assumidos pelos integrantes da Ação Integralista Brasileira e, à esquerda, pelos integrantes do Partido Comunista Brasileiro.

Geralmente, não se dá atenção a esta crucial questão (capitalismo ou socialismo/comunismo) devido ao fato dos que propunham a reafirmação da via capitalista para a solução da crise, terem sido os vencedores.

(9) LAHOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 3.ed. São Paulo, Difel, 1985, p. 356. (O Brasil Republicano 1897-1930, v. 2)

Que a questão era mais grave do que tradicionalmente é colocada, disto não restam dúvidas. Provam-na o amplo e maciço apoio dos setores populares à Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935, cuja iniciativa foi proposta pelo Partido Comunista Brasileiro com caráter de Frente Popular, a exemplo do que aconteceu na Europa, com o claro objetivo de combater setores direitistas e fascistas e propugnar pela instauração da sociedade socialista/comunista no Brasil.

A dimensão deste movimento de massas é igualmente comprovado, com a declaração da sua ilegalidade, em julho de 1935, pelo Governo de Getúlio Vargas. Não fosse a sua força política que chegava a ameaçar o "status quo", não teria sido necessário a tomada desta medida extrema, nem teria sido necessário a elaboração da Lei de Segurança Nacional em abril de 1935.

Ainda assim, espelhando a visão golpista e desprezando um maior apoio popular, integrantes militares do Partido Comunista Brasileiro chegaram a promover a chamada "Intentona Comunista", em novembro de 1935, que sendo vencida, afastou definitivamente do horizonte político a via socialista/comunista como solução para erradicação da crise.

Recuperando a interpretação de Boris Fausto de que o movimento de 1930 foi promovido "pela articulação de grupos oligárquicos, classe média e proletariado e oligarquia militar" e a constatação de Luiz Werneck Vianna de que

nenhuma força era o suficiente forte para submeter as demais, nem suficientemente fraca para submeter-se, tem-se uma conjuntura subsequente à vitória da Aliança Liberal (1930) com uma imediata e extrema polarização política.

Diante deste quadro, Getúlio Vargas tratou de dar imediato tratamento à "questão social", tentando, de um lado, neutralizar e aniquilar as lideranças proletárias mais aguerridas (comunistas e anarquistas) e, de outro, cooptar as lideranças trabalhistas, cuja corrente já existia no meio operário.

Neste sentido, a primeira medida foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), através do Decreto-Lei Nº 19.433, de 26 de novembro de 1930. Atente-se para a rapidez com que a medida foi tomada e para a composição do nome do Ministério, onde a "questão social" precede à indústria e ao comércio.

Não é sem outra razão que o órgão passou imediatamente a ser conhecido como o "Ministério da Revolução", na definição de Lindolfo Collor, primeiro Ministro do MTIC. Leôncio Martins Rodrigues reconhece que

... a orientação mais radical e inovadora do novo governo corresponde ao plano da organização sindical propriamente.(10)

Nesta linha, o Governo Provisório de Getúlio Vargas editava em 19 de março de 1931 o Decreto-Lei Nº 19.770, de

(10) RODRIGUES, Leôncio Martins. p. 512.

21 artigos, que regulava a "sindicalização das classes patronais e operárias". Começava a partir daí a incorporação do Sindicato ao Estado e às leis da República, como mencionava o primeiro Ministro do MTIC na exposição de motivos que acompanhava o referido Decreto, que também previa a unicidade sindical.

O fato do Decreto-Lei instituir o sindicato corporativo (11) num período caracterizado como semi-liberal ou semi-constitucional (1930/34), espelha mais uma vez que a "questão social" deveria ser tratada de uma ou outra forma. O que não podia era ser postergada.

E a solução possível neste momento, dado a não hegemonia de determinada força e ao alto grau de polarização política, deu-se através do Sindicato Corporativo que

... deveria ser visto como uma resposta de ocasião a pressões conjunturais determinadas, sem configurar por si mesmo uma reorientação no sistema da ordem inclusiva. O corporativismo se limitaria a: a) coordenação da intervenção do governo no sistema produtivo, a fim de contornar a crise econômica; b) adequação à ideologia outubrista; c) garantir a "paz social" no setor urbano-industrial, controlando politicamente a classe operária, cujo

(11) O corporativismo pode ser definido "como doutrina que propugna a organização da coletividade, baseado na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações): Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralidade da luta de classes no plano político". Apud, DIEHL, Astor Antônio. Círculos operários no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1990, p. 84, 85.

potencial desagregador poderia ameaçar o equilíbrio instável reinante nas classes dominantes.(12)

Desta forma, consegue-se perfeitamente entender que

o caráter excludente do sistema político é dissimulado na fórmula corporativa, abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado. Elimina-se ou rebaixa-se a cota de livre movimentação dos grupos sociais na sociedade civil. (...) A legislação sindical, ao invés de procurar cortar o passo da crescente organização dos assalariados, buscará orientá-la para dentro do aparelho estatal.(13)

A resposta ao sindicato corporativo residiu no fato de que pouco menos de 300 Sindicatos de Trabalhadores da indústria da transformação vincularam-se ao MTIC nos quatro anos de vigência do Decreto-Lei Nº 19.770. E destes 75% eram de Sindicatos de fora do eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Os dados mostram uma resistência ao sindicato corporativo que acentuava-se nas regiões mais industrializadas e que era praticamente inexistente nas demais regiões.(14)

Em 12 de julho de 1934 foi editado o Decreto-Lei Nº 24.694, de 42 artigos, que dispunha "sobre os sindicatos profissionais", que embora concedendo um pouco mais de autonomia às associações, apenas alinhava-se à Constituição liberal-corporativa.

(12) VIANNA, Luiz Werneck. p. 123.

(13) ____, p. 135.

(14) ____, p. 142, 143.

De acordo com este mesmo Decreto-Lei, a maior modificação foi a introdução da pluralidade sindical que teoricamente possibilitava a formação de três sindicatos, porém, na prática apenas dois poderiam constituir-se à medida que um tivesse um pouco mais de um terço dos empregados da categoria.

Este mecanismo era o cumprimento do artigo 120 da Constituição de 1934, ainda que a contra-gosto dos técnicos do MTIC.

Em termos de aceitação do sindicato corporativo previsto pelo Decreto-Lei Nº 24.694, tem-se a continuidade da tendência anterior: a formação de Sindicatos de Trabalhadores fora do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, regiões menos industrializadas. Durante a vigência do Decreto foram reconhecidos pelo MTIC 952 Sindicatos de Trabalhadores.(15)

Porém, da vigência do Decreto-Lei até o final de 1935 - período caracterizado pelo interregno liberal e o conseqüente ascenso da ANL - foram reconhecidos pelo MTIC apenas 73 Sindicatos de Trabalhadores.(16)

A estrutura corporativa (...) demonstrará ainda maior debilidade diante de um operariado organizado autonomamente. A constituição da Aliança Nacional Libertadora coincidirá com um brusco enfraquecimento institucional do sindicalismo oficialista,

(15) RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. Coleção Corpo e Alma. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, p. 120.

(16) _____, p. 124.

verificando-se no país, em 1935, um decréscimo de 73% nas organizações sindicais reconhecidas.

.....

No ano seguinte ao levante da ANL, as repercussões se fazem sentir em escala nacional, aumentando em 55% o número de sindicatos reconhecidos.(17)

Diante do perigo representado pela ANL e da "Intentona" às classes dominantes, com a tentativa da instauração da sociedade socialista/comunista, fez-se a reinterpretação do Decreto-Lei Nº 24.694 e do artigo 120 subordinando-os ao espírito corporativo da Constituição de 1934, para, com isso, legitimar a repressão aos sindicatos autônomos, que por esta condição, segundo a ótica dominante, teimavam em querer alterar o "status quo".

Desta forma, entende-se a conhecida expressão de que o Estado Novo para os trabalhadores começou, na prática, em 1935, ocasião em que deixou de apresentar-se a alternativa socialista/comunista como solução para a crise brasileira.

Fechados os sindicatos autônomos, presas suas lideranças, ampliado o consenso antiliberal, de 1935 a 1937, o Estado Novo aguarda apenas o momento da sua consagração constitucional, constituindo-se numa realidade de fato, a partir da desmobilização pela violência das classes subalternas e sua inclusão no interior da ordem corporativa.(18)

(17) VIANNA, Luiz Werneck. p. 145.

(18) _____, p. 203.

O golpe do Estado Novo feito por Getúlio Vargas a 10 de novembro de 1937, quando era outorgada a Constituição, que em seu artigo 140, previa a organização da economia da produção em corporações e estas colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, do qual eram órgãos com funções delegadas pelo Poder Público.

A explicitação deste artigo e o N° 138, que regulava a vida sindical, consubstanciou-se no Decreto-Lei N° 1.402, de 5 de julho de 1939, tendo 59 artigos, que dispunham sobre a regularização da "associação em Sindicato".

Este decreto-lei fixou os pontos básicos do padrão de organização sindical e de relações profissionais que, com alterações, permaneceria em vigor ... A nova legislação restabelecia a unicidade sindical, não sendo reconhecido mais de um sindicato por profissão numa mesma localidade. Ao Ministério do Trabalho cabia a concessão de cartas de reconhecimento aos sindicatos. Além disso, estabelecia pormenorizadamente o seu modo de funcionamento. Como explicou a comissão elaboradora do novo projeto, a partir de então os sindicatos deveriam "gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão".(19)

A resposta dos trabalhadores ao Decreto-Lei foi o gradativo abandono do sindicato corporativo, segundo dados que dizem respeito ao centro do país (São Paulo e Rio de Janeiro).(20)

(19) RODRIGUES, Leôncio Martins. p. 521.

(20) VIANNA, Luiz Werneck. p. 227,228,229.

Vazios, os sindicatos não poderiam cumprir o papel de elos intermediários entre o poder e as classes subalternas, que permaneceriam à deriva em perigosa disponibilidade.(21)

Diante da tendência do desmoronamento da estrutura corporativa, o Governo instituiu o Decreto-Lei Nº 2.377, de 8 de julho de 1940, que dispunha "sobre o pagamento e arrecadação das contribuições devidas aos sindicatos pelos que participam das categorias econômicas ou profissionais".

Com o imposto sindical, os sindicatos se transformam em verdadeiras sucursais do poder público deixando de ser associações civis com mera delegação do Estado.

.....

A obra se completava. Os assalariados financiavam o conjunto de instituições que inibiam sua liberdade e os mantinham sob a dominação política do Estado.(22)

Com o imposto sindical a lhes garantir a subsistência financeira percebeu-se o início de

... uma tendência contínua de crescimento da organização sindical, tanto no seu número como na quantidade de inscrições. O incentivo do imposto sindical foi responsável pela maior parte do crescimento das organizações. De 1941 a 1947 o aumento do número de sindicatos foi duas vezes e meia, sendo pouco expressivo o aumento na Guanabara e em São Paulo, revelando um espraiamento do sindicato por todo o território nacional, em prosseguimento à tendência notada no final da década de trinta.(23)

(21) VIANNA, Luiz Werneck. p.227.

(22) _____, p.233.

(23) RODRIGUES, José Albertino. p. 130.

Como observa-se, desde 1931, o espaço de atuação dos trabalhadores ficou cada vez mais restrito a ponto de estarem completamente subjugados ao Estado.

O Estado Varguista também fez-se presente de forma rápida e drástica, como consequência da adoção da fórmula corporativa, envolvendo até então a problematizada relação Capital-Trabalho. Daí resultou uma vigorosa Legislação Trabalhista.

Preenchendo um enorme vácuo na regulamentação da questão Capital-Trabalho, entre o período de 1931 a 1940, o Governo normatizou: carteiras profissionais, convenções coletivas de trabalho, nacionalização do trabalho (lei dos dois terços), jornada de 8 horas diárias ou 48 horas semanais, pagamento de horas-extras, intervalo para almoço, repouso semanal, concessão de férias, proteção ao trabalho da mulher e do menor, proteção ao trabalho noturno, indenização à despedida sem justa causa, lei dos acidentes de trabalho, comissões mistas de conciliação, juntas de conciliação e julgamento, salário mínimo.

Junto com a normatização destes direitos, o Governo regulamentou as profissões de comerciário, industriário, bancário, panificadores, trabalhadores em frigoríficos e outras.

Foram também instituídos os vários Institutos de Aposentadoria e Pensões abrangendo cada órgão determinadas corporações afins.

Ao lado da necessidade da normatização das relações de trabalho, também esteve presente a marca da não hegemonia de determinada classe no pós-trinta, razão pela qual a "questão social" teve que ser tratada com o atendimento de antigas reivindicações.

Neste sentido, precisa-se relativizar posições que vêem na Legislação Trabalhista apenas fator de acumulação capitalista de uma nascente burguesia industrial e concordar com Leônicio Martins Rodrigues:

... parece duvidoso que se possa atribuir às leis sociais de Vargas (...) a função de favorecer a acumulação de capital. (...) As leis de férias, o pagamento de horas extras, e depois a fixação de um salário mínimo encareceram o custo da mão-de-obra, razão pela qual os empresários se opuseram, com maior ou menor êxito, à sua aplicação e, sempre que puderam, procuraram burlar a legislação do trabalho.(24)

Com este quadro, tornou-se compreensível que para Getúlio Vargas permanecer no poder teria que ter também o apoio de uma parcela dos trabalhadores, em cujo meio empregava três táticas diferentes:

1. De um lado, tentava neutralizar, senão aniquilar, os que propunham a via socialista/comunista;

(24) RODRIGUES, Leônico Martins. p. 526, 527.

2. De outro, cooptar os que aprovavam a continuidade da via capitalista com o intervencionismo estatal na economia e nas relações sociais. Esta corrente denominada "trabalhista" ou "reformista", que já existia no meio operário, encontrava a partir daí receptividade junto a uma fração da classe dominante visando a uma aliança à sua permanência no poder e,
3. A intervenção estatal nas relações sociais fez-se no sentido do atendimento de antigas reivindicações dos trabalhadores, da qual resultou a Legislação Trabalhista e no sentido do redirecionamento da atividade sindical com a finalidade de controlá-la, da qual resultou a Legislação Sindical.

Seria muito difícil a montagem da estrutura sindical oficial por parte do Governo se ele não encontrasse apoio numa parcela do operariado, inclusive entre o movimento sindical já constituído. A idéia de que o sindicalismo oficial tenha se implantado com a oposição da maior parte da classe operária não corresponde à realidade.(25)

Cabe agora analisar a presença, posicionamento e atuação da Igreja Católica frente à "questão social", tanto a nível internacional, quanto nacional.

A nível internacional a

Igreja, expulsa do Estado pelos três grandes ciclos da revolução burguesa - a reforma luterana e as revoluções inglesa e francesa - ao menos até o início da Segunda Guerra Mundial, tentará

(25) RODRIGUES, Leônico Martins. p. 531, 532.

articular um novo projeto de hegemonia adequado às novas condições.(26)

Porém, para colocar em prática sua estratégia de recuperação de hegemonia, usava como base a chamada "teoria do poder indireto" (atuação junto às classes subalternas para ter legitimado suas reivindicações junto ao Estado), a Igreja dependia da liberdade de movimentos concedido à sociedade civil pelo Estado liberal. Por isso, o usará na Europa como

... excelente campo de manobras para a tentativa católica de recuperar sua influência sobre a vida social, por meio de movimentos laicos ligados à hierarquia, como a Ação Católica, partidos e sindicatos.(27)

Diante da "questão social" produzida pelo capitalismo liberal, a Igreja Católica emitiu a vigorosa Encíclica "RERUM NOVARUM", em 15 de maio de 1891, posicionando-se sobre a mesma "questão social" 43 anos depois do aparecimento do Manifesto Comunista que propunha como solução para a crise a via socialista/comunista.

Da Encíclica "RERUM NOVARUM", dentre diversos pontos, podem ser extraídos três que visam colaborar na solução dos conflitos produzidos pelo capitalismo liberal:

1. Propunha a organização de "associações operárias católicas", ao mesmo tempo que externava convite aos

(26) VIANNA, Luiz Werneck. p. 157.

(27) _____, p. 158.

operários católicos a elas se associarem. Com esta estratégia a Igreja fazia frente às associações de esquerda e viabilizava o projeto da reconquista da sua hegemonia sobre a sociedade civil, especialmente do proletariado tido até então como abandonado pela Igreja;

2. Admite a presença do Estado na economia e nas relações sociais, o que "pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssimo a sorte da classe operária, e isto em todo o vigor do seu direito, e sem ter a temer a censura de ingerência; porque, em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum".(28) Sintetizando, em contrapartida ao socialismo/comunismo, a Igreja propunha o neoliberalismo e,

3. Propunha a fórmula corporativa para a organização de empregados e empregadores, quer fossem associações mistas ou não, dado o extremo grau de politização e radicalização a que se tinha chegado. Porém, já advertia ao Estado para que "não se intrometa no seu governo interior e não toque nas molas íntimas que lhes dão vida".(29)

(28) PAPA LEÃO XIII. Encíclica Rerum Novarum. Trad. Manuel Alves da Silva. São Paulo, Edições Paulinas, 1983, p. 35.

(29) _____, p. 49, 54

Passados 40 anos da publicação da Encíclica de 1891, o capitalismo encontrava-se no auge da crise, a "questão social" era ainda mais candente, o liberalismo econômico e político de vez entrava em estado de decomposição, enquanto na União Soviética era feito um esforço para consolidar a Revolução Socialista/Comunista de 1917, na Europa o fascismo e suas variantes avançavam celeremente.

Diante deste quadro, a Igreja católica tornou a emitir nova Encíclica, em 15 de maio de 1931, denominada "QUADRAGESIMO ANNO", em alusão aos 40 anos da primeira. A nova Encíclica, além de fazer amplo balanço da "RERUM NOVARUM", posicionava-se sobre diferentes aspectos dentre as quais ressaltavam-se:

1. Reafirmava a fórmula corporativa para a solução dos conflitos Capital-Trabalho;
2. Protestava energicamente contra a integração das associações corporativas ao Estado fascista, pois, a "recuperação da hegemonia católica não teria mais como se fundar a partir de uma pressão de baixo" e, (30)
3. Diante da radicalização política e da fuga de católicos para hóstes socialistas/comunistas, propunha, com maior vigor, a harmonia de classe envolvendo numa só associação corporativa os trabalhadores e os empregadores.

(30) VIANNA, Luiz Werneck. p. 164.

A nível nacional, a partir da década de vinte, a Igreja Católica igualmente estava engajada na recuperação de sua hegemonia por sobre a sociedade civil, dado a sua desvinculação do Estado com a Proclamação da República em 1889.

Para viabilizar esta hegemonia, dada a pouca disponibilidade de Padres no Brasil, a Igreja socorria-se de religiosos oriundos da Europa e da formação do laicato que passava a atuar em diversas frentes, além da abertura de estabelecimentos de formação de religiosos brasileiros.

Dentro da estratégia de impor novamente sua hegemonia à sociedade brasileira, a Igreja tomou inúmeras iniciativas. Dentre estas, podem-se arrolar a criação da Revista "A ORDEM", por Jackson de Figueiredo, em 1921; a fundação do "CENTRO DOM VITAL", pelo Cardeal Dom Sebastião Leme, em 1922; a fundação do "INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES", posteriormente "UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO", pelo Padre Leonel Franca, também em 1922. Igualmente neste ano ocorreu a fundação da "CONFEDERAÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA, depois denominada "AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA", com a finalidade de congregar o laicato brasileiro para uma ação comum.

Em termos de uma ação junto às classes subalternas, a estratégia da Igreja voltou-se para a organização de Centros de Operários Católicos, associações de Senhoras, de

Estudantes, de Moços, Liga Eleitoral Católica e Ação Católica.

A Igreja Católica apoiou a Revolução de 1930, tendo inclusive o Cardeal Dom Sebastião Leme negociado a saída pacífica do Presidente Washington Luís. Mas a partir daí até meados de 1935 ela entrou em rota de colisão com o Governo, ao menos no que diz respeito ao enquadramento da "questão social".

Com o Governo editando o Decreto-Lei Nº 19.770, em março de 1931, começavam os desentendimentos com a Igreja à medida que a incorporação do sindicato ao Estado e a unicidade sindical feriram brutalmente seu projeto de hegemonia no que tange ao proletariado, que precisava ser reconquistado.

Ao estabelecer a incorporação do sindicato ao Estado, a Igreja julgava que o Governo ultrapassava em muito o limite da sua ação, conforme previa a Encíclica "RERUM NOVARUM". E ao estabelecer a unicidade sindical, não deixava espaço para a organização de sindicatos cristãos. Com estas duas medidas, o Estado cortava o passo da Igreja para recuperar sua hegemonia.

Diante do impasse e como resposta ao Decreto-Lei Nº 19.770, a Igreja colocou como alternativa a criação de Círculos Operários e a criação da Liga Eleitoral Católica. Com estas ações procurou projetar-se no campo político e

ideológico a fim de fazer frente ao próprio Estado e aos socialistas/comunistas.

Neste período, para o Rio Grande do Sul, esteve em andamento uma ampla estratégia de recuperação da hegemonia católica que incluía

... toda vida social (....) assentando-se no tripé: combate ostensivo ao materialismo, através do púlpito e da 'boa imprensa'; organização de associações de senhoras, de estudantes, de moços, Ação Católica, Liga Eleitoral Católica, onde se formavam líderes 'inbuídos do espírito cristão'; e, finalmente, aproximar-se do operariado pela organização dos Círculos Operários.(31)

Era a partir de março de 1932 que o Padre Leopoldo Brentano deu início ao movimento circulista com a fundação do primeiro Círculo Operário em Pelotas/RS, cuja experiência rapidamente disseminou-se por todo o estado e, a partir de 1935, por todo o país.

Com a Constituição de 1934, elaborada num ambiente pouco mais liberal e tendo a presença de uma extensa bancada católica aliada à bancada liberal da oligarquia agrária, a Igreja conseguiu recuperar alguns direitos, como o ensino religioso nos colégios públicos.

Na questão sindical, através do Decreto-Lei Nº 24.694, de julho de 1934, a Igreja conseguiu apenas atender parcialmente seus objetivos. De um lado, conseguiu a

(31) DIEHL, Astor Antônio. p. 25, 26.

pluralidade sindical que lhe facultava a organização de sindicatos cristãos, mas cuja brecha acabou não sendo explorado e, de outro lado, o Estado não abriu mão da incorporação do sindicato ao seu aparelho, o que lhe desagradava profundamente.

Na prática, a Igreja, neste momento, encontrava-se em plena contradição consigo mesma, na medida em que pregava a estruturação liberal dos sindicatos para dar vazão à sua pretensa hegemonia, mas desacompanhado de um compromisso com o regime político liberal. Desta forma, por fidelidade à sua ideologia anti-liberal,

a Igreja ajudava a abrir caminho para o Estado autoritário-corporativo que sepultaria de vez suas pretensões hegemônicas.(32)

Tendo esta sua hegemonia esbarrada no monopólio sindical do Estado e não tendo força suficiente para removê-lo,

o pensamento autoritário católico, precisamente até 1935, (...) não reverterá em favor da estrutura sindical sob tutela do Estado. Ao contrário, será um elemento contundente de oposição à sua implantação.(33)

Com a crescente radicalização política que resultou no amplo movimento de massas da ANL e no levante armado de militares integrantes do Partido Comunista Brasileiro, em

(32) VIANNA, Luiz Werneck. p. 172.

(33) ____ p. 171.

1935, quando objetivamente a via socialista/comunista apresentava-se à sociedade brasileira,

a Igreja (...) abdica de sua utopia do controle direto das classes subalternas através de sindicatos católicos.(34)

Assustada com o alto grau a que chegou o conflito, a Igreja esqueceu suas divergências e passou a apoiar o Estado Autoritário-Corporativo. Em 1936 o circulismo era estendido à região industrial de Santa Catarina e, em 1937, ao Rio de Janeiro, quando seu fundador foi chamado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme a dar uma estrutura nacional e unificada ao movimento com a fundação da "CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CATÓLICOS", depois denominada "CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TRABALHADORES CRISTÃOS".(35)

Tudo isso, foi uma resposta da Igreja Católica à ameaça socialista/comunista externada pela ANL e pela Intentona Comunista.

Com a revolução de 30, o problema social entrou numa nova fase. A criação do Ministério do Trabalho, o conseqüente movimento sindicalista de objetivos meramente materiais e a publicação das leis sociais que visavam a solução pacífica das questões do trabalho, porém, ameaçavam servir aos bolchevistas de instrumentos para a luta de classes, como demonstraram os movimentos grevistas e a Intentona de Novembro de 1935. Era de urgente necessidade o lançamento de um movimento operário cristão, que dando ao operariado, a par de uma assistência social

(34) VIANNA, Luiz Werneck. p. 200.

(35) SCHNEIDER, José Odalzo. O operariado brasileiro e os Círculos Operários. In: Síntese Político-Econômica, Social. 7(27):52, jul/set 1965.

imediate, uma formação espiritual e colaborando com os esforços do governo, pusesse um dique à infiltração comunista e completasse a obra do Ministério do Trabalho.(36)

Diante do novo quadro, igualmente nova teria que ser a estratégia. A Igreja optava pelo menor dos males, levando seus Círculos Operários para junto dos trabalhadores.

... antes da chegada de outras correntes mais avançadas que visassem a mudança social, sobretudo no interior dos estados, nas cidades de médio porte, onde a religião católica tinha (...) maior penetração.(37)

Outra preocupação da Igreja nesta época, que juntou-se a anterior, era o estabelecimento de Círculos Operários em cidades que situavam-se ao longo da estrada de ferro, que devido a sua importância, normalmente tinham a presença de núcleos comunistas ou anarquistas.(38)

Com os Círculos Operários passando a atuar em similitude ideológica e doutrinária com o MTIC,

... grande foi o empenho (...) quanto à fundação de Sindicatos. Sua atividade (...) consistia em elaborar os estatutos (...), acompanhar o processo de sua aprovação (...), dar uma formação de liderança a seus chefes. Em face da lei de sindicalismo único e neutro no Brasil (...) muitos circunistas, capazes de

(36) CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CRISTÃOS. Manual dos Círculos Operários. Rio de Janeiro, Editora CNOC, 1942, p. 23.

(37) ARRUDA, Arlete Aparecida Hildebrando de. Centro Operário, Primeira Organização de Trabalhadores de Lages, Estado de Santa Catarina (Comportamento político de trabalhadores). Porto Alegre, 1983, p. 38. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

(38) DIONIL, Astor Antônio. p. 120.

liderança sindical, ocupavam cargos de direção nos diversos sindicatos profissionais.(39)

Precisa-se também destacar que neste período os trabalhadores das cidades do interior do Brasil, em sua maioria, não usufruíam dos benefícios da Legislação Trabalhista e Sindical, porque

... dificuldades de toda ordem se opunham à fundação de Sindicatos ... Entre as principais, destacava-se a oposição dos patrões, que identificavam qualquer atitude de reivindicação operária como socializante, comunista, ou quando menos, como um perigo para seus interesses.(40)

Com a expansão do movimento operário católico foram possibilitados mecanismos de cooptação de lideranças circulistas/sindicais que, por servirem de elo de vinculação com o Governo Autoritário-Corporativo, que assim legitimou-se, foram premiadas com empregos dentro do próprio MTIC.

Dada a estreita atuação dos Círculos Operários com o MTIC, o Governo de Getúlio Vargas elevou-os à condição de órgão técnico e consultivo pelo Decreto-Lei Nº 7.164, de 12 de maio de 1941.(41) Era o coroamento de uma estratégia que primou pelo seu anti-comunismo, pelo assistencialismo e pela harmonia de classes.

(39) SCHNEIDER, José Odelso. p. 55.

(40) _____, p. 55.

(41) _____, p. 56.

Cabe ainda definir conceitos de sindicato, sindicalismo, círculo operário e circulismo.

Por sindicato entende-se uma associação voluntária de trabalhadores, reconhecida pelo Governo, de caráter permanente, destinada a defender frente aos empregadores ou ao Estado, os interesses de integrantes de uma mesma profissão.(42)

Por sindicalismo entende-se o conjunto de ações dos sindicatos (táticas de luta e de pressão, ideologias que envolvem suas ações, grau de virulência dos conflitos, influência no sistema econômico e político), visando fundamentalmente a obtenção de melhores salários e melhores condições de trabalho para seus filiados ou para o conjunto dos trabalhadores.(43)

Por Círculo Operário entende-se uma associação de trabalhadores, sob sua pretensa direção, com personalidade jurídica própria, de direito civil. Tem seu raio de ação limitado a uma cidade ou a um município. Não fazem distinção de sexo, partido político ou religião. Desde que o trabalhador aceite os princípios e a moral cristã, pode ser aceito como associado. Visa à promoção da classe operária, assistindo e formando trabalhadores urbanos e rurais. Pela

(42) RODRIGUES, Leôncio Martins. p. 507.

(43) _____, p. 509.

sua arregimentação pretende estabelecer uma ordem social justa, a paz e harmonia entre as classes.(44)

Por circulismo entende-se o projeto levado a efeito pela Igreja Católica com a tarefa de "reformular" o capitalismo, normalizar os conflitos sócio-econômicos, harmonizando classes sociais para uma sociedade corporativa.(45)

Tendo presente este quadro teórico, estabeleceu-se como hipótese principal:

Os sindicatos corporativos de trabalhadores em Ijuí/RS constituíram-se, a partir da segunda metade da década de 1930, com o apoio da Igreja Católica à atuação sindical/corporativa do MTIC. Com isto, alinharam interesses destas duas Instituições com os de dirigentes sindicais locais, engendrando uma aceitação pacífica da Legislação Sindical e Trabalhista.

Em função desta hipótese, este trabalho propõe-se a discutir a contextualização econômica de Ijuí/RS, os primórdios da organização dos trabalhadores e a implementação da doutrina social da Igreja Católica através do Círculo Operário de Ijuí (COI) e dos sindicatos corporativos.

(44) SCHNEIDER, José Odelso. p. 53.

(45) DIEHL, Astor Antônio. p. 6.

1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DE LUIZ

1.1 - A Ocupação do Planalto Rio-grandense

A região do planalto rio-grandense - área situada em cima da serra - compreendia uma parte formada por campos e outra por densas florestas subtropicais, conhecida por matas da bacia do Rio Uruguai.

A parte dos campos foi ocupada no primeiro quartel do século XIX. A ocupação foi feita por paulistas e paranaenses que estabeleceram estâncias de criação de mulas e gado. Das aguadas e pousos das tropas a caminho de São Paulo nasceram pequenas vilas que originaram as cidades de Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Cruz Alta, Palmeira das Missões.

Este período fazia parte do denominado "ciclo do tropeirismo ou bandeirantismo pastoril", em que o povoamento se fez por duas razões: Econômica - apropriação do gado remanescente da criação jesuítica; Estratégica - necessidade da defesa do território das Missões, após sua incorporação ao Brasil.(1) Faz parte deste período todo o século XIX,

(1) FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, burocracia e cooptação política. Série Documenta 23. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 06.

desde a expedição de Athanagildo Pinto Martins, em 1916, até inícios do século XX.

Em fins do século XIX só restavam ser ocupados no Rio Grande do Sul a parte coberta pelas florestas do planalto, situadas ao longo do curso do Rio Uruguai e seus afluentes.

Estas florestas, embora não colonizadas oficialmente, estavam escassamente habitadas por caboclos e indígenas. Os caboclos - muitos fugitivos da justiça, guerras e revoluções - dedicavam-se à extração da erva-mate nos fartos ervais existentes. Posteriormente, em muitos casos, tiveram suas posses legitimadas. Os indígenas - índios Kaingang - eram habitantes já de longa data destas matas e quando da ocupação oficial tiveram reservadas parcelas de terras que formaram suas Reservas Indígenas.

Assim, a principal atividade econômica do planalto, antes da colonização, estava assentada no tripé: erva-mate, extraída das matas pelos caboclos; gado e mulas, criados nos campos pelos estancieiros.(2) No dizer de Prudêncio Rocha, "o latifúndio cobriu toda a área campesina, que constitui o território dos atuais municípios de Palmeira da Missões, Cruz Alta, Santa Bárbara, Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santo Ângelo".(3)

(2) FÉLIX, Loiva Otero. p. 88.

(3) ROCHA, Prudêncio. A história de Cruz Alta. 2.ed. Cruz Alta, Gráfica Mercúrio, 1980, p.

A instituição de latifúndio nos "campos de cima da serra" não fugiu à regra, pois, toda a região da campanha do Rio Grande do Sul havia sido ocupado desta forma.

A origem dos latifúndios serranos "decorrem de concessões outorgadas pelos Presidentes da Província, ou por doações provisórias despachadas pelos comandantes de armas. Mais tarde, por lei especial, (....) foram devidamente legalizadas ...".(4) é inerente a este processo de ocupação a existência de abusos, perseguições e usurpações de terras.

No obstante sua importância econômica e extensão territorial, a região julgava-se abandonada pelo Governo Provincial. Cruz Alta, elevada à comarca em 6 de dezembro de 1858 e à categoria de cidade em 6 de abril de 1872, era o principal centro de queixas e descontentamentos.

Cruz Alta desempenhou durante toda a República Velha o papel de 'capital política' da região. Tal posição de destaque, que passara a ter no século XIX, consolidou-se no final do mesmo, na transição política Império/República ... (5)

Estes descontentamentos tiveram início em 1848 com a apresentação da proposta da criação da Província do Alto Uruguai. Seguiram em 1877, desta vez encampados pela Câmara Municipal de Cruz Alta que, diante do descaso governamental, pleiteava a constituição da Província das Missões. Continuaram em 1884/85 quando vários motins foram realizados

(4) ROCHA, Prudêncio. p. 57.

(5) FÉLIX, Loiva Otero. p. 91.

na praça central da cidade, onde a separação era discutida calorosamente.

As idéias separatistas acabaram quando foi assinado o contrato de construção do "caminho de ferro" (estrada de ferro que ligava Cruz Alta e região a Porto Alegre e ao centro do País), inaugurada em 1895.(6)

Com a Proclamação da República tomou impulso a colonização das áreas de matas.

1.2 - A Colonização

A iniciativa de solicitar a colonização das matas do Rio Ijuhy partiu da Câmara de Cruz Alta. Seu Presidente, José Martins Motta, expediu em 17 de maio de 1877 um telegrama ao Vice-Presidente da Província, Dr. João Dias de Castro, solicitando imigrantes para "instalar-se neste rico município, onde há incultas fertilíssimas terras nas margens do Ijuí e do Conceição".(7)

O pedido torna-se compreensível tendo em vista a visão que se tinha na época de Ijuí que

(6) FÉLIX, Loiva Otero. p. 09.

(7) LAZZAROTTO, Danilo. Os capuchinhos na história e no desenvolvimento de Ijuí. Coleção "Religiosos no Brasil". Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981, p. 16.

era uma ilha de mato no meio do campo: do Alto da União até Catuípe, do Cadeado até Panambi (....) tudo era mato, mata virgem, mato cerrado. E tudo ao redor era campo. Somente ao longo do Rio Ijuí, uma faixa de mato ligava a grande ilha verde à mata virgem do vale do Uruguai.(8)

A "faixa de mata", que margeava o Rio Ijuí, tinha uma extensão de 150 quilômetros na direção norte-sul e 50 quilômetros na direção leste-oeste.(9)

No entanto, esta primeira tentativa de colonizar as "incultas fertilíssimas terras nas margens do Ijuí", fracassou. A autoridade imperial, em março de 1878, não autorizou a colonização sob o pretexto da "inexistência do mercado de consumo".(10)

Segundo Fischer, o Governo do Império não tinha esquecido a idéia dos dirigentes regionais de criar uma nova Província "para aliviar o isolamento econômico da região norte e noroeste do Rio Grande do Sul" e que não era vista com bons olhos no Rio de Janeiro.(11) Segundo Rocha, "a Coroa ainda não se libertara, de todo, dos receios e desconfianças que remontavam à epopéia farroupilha". Daí as razões "pelas

(8) BRUM, Argeniro Jacob. Nossas coisas e nossa gente. (Programa radiofônico). Volume 1. Ijuí, Museu Antropológico "Diretor Pestana"(MADP), 1962, p. 22. Mimeografado.

(9) MAZZAROLLO, Adelino. Noroeste do Estado: Uma sociedade em mudança. Ijuí, FIDENE, 1976, p. 35 Mimeografado.

(10) FISCHER, Martin. A colonização de Ijuí: Um retrospecto histórico, sociológico e étnico. In: MADP. Etnias diferenciadas na formação de Ijuí. Coleção Centenário de Ijuí 1. Ijuí, Liv. UNIJUI Ed., 1987, p. 24.

(11) , p. 24.

quais pouco ou nada empreendia a Monarquia, para valorizar estas áreas e ainda desestimulava as iniciativas que, com força telúrica, explodiam do coração da terra fecunda".(12)

Embora a Monarquia desestimulasse a colonização das áreas de mato sob a alegação de riscos econômicos e razões políticas, um relatório do militar Francisco Rave, de 1858, contrariava o primeiro pretexto da Coroa quando afirmava que

é fato pois que os gêneros alimentícios têm subido de preço nas Missões e em tal que a criação de estabelecimentos agrícolas na costa do Uruguai é desejado e uma necessidade indubitável.(13)

Nos documentos da época é constante a exaltação à excelente qualidade da terra para a agricultura. O próprio Rave usa a expressão "a cultura destes terrenos tão férteis, tão propícios para a colonização". Enquanto que outro militar, Tenente Coronel José Maria Pereira de Campos, sugeria que se abrissem estradas para que se iniciassem a agricultura e o comércio que "rapidamente serão desenvolvidos pela benignidade de seu terreno"(14)

Mesmo sendo a terra fértil, a possibilidade de risco da sua colonização estava presente:

Não que o período anterior de colonização das Colônias Velhas não tenha tido riscos, mas no sentido de ser uma área distante do que já estava ocupado, por ser uma área de 'cima do planalto', para além dos campos, e pelas dificuldades de comunicação e

(12) ROCHA, Prudêncio. p. 19.

(13) LAZZAROTTO, Danilo. p. 15.

(14) _____. p. 15.

transportes já que a localização das propriedades não era dada mais pelos rios, (...) mas tendo como ponto de apoio a estrada.(15)

Com a Proclamação da República, em 1889, a questão da imigração e colonização passou à esfera estadual. O "governo republicano do novo Estado do Rio Grande do Sul, pondo de lado toda a burocracia supérflua, sem demora agiu para resolver o problema da colonização das zonas norte e noroeste"(16) e "chamava à sua responsabilidade a ocupação da zona de Matas do Planalto Rio-Grandense".(17)

Com a subida ao poder estadual do grupo republicano, determinou-se "a execução de seu projeto político que consistia em ferir pontos chaves do pacto imperial (que privilegiava os estancieiros, os coronéis da fronteira sul) gerando, com isso, a necessidade de redefinição de relações sócio-políticas".(18)

A alteração no poder estadual, principalmente a partir da Revolução Federalista 1893/95, fez com que o republicanismo buscasse "respaldo nos novos setores da

(15) CALLAI, Helena Copetti. Trajetória de expropriação: O colono e a formação da região de Colônias Novas. São Paulo, 1983, p. 61. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

(16) FISCHER, Martin. p. 24.

(17) CALLAI, Jaime Luiz et alli. Mostra comemorativa do 83º aniversário de Ijuí. Série "Cadernos do Museu" 3. Ijuí, MADP/FIDENE, 1973, p. 7.

(18) FELIX, Loiva Otero. p. 53.

oligarquia rural, ligada à agropecuária, no litoral e na serra, e dos segmentos das camadas médias urbanas".(19)

Lembra Love que:

Antes, a maioria dos líderes políticos proviera da Campanha, agora um número cada vez maior procedia da Serra, incluindo Castilhos. (...) Mas essa mudança só se tornaria aparente aos poucos, à proporção que Serra e o Litoral aumentassem a sua primazia sobre a Campanha em população e crescimento econômico.(20)

Esta significativa alteração no quadro político do Estado efetivamente fez com que se desse primazia ao aumento populacional e conseqüente crescimento econômico da Serra, através do implemento da colonização da região de matas.

Jaeme Luiz Callai afirma que o

planalto apresentava-se como uma barreira que só vai ser vencida a partir de 1870 com a fundação da Colônia de Ijuí a qual seguem-se Colônia Guarani, Saldanha Karinho, Não-Me-Toque, Neu Württemberg (Panambi). Neste momento a colonização rompia os limites físicos que a escarpa representa e tem a seu dispor extensas áreas de mata que confinam com a Argentina e Santa Catarina. É nesta área que se desenvolverá a colonização do Rio Grande do Sul, no século XX.(21)

(19) FELIX, Loiva Otero p. 57

(20) LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: História Geral da Civilização Brasileira, N° 0, 1º volume, III O Brasil Republicano (1809-1930), 4. ed. São Paulo, Difel, 1985, p. 111.

(21) CALLAI, Jaeme Luiz. Estudo da dinâmica populacional de Ijuí (RS) - 1820/1970. Curitiba, 1980, p. 33, 34. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná.

Ainda em 1889, o Governo mandou medir 1.000 colônias nos seus próprios domínios.(22) Foram estas colônias, que passaram a ser medidas e demarcadas a partir de maio de 1890, que veio a constituir-se na futura "Colônia de Ijuí", cuja maior parte estava situada à margem esquerda do Rio Ijuí.

Assim, a Colônia de Ijuí era o marco do início da ocupação das terras de mato do planalto. Para tanto, a Delegacia de Terras e Colonização, adscrita à Secretaria de Negócios das Obras Públicas, encarregava o Engenheiro José Manoel da Siqueira Couto, Chefe da Comissão de Terras em Silveira Martins (perto de Santa Maria), de processar à medição de lotes e prepará-los para receber imigrantes.

Em maio de 1890, Siqueira Couto já estava trabalhando no núcleo "Ijuí Grande". Em 22 de setembro de 1890, a Delegacia de Terras mandava-o imprimir

maior impulso ao serviço de medições de lotes, (...) cujo núcleo convém quanto antes inaugurar, vos declaro que podeis fazer seguir (...) os empregados que forem necessários para se medir, no menor prazo possível, o maior número de lotes coloniais.(23)

Para fins de demarcação fez-se um traçado inicial: um travessão na direção leste-oeste, que veio a ser uma estrada que cortava toda a Colônia e que no perímetro urbano tomava

(22) CUBER, Pe. Antoni. Nas margens do Uruguai. Série "Cadernos do Museu" 5. Ijuí, MADP/FIDENE, 1975, p. 12.

(23) LAZZAROTTO, Danilo. p. 17.

o nome de Rua do Comércio e Avenida Coronel Dico, a partir da Praça Central em direção leste; e outro travessão em direção norte-sul, que inicialmente chamou-se Linha Base, depois passando-se a chamar Rua 13 de Maio. A Linha Base era o ponto zero de Ijuí a partir da qual tiveram início todas as demais medições.

O travessão formou uma extensa cruz obedecendo exatamente os quatro pontos cardeais, sendo assim alinhada a Colônia de Ijuí.

Na realidade a colônia foi loteada não mais seguindo o vale dos rios, mas a demarcação do travessão que a cada 1.000 m é cortado por uma estrada vicinal denominada de Linha 1, Linha 2, sucessivamente, para Leste e para Oeste daquele que é o ponto de partida denominado de Linha Base.(24)

Observando-se o mapa da Colônia de Ijuí percebe-se um traçado rigoroso de lotes e travessões, "onde as linhas são o ponto básico a partir do qual se instalam lotes, sempre retangulares com 1.000 m por 250 m. Cortando-se as linhas são abertas as 'picadas' que vão dar origem às estradas vicinais".(25) Desta forma, todos os colonos tinham saída que os conduzia à sede da Colônia.

A distribuição obedeceu a um único critério: um lote de 25 hectares - uma colônia - para cada família, que nos primeiros tempos da colonização custava Rs 150\$000 (cento e

(24) CALLAI, Helena Copetti. Irajetória. p. 39.

(25) Irajetória. p. 39.

cinquenta mil réis).(26) Com o traçado rigoroso acontecia que alguns lotes se situassem em zonas íngremes, outros sem água e outros ainda com o caminho vicinal não aberto, por vezes, gerando protestos.

Ao comprar o lote o colono tinha direito ao

Auxílio de Rs 150\$000 para a construção de uma casa provisória e Rs 50\$000 para ferramentas e sementes, cujas importâncias são debitadas aos colonos conjuntamente com o lote ... Se debitava ao colono também (...) o transporte interno, a primeira alimentação, o custo da medição do lote e do caminho vicinal correspondente.(27)

Toda a dívida tinha um prazo de 5 anos para ser paga pelo colono, a contar da primeira colheita.

Além disso, visando minorar as dificuldades enfrentadas principalmente nos primeiros seis meses - enquanto não fosse feita a primeira colheita - cada colono tinha direito a trabalhar 15 dias por mês na abertura de estradas e caminhos vicinais, recebendo conforme sua aptidão Rs 1\$500 (um mil e quinhentos réis) ou Rs 2\$000 (dois mil réis) por dia.(28) Esta ajuda geralmente prolongava-se para além dos seis meses, conforme a necessidade.

A importância desta ajuda, que viabilizou a colonização, é ressaltada por Brum:

(26) BRUM, Argeniro Jacob. Nossas coisas. p. 16.

(27) LAZZAROTTO, Danilo, p. 19, 20.

(28) _____, p. 19.

O que salvou muitos d'esses russos e poloneses (...) foi o subsídio para uma porção de meses, por parte do governo, e, depois, o trabalho na abertura de estradas. Assim iam defendendo a vida, já que não tinham jeito para a agricultura.(29)

Convém chamar atenção para as altas somas investidas pelo Governo Estadual na colonização de Ijuí e demais Colônias Novas do Planalto. Dados referentes somente à Ijuí dão conta que foram investidos, entre 1895 a 1912 (quando foi suspenso oficialmente o recebimento de imigrantes estrangeiros), a considerável quantia de "790 contos com a ajuda aos colonos, e 770 contos com as estradas".(30)

Estas significativas importâncias aquilatava o valor que o Governo Republicano depositava na colonização de Ijuí. Ou seja, a "Colônia Ijuhy" deveria ser vista como modelo, ainda mais por ser a primeira das matas de cima da serra.

Tudo isso devia ser debitado à nova aliança "Serra-Litoral" que no dizer de Love, previa o aumento da população e o crescimento econômico da região do Planalto. Estes investimentos, tanto na colonização (venda à prazo do lote e ajudas aos colonos) e construção da Estrada de Ferro, teriam em contrapartida, o fornecimento da quase totalidade dos votos aos Governos Republicanos durante toda a República Velha.

(29) BRUM, Argemiro Jacob. Nossas coisas. p. 17.

(30) ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. 1º volume. Porto Alegre, Globo, 1939, p. 127.

O núcleo da "Colônia Ijuhy" foi inaugurado oficialmente em 19 de outubro de 1890 com a chegada de 25 lituanos, que deixando suas famílias em Silveira Martins, venceram um percurso de 20 léguas à pé

até atingirem as matas de Ijuí, através das quais tiveram ainda que passar umas duas léguas por estreitas picadas carregando consigo um pouco de feijão, farinha, fumo, etc..., até que finalmente atingiram o lugar do atual centro da cidade.(31)

Em 10 de Janeiro de 1891 chegava o segundo grupo de imigrantes composto por poloneses. Ainda em 1891 chegava o terceiro grupo composto de italianos. Em 1893 chegava o 4º grupo procedente da Áustria.

O povoamento de Ijuí estava destinado a inovar em termos de política de colonização. Aqui a

colonização dirigida tinha como uma de suas preocupações principais evitar enquistamento étnicos e promover a integração com o elemento nacional. Esta orientação explica o significativo número de grupos étnicos que se fixam em Ijuí, aliás, um dos aspectos mais característicos da população ijuicense.(32)

A política de evitar a formação de "quistos sociais" fez com que fossem conduzidos à "Colônia Ijuhy" pessoas pertencentes às mais diversas origens étnicas. Desta forma foram alocados em Ijuí alemães, italianos, poloneses, austríacos, suecos, letos, russos, húngaros, romenos,

(31) CUBER, Pe. Antoni. p. 12.

(32) CALLAI, Jaene Luiz et alii. A Colônia de Ijuí e a imigração. In: Etnias e diferenças na formação de Ijuí. Coleção Centenário de Ijuí 2, Ijuí, Liv. UNIJUÍ Ed., 1987, p. 13.

tchecos, suíços, holandeses, finlandeses, portugueses, espanhóis, franceses, árabes, gregos, belgas, ucranianos, tirolezes, cremoneses, pomerâneos, bessarábios, luso-brasileiros.

O padre Antoni Cuber, que foi o primeiro pároco e que viveu em Ijuí de 1895 a 1915, escreveu em 1898 que

nossa comunidade recebeu prazeirosamente representantes de pelo menos 17 nacionalidades, pois, é este o número de idiomas que se ouve por aqui. Até parece a Babel do novo mundo.(33)

Para fazer frente a uma pluralidade tão grande de línguas e dialetos, o Engenheiro Augusto Pestana, Chefe da Comissão de Terras e Colonização, de 8 de janeiro de 1899 a 11 de julho de 1912, chegou a se servir do intérprete Rodolfo Knass, um imigrante natural do império russo, que falava 18 línguas.

Os primeiros tempos dos colonos foram de extrema dificuldade. Procedentes do estrangeiro, no início, e de migrações internas, depois, os imigrantes chegavam de Silveira Martins em carretas. As dificuldades eram de toda ordem: a mata, o clima, doenças, animais, insetos nocivos. Tudo exigia luta para poder sobreviver. Restava dominar a natureza agreste e depois imaginar poder progredir.

Devido a mudança de clima, muitos colonos que aqui haviam chegado, morreram. Pe. Antoni Cuber conta no seu

(33) CUBER, Pe. Antoni. p. 30.

escrito que "no início os suecos morriam aqui no outono como moscas". Na lista de mortos de 1891 aparecem muitas crianças.

Parte destas extremas dificuldades derivava do fato da maioria dos imigrantes europeus nunca terem sido colonos. Apenas na sua documentação pessoal constava o registro de serem agricultores, condição necessária para o visto de entrada no Brasil.

Devido à Revolução Industrial na Europa, a maioria dos imigrantes era formada por ex-operários, que sem outra alternativa, vinham ao Brasil. César Pestana, filho de um dos Chefes da Comissão de Terras e Colonização, disse que eram "agricultores no papel apenas".(34)

No caso de "agricultores no papel apenas", enquadravam-se a maioria dos imigrantes poloneses que afloravam em grande número nos primeiros anos da colonização de Ijuí. Um documento de 1891 o deixa claro:

No ano que acaba de findar temos recebido 18.000 indivíduos e entre eles 10.900 polacos que como sempre afirmei (....) é uma imigração imprestável pois (....) nada entendem do serviço da agricultura e com muita dificuldade a ela se habitua.(35)

(34) BRUM, Argeniro Jacob. Nossas coisas. Volume 2. p. 25.

(35) LAZZAROTTO, Danilo. p. 19.

Outro exemplo foi o do grupo de 172 imigrantes austríacos (44 famílias e 10 solteiros) que chegaram em 24 de fevereiro de 1893.

Todos os austríacos que imigraram em 1893 eram industriários da cidade de Steyer, na Alta-Áustria, onde trabalharam numa grande fábrica de armamentos. Quando esta, em 1892, passando por grave crise econômica, se viu obrigada a demitir nada menos de 7.000 dos seus 10.000 operários... (36)

Parte destes demitidos resolveu "abandonar a sua pátria e imigrar para o Novo Mundo".

Com a posse do Engenheiro Augusto Pestana no cargo de Chefe da Comissão de Terras e Colonização, em janeiro de 1899, deu-se uma nova orientação ao tipo de imigrante que era aceito em Ijuí. O engenheiro encarregou o seu intérprete Rodolfo Knass, de fazer uma seleção dos imigrantes quando estes aportavam nos barracões (local de alojamento até o encaminhamento aos lotes).

Quando chegavam as carroças, então ele começava a percorrer aqueles grupos de imigrantes e fazia a seleção. Aqueles que realmente eram agricultores, nos quais se verificava a intenção de realmente cultivarem a terra, estes ficavam em Ijuí. Os demais eram mandados adiante; seguiam para Guarani.(37)

(36) LAZZAROTTO, Danilo. p. 19.

(37) BRUM, Argemiro Jacob. Nossas coisas. Volume 2. p. 25.

Para se ter uma idéia, embora vista com um tanto de exagero, segundo Jaeme Callai, basta citar que de janeiro de 1895 a junho de 1912 foram mandados para Ijuí 1.265 famílias, constituindo 6.825 imigrantes, sendo que deste número, cerca de 25% fixou-se na Colônia, tendo os demais se retirado.(38)

Tem-se o polonês como o elemento que mais deixou a Colônia, dirigindo-se à Guarani das Missões, tendo como motivo, a par da sua inaptidão à agricultura, a prevenção aos alemães que eram considerados inimigos aqui e na Europa - a Prússia dominava grande parte da Polônia e eram tidos como hereges (protestantes). Acrescentava-se ainda o fato das casas de comércio estarem em grande parte em mãos de alemães. No dizer de Cuber, os comerciantes alemães "juntavam em suas algibeiras o fruto do suor polonês".

A política de seleção de imigrantes (*) faria com que Augusto Pestana pedisse o fim do envio de imigrantes

(38) LAZZAROTTO, Danilo. p. 22.

(*) Martin Fischer afirmava que "Augusto Pestana conseguiu realmente, num espaço de tempo relativamente curto, que a Colônia fosse abandonada pelos elementos tido como indesejáveis, pois o Chefe era implacável com vagabundos, bebedores, brigões e agitadores. Quando tinham concessão de terras pagava até indenizações ou anulava contratos de compra, para desta maneira livrar a Colônia de elementos irresponsáveis. Só queria agricultores eficientes". Correio Serrano - 22 de maio 1948, Nº 02 41, n. p.

Aí tem início o discurso de que Ijuí é uma comunidade trabalhadora, honesta, disciplinada, ordeira, laboriosa, cujos adjetivos são encontrados em abundância nos documentos consultados e que culminaram com um concurso patrocinado pelo Jornal Correio Serrano, em 1944, onde dentre 75 sugestões, era escolhido "Colméia do Trabalho" como cognome de Ijuí. Correio Serrano - 11 out 1944, Nº 02, p. 5.

européus à Ijuí em 1912. O fato prendia-se a "grande procura de lotes por colonos velhos e filhos de colonos já domiciliados no Estado, que pagam à vista as terras".(37) Jean Roche diz que "Ijuí (.....) foi para os colonos excedentes das Colônias Velhas uma zona de refúgio ...".(40)

Jaeme Luiz Callai afirma no seu estudo que considerando-se que em 1914 eram recenseados 25.325 habitantes no município de Ijuí e que o total de imigrantes oficiais recebidos foram 8.649 pessoas, facilmente aquilata-se o vigor da imigração espontânea.

A política de Pestana de fixar colonos com tradição agrícola, oriundos das "Colônias Velhas" - áreas ocupadas inicialmente por alemães (1824) e italianos (1875), a partir de São Leopoldo e Caxias do Sul - que compravam os lotes ainda inexplorados ou de quem não tinha se adaptado, tinha a intenção de transmitir experiência aos de origem européia e, sobretudo, estimular um rápido crescimento.

Ao assumir a Chefia da Comissão de Terras e Colonização, o Engenheiro Augusto Pestana - homem de alta e reconhecida envergadura moral, equilibrado, sereno e enérgico, talhado para as funções de comando e liderança, segundo Argemiro J. Brum - encontrou a Colônia em expansão.

(37) LAZZAROTTO, Danilo. p. 23.

(40) ROCHE, Jean. 1º volume. p. 347.

Do seu primeiro Relatório, datado de 1899, pode-se auferir a situação em que encontrou a Colônia: área cultivada de 113.085.856 metros quadrados; 1.587 lotes rurais ocupados; população calculada em 8.500 pessoas; 205 km e 500 m de caminhos vicinais em boas condições; 39 km e 400 m de estradas de rodagem; 7 escolas, sendo 2 do Estado e 5 particulares; 31 casas de negócios; 35 estabelecimentos industriais; produção calculada em 2.000 contos de réis; exportação calculada em 350 contos de réis e a importação em 500 contos de réis.

As principais culturas plantadas pelos colonos eram: milho, feijão, trigo, centeio, cevada, arroz, favas, lentilhas, ervilhas, alfafa, amendoim, mandioca, batatas, cana, fumo. E os produtos exportados eram banha, fumo, aguardente, milho, farinha de trigo, de milho e de centeio, manteiga, melado, rapaduras e outros.(41)

Comparado com o de 1899, o Relatório de 1912 - ano em que a seu pedido era exonerado do cargo, ganhando louvores do Presidente do Estado "pela alta competência profissional, honestidade e nítido cumprimento de dever",(42) - mostra o exuberante resultado da administração de Pestana à frente da Colônia pelo período de 14 anos.

Neste Relatório consta: população calculada entre 25 a 28 mil habitantes; 300 Km de estradas carroçáveis e 500 Km

(41) LAZZAROTTO, Danilo. p. 21.

(42) _____, p. 21.

de caminhos vicinais; pontes em todos os rios e arroios, 1 ponte e 8 barcas no Rio Ijuí; 32 escolas (12 estaduais, 4 municipais e 16 particulares); matrícula de 1.600 crianças; 70 casas de comércio; 16 serrarias a vapor; 1 serraria hidráulica; 28 moinhos hidráulicos para milho, trigo e centeio; 4 moinhos a vapor para os mesmos cereais; 42 engenhos de cana; 11 fábricas de cerveja e gasosa; 2 refinarias de banha; 19 ferrarias, fábricas de carroças e carros; 6 olarias, 2 carpintarias a vapor; 5 curtumes, 3 atafonas (fábrica de farinha de mandioca); 3 padarias; 6 funilarias; 4 engenhos a vapor de beneficiar o arroz; 4 engenhos hidráulicos para o mesmo cereal; 9 hospedarias e restaurantes; 4 hotéis; 3 açougues; 7 alfaiatarias; 5 sapatarias; 4 barbearias; 3 depósitos de madeiras; 2 armazéns de consignação e despacho de mercadorias; 3 relojoarias; 1 tipografia; 5 médicos; 2 advogados; 1 fábrica de mobílias de vimes; 85 fábricas de manteiga doce; 1 ourivesaria; 1 depósito de cal; 1 fábrica de móveis de madeira; 1 fotógrafo; 1 oficina mecânica e armeiro; 1 bazar; um pedreiro construtor.(43)

A produção era calculada em 5.000 contos de réis e a exportação em 2.500 a 3.000 contos. Exportava-se banha, fumo, feijão, milho, madeiras em toras, tábuas, linhas, pranchões, caibros, ripas e esteios.(44)

(43) LAZZAROTTO, Danilo. p. 21, 22.

(44) , p. 22.

1.3 - A Criação do Município

Outro fato de importância para a Colônia foi a conquista da sua autonomia administrativa. Na afirmação de Pestana,

achando-se não só esta, como toda a região colonial circunvizinha em grande prosperidade, dispondo de elementos para ter vida autônoma, seus habitantes dirigiram um memorial ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, pedindo a criação do município de Ijuí.(45)

Preenchidas as formalidades legais, em 31 de janeiro de 1912, pelo Decreto Nº 1.814, o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, "atendendo a instantes solicitações dos habitantes da Colônia Ijuí, 5º distrito do município de Cruz Alta", decretava que "fica a colônia Ijuí (.....), elevada a vila e município autônomo sob a designação de Ijuí".(46)

A instalação do novo município deu-se a 11 de fevereiro de 1912, com grandes festividades. Foi empossado como Intendente Provisório de Ijuí o próprio Engenheiro, que "tanto se havia esforçado, tão bem o havia dirigido e tanto trabalhara para a sua ascensão à autonomia".(47)

(45) RELATÓRIO dos Negócios das Obras Públicas. 1912. p. 137. (AHRS).

(46) RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 1.814 - 31 jan 1912. Cria o município de Ijuí.

(47) REVISTA "Ijuí no Centenário - 1822/1922". Ijuí, Liv. Serrana, 1922, n.p.

Pestana ficou no cargo de Intendente Provisório até 11 de julho de 1912, quando viu cumprido seu pedido de exoneração, datado do ano anterior, sendo designado Chefe do 3º Distrito Telegráfico do Estado. Para substituí-lo foi nomeado, interinamente, o Coronel Antônio Soares de Barros — mais conhecido por Coronel Dico — então próspero comerciante que havia se instalado na Colônia em 1890 com uma pequena casa de negócios, conhecida regionalmente por "bolicho".

Em 30 de dezembro de 1912 eram realizadas as primeiras eleições para a Intendência e o Conselho Municipal. O Coronel Dico elegeu-se Intendente juntamente com mais sete conselheiros, sendo a maioria igualmente comerciantes.

A partir de então, até inícios de 1938 a vida política e econômica do município de Ijuí passou a circular pelas mãos do Coronel. Ele reelegeu-se, sucessivamente, com exceção do período de 21 de abril de 1925 à 12 de janeiro de 1929, quando foi Delegado de Polícia local.

A influência de Antônio Soares de Barros nos destinos do município por um quarto de século, devia-se ao eleitorado aceitar, quase unanimemente, as orientações e as realizações do Partido Republicano Riograndense, do qual era representante máximo.

Desta forma cumpriu-se também em Ijuí a aliança "Serra-Litoral", referida por Joseph Love, visando a

sustentação do Governo do Partido Republicano Riograndense durante todo o período da República Velha. Ijuí, a exemplo de outros municípios do Planalto, era um reduto quase exclusivo do borgismo e, por consequência, sustentáculo do poder de Borges de Medeiros.

Somente a partir da década de 30, acompanhando a evolução política do Rio Grande do Sul e do país (Estado Novo), o Coronel viu solapar seu poder, ao mesmo tempo em que ganhava adversários no município.

Com a fuga ao Uruguai do Intervendor Flores da Cunha em outubro de 1937, do qual era adepto, Antônio Soares de Barros apresentou sua renúncia ao cargo de Prefeito de Ijuí, em 3 de janeiro de 1938, passando a viver em ostracismo político em Porto Alegre, administrando suas empresas.

Em 29 de janeiro de 1938 era designado Prefeito nomeado de Ijuí, o Bacharel Emílio Martins Bühner, que permaneceu no cargo até 17 de dezembro de 1943.

1.4 - A Infra-Estrutura

1.4.1 - A Estrada de Ferro

O Engenheiro Augusto Pestana, a par da administração da Colônia, que vinha se desenvolvendo com extrema rapidez, trabalhava junto às autoridades Estaduais para que Ijuí: 1) fosse dotado de um ramal ferroviário; 2) conquistasse sua autonomia administrativa. Medidas estas que julgava importantes, senão impreteríveis, para a continuação do crescimento econômico de Ijuí.

A dificuldade maior das colônias Novas do Planalto era sua distância dos mercados consumidores - Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro - o que fazia com que seus produtos fossem pouco lucrativos devido aos altos custos de transportes. Com a abertura da ferrovia Rio Grande do Sul-São Paulo, criava-se a única via de escoamento da produção.

A construção de um ramal ferroviário ligando Ijuí a Cruz Alta e, a partir daí, com Porto Alegre, a Região da fronteira, e mesmo o centro do país - São Paulo e Rio de Janeiro, - representará enorme melhoria no escoamento das safras. (48)

A construção da estrada de ferro havia chegado em Cruz Alta em 1895. Augusto Pestana, depois de ter elevado o

(48) CALLAI, Jaime Luiz. A agricultura na história de Ijuí. Coleção Centenário de Ijuí 5. Ijuí, Liv. UNIJUÍ Ed., 1987, p. 13.

nível da estrada Ijuí-Cruz Alta, permitindo fazer o percurso em cinco horas, em carroças puxadas por quatro mulas, sonhava com a estrada de ferro alcançando a Colônia.(49)

A construção do ramal ferroviário Cruz Alta-Santo Ângelo, passando por Ijuí, teve início em 1906 pelo 3º Batalhão Ferroviário de Engenharia, sob o comando do Tenente-Coronel Fernando Setembrino de Carvalho, "amigo de mocidade de Augusto Pestana, circunstância que facilitou o entendimento entre ambos, fazendo com que o traçado da estrada fosse feito de modo a beneficiar o quanto possível a sede de Ijuí.(50)

O traçado original previa a passagem dos trilhos na Linha 3 Oeste, mas acabou sendo implantado perto do centro da vila por influência de comerciantes. A casa comercial "A. Glitz & Cia" doou o terreno para a construção da Estação Ferroviária, cujos armazéns ficavam praticamente junto ao pátio da referida Estação.(51)

A inauguração do trajeto até Ijuí deu-se em 19 de outubro de 1911 com grandes festividades. A importância da ferrovia fez com que acorressem à nova Estação Ferroviária "pessoas não só da sede da Colônia, como de todas as "Linhas" e de todas as picadas", interrompendo o "ritmo do trabalho criador e construtivo, para assistir aos festejos

(49) BRUN, Argeniro Jacob. Nossas coisas. Volume 2. p. 70.

(50) _____. Nossas coisas. Volume 2. p. 70

(51) CALLAI, Jaeme Luiz. Agricultura. p. 13.

da inauguração e participar da alegria contagiante que a todos animava.(52)

Outro cronista interpretou a alegria dos presentes aos festejos inaugurais apresentando seus reais motivos: "maiores facilidades de locomoção, de transporte e de comunicações; centralização de escoamento de gêneros e de mercadorias; abreviamento do tempo para recebimento de mercadorias ..."(53)

1.4.2 - A "Uzina Hydro-Elétrica Municipal"

Com a instalação em Ijuí de um gradativo artesanato industrial, que tinha sua força-motriz baseado, principalmente, na energia a vapor e na energia hidráulica, aproveitando as muitas quedas de água existentes nos pequenos rios que cortam o município, necessário fazia-se achar uma alternativa eficiente e econômica para incrementar esta pequena industrialização.

A alternativa encontrada e que se achava em expansão em todo o mundo era a "energia elétrica", que a par do

(52) DRUM, Argeiro Jacob. Nossas coisas. Volume 1. p. 105.

(53) XAVIER, Odila Barros. 40 anos dentro de uma firma: 1899/1950. Porto Alegre, Globo, 1951, p. 35.

fornecimento da força para mover as indústrias, ainda fornecia a luz para o consumo geral da população.

Quando começou-se a discutir o assunto em Ijuí, o Coronel Antônio Soares de Barros inicialmente propugnava que apenas a instalação do serviço deveria ser realizado pela iniciativa privada. No relatório de 1915, apresentado ao Conselho Municipal, o Intendente alertava aos conselheiros que "é conveniente vossa autorização para oportunamente chamar concorrência para a instalação de força e luz elétrica no município. (54)

Em 1917 o Coronel havia contratado com o "Sr. Carlos Reimann, por um conto e quinhentos mil réis, anual, a iluminação elétrica na rua do Comércio por ser a mais movimentada". Informava aos conselheiros que "oportunamente chamarei concorrente para força e luz no município" (55) A energia da iluminação, que funcionava das 18 às 24 horas, provinha de um gerador que movia a serraria do referido senhor.

Em 1918 Carlos Reimann havia transferido a "Bos & Irmão" o serviço de fornecer "luz elétrica" que iluminava toda a Rua do Comércio, Praça da República e Ruas Floriano Peixoto, 15 de Novembro, José Bonifácio e Benjamin Constant.

(54) INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE IJUÍ (IMI). Relatório de 1915. Ijuí, Liv. Serrana, 1916, p. 11.

(55) _____, Relatório de 1917. p. 12.

A Intendência pagava a quantia de Rs 3:000\$000 (três contos de réis) por ano.

Ainda em 1918 o Intendente não renovou contrato com "Bos & Irmão", "pois que nosso fim era, em ocasião oportuna, fazer instalação própria de força e luz, aproveitando as quedas d'água que temos próximo à vila"⁽⁵⁶⁾ referindo-se ao então chamado Rio da Ponte, hoje Potiribu. O Coronel havia-se inteirado acerca da importância do assunto, de sua utilidade, potencialidade e lucratividade, chamando à municipalidade a tarefa de construir, zelar e explorar os serviços de "força e luz".

Chama atenção que nos documentos consultados, o termo "força" quase sempre precede o termo "luz", aquilatando a importância que se dava a fonte energética que deveria mover os motores das "indústrias", vindo em segundo plano os demais benefícios, como por exemplo, a iluminação à população. Ao mesmo tempo a questão "energia elétrica" passava a ser uma das principais preocupações da administração, ocupando um espaço maior nos Relatórios Anuais da Intendência.

O ano de 1919 era o da arrancada definitiva para a construção da Usina Municipal. No Relatório daquele ano, o Coronel dizia aos conselheiros que "mais uma vez trago ao vosso conhecimento a necessidade da instalação por conta do

(56) IMI. Relatório de 1919. p. 5.

município, de uma empresa de força e luz", tendo anteriormente convidado o "competente Dr. Vivaldi Coaracy, diretor do Instituto Electro-Tecnico da Escola de Engenharia da capital do Estado" para proceder os estudos do projeto e do orçamento, cujos trabalhos previa começar ainda em dezembro de 1919.

No mesmo Relatório o Coronel, defendendo o empreendimento, informava aos conselheiros que "sabemos quanto de utilidade trará para o município tal empresa, quanto facilitará barateando as nossas indústrias, oferecendo força motriz barata, além do embelezamento de uma luz abundante e barata na villa".

Alertava ainda que, embora grande o custo de sua instalação, o investimento compensava "como se tem verificado nos municípios que possuem taes serviços". Acrescentava que uma vez feitos e aprovados os estudos pelo Governo do Estado, submetia os mesmos ao Conselho.

Cumprindo o prometido, o Intendente enviou ao Conselho, através do Relatório de 1920, "os estudos para a instalação da hydro-eletrica municipal, serviço feito por engenheiros da Casa Bromberg & Cia de Porto Alegre e que já está approvedo pela Secretaria de Obras Públicas do Estado". Anexava todo o "projecto" junto com o parecer de aprovação da Secretaria.

Ao final do Relatório o Coronel dizia-se convencido "da urgente necessidade de levar-se a efeito este grande melhoramento, embora de momento venha a sobre-carregar as finanças municipaes, esgotando seu saldo e mesmo provocando deficit nos próximos exercícios, ainda compensará ...".(57) Dizia ainda que não restava dúvida que em breve o município "terá uma empreza importante que auxiliará o seu desenvolvimento industrial ...".

Daí para diante os trabalhos agilizaram-se. Em 31 de fevereiro de 1921 o Intendente abria concorrência pública para a construção da obra. Apresentaram-se três firmas, sendo vencedora a "Sociedade Commercial e Industrial Suissa no Brasil", contratada para fornecer e instalar uma turbina de 290 H.P. O custo de Rs 195:000\$000 (cento noventa e cinco contos de réis) seria pago em três prestações. A construção do canal de água e demais serviços de instalação foram assumidos pela própria Intendência, uma vez que não houveram concorrentes.(58)

Embora com atraso, devido às chuvas intensas, em junho de 1923, a usina começava a funcionar a título de experiência e em setembro começava o fornecimento de energia para algumas empresas. Em 15 de novembro de 1923 foi recebida oficialmente a usina e paga a última prestação. O custo total ficou em Rs 370:003\$590 (trezentos setenta

(57) IHI. Relatório de 1920. p. 11.

(58) IHI. Relatório de 1921. p. 5-9.

contos e três mil quinhentos e noventa réis). As perspectivas eram otimistas, haja visto que em agosto já havia sido celebrado contrato entre a Intendência e "Rosa, Bos & Cia" para o fornecimento de força e luz ao vizinho município de Santo Ângelo, ao mesmo tempo em que se cogitava a construção de uma segunda usina. (59)

Em 1924 o funcionamento da "Usina Hydro-Electrica" demonstrava os seus primeiros resultados, fazendo com que o Intendente se regozijasse ao afirmar "que são de notar os evidentes benefícios trazidos à população". A energia da usina "que vem facilitando os industrialistas progressistas no seu desenvolvimento", movia "21 motores de diversas forças aproveitados em marcenarias, funilarias, ferrarias, selarias, cervejarias, fábricas de gelo e café, prensas para beneficiar alfafa, olarias, cinemas, livrarias, bombas hydraulicas". (60)

Com a crescente eletrificação do "parque industrial" de Ijuí, com 104 motores ligados em 1929, "a actual usina (...) já está sobrecarregada, o que aliás constitui motivo de parabens, porque dahi se depreheende o desenvolvimento do município e a plena aceitação deste serviço". Diante disso, o Coronel contratava, 15 de junho de 1929 com a Sociedade Commercial e Industrial Suissa no Brasil, a instalação do segundo grupo gerador com uma turbina de 450 H.P.

(59) IMI. Relatório de 1923. p. 4-7.

(60) IMI. Relatório de 1924. p. 5.

Calculando o novo investimento em Rs 350:000\$000 (trezentos e cinquenta contos de réis), fez um empréstimo junto ao Banco do Estado do Rio Grande no valor de Rs 1.000:000\$000 (um milhão de contos de réis) para atender esta e outras despesas do município. O coronel julgava que com o novo investimento, a demanda da usina estava garantida "por uma dezena de anos".(61)

A nova turbina entrava em funcionamento em janeiro de 1931, tendo a usina capacidade de gerar 740 H.P.

Enumerando as vantagens da usina, o Coronel quantificava em 1930, pela primeira vez, a receita que a mesma dava ao município:

Serviço está correspondendo plenamente aos cálculos feitos (...) além das vantagens que oferece para o desenvolvimento industrial e embelezamento da Villa, ainda concorre com um saldo relativamente elevado aos cofres municipais - quarta parte da receita.(62)

Com a empresa exibindo receita exuberante, embora a energia não fosse considerada cara, a iniciativa privada começava a fazer pressões. Estas tinham começado ainda em 1929, quando a Intendência era assediada "por elementos interessados na compra da usina e conseqüente desmunicipalização do serviço". Mas o Coronel avisava aos

(61) INI. Relatório de 1922, p. 10.

(62) PREFEITURA MUNICIPAL DE IJUI (PMI). Relatório de 1930. p. 9.

interessados, através do próprio Relatório de 1930, que não cogitava vender a usina.

O processo de eletrificação das "indústrias" ijuenses quadruplicou-se no período de 1925 a 1935, (Quadro N° 1, abaixo), demonstrando a plena aceitação do serviço.

QUADRO Nº 1

NÚMERO E POTÊNCIA DOS MOTORES MOVIDOS PELA USINA MUNICIPAL DO RIO POTIRIBU - 1923/1936				
ANO	Nº DE MOTORES	POTÊNCIA DOS MOTORES	Nº DE MOTORES LIGADOS NO ANO	POTÊNCIA DOS MOTORES LIGADOS NO ANO.
1923	9	41 HP (dia) 60 HP (noite)	9	-
1924	21	88,50 P.S	12	-
1925	36	140,15 P.S	17	62,15 P.S
1926	47	212,65 P.S	14	73,00 P.S
1927	65	299,05 C.V	21	107,20 P.S
1928	83	342,65 C.V	22	73,00 C.V
1929	104	397,10 C.V	31	83,80 C.V
1930	87	360,60 C.V	11	37,25 C.V
1931	99	456,55 C.V	16	95,75 C.V
1932	112	484,50 C.V	19	41,70 C.V
1933	112	504,10 C.V	11	48,70 C.V
1934	125	589,50 C.V	16	90,10 C.V
1935	134	628,00 C.V	13	42,35 C.V
1936	154	688,95 C.V	23	63,70 C.V

Fonte: "Quadro demonstrativo nominal dos proprietários de motores movidos pela Usina Municipal" dos Relatórios Municipais de Ijuí - 1923/1936.

A partir de 1930 os motores que estavam sendo instalados eram de maiores potências (Quadro Nº 1). Rodolfo Stuckmann, responsável pelo setor de energia, também o acusava no Relatório de 1934: "Com o correr do tempo estão

sendo ligadas (.....) cada vez mais motores de alta potência". Para um aproveitamento melhor da energia, barateando seu custo, aconselhava o uso de "motores autosincronicos de potência, em lugar dos usuais motores asincronicos". (63)

No relatório de 1936 o Coronel vangloriava-se do uso da "força electrica" para o qual tinha-se empenhado:

Os industriais tem reconhecido as vantagens multiplas do aproveitamento da força electrica e dela tem usado em todos os ramos da atividade, podendo quasi se dizer, que hoje no Ijuí, as indústrias movem-se empurradas pela força da hulha branca, transformada através das turbinas geradoras do Rio da Ponte Potiribu. Tanta tem sido a aceitação e aproveitamento desta usina que já se tornou necessário o aumento da represa e do canal existente para que não falte força ao organismo industrial ijuicense nas grandes estiagens; esse melhoramento está em estudos. (64)

Porém, os planos de ampliação da usina eram abandonados. Diante do agravamento do quadro energético (mais motores de alta potência e estiagens), o Coronel Antônio Soares de Barros, em 1937, no seu último Relatório, propunha um empreendimento audacioso: construção de uma usina no Rio Ijuí com força de 1.000 K.W.A. Afirmava que seu custo não passava de 1.000 a 1.200 contos de réis. Achava a obra viável por ter o município experiência neste setor.

(63) PMI. Relatório de 1934. p. 2.

(64) _____. Relatório de 1936. p. 4.

Para fazer frente ao agravamento do quadro energético, em circunstância de emergência, enquanto a grande usina não era construída, o município colocava em funcionamento em 5 de outubro de 1948, uma turbina movida a vapor e outra, em 10 de setembro de 1951, movida a diesel, ambas depois desativadas quando entravam em funcionamento os dois grupos geradores da Usina do Passo de Ajuricaba, no Rio Ijuí.(65)

1.5 - O Desenvolvimento Econômico

Toda área de mato do planalto rio-grandense ocupada a partir de 1890 por imigrantes europeus e principalmente migrantes das Colônias Velhas, fez-se com três características básicas:(66)

- a) A distribuição de propriedades de 25 hectares, que embora diminutas, eram partilhadas por ocasião das heranças, dando origem a uma maior minifundização;
- b) A prática da policultura, com o cultivo de relativa variedade de produtos (se bem que por

(65) LAZZAROTTO, Danilo. p. 26

(66) DRUM, Argeniro Jacob. Modernização da agricultura: Trigo e soja. Petrópolis, Vozes/FIDENE, 1988, p. 30.

vezes o plantio de três produtos representava 90% da produção) e a criação de animais (suínos, bovinos e aves), destinada ao abastecimento da família e à produção de excedentes para a comercialização;

- c) A utilização de recursos naturais (fertilidade natural do solo) e comumente o uso de mão-de-obra familiar.

Estas três características moldaram a sociedade nesta parte do Rio Grande do Sul, particularmente em Ijuí, ao mesmo tempo em que repercutiram em todos os sentidos e ao longo do tempo.

A agricultura foi a atividade que dinamizou a economia de Ijuí. A Revista "Ijuhy no Centenário - 1822/1922", afirma que "essa é a principal riqueza do Município", fazendo com que o mesmo fosse "um dos maiores produtores do Estado pela fertilidade extraordinária do solo".(67) A entusiástica afirmativa estava correta na medida em que quase 92% da população do município, em 1920, estava situada na área rural, fazendo da cultura do milho(68) o

(67) REVISTA "Ijuhy no Centenário - 1822/1922". Ijuí, Liv. Serrana, 1922, n.p.

(68) "No período mais colonial da agricultura ijuicense, dois ou três produtos representam aproximadamente 90% da produção total. O milho destaca-se aí (...) completando-se com o feijão e o trigo". Em 1920, 86,3% da produção total era de milho, 2,6% era de feijão e 2,5% era de trigo. CALLAI, Jaime Luiz. Estudo da Dinâmica Populacional de Ijuí (RS) - 1890-1970. Curitiba, 1980, p. 55 e 56. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

principal produto da alimentação humana e animal (suíno, do qual era extraída a banha) e ainda "exportado".(69)

A mesma Revista ainda dizia que "a principal indústria é a da banha, seguindo-se a de madeiras, cereaes, herva-matte e outras menos desenvolvidas". Conseqüentemente, "os principaes generos de exportação são a banha, as madeiras, milho, feijão, trigo, alfafa, herva-matte ...".(70) Os mercados consumidores destes "generos de exportação" também eram dados pela mencionada Revista: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, cidades da fronteira do Estado (situadas na zona da campanha gaúcha, junto com a divisa do Uruguai), Rio de Janeiro e São Paulo. Necessário torna-se dizer que este era o período de produção máxima da agricultura em Ijuí, que começava apenas a declinar no final dos anos trinta com o esgotamento da fertilidade natural do solo.

Este período do auge da produção agrícola era assim visto por Argemiro Jacob Brum:

Essas áreas da zona da mata experimentaram relativo dinamismo e expansão econômica. Dentro dos padrões da época pode-se afirmar o surgimento de uma extensa classe média rural que, graças ao resultado da comercialização de sua produção excedente, passou a dispor de certo poder aquisitivo que estimulou o aparecimento e expansão de atividades artesanais e de pequenas e médias empresas industriais, bem como ativou o comércio.(71)

(69) O termo "exportado" aparece com frequência em documentos da época e tem o sentido de ser comercializado fora do município.

(70) REVISTA "Ijuí no Centenário - 1822/1922". n.p.

(71) BRUM, Argemiro Jacob. Modernização. p.30

O crescimento econômico na década de vinte era tal que na obra "Hundert Jahre Deutschland in Rio Grande do Sul", editado em 1924, por ocasião dos 100 anos da imigração alemã, falava-se que

Ijuí promete tornar-se o que São Leopoldo foi e o que é Santa Cruz: Um centro industrial e comercial para a região colonial do noroeste do Estado que tão rapidamente cresceu nestes dois decênios. (72)

Porém, deve-se chamar atenção para o cuidado com o emprego da palavra "fábrica" ou "indústria". Weber, defrontando-se unicamente com a questão industrial afirma que a "generalidade do emprego da palavra fábrica, que tanto era usada para referir-se a uma indústria como para salientar uma fabriqueta quase artesanal". (73) Complementa dizendo que isso tornava difícil a definição do número de estabelecimentos efetivamente instalados. Ela prefere chamar de "atividades fabris" o período que antecede a 1930. A dificuldade para estabelecer o número de indústrias também acaba sendo válido para os trabalhadores: "mais difícil ainda é determinar o número de trabalhadores industriais". (74)

(72) FRIEDRICH, Lothar. Ijuí Colônia: Números do passado glorificam o presente. In: Correio Serrano - 19 out 1973. Edição comemorativa. n.p.

(73) WEBER, Regina. Os inícios de industrialização em Ijuí. Coleção Centenário de Ijuí 1. Ijuí, Liv. UNIJUI Ed., 1987, p. 161.

(74) _____, p. 161, 162.

O primeiro dado abrangente que aparece nos documentos refere-se ao ano de 1920. Naquele ano, segundo a Repartição de Estatística, estavam sujeitos ao recolhimento do Imposto de Consumo Federal em Ijuí, 96 estabelecimentos. Já o recenseamento do mesmo ano indicava que 625 pessoas estavam ocupadas na "indústria", envolvendo empregadores, operários e empregados da escrituração.(75)

Nesta época, "encontram-se na zona rural muitos estabelecimentos industriais que transformam a produção agrícola no local mesmo - moinhos colonais, engenhos de cana, ferrarias, olarias, serrarias, soques de erva-mate, casas comerciais que não só vendem manufaturados como também compram as safras agrícolas".(76)

Como exemplo, basta citar as atividades de ferrarias/funilarias e serrarias.

As ferrarias e funilarias, somadas, atingiram um número próximo a meia centena nos anos trinta. Grande parte destas ferrarias localizava-se no interior do município, podendo-se deduzir que eram atividades exercidas por colonos. Das funilarias, um terço estava situado na vila. O censo de 1920 registra 122 homens que têm como profissão principal a metalurgia. Porém, uma única "oficina de

(75) WEBER, Regina. *Inícios*. p. 162.

(76) CALLAI, Jaene Luiz. *Estudo*. p. 52.

fundição, localizada na vila, adquire neste período características de indústria: a Fundição Reimann.(77)

As serrarias eram 18 em 1913 e 53 em 1933 e localizavam-se, em sua quase totalidade no interior do município. Nos anos vinte a vila só contava com uma serraria a vapor. Mas foi o local onde instalaram-se as primeiras serrarias hidroelétricas a partir de 1925, devido ao estímulo da energia elétrica. Era também na vila, junto a estação ferroviária, que estabeleciam-se os "exportadores de madeira" que em 1922 eram em número de nove.(78)

Ainda atuando sobre o ramo da madeira tinha-se as marcenarias e as carpintarias, que juntas somavam em torno de duas dezenas em 1933. Estes estabelecimentos eram movidos a energia hidráulica no interior do município e com energia elétrica na vila. Em 1931 existiam dez motores instalados em nove marcenarias consumido 50 HP. A vila abrigava mais marcenarias que carpintarias, o que sugere que o trabalhador mais qualificado estava na vila.(79)

Não tendo-se realizado o recenseamento de 1930, o próprio município resolveu proceder o seu em 1931. No quadro "Profissões", os números precisam ser tomados com cautela por atingirem 21.451 enquanto que o total da população recenseada era de 37.718 habitantes. Ainda assim davam uma

(77) WEBER, Regina. *Inícios*. p. 54, 55.

(78) ____ *Inícios* . p. 15, 16.

(79) ____ p. 22, 23.

idéia da ocupação do contingente humano que vivia no município.

Neste quadro, envolvendo os habitantes tanto da vila como do interior do município, aparecem: 193 comerciantes; 532 industrialistas; 418 empregados públicos e comerciários; 32 criadores; 8.890 agricultores; 261 jornaleiros; 120 oficiais e aprendizes; 9.738 servidores domésticos; 14 sem profissão e 1.253 diversos.(80)

Os dados que dizem respeito às ocupações na vila, que mesmo assim não fecham com a população urbana, tem as seguintes cifras: 75 comerciantes; 140 industrialistas; 282 empregados públicos ou comércio; 9 criadores; 38 agricultores; 261 jornaleiros; 120 oficiais e aprendizes; 1.164 servidores domésticos; 13 sem profissão e 63 diversos.(81)

Deste universo, ao tomar-se apenas os empregados públicos, comerciários, jornaleiros, oficiais e aprendizes tem-se um contingente de 663 indivíduos que eram os empregados nos diversos estabelecimentos industriais, comerciais e nas repartições públicas. A cifra de 663 indivíduos empregados em 1931, fornece um dado que pode ser levado em consideração.

(80) PMI. Relatório de 1931. Anexo 1.

(81) Anexo 1.

Com uma taxa de urbanização de 9% em 1932, os contornos de uma industrialização em Ijuí pôde ser percebida a partir dos anos trinta, segundo Weber:

Com os resultados da pesquisa possuímos dados para visualizar um processo de industrialização em marcha na década de trinta em Ijuí e que tem na suino-indústria sua maior expressão. Destaque também para os ramos de transformação da madeira, couro, laticínios e fundições.

é clara a ligação entre a industrialização ijuiense e o universo colonial em que se situa o município ...

Mas a existência desses laços não implica em dependência da indústria com relação ao setor agropecuário. É preciso lembrar que a industrialização ijuiense ocorre num momento em que já existe um mercado consumidor regional e nacional, o qual os produtos locais conseguem atingir através das ferrovias e do sistema rodoviário em constituição. Banha, manteiga, lâminas de madeira, móveis, couros, aguardente, salgados derivados de suínos, artefatos de madeira, erva-mate, artigos de fundição, são alguns produtos fabris vendidos fora do mercado local.(82)

Outro fenômeno percebido por Weber no correr dos anos trinta é que as fabriquetas que tornavam-se indústrias estavam localizados na vila ou para ela se transferiam.(83) É evidente que ao lado da metamorfose e da transferência, houveram outras que simplesmente desapareceram. Já a transferência das fabriquetas do interior do município à vila teve como estímulo o acesso à energia elétrica e maiores facilidades de comércio e de transportes. Se

(82) WEBER, Regina. Inícios. p. 167, 168.

(83) ... p. 175.

observada a taxa de urbanização de 1940, a afirmação de Weber corrobora-se, pois subia para quase 15%.

A industrialização de Ijuí na década de trinta pode ser percebida ainda de outras formas.

A Fundação Reimann, em 1934, empregava em média 30 trabalhadores, chegando a atingir 80 no auge da fabricação de prensas de cana, divididos muitos deles em tarefas especializadas, moldador, torneiro, ajustador, pessoal de fundição, todos controlados por chefes de seção.⁽⁸⁴⁾

Tomando como critério o consumo de energia elétrica, um processo de industrialização também era percebido. Além de ter quadruplicado a eletrificação das indústrias no período de 1925 a 1935, tinha-se a partir de 1930 a instalação de motores de maiores potências, para o que o responsável pelo setor, Rodolfo Stuckmann, chamou a atenção no Relatório de 1934.

O aparecimento da organização sindical por parte dos trabalhadores, também era sintoma de industrialização, pois, foi possível perceber que a configuração sindical seguiu paralela aos ramos industriais mais desenvolvidos, além de acompanhar as atividades comerciais e bancárias".⁽⁸⁵⁾

A ata de fundação do Sindicato dos Empregados da Indústria e do Comércio" (SEIC), de 12 de fevereiro de 1935,

(84) WEBER, Regina. *Inícios*. p. 56, 57.

(85) _____, p. 162.

registra que "reunidos 90 operários representando a terça parte dos profissionais do ramo na localidade".(86) Esta cifra, que totalizava 270 operários, precisa ser relativizado, como também reconhece Regina Weber. Visava apenas o cumprimento das exigências legais perante o MTIC.

A expressiva soma de 45 expositores de Ijuí presentes na Exposição em comemoração ao centenário da Revolução Farroupilha, no ano de 1935 em Porto Alegre, denota além de pujança econômica, uma crescente industrialização. O Coronel Antônio Soares de Barros em seu Relatório de 1935 exaltava-se ao afirmar que o "Município de Ijuhy, fez representar condignamente nesse certamen, a elle concorrendo quarenta e cinco expositores, representando as industrias, commercio, agricultura".(87)

A industrialização de suínos era a maior expressão da economia de Ijuí. O Relatório de 1931, afirma que durante aquele ano, Ijuí "exportou" 2.787.849 quilos de banha e 5.478 suínos vivos.(88) Em 1933 "exportou-se" 3.685.694 quilos de banha e 6.000 suínos vivos.(89)

A industrialização de suínos em Ijuí teve incremento com a instalação, em 1934, do Frigorífico de Rosalvo Scherer

(86) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 12 de fevereiro de 1935. Livro 1, fl. 1.

(87) PMI. Relatório de 1935. p. 4.

(88) _____. Relatório de 1931. p. 4.

(89) _____. Relatório de 1933. p. 7.

- Frigorífico Serrano - tendo inicialmente capacidade diária de industrializar 100 suínos.(90)

Rosalvo Scherer revela nova faceta que precisa ser levada em consideração para entender-se a industrialização e o grande comércio de Ijuí, já que várias eram as casas comerciais que atuaram no atacado:

É que sempre me impressionou (...) a situação estratégica de Ijuí que, como um gargalo de garrafa, é a passagem forçada para todo este vasto hinterland, representado pela rica zona missioneira que se estende até o fértil vale do rio Uruguai.(91)

A boa localização geográfica de Ijuí era a responsável para que nas décadas de 40 a 60 a indústria e, principalmente, o comércio vendessem suas mercadorias para além da zona missioneira e municípios do vale do Rio Uruguai, chegando a atingir o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná.

Em outubro de 1940, por ocasião dos 50 anos de fundação de Ijuí, foi organizada uma grande exposição agropecuária, industrial e cultural. Foi também editado pelo "Comissariado da Grande Exposição" a revista denominada "Álbum Comemorativo do Cincoentenário da Fundação de Ijuí - 1890/1940", com a finalidade de propagar a pujança econômica de Ijuí.

(90) WEBER, Regina. *Inícios*. p. 108.

(91) _____. *Inícios*. p. 110.

Neste "Álbum", na parte "Vida Econômica de Ijuí - Indústria e Comércio", são destacadas como principais indústrias:

1 fundição de ferro; 1 fábrica de produtos suínos (Frigorífico); 3 fábricas de laticínios; 1 forno de cal; 1 refinaria de banha; 1 estabelecimento de artes gráficas; 2 fábricas de escovas e pincéis; 2 fábricas de licores finos; 2 fábricas de facas e canivetes; 1 fábrica de madeira compensada; 1 fábrica de madeira folhada; 3 fábricas de móveis finos; 2 fábricas de obras de cobre; 1 fábrica de barricas; 2 fábricas de óleos vegetais; 2 fábricas de gelo; 20 fábricas de vinho; 1 fábrica de tornos; 0 fábricas de socos de tamanco; 2 fábricas de chapéus para senhoras; 1 fábrica de camisas e gravatas; 5 fábricas de queijo; 10 fábricas de sabão; 1 fábrica de pelegos; 2 fábricas de louça de barro; 2 fábricas de vassouras; 4 fábricas de chinelos e numerosas outras fábricas, além de grande número de oficinas pequenas. (92)

Reafirmando-se o devido cuidado com o termo "fábrica" ou "indústria", esta relação demonstra um significativo panorama do quadro industrial de Ijuí em 1940.

Ainda que os dados para a década de 1940 sejam mais abundantes, não existem nenhum acordo entre eles. Mesmo assim convém arrolá-los para que se possa ter um referencial.

(92) REVISTA "Álbum Comemorativo do Cincoentenário da Fundação de Ijuí - 1850/1940". Ijuí, Liv. Serrana, 1940, n.p.

O recenseamento de setembro de 1940 indica para Ijuí 129 estabelecimentos industriais ocupando 884 pessoas.(93) Já o Censo Comercial do Rio Grande do Sul de 1940 fornece 151 estabelecimentos comerciais ocupando 571 pessoas.(94)

Por sua vez o Censo Demográfico de 1940 indica que as indústrias extrativas ocupavam 20 pessoas; as de transformação 1.239 e os estabelecimentos comerciais 613 pessoas.(95) Os dados acima não distinguem patrões, escriturários e trabalhadores.

Também em 1940 um comentarista do parque industrial de Ijuí afirmava que "este formidável parque se compõe de 92 fábricas (.....) empregando 618 pessoas ...".(96) Ainda para 1940 outra fonte indicava que havia 179 fábricas entre grandes e pequenas, tanto na cidade como no interior.(97)

(93) IBGE. Censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços: quadros de totais referentes ao Estado e de distribuição segundo os Municípios. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950, 325 p. il. (Regional; 22. Rio Grande do Sul; Tomo 2) p. 217:16. Características gerais de organização e movimento das empresas e estabelecimentos industriais, segundo os Municípios. [Item 32. Ijuí].

(94) IBGE. Censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços: quadros de totais referentes ao Estado e de distribuição segundo os Municípios. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950, 325 p. il. (Regional; 22. Rio Grande do Sul; Tomo 2) p. 271:20. Capital aplicado e pessoal ocupado, em 1.09.1940, nos estabelecimentos que operam no comércio de mercadorias, segundo os Municípios. [Item 32. Ijuí].

(95) IBGE. Censo demográfico: população e habilitação: quadros de totais referentes ao Estado e de distribuição segundo os Municípios: quadros sinóticos por Município. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950, 307 p. il. (Regional; 22. Rio Grande do Sul; Tomo 1). p. 145:62. População de fato, por sexo e grupos de idades, segundo os principais caracteres individuais. [Ijuí].

(96) CS - 7 out 1940, N° 82, p. 1.

(97) WEBER, Regina. Inícios. p. 163.

Weber levantando dados sobre o número de operários da indústria, afirma que "a cifra de 800 para o ano de 1940 é uma estimativa que serve de ponto de partida, (...) principalmente se levarmos em consideração que 800 pessoas correspondem a apenas 13% da população urbana neste ano".(98)

Na ausência de dados precisos, Weber criou uma tipificação para enquadrar um estabelecimento industrial, tomando em consideração o ano de 1940. Ela passa a qualificar como indústria aquele empreendimento que preencher os requisitos de possuir de 20 a 30 trabalhadores assalariados; tarefas que requerem habilidades específicas; chefias de seções; utilização de máquinas importadas ou fabricadas na própria cidade; uso de energia elétrica, óleo ou vapor; produção para um mercado que ultrapassa o do consumo local.(99)

Com estes atributos Weber concluiu que havia em Ijuí, em 1940, 16 indústrias que eram as seguintes:

- Otto Low & Irmão, fábrica para preparo de chapas de madeira;
- João Hickembick, serraria e carpintaria;
- Albino Brendler, carpintaria, serraria e ceperaria;
- Fábrica de Móveis Gritschy;

(98) WEBER, Regina. p. 164.

(99) _____, p. 165.

- Fábrica de Artefatos de Madeira, de Eduardo Schmidt;

- Fábrica de Escovas, de Paulo Klemann;

- Arthur Fuchs, fundição e funilaria;

- Fundição Ijuí, de Reimann, Gressler & Glitz;

- Geiss & Cia., curtume, selaria e fábrica de calçados;

- Germano Gressler, curtume, selaria, tamancaria e chinelaria;

- Sociedade de Banha;

- Frigorífico Serrano, de Rosalvo Scherer;

- Fábrica de Produtos Suínos, de Schroer & Cia;

- Sociedade Laticínios Ijuicense Ltda.;

- Fábrica de Balas Soberanas;

- Livraria Serrana, de Low & Filhos Ltda. (100)

Complementa Weber afirmando que

outros estabelecimentos com características industriais estavam entrando em funcionamento nesta data, vindo a compor o parque industrial das próximas décadas. A adoção de critérios menos exigentes faria incluir no rol de indústrias estabelecimentos como a fábrica de manteiga de família Franke, a fábrica de cal,

(100) WEBER, Regina. Inícios. p. 166.

a fábrica de camas e fogões de Frederico Werner e o engarrafamento de Água Mineral Fonte Ijuí.(101)

Em 1943 o jornal Correio Serrano, que desde 1926 vinha aplicando a expressão "surto industrial" para cada novo estabelecimento aberto, entusiasmado com o progresso de Ijuí, afirmava que o município tinha 356 estabelecimentos industriais entre grandes e pequenos. Com estes dados, os estabelecimentos industriais superavam os comerciais, estimados em 184.(102)

Ainda para 1943, Joaquim Mendes, articulista do Correio Serrano, referindo-se às comemorações do Primeiro de Maio, alegou a existência de 800 operários industriais em Ijuí.(103)

1.6 - A Organização das Classes Empregadores

1.6.1 - A Associação Comercial de Ijuí

Ijuí possuía um comércio bastante desenvolvido em 1917, servindo a consumidores do município e de toda a região das Colônias Novas. Por esta razão constituíram-se

(101) NEBER, Regina. p. 166, 167.

(102) ____, p. 163.

(103) ____, *Inícios*. p. 163.

estabelecimentos comerciais que atuaram a nível de atacado ou de varejo, quando não conjuntamente.

Com quase exclusiva representação na Intendência e no Conselho Municipal, de cujos órgãos que poderiam atuar para o atendimento de seus interesses, ainda assim, os comerciantes e industriais decidiram fundar sua entidade de classe, tal como vinha acontecendo nas demais vilas e cidades do interior do estado.

Em 21 de outubro de 1917, no Salão Nobre do Clube Ijuí, um número diminuto de prósperos comerciantes, incluindo o Intendente Antônio Soares de Barros, reuniu-se para fundar sua associação denominada inicialmente "Praça do Comércio", tendo como membros de sua primeira Diretoria Francisco Panichi (Presidente Provisório), Alzevir Guimarães, Álvaro de Carvalho Nicofé, João Alberto Kopf, Frederico Graff, Guilherme Schamberg Filho, Emílio Klever, Emílio Bühner e João Batista Bós Filho. (104)

Os estatutos da entidade foram aprovados em 2 de dezembro de 1917. Em 29 de dezembro de 1918 foi trocado o nome para "Associação Commercial de Ijuhy", acatando proposta de associados reunidos em Assembléia Geral. (105)

Quanto à organização das classes empresariais ijuíenses, encontramos tanto a fração comercial quanto a industrial, aglutinadas na Associação Commercial e Industrial de Ijuí, como

(104) REVISTA DA II EXPOIJUÍ. Ijuí, Manutius, 1905, p. 59.

(105) REVISTA "IJUHY NO CENTENÁRIO - 1822/1922". Ijuí, Liv. Serrana, 1922, n.p.

ocorria em todo Estado; isto indica que não havia demandas específicas por parte dos industriais, que permaneciam subordinados aos interesses da fração comercial.(106)

Apresentando-se como entidade representativa do povo, a Associação assumiu o propósito de "unir as classes e iniciar uma luta incessante em prol dos interesses da localidade, que nascera humilde, mas com força ímpar de crescimento".(107)

Baseado neste primado, engajou-se desde sua fundação, juntamente com suas congêneres, na luta pela encampação pelo Governo do Estado da estrada de ferro da "Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil", que vinha apresentando um transporte ferroviário deficiente. O objetivo foi alcançado em meados de 1920.

Em fevereiro de 1921 a entidade filiou-se à "Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul". Em setembro de 1922, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil, a entidade patrocinou a edição da Revista "Ijuhy no Centenário - 1822/1922", objetivando a "propaganda do nosso rico, próspero e industrial Município, tão mal conhecido de uns e tão grandemente ignorado de outros".(108)

(106) AVANCINI, Elsa Gonçalves. Industrialização e classes produtoras em Ijuí. In: ACKER, Celso Henrique & Silva, Marilda Almeida da. Cadernos do Centenário, Jornal da Manhã. Ijuí, 28 jul 1970, p. 3.

(107) REVISTA DA II EXPOIJUÍ. p. 59.

(108) REVISTA "IJUHY NO CENTENÁRIO - 1822/1922". n.p.

Os comerciantes apresentaram na Revista um histórico da Independência e do município, sua pujança econômica (agricultura, comércio e indústria), ilustrado com fotografias e propagandas.

Consta também da atuação da entidade, tentando mesclar os seus interesses com os da população, a reivindicação de sacas de sementes de trigo para "incentivar a cultura daquele quase desconhecido cereal", esforços para dotar o município de telefone, luz e energia elétrica, calçamento, pontes, estradas, água e escolas.(107)

Durante a década de trinta a atuação da Associação Comercial de Ijuí (ACI) era assim vista:

O exame das Atas da ACI, até quase o final da década de 30, mostra uma preocupação precípua com o rameirão comercial rotineiro e indispensável ao comércio: os impostos, os transportes, as comunicações, o horário da praça comercial, os turnos dos empregados do comércio.(110)

1.6.2 - O Centro Industrial Ijuicense

O reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores de Ijuí, em dezembro de 1937, motivou a organização em entidade

(107) REVISTA DA II EXPOIJUÍ. p. 57.

(110) AVANCINI, Elsa Gonçalves. p. 3.

própria dos empregadores do ramo industrial, até então aglutinados na ACI.

Precedeu à fundação uma acirrada discussão sobre a denominação da entidade dos industriais. Enquanto o jornal Correio Serrano e a Comissão Organizadora defendiam a denominação "Sindicato Ijuicense dos Empregadores Industriais", outros integrantes do ramo defendiam a denominação "Centro Industrial Ijuicense". Atestando que a palavra "Sindicato" era estigmatizada no meio patronal, venceu a denominação "Centro Industrial Ijuicense".

Em 23 de dezembro de 1937, no Clube Ginástico e Cantores era fundado o "Centro Industrial Ijuicense", cuja finalidade era a defesa dos interesses da classe. A organização dos estatutos e eleição da Diretoria foram postergadas para nova Assembléia no prazo de três semanas.(111)

Em nova Assembléia realizada em 13 de janeiro de 1938, com a "presença de 33 cidadãos", foram aprovados os estatutos e eleita a primeira Diretoria "recaindo a votação unânime nos seguintes associados": Presidente - Paulo Kleemann; Vice-Presidente - Frederico Sahlberg; 1º Secretário - Rosalvo Scherer; 2º Secretário - Geiss & Cia.; 1º Tesoureiro - José A. Frantz; 2º Tesoureiro - Beal & Cia. Esta Diretoria foi empossada na mesma Assembléia.(112)

(111) CS - 24 dez 1937, Nº 103, p. 3.

(112) CS - 17 jan 1938, Nº 6, p. 1.

Em dezembro de 1941 foi eleita nova Diretoria, sendo eleito para o cargo de Presidente o industrial Rosalvo Scherer, proprietário do Frigorífico Serrano, cujo estabelecimento empregava então o maior número de trabalhadores em Ijuí.

Mesmo tendo seu nome alterado para "Associação Industrial, Comercial e Agrícola", o "Centro Industrial Ijuicense" tornou a fundir-se com a entidade dos comerciantes que então denominava-se "Associação Comercial, Industrial e Colonial", que tinha na Presidência o comerciante e industrial Olinto Ramos Queiroz.

A fusão aconteceu em Assembléia Geral Extraordinária conjunta realizada em 18 de novembro de 1942 no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Ijuí. A entidade resultante da fusão passou a chamar-se simplesmente de "Associação Comercial de Ijuí", tendo na Presidência o comerciante Orestes Lúcio Bergamaschi.(113)

Com a fusão, durante a década de quarenta, a ACI "aumentou significativamente seu número de associados e os interesses da fração industrial passaram ao primeiro plano, multiplicando-se o número de reuniões".(114)

(113) CS - 21 nov 1942, Nº 93, p. 3.

(114) AVANCINI, Elsa Gonçalves. p. 3.

Esta era a organização de comerciantes e industriais quando os trabalhadores de ambos os ramos passaram a promover a sua organização sindical.

2 - PRIMÓRDIOS DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

2.1 - A Procedência dos Trabalhadores

Mesmo não sendo este o objeto principal da pesquisa, convém somar maiores informações a cerca do contingente dos trabalhadores, que era a mão-de-obra potencial nas décadas de trinta e quarenta, sendo, portanto, elementos necessários para a formação dos diversos sindicatos.

Estas informações foram colhidas por Regina Weber em sua dissertação "A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR FABRIL: HISTÓRIA ORAL EM IJUÍ/RS"⁽¹⁾. Ainda que válidas apenas para o ramo industrial, estas informações dão uma idéia da procedência dos trabalhadores, estimados em 800 para o ano de 1940.

Segundo conclui Weber, tomando por critérios o ano e o local de nascimento, um universo de 428 trabalhadores formaram três grandes grupos do contingente operário em Ijuí nas décadas de trinta e quarenta: "gaúchos", ijuíenses e estrangeiros.

(1) WEBER, Regina. A formação do trabalhador fabril: História oral em Ijuí/RS. Campinas, 1989, p. 17-21. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas.

1) Os "gaúchos" formaram a maior parte do conjunto dos trabalhadores (46% do total). Nasceram no Rio Grande do Sul, fora de Ijuí, provenientes de mais de quarenta cidades diferentes. Destacaram-se as cidades vizinhas de Cruz Alta e Santo Ângelo e, um pouco mais afastadas, Júlio de Castilhos e Tupanciretã. Geralmente procediam destas cidades os componentes da população de origem luso-brasileira. Enquanto os germânicos - descendentes de imigrantes alemães - vinham das "Colônias Velhas" (Santa Cruz do Sul, Lageado, Cachoeira do Sul). Da região da fronteira, também procederam alguns trabalhadores.

Dos qualificados como "gaúchos", 47% nasceram depois de 1920, o que significa que em 1940 os operários abrangidos por este percentual entraram para a fábrica com menos de 20 anos. Um percentual de 12% nasceu antes de 1900, podendo serem filhos de colonos que deixaram as "Colônias Velhas" quando foi criada a "Colônia Ijuhy".

2) Os ijuíenses correspondem a quase 1/3 do total (29%) e eram descendentes de famílias urbanas e rurais estabelecidas em Ijuí. Muitos eram filhos de elementos que correspondiam aos dois outros grupos. Um percentual de 66% destes ijuíenses nasceram depois de 1920, resultando numa cifra de jovens operários naturais do município.

3) Os estrangeiros somaram 22% do contingente pesquisado. Dos 67 estrangeiros dos quais se conhece o país

natal, 28 nasceram na Romênia (41%), 16 na Rússia (23%) e 13 na Alemanha (19%). Estes estrangeiros formaram a mão-de-obra mais permanente nas fábricas.

O resíduo percentual era creditado a pessoas que nasceram no Brasil, porém, fora do Rio Grande do Sul.

2.2 - O Anarquista Friedrich Kniestedt

A primeira notícia que se teve sobre a organização operária em Ijuí data do final de 1922 e início de 1923, fazendo parte do denominado período anarquista (1910-1930), quando esta corrente política dominou o meio operário gaúcho, dirigindo a Federação Operária do Rio Grande do Sul.(2)

O imigrante anarquista alemão, Friedrich Kniestedt, iniciou em 24 de dezembro de 1922

uma viagem que, passando por São Leopoldo e Montenegro, o levou a Ijuí e Neu-Württemberg (Panambi), onde, em palestras que duravam três horas, mostrava que a sociedade atual é muito pouco cristã e descrevia o verdadeiro socialismo. Em todos os

(2) MARÇAL, João Batista. Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1985, p. 16.

lugares por que passava, criava grupos de "freie Arbeiter" (trabalhadores livres).(3)

O trabalho de Friedrich Kniestedt, além de doutrinário, teve um cunho étnico, enxergando "toda a região de colonização alemã como o seu campo de atuação", (4) razão que o conduziu a Panambi e Ijuí.

A sua passagem por Ijuí deu resultados efêmeros. Depreende-se pela participação do "representante Braucks de Ijuí" no único congresso socialista em língua alemã no Brasil.

Em 20 de maio de 1923 reuniram-se no salão da Federação Operária de Porto Alegre 17 pessoas como representantes de 14 associações, que procuraram sintonizar os interesses da população de fala alemã do Rio Grande do Sul com as idéias do socialismo.(5)

O padeiro Hugo Braucks chegou a Ijuí, pela primeira vez, com a família de seu pai, Hermann Braucks, em 1904. Retornou à Alemanha em 1906 e, terminada a 1ª Guerra Mundial, emigrou à Ijuí, pela segunda vez, em 1919.

(3) GERTZ, René E. Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) - Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. In: Revista Brasileira de História. 6 (11): 75-94, Set 1985/Fev 1986, p. 77.

(4) . . . , p. 79.

(5) . . . , Memórias de um imigrante anarquista. Coleção Imigração Alemã. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, 1989, p. 137.

Hugo Braucks aderiu ao comunismo na Alemanha, porém, no Brasil aderiu ao socialismo anarquista.(6)

Ele participou de um pequeno grupo anarquista, fundado por Kniestedt, quando da sua passagem, uma vez que mereceu o tratamento de "representante Braucks de Ijuí". O grupo teve vida curta e sem expressão. O jornal Correio Serrano não registrou a passagem de Kniestedt, nem a atuação posterior de algum grupo anarquista.

2.3 - A "União dos Empregados do Comércio de Ijuhy"

Com orientação completamente diferente, convergindo para a harmonia entre empregadores e empregados e com características mutuais, era fundada em 1928 a "União dos Empregados do Comércio de Ijuhy" (UECI). Compareceram à Assembléia de Fundação cerca de 30 comerciários oriundos das principais casas comerciais como Craidy & Joaquim, Bernardo Gressler e Nührich, Müller & Cia.(7)

(6) Informações dadas por Martha Thieme, irmã de Hugo Braucks, acrescentam que ele e seu irmão Alfredo participaram da 1ª Guerra Mundial como soldados alemães. Na década de trinta Hugo Braucks teria aderido ao Partido Nacional Socialista Alemão de Adolf Hitler, mesmo estando no Brasil. Depois de 1945 integrou o Partido de Representação Popular (PRP).

(7) TYBUSCH, Alfredo. História da UECI. Ijuí, 1989. 1989. Entrevista concedida ao autor em 7 de junho de 1989.

A UECI assim se descreveu no artigo 1º dos seus Estatutos:

A União dos Empregados do Comércio de Ijuhy, fundada em 25 de Outubro de 1928 e installada em 30 de junho de 1929, com sede nesta Villa e jurisdição em todo o município de Ijuhy, é constituída por número ilimitado de sócios, maiores de 16 annos, indistinctamente seja qual fôr sua religião, nacionalidade e posição que occupem nos multiplos ramos da actividade commercial.(8)

A entidade, dotada de bandeira, estandarte, emblema e distintivo, teve segundo o artigo 5º as seguintes finalidades:

a) Incrementar a harmonia, o progresso e a cultura phisica e intellectual dos seus sócios. b) Facilitar aos associados, quando possível, toda sorte de serviços sanitários. c) Auxiliá-los pecuniariamente e inculcá-los, quando desempregados, até arranjar-lhes collocação. d) Patrocina-los quando processados, mediante resolução da Assembléia Deliberativa, para tal fim convocada.(9)

De acordo com os Estatutos a UECI ainda se propunha: manter uma secção de informações sobre assuntos comerciais; manter uma biblioteca social; promover conferências e preleções sobre matérias de utilidade; organizar anualmente uma publicação sobre questões momentosas; manter um caixa de pecúlios sob bases de mutualidade. Todas estas secções eram

(8) UECI. Estatutos. Ijuí, Liv. Serrana, 1929, p.1.

(9) _____, p.2.

dirigidas por uma comissão nomeada pelo Presidente, tendo um regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.(10)

Esta entidade foi liderada na fundação e na sua atuação posterior por trabalhadores situados muito próximo dos principais comerciantes, ocupando cargos de confiança na hierarquia das empresas comerciais.

Apareceram na comissão de redação dos Estatutos Álvaro Ilgenfritz e Antônio Setembrino Lopes(11) e no Conselho Administrativo Antônio Setembrino Lopes, Alcindo Pereira Gomes, Custódio Couto e Alcides Lansch.(12)

Mesmo que os artigos 1º e 2º dos Estatutos possibilitassem a filiação de comerciantes e de representantes de todas as classes sociais, UECI tornou-se na prática um órgão de representação e de defesa dos interesses dos comerciários de Ijuí, ainda que de forma discreta e moderada.

Entrementes as negociações pela adoção do horário de trabalho e acolhendo a campanha de sindicalização que estava sendo promovida pelo Correio Serrano, a UECI iniciou discussões em torno da sua transformação em sindicato, a partir de abril de 1933.

(10) UECI. Estatutos. p. 2, 3.

(11) Antônio Setembrino Lopes foi Coletor Estadual nesta época e "teria dado uma mão na elaboração dos Estatutos", segundo Henrique Frederico Tybusch.

(12) UECI. Estatutos. p. 16.

O Correio Serrano de 12 de abril de 1933, depois de informar que a Associação Comercial estudava a nova legislação e ensaiava medidas que se relacionavam com a nova organização sindical, diz que a "União dos Empregados no Comércio fará outro tanto, como órgão representativo de uma das classes mais numerosas e importantes do município".(13)

Para discutirem especificamente sua sindicalização, foi promovida reunião conjunta na sala da biblioteca do Clube Ijuí, em 23 de abril de 1933, com a participação do inspetor do MTIC, Augusto Carlos Kroef, reunindo delegados da ACI e da UECI.

Discutiram também as linhas gerais de contratos coletivos de trabalho, horário de trabalho e deliberaram que a ACI solicitaria ao MTIC "a remessa de Carteiras Profissionais (.....) as quais serão distribuídas entre os empregados."(14)

Ambas as entidades decidiram solicitar "sua inscrição e reconhecimento no Departamento Nacional do Trabalho", evidenciando o desconhecimento da legislação sindical que não permitia a simples transformação em sindicato.

Para discutir exclusivamente com seus associados a sindicalização, a UECI convocou uma Assembléia para o salão

(13) CS - 12 abr 1933, Nº 29, p. 1.

(14) CS - 26 abr 1933, Nº 33, p. 1.

nobre do Clube Ijuí, a 26 de abril de 1933, a qual ocorreu "numerosa concorrência". O presidente em exercício, Willy Dexheimer, abriu a sessão e concedeu a palavra ao advogado Álvaro de Magalhães que teve a incumbência de fazer

ver aos associados da União a necessidade imperiosa que havia de dar existência real e concreta a essa agremiação, para que ela se possa transformar em órgão representativo da classe dos empregados no comércio e requerer a sua inscrição no Ministério do Trabalho, como sindicato dessa numerosa classe.(15)

Colocado em votação a transformação em sindicato, foi aprovada por unanimidade, sendo nomeada uma comissão integrada pelos comerciários Willy Dexheimer, Alberto H. Eli, Otto Muxfeldt e o advogado Álvaro de Magalhães, para elaborarem um projeto de estatutos, que seriam apreciados em nova Assembléia.

Efetivamente, na data prevista, 9 de maio de 1933, realizou-se esta Assembléia no Clube Ijuí, quando foram aprovados os Estatutos visando a transformação em sindicato.

Os novos Estatutos dão feição oficial à União dos Empregados no Comércio, a qual pleiteará o seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, transformando-se, assim, em sindicato, que terá a atribuição de fiscalizar aqui o cumprimento da nova legislação social brasileira.(16)

Um ano depois, em maio de 1934, a UECI apareceu nas páginas do Correio Serrano pleiteando a interferência da

(15) CS - 29 abr 1933, Nº 34, p. 1.

(16) CS - 10 maio 1933, Nº 37, p. 2.

"Sociedade dos Amigos da Cidade" para intermediar as negociações em torno do ainda não solucionado caso do horário de abertura e fechamento das casas de negócio.(17). O fato de aparecer ainda com o nome de "União" denota que o processo de investidura sindical não foi levado adiante.

Cumpré aqui considerar que a entidade dos comerciários vinha tendo problemas quanto à sua Diretoria. As Assembléias de 26 de abril e 9 de maio de 1933, que trataram da sua transformação em sindicato, foram dirigidas pelo Presidente em exercício. Além disso, a comissão de elaboração dos Estatutos ficou respondendo pela UECI, dado o impedimento da diretoria (término da gestão e não eleição de outra).

A parte pecuniária e mutual da União, embora prevista nos Estatutos, nunca chegou a funcionar.(18) Tendo em torno de três dezenas de sócios, os recursos disponíveis eram insignificantes. Igualmente a entidade nunca teve uma sede, fazendo reuniões e assembléias em locais cedidos.

Com a assinatura do "Acto Nº 133", de 27 de outubro de 1934, o Prefeito Antônio Soares de Barros atendeu ao Memorial formulado pela ACI e UECI.

Com a "Acto Nº 133", que fixou o horário de abertura e fechamento do comércio, inclusive fazendo uma distinção

(17) CS - 31 maio 1934, Nº 87, p. 1.

(18) TYBUSCH, Alfredo. História da UECI. Entrevista.

para a jornada de inverno e de verão,(19) a entidade comerciária encerrou suas atividades.

Em outubro de 1936, apareceu a entidade denominada "Associação dos Empregados no Comércio", para homologar a antecipação do feriado de 30 de outubro (Dia do Comerciário) para 12 de outubro (Descobrimento da América).(20)

2.4 - O "Sindicato dos Empregados do Comércio de Ijuí".

Não sendo possível transformar a UECI em sindicato, seus dirigentes lançaram-se em nova empreitada. No Correio Serrano de 28 de outubro de 1936, véspera do Dia do Comerciário, apareceu o anúncio:

A Comissão do Sindicato dos Empregados do Comércio de Ijuí, pede por nosso intermédio levarmos ao conhecimento dos empregados do comércio, que na sexta-feira, dia 30 do corrente, com início às 21 horas, nos salões do Clube Ginástico e Cantores realizar-se-á uma reunião na qual serão tratados diversos assuntos da classe inclusive a organização do Sindicato e sobre cujo comparecimento agradecemos de antemão.(21)

Partindo direto para a fundação do "Sindicato dos Empregados do Comércio de Ijuí", em 30 de outubro de 1936,

(19) CS - 27 out 1934, N° 86, p. 1.

(20) CS - 7 out 1936, N° 81, p. 1.

(21) CS - 28 out 1936, N° 87, p. 1.

as lideranças comerciais pensavam chegar ao seu almejado Sindicato, reconhecido pelo MTIC:

Explicando os fins da reunião, o sr. Laveuwe servindo de secretário leu o decreto que regula a instalação e os projetos dos estatutos, os quais foram aprovados por unanimidade.(22)

Na oportunidade foi designada a Diretoria Provisória que ficou assim constituída: Presidente - Otto Muxfeldt; Vice-Presidente - Alfredo Tybusch; 1º Secretário - Ludwig Laveuwe; 2º Secretário - Guilherme Gonçalves; 1º Tesoureiro - Luiz Persich; 2º Tesoureiro - João Kúhas.

Para ajudar a Diretoria Provisória a formar o processo de investidura sindical, foi ainda designada uma Comissão Auxiliar integrada por Guilherme Doerner, Henrique Frederico Tybusch, Carlos Roberto Kahlfelz Filho, Balduino Bencke e Isaac Bühner.(23)

Aprovados os Estatutos, "os quais foram encaminhados ao Ministério do Trabalho, para os devidos fins", (24) não foi ainda desta vez que os comerciários tiveram reconhecido e oficializado seu Sindicato.

A questão da sindicalização impregnava a atmosfera. Estava na ordem do dia. O esforço dispendido não foi totalmente em vão, apesar das experiências fracassadas. Muitos dos nomes da Diretoria Provisória e da Comissão

(22) CS - 4 nov 1936, Nº 89, p. 1.

(23) CS - 4 nov 1936, Nº 89, p. 1.

(24) CS - 4 nov 1936, Nº 89, p. 1.

Auxiliar do Sindicato não reconhecido aparecerão quando da fundação definitiva do "Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Ijuí", em julho de 1937 e na condução posterior desta entidade.

2.5 - A Campanha de Sindicalização do Correio Serrano.

O jornal Correio Serrano começou a ser editado em 5 de novembro de 1917, em português, sucedendo ao "Die Serra-Post", editado em língua alemã desde 12 de maio de 1911, em Cruz Alta e transferido para Ijuí em janeiro de 1912.

O proprietário do jornal, Roberto Low, um imigrante alemão-judeu, que na época da criação do Correio Serrano encontrava-se na Europa, impossibilitado de regressar devido à 1ª Guerra Mundial,⁽²⁵⁾ mantinha uma linha editorial para o "Die Serra-Post" que passou a ser aplicado ao Correio Serrano:

O semanário não apresentava tendência ideológica específica; não mantinha ligações com qualquer credo religioso ou partido político. Procurava manter relacionamento de mútuo respeito com os diágnatários religiosos e as autoridades políticas. Assim,

(25) CS - 6 mar 1972. S.N., p. 15. (Edição comemorativa ao centenário do nascimento do Dr. Roberto Low).

havia a possibilidade de manifestar sua opinião sem vê-la recebida antecipadamente com prevenção.(26)

Mesmo passando a direção do jornal para seu filho Ulrich Low, em 1925, o periódico continuou a apresentar a mesma linha editorial.

Compreendendo o espírito da nova organização social imprimida pelo Governo Provisório de Vargas, através do sindicalismo corporativo, o jornal passou a promover uma intensa campanha em prol da sindicalização. Esta campanha iniciou em abril de 1933 e visava atingir tanto empregadores como empregados.

A campanha começou com três extensas reportagens de primeira página publicadas em 12, 26 e 29 de abril de 1933, tendo a primeira e a terceira o título de "O Movimento Sindicalista no Município", enquanto a segunda era intitulada "A Nova Legislação Social".

Na primeira e mais importante reportagem, o Correio Serrano afirmou que "o Governo provisório da República, por uma série de decretos que promulgou, está tentando imprimir um novo cunho em nossa organização social, promovendo a sindicalização das classes patronais e operárias". Depois de falar da criação do Ministério do Trabalho e das diversas leis (jornada de oito horas, lei dos 2/3, proteção das

(26) MÜLLER, Vera. A imprensa alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985, p. 51. Monografia de Graduação em Jornalismo. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.

mulheres e menores, carteira profissional, convenções coletivas, comissões mistas) o bissemanário destacou "que são disposições que interessam aos empregados e empregadores." (27)

Afirmou que a fiscalização dessas leis, onde não há representantes do MTIC, como era o caso de Ijuí, "compete em grande parte aos sindicatos legalmente reconhecidos, principalmente no que diz respeito às convenções coletivas que só se podem realizar por meio de sindicatos operários e patronais". (28)

Daí a vantagem da organização das associações de classe, que tornam, também, possível a assistência social. (29)

A seguir, abriu espaço para a análise da questão a nível local, dizendo que "o movimento que já se generaliza em todo o território da República, encontrou eco em Ijuí, onde as classes operárias e patronais estão se movimentando no sentido da agremiação de classes". (30)

E passou a narrar o que estava acontecendo a nível de cada entidade: a ACI e a UECI tentavam transformar-se em sindicato, enquanto eram desenvolvidas gestões visando a criação do Sindicato dos Operários de Ijuí e do Centro dos Industriais Ijuíenses.

(27) CS - 12 abr 1933, N° 29, p. 1.

(28) CS - 12 abr 1933, N° 29, p. 1.

(29) CS - 12 abr 1933, N° 29, p. 1.

(30) CS - 12 abr 1933, N° 29, p. 1.

Terminou dizendo que "são estas (....) as notícias que temos sobre o movimento sindicalista em nosso município, tão necessário para a fiscalização da nova legislação trabalhista".(31) Pediu ainda a seus leitores que informassem ao jornal sobre medidas que fossem tomadas.

A segunda reportagem tratou da reunião conjunta entre ACI e UECI "com o fim de discutir a organização dos sindicatos".(32) Tornou a falar que cogitava-se a fundação do Centro dos Industriais Ijuíenses e do Sindicato Operário.

A terceira reportagem enfatizou apenas quais as providências que a UECI estava tomando para sua transformação em sindicato, informando como decorreu a Assembléia de 26 de abril convocada para esse fim.

Daí em diante o Correio Serrano passou a acompanhar todos os passos que se tomava em torno da sindicalização dos trabalhadores. Acompanhou a fundação do Sindicato dos Operários de Ijuí, do Sindicato dos Empregados na Indústria e Comércio (SEIC), do Sindicato dos Empregados do Comércio de Ijuí e do Círculo Operário de Ijuí (COI). Estimulou a criação do Sindicato dos Empregadores do Comércio e do Centro Industrial Ijuíense. Deu grande destaque quando da fundação conjunta dos cinco Sindicatos de Trabalhadores, em julho de 1937.

(31) CS - 12 abr 1933, N° 29, p. 1.

(32) CS - 26 abr 1933, N° 33, p.1.

Dado ao fato da ACI não poder transformar-se em Sindicato e ciente do peso das leis trabalhistas que protegiam os trabalhadores, o Correio Serrano tomou a iniciativa de estimular a criação do "Sindicato dos Empregadores do Comércio", em fevereiro de 1936. A justificativa estava no fato que os empregadores do comércio

têm suspensa sobre suas cabeças a espada de Damocles, que é o Sindicato dos Empregados do Comércio. Os empregados estão em condições privilegiadas perante a lei, diante dos empregadores, pois organizados que sejam as reclamações deles, dirigidas ao Ministério do Trabalho, têm uma ressonância tal e repercutem como os empregadores não imaginam.(33)

O jornal terminou por colocar os fins do sindicato patronal e elogiou a iniciativa de "alguns comerciantes desta praça, procurando o seu sindicato para defesa e garantia da profissão".(34) No entanto, o sindicato acabou não sendo fundado, apesar do temor que representavam as leis trabalhistas.

Também foi estímulo à organização sindical dos trabalhadores ijuienses a divulgação que o Correio Serrano fez das correspondências recebidas de entidades de trabalhadores localizadas em cidades vizinhas e mesmo do estado. Via de regra o jornal publicou na íntegra estas correspondências que informavam sobre a posse de novas

(33) CS - 29 fev 1936, Nº 18, p. 2.

(34) CS - 29 fev 1936, Nº 18, p. 2.

diretorias, reconhecimento oficial de Sindicatos pelo MTIC e pedidos de assinatura do jornal.

2.6 - O Sindicato dos Operários de Ijuí

A campanha de sindicalização promovida pelo Correio Serrano, em abril de 1933, preconizava a criação de um Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias, os chamados proletários: "esboça-se um movimento em prol da fundação de uma associação que congregue todas as classes proletárias".(35)

A idéia somente concretizou-se em 1934 durante as festividades do 1º de Maio, quando "grande número desses propulsores de nosso progresso organizaram uma esplendida festa, no vasto edificio onde funcionava a fábrica Scharnberg".(36)

Após o almoço, constituído de "suculento e gordo churrasco, regado a especial vinho da terra",

usaram da palavra, diversos companheiros afim de tratar-se da Organização do 'Sindicato dos Operários de Ijuí', o que foi feito, tendo sido a sua diretoria provisória, composta dos seguintes membros: Presidente, Francisco Haerbert; Vice-Presidente, Adolfo Verry; Secretário, Salvador Torres;

(35) CS - 12 abr 1933, N° 29, p. 1.

(36) CS - 2 maio 1934, N° 35, p. 1.

Tesoureiro, Reinaldo Wornert. Lavrada a ata de fundação do Sindicato, foi assinada pelos presentes.(37)

No entanto, este Sindicato mudou de nome poucos dias depois para Liga Operária de Ijuí, tendo à frente outros diretores. Em 8 de maio de 1934 a Liga enviou ao Correio Serrano uma extensa carta assinada por Francisco Horwardt (Presidente) e Adolfo Verry (Vice-Presidente), agradecendo as "honrosas referencias feitas por vosso brilhante jornal" e antecipando "os fins da criação da agremiação que nos virá unir".(38)

Esta carta publicada na íntegra pelo Correio Serrano, além de nortear os rumos políticos e ideológicos da entidade, denota a presença da Igreja Católica através do Padre Pio José Busanello. A carta era clara ao explicitar a primeira finalidade:

Não terá nossa união fins inconfessáveis que venham a prejudicar os interesses alheios, não será a nossa sociedade centro de anarquistas ou de comunistas, e nem terá côres partidarias, os estatutos em elaboração proibirá nossa intromissão em assuntos políticos.(39)

A clareza da posição política era dirigida ao Prefeito Antônio Soares de Barros que mantinha seus

(37) CS - 2 maio 1934, N° 35, p. 1.

(38) CS - 19 maio 1934, N° 40, p.1.

(39) CS - 19 maio 1934, N° 40, p.1.

"capangas"(*) vigiando e perseguindo somente aos líderes proletários.

Embora a entidade anunciasse que encaminharia seus estatutos ao MTIC, isso não aconteceu até novembro de 1934. O que, principalmente, contribuiu para isso foi o fato dos trabalhadores ijuíenses, em sua quase totalidade, não estarem dotados de Carteiras Profissionais.

Para fazer frente ao problema, a entidade, novamente denominada Sindicato de Operários, lançou uma nota, publicada na primeira página do Correio Serrano, onde pediu aos empregadores dotarem seus trabalhadores de Carteiras Profissionais, já que sem elas, segundo o Decreto-Lei Nº 24.694, não era possível o reconhecimento de entidades sindicais.(40)

A sobreposição de nomes desta entidade (Sindicato, Liga Operária e depois novamente Sindicato), denuncia a pouca clareza dos trabalhadores de Ijuí sobre a sua organização legal e o pouco conhecimento que tiveram sobre as leis em vigor.

Este sindicato não foi reconhecido pelo MTIC em virtude do seu processo de investidura sindical não ter sido confeccionado.

(*) 'Capangas' era o termo usado na época para designar policiais da Guarda Municipal do Prefeito Antônio Soares de Barros que tinham a função de vigiar e perseguir elementos suspeitos.

(40) CS - 21 nov 1934, Nº 93, p.1.

2.7 - O Sindicato dos Empregados da Indústria e Comércio

A experiência mais bem estruturada aconteceu com o Sindicato dos Empregados da Indústria e Comércio (SEIC), depois denominado Sindicato de Ofícios Vários. Esta entidade teve como diretores nomes que participaram das tentativas anteriores e nomes que doravante incorporar-se-iam à luta pela organização sindical, como é o caso de João Agostini, espécie de baluarte do sindicalismo operário em Ijuí, daí em diante.

Segundo João Agostini, a discussão visando fundação de uma União Operária, aconteceu num grupo de "todas as raças" no dia 7 de setembro de 1934, durante um jogo de bochas.(41)

Serviu como elemento detonador da discussão o fato do vizinho município de Santo Ângelo ter uma indústria e comércio menos desenvolvidos que Ijuí e no entanto possuírem uma União Operária.

Na oportunidade foi formada uma comissão de quatro trabalhadores: João Agostini (torneiro-mecânico), Caetano

(41) AGOSTINI, João. História do sindicalismo em Ijuí. Ijuí, 1985. Entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 1985.

Giordani (carpinteiro), Antonio Martins (alfaiate) e Francisco Horwardt (ferreiro). Esses dirigiram-se posteriormente a Cruz Alta para consultarem o Auxiliar-Fiscal do MTIC, Pedro do Canto Filho, que os convenceu a fundarem um Sindicato em vez da União Operária. Responsabilizou-se em conseguir um exemplar de estatutos, que mandou vir de Porto Alegre e o repassou, em janeiro de 1935, aos dirigentes operários.(42)

Mesmo acossados de perto pelos "capangas" do Prefeito Antônio Soares de Barros, os quatro trabalharam de setembro de 1934 a fevereiro de 1935, visando esclarecerem os trabalhadores, além de os dotarem da Carteira Profissional. O trabalho feito de casa em casa, teve ressonância maior junto aos ditos "estrangeiros" (alguns de fato estrangeiros, mas principalmente seus descendentes nascidos no Brasil), enquanto o elemento nacional procurava não se comprometer.

Em 20 de janeiro de 1935 dirigentes operários participaram de uma reunião classista realizada em Cruz Alta nos salões da União Operária, quando travaram novamente contato com Pedro do Canto Filho "que deverá seguir breve para Ijuí, onde vai tratar do reconhecimento de mais um sindicato ...".(43)

Era evidente que o Auxiliar-Fiscal do MTIC não tinha condições de reconhecer sindicato, mas podia, isso sim,

(42) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

(43) CS - 26 jan 1935, Nº 8, p. 1.

assessorar sua fundação e ajudar na documentação. Em 23 de janeiro os dirigentes ultimaram os detalhes com "uma reunião classista Indústria e Comércio, onde trataram diversos assuntos referentes à classe".(44)

Marcada para 10 de fevereiro de 1935, a fundação do SEIC foi adiada em função da realização do 1º Congresso de Produtores Serranos que havia iniciado no dia anterior, reunindo em Ijuí por três dias diversas autoridades, fazendo com que o representante do MTIC se retraisse e não viesse na data marcada.(45)

No dia 12 de fevereiro de 1935 teve lugar o ato:

"Foi fundado nesta cidade com a presença do representante do Ministério do Trabalho, Snr. Pedro do Canto Filho, o Sindicato Indústria e Comércio, comparecendo no Clube Polonez, uma grande quantidade de sócios ...".(46)

Aprovados os estatutos, foi eleita a primeira diretoria que ficou assim composta: Presidente - Antônio Martins; Vice-Presidente - João Francisco Kotlinski; Secretário - João Agostini; Tesoureiro - Francisco Horwardt. Para o Conselho Fiscal foram eleitos Caetano Giordani, Julião Haenke, Willy Schmidt e Elfrida Appel.(47) Todos foram empossados imediatamente.

(44) CS - 26 jan 1935, Nº 8, p. 1.

(45) CS - 7 fev 1935, Nº 12, p. 2.

(46) CS - 16 fev 1935, Nº 14, p. 3.

(47) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 12 de fevereiro de 1935. Livro 1, fl. 1.

A fundação deste Sindicato deveria ser uma experiência sólida e sobretudo exitosa na ótica dos seus dirigentes. Para isso tomaram todas as providências. Confrontados a forma de redação da ata, do ofício ao MTIC encaminhando o processo de investidura sindical, dos estatutos e da cópia do livro de sócios, com um manual de 1934, percebe-se que os dirigentes operários tiveram acesso a esse guia e nele se basearam.

Este manual, intitulado "MODELO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIO AO PEDIDO DE RECONHECIMENTO - SYNDICATOS DE EMPREGADOS OU DE OPERÁRIOS", encontrado junto com documentos no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ijuí (SEEBI), foi editado pelo Departamento Nacional do Trabalho no Rio de Janeiro, em 1934, contendo todas as informações sobre a fundação de sindicatos de trabalhadores, decorrentes do Decreto-Lei Nº 24.694, de 12 de julho de 1934. (48)

A ata, o ofício, os estatutos e a folha do Livro de Sócios são cópia "ipsis litteris" do mencionado documento. Apenas foram preenchidos.

O processo de investidura sindical foi concluído em 14 de fevereiro de 1935, o que mostra que os demais documentos estavam prontos. O próprio Auxiliar-Fiscal do

(48) DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO. Modelo dos documentos necessários ao pedido de reconhecimento: Sindicatos de empregados ou de operários. Rio de Janeiro, Typ. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1934, 23 p.

MTIC, Pedro do Canto Filho, o levou a Cruz Alta e o despachou à 17ª Inspeção Regional do Trabalho (IRT), em Porto Alegre.

Em 6 de março de 1935 o processo estava tramitando nas instâncias da IRT. Porém, na sua confecção foram cometidos erros que o fizeram estagnar diversas vezes: referência ao Decreto-Lei Nº 19.770, quando este não vigorava mais; nome do Sindicato que modificado para Sindicato de Ofícios Vários continuava causando confusões; diretores que não constavam da lista de associados; selamento deficiente e falta de provas da necessidade de sindicato único.

Por estas razões o processo foi enviado três vezes à Porto Alegre, sem nunca ter sido enviado ao Rio de Janeiro. No último parecer, datado de 23 de novembro de 1936, o funcionário do MTIC acusou: "o presente processo está eivado de irregularidades e lacunas".

Devolvendo o processo a Pedro do Canto Filho, recomendou:

"Convém ainda recomendar-lhe que estimule a organização de um sindicato de empregados no Comércio de Ijuí, sem qualquer participação de elementos da indústria, pela impropriedade do hibridismo.

Os industriários poderão, a seu turno, associar-se em sindicato, tendo cada classe o seu órgão, se número bastante de obreiros houver para lhe assegurar existência desafogada, ou

filiando-se ao Sindicato de Ofícios Vários, no caso negativo".(49)

Com o parecer estava configurado o quadro sindical para Ijuí. Os dirigentes partiram, em julho de 1937, com o apoio do MTIC e da Federação dos Círculos Operários, para a fundação dos "Sindicatos de Profissão", abandonando definitivamente a idéia do Sindicato de Ofícios Vários.

Enquanto o processo tramitou na 17ª IRT, o SEIC desenvolveu uma efetiva vida sindical. Relizou até 10 de junho de 1937 (última ata), 27 Assembléias e Reuniões, alugou uma sede, contratou um ecônomo, instalou uma barbearia, defendeu associados que foram readmitidos, recusou defesa de não sindicalizados, promoveu as festas do 1º de maio de 1935, 1936 e 1937, lutou para que os trabalhadores fossem dotados de Carteira Profissional e tivessem direito ao gozo de férias, mesmo que o Sindicato não estivesse reconhecido, escolheu delegados para participarem do 1º Congresso dos Círculos Operários e ultimou preparativos para a fundação dos "Sindicatos de Profissão".

O SEIC, que pretensamente deveria abranger trabalhadores dos dois ramos (indústria e comércio), era formado quase que exclusivamente por industriários. Na primeira lista do processo, composta por 20 associados, apareceram apenas dois como pertencentes ao comércio. Na

(49) SEIC, Ijuí. Processo de investidura sindical. 1935/36, fl. 29.

segunda lista, composta de 40 associados, apareceram igualmente dois como pertencentes ao comércio. Averiguado o estabelecimento empregatício e a função exercida, percebeu-se que nada tinham a ver com o comércio.

Assim, constatou-se que comerciários e industriários não se misturavam. Esta foi a razão dos comerciários terem fundado o "Sindicato dos Empregados do Comércio de Ijuí", em outubro de 1936.

2.8 - A Perseguição aos Dirigentes Sindicais Industriários

O período da organização sindical dos trabalhadores de Ijuí era concomitante ao da elaboração da Legislação Trabalhista e Sindical, patrocinada pelo Governo de Getúlio Vargas, através do MTIC.

No curto espaço, compreendido entre os anos de 1931 a 1940 foram decretadas cerca de cento e cinquenta leis trabalhistas, que de uma ou outra forma, limitavam a exploração dos trabalhadores pelos seus respectivos empregadores.

Na área sindical, a organização dos trabalhadores foi estimulada, reorientada e reconhecida pelo próprio Governo, através dos Decretos-Leis Nº 19.770, 24.694 e 1.402.

Onde não havia regulamento nenhum, criou-se em curto espaço, um arsenal de leis protegendo os trabalhadores, ao mesmo tempo em que os submeteu à ordem corporativista.

Aos olhos da classe patronal de Ijuí, que até esta data vinha dirigindo seus estabelecimentos sem nenhuma oposição interna e externa, criaram-se em curto espaço de tempo dois obstáculos: de um lado, parte de seus trabalhadores organizaram-se em sindicato e de outro, exigiram o cumprimento da Legislação Trabalhista.

Estava-se diante de arraigada tradição, resultante do liberalismo do século anterior, em que o proprietário do estabelecimento poderia governar seu negócio da maneira que melhor entendesse. Porém, a legislação trabalhista veio pôr um freio a esta mentalidade. Não era mais possível dispor dos trabalhadores como dantes, quando não havia Legislação.

O empregador deixou de ser o senhor absoluto do seu estabelecimento para ter que admitir em seus domínios a Legislação, a fiscalização do MTIC e o Sindicato. Era evidente que para uma mudança tão brusca, houvesse forte reação patronal.

João Agostini, o principal dirigente da organização sindical, mostra como se deu a reação patronal:

Tachavam nós como comunistas. Em Ijuí, as autoridades (....) combinados com os próprios empregadores, que nós íamos fazer o quartel-general comunista aqui. Então os empregadores tinham medo que nós fizesse isso e fosse talvez tirar tudo que eles

tinham. Onde Deus Nosso Senhor me perdoe! Eu nunca pensei em comunismo.(50)

A palavra "sindicato" era visto com grande temor, principalmente, pelos empregadores. O sindicato, na mente patronal, representou por excelência o órgão de atuação de comunistas e anarquistas. Representou melhores salários e diminuição de lucros, greves, bagunças, depredações, sangue e até morte. Representou sobretudo diminuição da autoridade patronal dentro do seu estabelecimento. Enfim, "sindicato" era uma palavra estigmatizada.

Veio juntar-se ao rol de obstáculos enfrentados pelos dirigentes sindicais, a desconfiança do Prefeito da época. O Coronel Antônio Soares de Barros não tinha nenhuma simpatia pela causa operária.

O jornalista Ulrich Low, contemporâneo do Prefeito, testemunhou o fato de uma empresa que pretendia instalar uma fábrica em Ijuí na década de trinta, não o fazendo devido a posição contrária do mandatário local:

O Coronel Dico não gostou por causa do proletariado que viria trazer. Então essa gente foi para Santo Ângelo ... Quer dizer que esta é a posição real que ouve. Ele queria sobretudo tranquilidade aqui. Esse era o padrão básico (....). Ele queria tranquilidade para os que moravam aqui. E se ele achou que o proletariado ... então começava a vir com outras idéias, outras

(50) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

atitudes que eram mais difíceis de controlar e então começava a mexer na tranquilidade da população.(51)

A posição do Prefeito trouxe à tona a diferença de tratamento dispensado aos empregados do comércio e aos empregados da indústria - proletários. No conceito geral da época, o comerciário, além de incluir um contingente razoável de mulheres, ocupou uma posição considerada superior, assim como o bancário. Por exercerem funções mais limpas e apresentarem-se melhor vestidos, eram considerados mais dignos pela sociedade.

Sua organização levantou menos suspeitas sob a ótica coronelística e patronal, decorrentes do fato do próprio Prefeito ser comerciante com longo tratamento com comerciários, cujos dirigentes ocupavam funções de confiança dentro dos estabelecimentos comerciais.

Enquanto que o trabalhador da indústria, no conceito geral da época, aproximou-se mais da condição de marginal em decorrência do trabalho mais sujo que exerceu e da vestimenta mais rude que usou. Na visão da época os empregados da indústria exerceram um trabalho considerado menos nobre. Acrescentou-se que à época, a nível nacional, as categorias mais aguerridas em termos de luta por melhores salários e condição de trabalho, lideradas por comunistas ou anarquistas, eram os empregados da indústria.

(51) LOW, Ulrich. História do coronelismo em Ijuí. Ijuí, 1986. Entrevista concedida ao autor e outros em 25 de junho de 1986.

Em toda a pesquisa não foi detectada nenhuma referência à perseguições ou repressões dirigidas aos dirigentes sindicais oriundos do comércio. Em entrevistas realizadas com comerciários, mesmo provocados para a questão, eram unânimes em afirmar que desconheciam qualquer repressão dirigida à sua organização sindical.

Enquanto existem fartas referências de perseguições e mesmo de repressões violentas dirigidas aos dirigentes sindicais provenientes da indústria. Conrado Ludwig Bohner contou uma destas repressões, acontecida em 1934, a qual foi confirmada por João Agostini:

fizemos uma noite uma reunião, mais ou menos com dezoito ou vinte pessoas e com a licença do Monsenhor Pio Bussanello. Fizemos ela dentro da casa canônica, de frente para a rua da praça. E quando estávamos em reunião (....), numa dessa pelo lado de fora havia um barulho esquisito, anormal. Mas não deu tempo de nós reagir e já entraram três 'cabras' [capangas] a cavalo, escadaria acima, para dentro do salão, para dispersar a reunião. (52)

É possível distinguir, durante a fase de organização sindical dos trabalhadores ijuenses, graus diferentes de repressão que se fizeram com maior ou menor intensidade. Durante a fase inicial do movimento, quando o mesmo levantou maiores suspeitas, mesmo por não estar ainda devidamente configurado aos olhos do Prefeito e dos empregadores, a repressão se fez de forma direta com ações perpetradas tanto

(52) BOHNER, Conrado Ludwig. História do sindicalismo e do CQI. Ijuí, 1985. Entrevista concedida ao autor em 14 de julho de 1985.

nos locais de reunião, a exemplo do narrado por Bohner, como nos trabalhos de arregimentação de associados, como o narrou João Agostini:

Então, nós saímos uma ocasião, sempre entre quatro e entramos numa casa ali perto do Nihrich & Müller (...) e os capangas sempre atrás de nós. (...) Eles perseguiram nós de todo lado ... Quando nós queríamos sair, já dois [capangas] tavam um de cada lado do portão. Então, como é que vamos fazer para sair daqui, agora? Nós com uma pedra na mão e um pau na outra. Era como nós podia-se defender, porque arma branca nós nunca usamos e de fogo muito menos ainda. Bem, digo prá eles: 'sai dois por aqui e dois por ali'. Assim que os dois saíram, Antônio Martins e Caetano Giordani, já a espada comeu! Ali mesmo! Mas eles [os capangas] não viram porque nós saímos por trás, eu e o Francisco Horwardt. Quando tavam peleando aí no portão (...) não sei como o Francisco se descuidou e tomou um lambaço de espada pelo lombo, que fez ele se ajoelhar! E só fez: haaaiii! E se abaixou. Bom, assim que ele [capanga] deu o lambaço, já virou assim e já trouxe prá cima de mim. Mas trouxe com uma força tremenda! Mas nós era armado de cacete bom de broto de guajuvira. Eu levei meu cacete com tanta força contra a espada que deixei a espada dele que era um bodoque!(53)

João Agostini era sabedor da forma de atuação da repressão por ser sua irmã Emília casada com o Major Luiz Amaro, chefe dos capangas. Ela passou informações sigilosas que acabaram norteando a atuação dos líderes:

Está tudo combinado. Se eles matarem um de vocês, que eles tem ordem é essa, se eles se ver mal, vocês fizerem sangue neles, é prá eles atirar prá matá e vim prá cá [Alto da União, interior

(53) AGOSTINI, João. 50 anos de sindicalismo em Ijuí. Ijuí, 1985. Entrevista concedida a Adelar Amarante da Rádio Progresso de Ijuí, no Programa "Pontos de Vista" de 9 de fevereiro de 1985.

do município]. E se eles matam? Não acontece nada porque são as próprias autoridades que mandam fazer isso.(54)

Ou ainda recomendações como esta:

Vocês se cuidem! Não tenham medo da espada, mas tenham medo do '44'. Que seria o revólver 44, arma de fogo.(55)

As informações de Agostini, passadas por sua irmã, apontavam para oito capangas, que se revezavam diariamente, para acompanhar os passos dos dirigentes sindicais:

Nós sabíamos que eram oito os capangas que tavam perseguindo nós.

Dem, mas sempre, sempre, sempre perseguidos (...) pelos capangas. Parece que eles adivinhavam o dia, a hora. Porque nós não tinha tempo de dia, tinha que trabalhar. E de noite nós saía.

Onde nós fazia as nossas reuniões, nós tinha que pôr um companheiro nosso na porta para saber quando vinham (...) os capangas prá terminar com a nossa reunião.(56)

Diante do quadro adverso, a filiação ao Sindicato passou a ser dificultoso:

O caso é que era uma coisa que o pessoal de princípio, de início, ficou atordoado, ficou bobo, ficou pateta, por causa dessa perseguição(57)

(54) AGOSTINI, João. 50 anos de sindicalismo. Entrevista.

(55) _____. História do sindicalismo. Entrevista.

(56) _____. História do sindicalismo. Entrevista.

(57) _____. 50 anos de sindicalismo. Entrevista.

Esta dificuldade inicial era confirmada pela ata da primeira Assembléia realizada depois da fundação, onde, além da repressão policial, esteve presente a repressão patronal:

Depois de lida a correspondência passou o Snr. Presidente a falar sobre o assunto da infidelidade de diversos sócios deste Sindicato sendo por todos muito aplaudido.

Passado a palavra a qualquer sócio tomou a palavra o sócio secretario que também falou do mau procedimento dos mesmos sócios, sendo também muito aplaudido.(58)

Embora o Prefeito Antônio Soares de Barros tivesse firmado uma posição contrária ao movimento sindical, vendo-o com cautela e sobretudo desconfiança, a nível público externava uma posição de simpatia. Quando da fundação do Sindicato dos Empregados da Indústria e Comércio, ele enviou ofício congratulando-se com a criação da entidade, o que era feito igualmente pelo Exator Estadual. Os dois ofícios foram lidos, sem entusiasmo na Assembléia de 3 de março de 1935, cuja ata dedica maior espaço à infidelidade de diversos sócios.(59)

A presença do Prefeito em reuniões de sindicatos ou do COI não foi constatada nenhuma vez. Mesmo quando convidado, o que só acontecia para reuniões consideradas importantes, sempre mandava representantes que geralmente recaiam na pessoa do Delegado de Polícia, Narciso Cunha, ou do seu "guarda-livros", Alcindo Gomes.

(58) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 3 de março de 1935. Livro 1, fl. 9.

(59) Ata da Assembléia de 3 de março de 1935. Livro 1, fl. 9.

Pode-se delimitar a repressão policial, a mando do Prefeito, por um período de dois anos. A repressão se circunscreveu aos primeiros passos tomados em 1934 até a fundação do COI em abril de 1936.

O grau de intensidade da repressão foi arrefecendo à medida que os trabalhadores davam demonstrações concretas de que não eram comunistas, não pretendiam mudar o "status quo" e se posicionavam pela harmonia entre o capital e o trabalho, rejeitando a luta de classes.

O próprio João Agostini situou como marco do fim da repressão a fundação do COI, que segundo ele congregou, além de trabalhadores, militares, autoridades do município, jornalistas, professores e até empregadores. Afirmou:

... até 1936, até nós fundar o Círculo Operário (...), nós íamos sempre meio mal.(60)

Aí eles nos deram uma mão, esses mais graduados. E aí foi diminuído aquele negócio de comunismo. Porque aí as autoridades, os perseguidores, viram que era mentira, que não era aquilo que eles estavam pensando. A coisa era diferente! Apesar de tudo isso aquela barulheira dos capangas já tinha terminado, quase terminado.(61)

Foi também à época da fundação do COI que os quatro dirigentes sindicais tiveram um encontro casual com o Prefeito Antônio Soares de Barros:

(60) AGOSTINI, João. 50 anos de sindicalismo. Entrevista.

(61) _____. História do sindicalismo. Entrevista.

Em meio à conversa que travaram o Coronel Dico lhes deu margem para que falassem sobre o sindicato e a perseguição que vinham sofrendo. O intendente municipal quis saber então quem comandava a perseguição, tendo eles respondido que partia, pelo que sabiam, do delegado de polícia, capitão Martins, do tesoureiro da Prefeitura, Crisanto Leite, (....).

O Coronel Dico lhes disse que eles precisavam ter uma entidade onde pudessem se reunir para trocar idéias e para se divertir, tendo garantido que a perseguição da polícia iria acabar.(62)

E assim foi. Daquele dia em diante nunca mais nos encomodaram.(63)

Aos olhos do Prefeito, a organização sindical estava devidamente configurada, explicada e assimilada, não oferecendo perigo ao seu mando. A ação do Sindicato, agora escudado pelo COI da Igreja Católica, estava controlado.

O ato de reprimir, perseguir, desconfiar e acautelarse por parte do Prefeito em relação à organização sindical, fez parte da estratégia coronelística da época que assim era explicada pelo jornalista Ulrich Low:

... até que o senhor provasse que é um elemento direito, era preciso que se desconfiasse. Era isso que aconteceu.(64)

Mostrando agora sua franca simpatia para com o Sindicato, o Coronel presenteou a entidade, em outubro de 1936, com uma pequena biblioteca:

(62) JN - 13 SET 1933, Nº 72, p. 16.

(63) AGOSTINI, João. 50 anos de sindicalismo. Entrevista.

(64) LOW, Ulrich. História do coronelismo. Entrevista.

... disse o 1º Secretario que o Snr Coronel Soares de Barros offereceu uma pequena Biblioteca para o Sindicato de Officios Varios e a todos os socios que quizessem ler alguns livros o podiam fazer. Sendo pelo Snr Antônio Martins pedido que fosse lançado em acta um voto de agradecimento ao Snr Soares de Barros sendo por todos aprovado.(65)

A perseguição velada por parte da classe patronal continuou existindo ao longo do tempo.

2.9 - O Círculo Operário de Ijuí

A Igreja Católica esteve presente desde o início da movimentação dos trabalhadores em prol da sua organização sindical. Esta presença veio desde 1925 quando foi fundada a "Associação dos Moços Cathólicos". Em fevereiro de 1931 era empossada nova Diretoria tendo como Presidente João Pereira Gomes e Antenor Fernandes Panichi, como Secretário.(66) Estes nomes integraram depois Diretorias que dirigiram o COI e sindicatos.

Nova presença da Igreja Católica constatou-se nas comemorações de 1º de maio de 1934 (Dia do Trabalho), quando o Pe. Pio José Buzzanello, Pároco local, celebrou uma missa

(65) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 11 de outubro de 1936. Livro 1, fl. 18.

(66) CS - 29 de jan 1931, N° 4, p. 3.

em homenagem aos trabalhadores, com a finalidade de marcar a celebração dedicada a São José, padroeiro da classe.(67)

Fundado o SEIC em fevereiro de 1935, discutiu-se em seguidas Assembléias a questão das assinaturas do jornal "O TRABALHO", órgão encarregado de difundir os princípios do Circulismo que começou a circular em dezembro do ano anterior com uma tiragem de três mil exemplares.(68)

A diretoria do Sindicato empenhou-se numa campanha de assinaturas que visou chegar a trinta assinantes em Ijuí:

Passando-se depois a falar sobre as assignaturas do jornal "O TRABALHO", foi angariado 21 assignaturas e outras mais que forem angariadas depois de 1º de Maio do Corrente ano.(69)

O objetivo era fazer com que cada associado do SEIC fosse um leitor do jornal. Isso quer dizer que o Pároco, a exemplo do Prefeito, mantinha-se atento para as iniciativas dos trabalhadores. Recém o SEIC havia sido fundado e já o Pe. Pio fez com que passasse a circular o jornal do circulismo, que era

órgão genuinamente operário, de orientação construtora, promove a aproximação entre empregados e empregadores, defende a ordem e exalta a sociologia cristã.

Ou ainda:

(67) BOHNER, Conrado Ludwig. História do sindicalismo e do COI. Entrevista.

(68) DIEHL, Astor Antônio. p. 110.

(69) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 15 de abril de 1935. Livro 1, fl. 10.

Atende os objetivos de alertar o público contra manobras subversivas, especialmente dos comunistas e ministra orientações sadias para a solução dos problemas das classes trabalhadoras.(70)

Apesar de acompanhar a organização sindical e sobre ela exercer influência, o Pe. Pio recebeu ordens expressas de fomentar a criação do COI. A circular de Dom Antônio Reis, Bispo de Santa Maria, datada de 31 de julho de 1935, acusou a existência de um plano de "bolchevização" no Brasil (item 1), mostrou a situação em que as categorias ficariam no regime comunista (item 2) e pretendeu proteger colonos e trabalhadores (item 3):

3) O que deverão fazer para se defenderem do regime comunista:

a) Unirem-se em sindicatos agrícolas e cooperativas agrícolas de feição cristã.

b) Entrarem em contacto com os Círculos Operários ou outras organizações da feição cristã, para de uma maneira autônoma, nas coordenada, trabalharem juntos.

c) Auxiliarem aos jornaes, por exemplo, 'O TRABALHO' que lhes defendem corajosamente a propriedade e lhes orientam cristãmente a ação.

Determinamos (grifado no original) outrossim, seja organizada uma lista de colonos que queiram assignar o 'O TRABALHO' e remettel-a ao Revmo. P. Leopoldo Brentano S.J. Igreja São José - Avenida São Rafael - Porto Alegre, acompanhada da importância de 55000 por assignatura annual.

Os colonos poderão obter informações sobre organização de sindicatos e cooperativas agrícolas com o Sr. Dr. Armando Camara - Presidente da Acção Social Brasileira - Rua 7 de setembro Nº 807 - Esquina Paysandu - Porto Alegre.

Os trabalhadores e os operários da zona colonial que desejarem organizar círculos operários ou sindicatos podem dirigir-se ao Revmo. P. Paschoal Gomes Librelotto - Secretaria do Bispado, que foi por nós nomeado assistente eclesiástico de todo o movimento operário nesta Diocese.(71)

Recebida a circular, o Pe. Pio não se lançou imediatamente na tarefa da sua execução, mesmo porque não teve necessidade de fazê-lo por ter o movimento sob sua guarda.

Em setembro de 1935 providenciou junto ao SEIC para que a entidade se fizesse representar no 1º Congresso de Círculos Operários do Rio Grande do Sul. Foram escolhidos como delegados o Dr. Emílio Martins Bühner (assessor jurídico) e os associados Leão Vercelino e Julião Haenke.

Estes três participaram do Congresso, realizado em Porto Alegre de 22 a 25 de outubro, quando inclusive foi fundada e eleita a primeira diretoria da Federação dos Círculos Operários. No retorno, os três prestaram amplo relatório do encontro e apresentaram as teses discutidas e aprovadas:

... proseguindo leu a I tese que é o Syndicalismo; II o Trabalho das Mulheres nas Fábricas; III Imprensa Circulista; IV

(71) DIOCESE DE SANTA MARIA. Circular de 31 de julho de 1935 de Dom Antônio Reis, (PNSNI).

Participação dos Operários nos lucros e na direção das Empresas; V Salário mínimo ou justo salário; VI Juventude Operária; VII Habitação Operária; VIII Cooperativas.(72)

Apesar do Círculo Operário não estar ainda fundado, houve a participação de trabalhadores ijuienses num conclave de envergadura, patrocinado pela Igreja Católica, sem qualquer obstáculo. Sob a ótica do pároco local e dos dirigentes do circulismo, o envio dos três delegados era a preparação dos trabalhadores ijuienses para a implantação do núcleo deste movimento.

O COI foi fundado em 5 de abril de 1936, no salão São Luiz da Paróquia Nossa Senhora da Natividade, tendo a presença dos Padres Pio José Bussanello e Paschoal Gomes Librelotto.

A notícia da fundação era dado com destaque pelo Correio Serrano:

Com extraordinária concorrência realizou-se domingo, 5 do corrente, no Salão São Luiz, as 15 horas, uma grande assembléia para a organização do Círculo Operário de Ijuí, filiado a Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul.(73)

O Pe. Librelotto explanou os ideais circulistas e fez a defesa de "tão útil quã necessaria entidade entre nós, onde em grande número contamos com obreiros do progresso e

(72) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 10 de novembro de 1935. Livro 1, fl. 13, 14.

(73) CS - 8 abr 1936, N° 29, p. 1.

da grandeza de nossa pátria".(74) Após foi aclamada a primeira diretoria assim composta:(75)

Presidente - João Agostini

Vice-Presidente - Alfredo Schmidt

1º Secretário - Jacob Moessner

2º Secretário - Francisco Miron

1º Tesoureiro - Caetano Giordani

2º Tesoureiro - Francisco Horwardt

1º Delegado - Leão Vercelino

2º Delegado - Antônio Martins

Assistente Eclesiástico - Pe. Pio José Bussanello(*)

Comparados os nomes da Diretoria do COI e do SEIC, bem como dos sindicatos fundados em julho de 1937,

(74) CS - 8 abr 1936, Nº 29, p. 1.

(75) COI, Ijuí. Ata de Fundação de 5 de abril de 1936. Livro 1, fl. 1.

(*) "Para cada círculo é designado um assistente eclesiástico. Suas atribuições são: participar de todas as reuniões dos diretores, preservar os objetivos sociais e espirituais do movimento circulista e vetar todas as proposições contrárias a eles, examinar a lista dos candidatos propostos para as eleições excluindo as pessoas que não estão em conformidade com a orientação do movimento, tomar a seu cargo o aspecto moral e educacional do programa circulista, ser o conselheiro dos dirigentes e o defensor dos trabalhadores ... é nomeado pela autoridade diocesana, da qual depende a duração do seu mandato. É evidente que todos esses encargos conferem ao assistente eclesiástico uma autoridade virtualmente ilimitada sobre todas as atividades circulistas e seus dirigentes leigos". WIARDA, Howard J. O movimento operário católico brasileiro - Dilemas do desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1974, ps. 39 e 40.

evidenciou-se o entrelaçamento circulista/sindical. João Agostini atestou este entrelaçamento:

Em 36 nós fundamos o Círculo Operário. Nesse Círculo Operário (rindo) - Como é que vamos fazer? quem é que vai ser o Presidente do Círculo Operário? - atucanado pelo Padre Pio que também era outro fanático! Ele queria manter o operariado unido. Fez uma força muito grande! Mas vai e volta, foi realizado eleição. Os mesmo sócios que eram do Sindicato, também era sócios do Círculo Operário.(76)

Na assembléia de 17 de abril de 1936 foi aprovada a filiação de 42 associados. No segundo semestre de 1936, o Círculo recebeu a visita do Pe. Leopoldo Brentano, que na qualidade de fundador e organizador do movimento circulista, fez uma inspeção à entidade que era assim descrita:

Dada a palavra ao P. Brentano este transmitiu as saudações da F.C.O.R.G.S. (Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul) e a C.O.P.A. (Círculo Operário de Porto Alegre) e disse que pela primeira vez vindo a Ijuhy congratulava-se com os nobres Operários do C.O.I. e falou longamente sobre as vantagens do Círculo mas também o Círculo agia para que o Operário se formasse um bom Operário (...) passando-se depois para o exame dos livros do Círculo, nos quais achou-se algumas cousas que ainda faltavam sendo tudo posto em ordem conforme rezam os Estatutos, ao mesmo tempo foi feito uma encomenda de 1 (um) livro grande, 30 (trinta) distintivos e 200 (duzentas) cadernetas, ficando o mesmo Snr de mandar tudo o mais breve possível para maior facilidade entre o Círculo e a Federação.(77)

(76) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

(77) COI, Ijuí. Ata da Assembléia s.d. de 1936. Livro 1, fl. 4. (Esta ata teve o mês da sua realização não anotado sabendo-se que o dia era 5).

Em 21 de fevereiro de 1937 o COI promoveu uma solenidade envolvendo a bênção da sua Bandeira, a fundação da sua Ala Feminina e a realização de uma festa visando angariar recursos para o jornal "O TRABALHO".(78) A solenidade objetivou envolver as mulheres, até então ausentes do movimento e realçar o entrelaçamento circulista/sindical.

Com relação aos recursos ao jornal circulista

... foi remetido para o caixa do 'TRABALHO' a quantia de Rs 3.000\$000, lucro líquido e ao mesmo tempo foi remetido mais Rs 135\$000 correspondente aos assignaturas do 'TRABALHO'.(79)

A doação de prêmios ofertados pelos comerciantes locais e a presença da Banda Municipal Carlos Gomes, abrilhantando a solenidade, demonstrou que não houve mais prevenção ao movimento circulista/sindical.

Os dirigentes do COI usaram a entidade para uma campanha em defesa da adoção da Carteira Profissional e do associamento ao SEIC. Igualmente em várias e seguidas Assembléias fizeram amplos esclarecimentos sobre a Legislação Trabalhista, usando algumas vezes o idioma alemão para que os presentes melhor compreendessem as informações.

Em julho de 1937 o COI, junto com o MTIC, organizou a fundação dos cinco "Sindicatos de Profissão" cumprindo desta

(78) CS - 24 fev 1937, N° 16, p. 2.

(79) COI, Ijuí, Ata da Assembléia de 22 de fevereiro de 1937. Livro 1, fl. 7.

forma seu estatuto que no artigo 2º, letra "d" previu: "Sindicalização das classes operárias".(80)

Fundados estes Sindicatos de Trabalhadores, o COI e, principalmente, a Federação dos Círculos Operários, com sede em Porto Alegre, acompanharam assiduamente toda a tramitação dos processos de investidura sindical, passando as informações às entidades locais, inclusive seus reconhecimentos pelo MTIC, em dezembro de 1937.

A feitura dos processos de adaptação dos Sindicatos ao Decreto-Lei Nº 1.402, em janeiro de 1941, deu-se sem a cobertura do COI, que nesta oportunidade esteve sofrendo um período de inatividade. Segundo seu Assistente Eclesiástico, o COI esteve "completamente desconjunturado"(81) por ter sofrido ingerências políticas de correntes ligadas ao Prefeito anterior.

(80) COI. Estatutos. Ijuí, 1948, p. 2. Os estatutos do COI foram aprovados na Assembléia de 8 de março de 1947, tendo por base os estatutos dos Círculos de Novo Hamburgo e Cruz Alta, sofrendo um processo de adaptação.

O extrato dos estatutos do COI foi publicado pelo Diário Oficial do Estado em 13 de maio de 1948. Os estatutos foram deferidos no Registro Especial de Títulos e Documentos do Cartório de Ijuí em 25 de maio de 1948, no Livro A-1, fls. 37 - Nº 48.

No estatuto do Círculo Operário Cachoeirense de Cachoeira do Sul, o artigo em questão esteve assim descrito: "Integrado num plano de ação nacional promoverá a sindicalização de trabalhadores, principalmente de circulistas, procurando incentivar a cooperação e confraternização do Círculo com os Sindicatos de Trabalhadores". COC. Estatutos. Cachoeira do Sul, 1970, p. 2. Mimeografado.

(81) Carta de 30 de março de 1940 de Pe. Pio José Bussanelo ao Bispo da Diocese de Santa Maria, Dom Antônio Reis.

Sua reorganização deu-se em 13 de julho de 1941. Nesta Assembléia foi eleita nova Diretoria recaindo a Presidência em Lothar Friedrich,⁽⁸²⁾ havendo alternância no cargo que tradicionalmente vinha sendo ocupado por João Agostini.

Com a reorganização do COI restabeleceu-se estreita atuação com os Sindicatos de Trabalhadores, tendo a entidade circulista uma das suas mais fecundas atuações. Toda a tramitação dos processos de adaptação foram acompanhados pela Federação dos Círculos Operários, em Porto Alegre e pelo COI, em Ijuí. Através destas entidades os Sindicatos receberam as notícias e os passos que tiveram que dar para sanar problemas visando o completo atendimento das exigências legais. Esta atuação conjunta perdurou até novembro de 1943, quando novamente o COI entrou em inatividade.

Desta vez a razão da inatividade esteve relacionada com o surto organizativo de Federações de Trabalhadores, todas com sede em Porto Alegre. Com sua organização houve um processo de substituição da Federação Circulista e dos Círculos Operários nos trabalhos de representação e acompanhamento dos processos junto à 17ª Delegacia Regional do Trabalho (DRT). O trabalho das Federações de Trabalhadores, comunicando-se diretamente com seus respectivos Sindicatos, isolou o COI e, por extensão, a

(82) COI, Ijuí. Ata da Assembléia de 13 de julho de 1941. Livro 1, fl. 16.

Federação Circulista. Esta inatividade estendeu-se até novembro de 1946.

Com a redemocratização do país, em 1945, legalizou-se a atuação do Partido Comunista Brasileiro. A Igreja Católica, atenta aos novos tempos, tratou de dar contrapartida à iniciativa comunista com a fundação ou rearticulação de Círculos Operários:

Chegamos a um ponto que exige falar claramente: escolher a verdade ou o erro, ou a solução cristã ou a comunista. Não há meio termo. (...) Como em toda a parte se fundam Comites de propaganda comunista, (...) Vossa Revma, deve (...) fundar CÍRCULOS OPERÁRIOS para esclarecer a opinião pública. (...) A fundação de Círculos Católicos, onde ainda não existem, é obrigação do Clero'.(83)

Em Ijuí a medida resultou na rearticulação do COI em 10 de novembro de 1946 quando, em Assembléia, foi eleita nova Diretoria, tendo na Presidência o jornalista Antônio Bresolin.(84) No novo período de democracia que se passou a viver, com os Sindicatos constituídos, o COI não conseguiu retomar suas atividades de antes. Raramente eram realizadas Assembléias Gerais, resumindo-se sua maior atividade à reuniões de Diretoria, que movimentou poucas pessoas.

O assistencialismo foi uma das principais características do COI, servindo de estímulo à filiação. Na

(83) DIOCESE DE SANTA MARIA. Carta-Circular de 5 de julho de 1945 de Dom Antônio Reis aos Srs. Párocos.

(84) COI, Ijuí. Ata da Assembléia de 10 de novembro de 1946. Livro 1, fl. 36.

Assembléia de fundação ficou decidido que o associado que pagasse uma jóia de Rs 2\$000 (dois mil réis) e mensalidade de Rs 1\$000 (um mil réis) obteria abatimentos em serviços prestados pelo médico Amadeu Ferreira Weimann, advogado Emílio Martins Bühner, parteiras Ida Rockel e dona Kulik.

As associadas tiveram aulas gratuitas de serviços manuais e de agulha no Colégio Elementar e no Colégio Sagrado Coração de Jesus. Os associados igualmente gozaram de descontos na Farmácia Abreu e nas casas comerciais de Firmino Lucchese, Emílio Bühner e Júlio César Ilgenfritz.(85)

Do apoio do COI à atuação sindical do MTIC resultou a fundação de cinco Sindicatos de Trabalhadores, em julho de 1937, que foram reconhecidos pelo Estado e que atuam até o presente.

(85) CS - 3 abr 1936, N° 29, p. 1.

3. ESTRUTURAÇÃO DOS ATUAIS SINDICATOS

3.1 - A Legislação Trabalhista e Sindical

A Carteira Profissional foi instituída pelos Decretos Nº 21.175 de 21 de março de 1932 e 22.035 de 29 de outubro de 1932. Enquanto a sindicalização foi regida pelo Decreto Nº 19.770, de 19 de março de 1931 e cuja vigência estendeu-se até julho de 1934, não foi exigida a Carteira Profissional para a filiação ao sindicato. Durante este período os trabalhadores ijuíenses não chegaram a encaminhar nenhum processo de reconhecimento de sindicato.

Quando o Correio Serrano encetou sua campanha em prol da sindicalização, apareceu a preocupação em dotar os trabalhadores com a Carteira Profissional. A preocupação constou da reunião conjunta de 23 de abril de 1933, na Biblioteca do Clube Ijuí, reunindo delegados da UECI e da ACI, quando esta ficou de dirigir-se ao MTIC "solicitando a remessa de carteiras profissionais (.....), as quais serão distribuídas entre os empregados".(1)

A iniciativa estava em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 4º do Decreto Nº 22.035 de 29 de outubro de

(1) CS - 23 abr 1933, Nº 33, p. 1.

1932, que previa que "além do próprio interessado, ou procurador devidamente habilitado, os empregadores ou os sindicatos oficialmente reconhecidos poderão promover o andamento do pedido de carteiras profissionais..." (2) Porém, os empregadores não envidaram esforços para dotarem seus trabalhadores com a Carteira Profissional.

Quando os trabalhadores de Ijuí tomaram medidas visando sua sindicalização, defrontaram-se com a vigência do novo Decreto Nº 24.694, de 12 de Julho de 1934, que então regulamentou a criação e reconhecimento de sindicatos. Este Decreto em seu artigo 38º previa:

Sómente poderão sindicalizar-se os empregados que possuírem carteira profissional expedida de acordo com a legislação federal vigente.(3)

Por este artigo estava definitivamente amarrada a questão da sindicalização com a Carteira Profissional. Antes da criação de sindicatos deveria-se munir os associados com este documento, expedido pelo Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho. Ou seja, primeiro a Carteira, depois o Sindicato.(4)

(2) SOUZA NETO, F. de Legislação trabalhista. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1939, p. 9.

(3) _____ p.30.

(4) O artigo também teve a função de anular as Carteiras Profissionais antes expedidas pelos próprios sindicatos do centro do país, muitos controlados por anarquistas e comunistas. MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. 2.ed. Coleção Tudo é História 32. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 70, 72.

Foi também o Decreto-Lei Nº 24.694 que possibilitou a formação do sindicato reunindo diversas categorias e cuja brecha foi explorada pelos trabalhadores de Ijuí. O artigo 11º dizia:

() Nas localidades onde, em profissões idênticas ou similares, não for possível reunir número legal de associados, é facultada a organização de sindicatos de ofícios vários.(5)

Diante da limpidez do artigo causa estranheza que os trabalhadores de Ijuí organizaram o SEIC que posteriormente gerou confusões na sua denominação, mesmo sendo seu nome trocado para Sindicato de Ofícios Vários.

Mas foi a Carteira Profissional o objetivo da luta. Não era só necessário convencer os trabalhadores a se associarem ao sindicato, mas era também necessário que estivessem dotados da Carteira. Para isso, era também necessário fazer com que os empregadores cumprissem a Legislação Trabalhista. Um passo estava condicionado a outro.

Os empregadores estiveram muito displicentes e até oferecendo resistência quanto à adoção deste documento. Os dirigentes sindicais recorreram ao Correio Serrano mandando publicar uma pequena e gentil nota dirigida aos mesmos:

Dispondo o Decreto numero 24694 de 12 de julho do corrente ano, do Governo Federal, que para a constituição e reconhecimento de sindicatos de empregados, devem todos os sócios possuirem as

(5) SOUZA NETTO, F. de A. p.33.

respectivas carteiras profissionais, (...) e como na quasi totalidade dos nossos associados não possuem a referida carteira profissional, pedimos aos Senhores Empregadores, a fineza de cumprirem esta parte da legislação do trabalho afim de que possamos ultimar a organização e reconhecimento do Sindicato de Operarios e Proletarios desta cidade.(6)

Isto atesta que quase três anos depois da instituição da Carteira Profissional, embora obrigatória, não era de uso corrente. Atesta também, que além da displicência, os empregadores resistiram à sua adoção. A tática adotada era a de cumprir a Legislação Trabalhista mediante pedido formal ou pressão por parte dos trabalhadores.

Diante deste quadro, os dirigentes sindicais(7) reivindicaram para si a luta pela Carteira Profissional chegando a promoverem verdadeira campanha para sua adoção, quer seja através de jornal, quer seja a partir de suas entidades.

Quando do retorno de Cruz Alta, onde participaram da reunião classista de 20 de janeiro de 1935 e em vésperas da fundação do SEIC, os dirigentes convidaram a todos os trabalhadores, através do Correio Serrano, para comparecerem no domingo, 27 de janeiro, às 9 horas, nas terras de Leão

(6) CS - 21 nov 1934, Nº 93, p.1.

(7) "A moderna organização sindical brasileira não tem liderança própria. Apresenta apenas dirigentes de vários níveis organizatórios e de diversas tendências, tolerados pelo sistema de poder eventualmente estabelecido. Sua inautenticidade é compensada com favores e vantagens propiciados pela estrutura vigente, cujo sistema de delegação de poderes é altamente corruptor". RODRIGUES, José Albertino. p.188.

Vercelino, para tirarem fotografias para a confecção da Carteira Profissional.(8)

O interesse despertado nos trabalhadores pela adoção da Carteira também foi demonstrado quando da presença em Ijuí de Pedro do Canto Filho, por ocasião da fundação do SEIC. O Auxiliar-Fiscal do MTIC aproveitou sua estada no município para promover uma reunião em 14 de fevereiro de 1935, coordenada pelo Vice-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento, Major Antonio Setembrino Lopes.(9)

Quinta-feira à noite com a presença do sr. Coletor Federal, Coletor Estadual e outras autoridades, diversos comerciantes e industrialistas de nossa praça, grande número de operários e empregados de ambos os sexos, realizou-se no salão nobre da Prefeitura Municipal (....) uma concorrida reunião, calculada em mais de cem pessoas, interessadas para tomarem conhecimento de diversos e importantes tópicos do regulamento em execução.(10)

Observa-se a diferença de tratamento aos trabalhadores da indústria "operários" e aos trabalhadores do comércio "empregados" e a participação de mulheres.

(8) CS - 26 jan 1935, N° 8, p.2.

(9) A Junta de Conciliação e Julgamento foi instalada em Ijuí no início de fevereiro de 1934 e esteve assim constituída: Presidente - Dr. Álvaro Batista de Magalhães; Vice-Presidente - Major Antônio Setembrino Lopes. Vogais Efetivos: Alfredo Glitz (empregadores) e Alberto H. Eli (empregados). Suplentes: Carlos Reimann (empregadores) e Bruno Matte (empregados). CS - 10 fev 1934, N° 12, p. 1.

(10) CS - 14 fev 1935, N°14, p.3.

Nesta reunião, realizada dois dias após a fundação do SEIC, foram lidos trechos do Decreto instituindo a Carteira Profissional, estando, portanto, a questão na ordem do dia.

Também é possível aferir sua pouca disseminação no próprio processo de investidura sindical do SEIC. Na primeira lista de associados apareceram apenas 20 associados com o número da sua respectiva Carteira. Na segunda lista, que foi acrescentada quando da mudança do nome para Sindicato de Ofícios Vários, em 15 de dezembro de 1935, apareceram 40 associados.

Chama atenção que quatro dirigentes eleitos para comporem a Diretoria, não apareceram na primeira lista de associados. E um, o Vice-Presidente, não apareceu nem na segunda lista. Isso denuncia a falta da Carteira Profissional.

Com a fundação do SEIC, a campanha em prol da adoção da Carteira Profissional prosseguiu com maior vigor. O próprio Sindicato tinha esta necessidade visando aumentar seu parco número de associados.

A chegada de um lote de Carteiras foi motivo de grande euforia, chegando a ser alçada como grande conquista:

... tomou a palavra o sócio 1º secretário [João Agostini] que falou longamente sobre as primeiras carteiras profissionais apenas chegadas e disse que as demais carteiras conforme promessa do representante do Ministério deviam estar aqui até o dia 10 ou 15 do mez proximo [fevereiro de 1936] e convidou a

todos os sócios para serem unidos porque aprova nós já tínhamos que de tanto trabalhar apareceram os primeiros frutos do nosso trabalho, fruto este de alto valor para nós operários e para a defeza de nosso bem estar que nada mais do que isso almejamos.(11)

Estas não foram as primeiras Carteiras dos trabalhadores de Ijuí, mas foram as primeiras conseguidas com a interferência do SEIC. Daí o júbilo demonstrado pelo secretário do Sindicato.

As visitas do Auxiliar-Fiscal do MTIC de Cruz Alta, onde eram confeccionadas as Carteiras, eram acompanhadas sempre com muito interesse pelo Correio Serrano:

Estava nesta cidade, o sr. Pedro do Canto, representante do Ministério do Trabalho.

S. S. foi portador de grande numero de carteiras profissionais, que foram entregues aos seus proprietários, operários de diversas oficinas, inscritos n'aquela ministério.(12)

Atestando o empenho do COI e do SEIC, era feita reunião conjunta quando a questão da Carteira e da sindicalização foram tratados:

falando em seguida o presidente sobre a grande necessidade de todos os operários se syndicalizarem -- este mostrou as vantagens do syndicato perante a lei e das carteiras profissionaes e a grande vantagem que lhes oferece o Círculo Operário de Ijuí, lendo depois o Presidente o decreto que institue a carteira profissional em todo território brasileiro,

(11) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 5 de janeiro de 1936. Livro 1, fl. 14.

(12) CS - 27 jun 1936, N° 52, p. 2.

e como houvesse alguns sócios que não compreenderam bem por serem estrangeiros - este convidou o Sr Henrique Schmidt para lhes explicar em alemão os quais ficaram muito satisfeitos.(13)

João Agostini forneceu maiores informações acerca da confecção das Carteiras Profissionais:

Em 1935, quando nós fundamos o Sindicato só podia ser sindicalizado mediante a apresentação da Carteira Profissional. Senão não podia entrar no Sindicato, não podíamos organizar o Sindicato. Ai, como nós tínhamos um bom conhecimento com o Fiscal de Cruz Alta, então, quando tinha um número de 10 ou 15 para fazer a Carteira Profissional, então eu telefonava para o Pedro do Canto, de Cruz Alta. Ele vinha de lá e fazia as Carteiras Profissionais aqui. De 35 até 38. Ele cobrava quinhentos réis por carteira para tirar a despesa dele, porque o hotel custava três mil réis por dia.(14)

Em julho de 1937, quando foram fundados cinco Sindicatos, a Carteira Profissional já era de uso generalizado entre os trabalhadores. O reconhecimento destes Sindicatos pelo MTIC implicava em que um contingente razoável estivesse munido com o documento.

Por um lado a Carteira Profissional acabou sendo um entrave para a sindicalização, que somente pôde ser removido com a anuência dos empregadores. De outro lado, a Legislação veio oferecer um dispositivo que funcionou como alavanca propulsora da formação de sindicatos, ainda mais de

(13) COI, Ijuí. Ata da Assembléia de 5 de julho de 1936. Livro 1, fl. 4.

(14) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

industriários, já que para os comerciários o mesmo não teve validade.

Tratou-se do Decreto Nº 23.768, de 18 de janeiro de 1934, que regulou a concessão de férias(15) aos empregados da indústria. O artigo 4º afirmava:

O direito às férias é adquirido depois de doze meses de trabalho no mesmo estabelecimento ou empresa, consoante o art. 8º, e exclusivamente assegurado aos empregados que forem associados de sindicatos de classe reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.(16)

O Decreto repercutiu imensamente junto aos dirigentes que assim justificaram a necessidade da filiação ao Sindicato.(17) A questão foi tratada no SEIC na Assembléia de 5 de julho de 1936, quando ao lado das vantagens da Carteira Profissional, o secretário

(15) Para efeitos do direito de gozo das férias, quando da publicação do referido Decreto, o artigo 8º reza: "Aos empregados em trabalho effectivo no mesmo estabelecimento ou empresa, e durante o prazo de doze meses, serão concedidos: aos que tiverem mais de 250 dias, quinze dias de férias; aos que tiverem menos de 250 e mais de 200, onze dias, e aos que tiverem menos de 200 e mais de 150, sete dias". O parágrafo único desse artigo diz que "os empregados que tiverem menos de 150 dias de trabalho effectivo (....) não terão direito a férias". SOUZA NETTO, F. de A. p. 322.

(16) SOUZA NETTO, F. de A. p. 321.

(17) Pelo artigo 1º do Decreto Nº 22.132, de 25 de novembro de 1932, que instituiu as Juntas de Conciliação e Julgamento, que em Ijuí foi constituída em fevereiro de 1934, sómente os empregados sindicalizados poderiam reclamar direitos trabalhistas. A dispensa de estar sindicalizado só se deu no primeiro ano da publicação do referido decreto, conforme o artigo 30º. Ou seja, a partir de 26 de novembro de 1933 todo reclamante devia estar sindicalizado. Apesar desse dispositivo estimular a criação de sindicatos, na prática, ele pouco foi considerado, mesmo porque poucos trabalhadores tinham a coragem de fazê-lo, sob pena de posteriormente ficarem desempregados. Na documentação não aparece nenhuma referência a ele.

também falou sobre as mensalidades que todos deviam estar quites com a Thezouraria afim de fazerem valer os seus direitos perante a autoridade competente [Fiscal do MTIC].(18)

Na ordem do dia das conversas dos trabalhadores o assunto era tratado de forma clara e inequívoca. Na ata de 7 de março de 1937 um dirigente sindical efetuou uma consulta ao agente do MTIC:

Passando-se depois a tratar sobre a lei de férias - disse-se que o fiscal das leis do Trabalho disse ao Thezoureiro que os patrões tinham que dar as férias - embora o Sindicato ainda não fosse reconhecido ate a presente data mas estava em vias de reconhecimento.(19)

A resistência patronal à concessão das férias fez-se presente enquanto o SEIC não estivesse reconhecido. Como este Sindicato acabou não sendo reconhecido pelo MTIC, a concessão das férias ficou no terreno das discussões sem ser levada à prática.

Daí o interesse que tiveram os dirigentes sindicais na fundação dos "Sindicatos de Profissão". Dos cinco sindicatos fundados em julho de 1937, três eram de trabalhadores da indústria: metalúrgicos, alimentação e madeireiros.

(18) SFIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 5 de julho de 1936. Livro 1, fl. 16.

(19) _____. Ata da Assembléia de 7 de março de 1937. Livro 1, fl. 21.

3.2 - A Fundação dos "Sindicatos de Profissão"

O parecer do funcionário da 17ª IRT, datada de 23 de novembro de 1936, definitivamente afastou a idéia de conquistar o reconhecimento do SEIC. O caminho indicado era a fundação dos "Sindicatos de Profissão", tal como previa o Parecer, consubstanciado no Decreto Nº 24.694, de 12 de julho de 1934.

Diante do não reconhecimento do SEIC, o advogado Emílio Martins Bühner, que vinha prestando assistência jurídica desde sua fundação, abdicou de continuar a fazê-lo: (20)

Chegou em princípio de 1937 ele não quis saber de mais nada. Disse: 'Não, eu não posso mais com essa papelama. É muita burocracia (....). É melhor vocês chamarem pessoas de lá do Ministério do Trabalho, fundem e dividem em categorias(21)

Os dirigentes operários, em conjunto com o Padre Pio José Busanello, enviaram uma correspondência à 17ª ITR solicitando ajuda para levar avante a idéia da organização sindical. A última ata do SEIC anunciou o resultado da

(20) O advogado Emílio Martins Bühner, circulista desde a fundação do COI, tornou-se consultor jurídico da ACI, exercendo o cargo gratuitamente desde 29 de julho de 1936 a 29 de abril de 1938, deixando de fazê-lo por desentendimento após ter-se tornado Prefeito nomeado. ACI, Ijuí. Ata da reunião de 19 de março de 1936. Livro 2, n.p.

(21) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

correspondência enviada bem como as providências que deveriam ser tomadas#

Aberta a sessão pelo Presidente (....) este falou sobre uma carta recebida pelo C.O.I. na qual constava da vinda do Sr. João Lathuada guarda fiscal da Inspetoria Regional do Trabalho ... Combinou-se que seria bom esperar que este Sr. viesse para fazer todos os papéis para reconhecer o Sindicato o mais depressa possível ao mesmo tempo que cada um de nós se prevenisse para o dia da chegada avisar o maior número de sócios(22)

No início da segunda quinzena de julho de 1937 encontrava-se em Ijuí uma delegação de três pessoas, duas representantes do MTIC e uma da Igreja Católica. Ambos tinham comprovada experiência na organização de sindicatos, principalmente na sua parte burocrática. Sua presença no município ensejou que desta vez se criasse o Sindicato dos Trabalhadores, tomando-se o cuidado de atender as formalidades legais.

Vindos de Porto Alegre, o circulista João Baptista Rodrigues, Presidente da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul, e o inspetor João Lathuada, da 17ª IRT, de Cruz Alta, o auxiliar-fiscal Pedro do Canto Filho, permaneceram em Ijuí por quase quinze dias visitando trabalhadores, preparando reuniões e organizando a documentação#

(22) SEIC, Ijuí. Ata da Reunião de 10 de junho de 1937. Livro 1, fl. 24.

Trabalhamos quinze dias, de noite, (...) de casa em casa, com o auxílio do Padre Pio, que conhecia melhor que eu todo o pessoal, para esclarecer a profissão e tudo que tinha que fazer.(23)

João Agostini, que teve incorporado a experiência de unir parte dos trabalhadores em torno do SEIC, lembrou a dificuldade que tiveram em dividir em categorias, conforme preconizava o Decreto Nº 24.694:

Houve essa Lei (...) de ser dividido em categorias. A dificuldade foi dividir em categorias. Porque entre o Círculo Operário e o Sindicato, toda aquela gente eram mais de cem. Então você veja, agora saber dos sócios (...) o dia em que nasceram, a idade, onde moravam (...). Pegar todos esses dados! Um é comerciário, outro é mecânico, outro é carpinteiro. E nós tínhamos tempo só de noite. De dia nós tinha que trabalhar.(24)

Em 17 de julho de 1937, com a presença de João Baptista Rodrigues, João Lathuada e Pedro do Canto Filho, realizou-se na sede do SEIC,

uma reunião preparatória, com fim especial de organização de diversos sindicatos, das varias industrias entre nós existentes, o que foi feito, ficando resolvido a realização de uma grande assembléia do operariado ijuense, no dia seguinte.(25)

(23) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

(24) _____. Entrevista.

(25) CS - 21 jul 1937, Nº 58, p. 1.

Em 18 de julho, numa única assembléia reunindo as diversas categorias, foi dada a aprovação para a fundação dos "Sindicatos de Profissão" #

Domingo, às 15 horas, no vasto salão São Luiz Gonzaga, presentes grande numero de operarios, representando todas as classes trabalhistas, entre nós existentes, os senhores representantes do Ministério do Trabalho, imprensa, clero e pessoas gradas, teve lugar esta assemblêa, presidida pelo presidente do Círculo Operário de Ijuí, Sr. João Agostini.

Aberta a sessão, o sr. Presidente expoz aos presentes, quais os fins desse conclave e concedeu a palavra ao sr. João Lathuada, que em brilhante oração, expoz as conveniencias e utilidade da organização dos sindicatos, das varias classes propulsoras do progresso que nosso torrão alcançou e continua alcançando, nas suas demonstrações de trabalho. Também fez ver o quanto será conveniente serem essas organizações filiadas ao Círculo Operário, como estão sendo feitas em outras localidades ...

Sua exposição ao findar foi bastante apreciada e aplaudida. Consultando os presentes, sobre o exposto, todos concordaram, aprovando. (26)

Nesta assembléia preparatória foram organizados quatro Sindicatos,

tendo por dirigentes provisórios, uma comissão classista, para o fim de tomar as necessárias providências do reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho.

Foram organizados naquele dia os seguintes sindicatos: Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e seus Artefactos, Sindicato dos

Auxiliares do Comércio e Sindicato dos Bancários. O quinto Sindicato, o dos trabalhadores em alimentação, foi igualmente previsto.

Na noite de 22 de julho de 1937 os agentes do MTIC e da Igreja Católica tornaram a reunir os trabalhadores das diversas categorias para ultimar detalhes, dar explicações complementares e redigir as atas de fundação dos Sindicatos.(27) No dia seguinte estes agentes retornaram a Porto Alegre levando consigo os processos de investidura sindical.(28)

Sob a manchete "CINCO SINDICATOS DE CLASSE FUNDADOS NESTA CIDADE", o Correio Serrano informou:

Graças à iniciativa do Círculo Operário de Ijuí, o operariado desta cidade vê satisfeita uma de sua maiores aspirações que era a sua organização de acordo com as leis sociais.(29)

O jornal também trouxe a notícia da organização do quinto sindicato - "Sindicato dos Empregados em Fabricas de Conservas e Produtos de Origem Animal".

Tomando-se o nome da entidade sindical com a qual apareceu em dezembro de 1937, quando da expedição da Carta Sindical, que foi seu primeiro nome legal, teve-se a

(27) O padre Pio José Buzzanello deu 16 de julho como data de fundação dos sindicatos. Esta data não pode ser considerada, tendo o religioso se enganado quando lavrou posteriormente seu registro no Livro Tombo. PNGNI, Ijuí. Ata de 16 de julho de 1937. Livro Tombo 3. n.p.

(28) CS - 24 jul 1937, N° 59, p. 3.

(29) CS - 28 jul 1937, N° 60, p. 1.

seguinte composição das Diretorias Provisórias dos Cinco Sindicatos⁽³⁰⁾

Sindicato dos Auxiliares do Comércio, de Ijuí:

Presidente - João Wichrowski

Secretário - Edvino Germano Blum

Tesoureiro - Guilherme Gonçalves

Sindicato dos Operários Metalúrgicos, de Ijuí:

Presidente - João Agostini

Secretário - Dari Zago

Tesoureiro - Max Schelter

Sindicato dos Trabalhadores em Madeiras e seus Artefatos, de Ijuí:

Presidente - Caetano Giordani

Secretário - José Bastiani

Tesoureiro - Alfredo Schmidt

Sindicato dos Empregados em Fábricas de Conservas e Produtos de Origem Animal, de Ijuí:

Presidente - Estevão Ghiotto

(30) CS - 21, 23 jul 1937, N^os 58, 60, p. 1. (Os diretores arrolados restringiram-se aos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro).

Secretário - Baptista Ghiotto

Tesoureiro - Hypólito Paz

Sindicato dos Bancários, de Ijuí*

Presidente - Antenor Fernandes Panichi

Secretário - Eitel Brenner

Tesoureiro - Otto Tiefensee

Os processos de investidura dos Sindicatos foram confeccionados em dependência da Casa Canônica e datilografados na máquina de escrever da Paróquia Nossa Senhora da Natividade de Ijuí, gentilmente cedida pelo Padre Pio José Busanello.(31)

3.3 - O Reconhecimento dos Sindicatos

A velocidade com que tramitaram estes processos denota que, além da sua confecção estar correta sob ponto de vista burocrático, mesmo porque foram elaborados por especialistas com ampla experiência na área, houve o interesse do próprio MTIC na criação de sindicatos. Houve ainda o interesse da Igreja Católica, através da Federação

(31) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

dos Círculos Operários, que acompanhou assiduamente toda a tramitação.

A rapidez da tramitação dos processos dentro dos diversos órgãos do MTIC era comprovado pelo telegrama recebido em fins de outubro de 1937 pelo Presidente do COI, cuja auspiciosa notícia foi estampada pelo Correio Serrano:

Por comunicação telegráfica do Snr. João B. Rodrigues, Presidente da Federação dos Círculos Operários do Estado, sabe-se terem sido reconhecidos pelo Governo Federal, os sindicatos aqui organizados e filiados ao Círculo Operário de Ijuí.(32)

Apenas três meses depois da fundação os dirigentes sindicais obtiveram o primeiro sinal de que desta vez estavam no caminho certo para conseguirem a oficialização de suas entidades. Na mesma reportagem foi mostrado a repercussão da notícia:

A grata notícia foi recebida ao espoucar de foguetes na sede do C.O.I., onde afluiram muitas pessoas. Brevemente será festajado pelos Sindicatos, em conjunto, esse auspicioso fato.(33)

O reconhecimento pelo Governo Federal o era por parte do Departamento Nacional do Trabalho, última instância do Ministério na qual os processos deveriam tramitar. Com a aprovação por parte deste Departamento, os processos tomaram a direção da mesa do Ministro do MTIC para que formalizasse os reconhecimentos com sua assinatura.

(32) CS - 30 out 1937, N° 87, p. 1.

(33) CS - 30 out 1937, N° 87, p. 1.

A assinatura de quatro das Cartas Sindicais pelo Ministro Waldemar Falcão ocorreu dentro da vigência do Estado Novo. No dia 27 de dezembro de 1937 o Ministro assinou a Carta Sindical de dois Sindicatos:

- Sindicatos dos Empregados em Fábricas de Conservas e Produtos de Origem Animal, de Ijuí;

- Sindicato dos Auxiliares do Comércio, de Ijuí.

No dia 28 de dezembro de 1937 assinou a Carta Sindical de mais dois Sindicatos:

- Sindicatos dos Operários Metalúrgicos, de Ijuí;

- Sindicatos dos Trabalhadores em Madeiras e seus Artefatos, de Ijuí.(34)

Embora não se possa precisar a data, nesta época também ocorreu a assinatura da Carta Sindical do quinto Sindicato:

- Sindicato dos Bancários, de Ijuí.(35)

(34) DRT. Pastas N°s 72, 76, 77. (João Agostini também referiu-se a estas duas datas como sendo a da assinatura destas quatro Cartas Sindicais).

(35) Esta informação é deduzida de duas notícias do jornal Correio Serrano publicadas, respectivamente, em 30 de outubro de 1937 e 26 de outubro de 1938. A primeira trata do reconhecimento e a segunda trata da chegada das Cartas Sindicais à Ijuí. Em ambas o Sindicato dos Bancários de Ijuí está incluído. Uma terceira fonte afirma: "Conforme comunicação recebida em 25 de Setembro do anno findo, teve despacho do Exmo. Snr. Ministro do Trabalho, a nossa Carta Sindical, achando-se a mesma em poder da Inspeção Regional, em Porto Alegre". SEEBI, Ijuí. Acta da Assembléia Geral Extraordinária de 9 de abril de 1936. Folha avulsa e datilografada.

A base territorial destes cinco Sindicatos compreendeu apenas o município de Ijuí.

A notícia da assinatura das Cartas Sindicais foi comunicada ao Presidente do COI:

No fim de 1937, lá pelo dia 28, 29 ou 30 de dezembro, (....) eu recebi um vasto telegrama do Ministério do Trabalho (....) dizendo que era para mim entregar as quatro Cartas Sindicais aos Sindicatos de categoria, que tinham sido despachadas pelo Ministro. Duas tinham sido despachadas no dia 27 de dezembro de 1937 e duas foram despachadas no dia 23 de dezembro de 1937.(36)

A implantação do Estado Novo acabou interferindo na entrega das Cartas Sindicais efetivando-se praticamente um ano depois:

O Círculo Operário de Ijuí acaba de receber do exmo. Snr. Waldemar Falcão, Ministro do Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, as cartas de reconhecimento dos sindicatos filiados ao mesmo C.O.I., como também a aprovação dos respectivos estatutos.(37)

Tal como o Ministro do MTIC recomendou no telegrama, João Agostini, na condição de Presidente do COI e do Sindicato dos Metalúrgicos e maior incentivador da organização sindical operária, organizou uma grande festa para a entrega solene das Cartas Sindicais:

(36) AGOSTINI, João. História do Sindicalismo em Ijuí. Entrevista. (O entrevistado há poucos anos queimou o telegrama por ter-se apagado completamente. A referência a quatro Cartas Sindicais deveu-se a sua memória ter retido os quatro sindicatos, esquecendo o dos bancários).

(37) CS - 26 out 1938, N° 86, p. 3.

... então fizemos aquela festa na frente do Michaelsen. Ali tinha uma casa que era do João Alberto Kopf e ali era nossa sede. (...) Ali a calçada era alta e na frente era a rua. Encheu de gente que foi coisa séria. Foi um domingo que fizemos a festa (...) em conjunto com o Círculo Operário.(38)

A festa realizada em 30 de outubro de 1938, embora sem presença de nenhuma autoridade local ou estadual, representou o coroamento de um grande esforço iniciado há 10 anos. Daí o entusiasmo com que os trabalhadores comemoraram a conquista.

A demora na entrega das cinco Cartas Sindicais deveu-se ao fato de terem sido expedidas sob a vigência do Decreto Nº 24.694, de 12 de julho de 1934, enquanto o país vivia sob a vigência de uma nova Constituição outorgada em 10 de novembro de 1937, onde Lei da Sindicalização teria que ser adaptada.

Assim, era evidente que a Legislação Sindical teria que sofrer uma alteração ajustando-a à Constituição em vigor. Diante do reconhecimento e da assinatura das Cartas Sindicais, optou o MTIC fazer sua entrega para posteriormente exigir a sua adaptação à nova Lei Sindical que então estava em gestação naquele Ministério.

(38) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

3.4 - A Adaptação dos Sindicatos ao Decreto-Lei Nº 1.402

Com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas os juristas do MTIC passaram a elaborar uma rigorosa Lei Sindical, visando substituir a anterior e adaptá-la às novas exigências da Constituição outorgada.

Em vigor a nova Carta Constitucional desde novembro de 1937, somente a 5 de julho de 1937, pelo decreto-lei Nº 1.402, é que foi regulada a sindicalização entre nós, de acordo com os importados princípios corporativistas.(39)

Uma síntese do Decreto-Lei Nº 1.402 é feita por Luiz Werneck Vianna:

... o decreto-lei tornou obrigatório o registro das associações profissionais, a apresentação prévia dos candidatos a cargos sindicais no Ministério do Trabalho, a ampliação das causas de inelegibilidade, a faculdade da presidência das mesas eleitorais sindicais ser confiada a delegados desse órgão e a exigência de posterior aprovação das eleições por autoridades do Estado. Declaradamente, visava-se fazer do Estado a agência de seleção dos dirigentes sindicais, para a 'formação de uma verdadeira elite profissional'. De resto, como o direito de representação legal dos sindicatos decorria de uma outorga política do Estado, esse poderia retirar sua delegação quando julgasse conveniente.

A par da repressão direta, figuravam outros meios, como a instituição do controle da gestão financeira dos sindicatos,

(39) MORAES FILHO, Evaristo. O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, p. 245.

exigindo-se deles um orçamento anual, submetido à aprovação do Ministério do Trabalho.(40)

Os trabalhos de adaptação ao novo Decreto-Lei, conforme artigo 56, tinham um prazo de seis meses para concretizarem-se.

O próprio MTIC foi complacente prorrogando o prazo por mais seis meses, através do Decreto-Lei Nº 1.969, de 18 de janeiro de 1940. Como ainda a maioria dos sindicatos brasileiros não tivessem promovido sua adaptação, o MTIC deu novo prazo. Este último, fixado pelo Decreto-Lei Nº 3.035, expirava impreterivelmente em 31 de março de 1941, fazendo com que a entidade sindical que não cumprisse com a exigência perdesse sua personalidade jurídica, sendo declarada extinta.

A complacência demonstrada pelo MTIC protelando os prazos para adaptação, evidencia, de um lado, o pouco interesse dos trabalhadores em se manterem atualizados perante a Lei e, de outro lado, ao próprio Ministério em não querer a pura e simples extinção das entidades sindicais.

A nível nacional registra-se para o período um forte esvaziamento dos sindicatos oficiais e até a extinção de muitos, chegando ao ponto do próprio Governo, tendo à frente a pessoa do Presidente Getúlio Vargas, promover uma ampla campanha de sindicalização. Esta campanha, aliada ao

(40) VIANNA, Luiz Werneck. p. 224.

Decreto-Lei Nº 2.377 que criou o Imposto Sindical, procurou reverter este quadro que estava pondo em risco o projeto sindical corporativista do Estado Novo.(41)

Em Ijuí os trabalhos de adaptação ao Decreto-Lei Nº 1.402 começaram somente um ano e meio depois da sua publicação. Apenas em fins de janeiro de 1941, quando estava prestes a entrar em vigor o ultimato do Decreto-Lei Nº 3.035, os dirigentes sindicais começaram a se mobilizar visando ao cumprimento do Decreto-Lei de julho de 1939. Nesta empreitada novamente a figura de João Agostini destacou-se liderando os sindicatos locais e dando mostras de ser um efetivo e atencioso leitor da Legislação Trabalhista e Sindical.

A Portaria Ministerial SCm-337, de 31 de julho de 1940, em seu artigo 24, define como deveria ser feita a adaptação:

Os atuais sindicatos, em funcionamento legal, reconhecidos sob o regime do Decreto Nº 24.694, (....), e que pretenderem sua adaptação à nova organização sindical, instituída pelo Decreto-Lei Nº 1.402, (....), deverão:

- a) promover sua adequação ao plano do quadro das atividades e profissões, observando o sistema de enquadramento sindical estabelecido no Decreto-Lei Nº 2.381, de 5 de julho de 1940;
- b) constituído o respectivo quadro social homogeneamente, na forma da alínea anterior, adotar a denominação correspondente à

(41) VIANNA, Luiz Werneck. 229, 232.

categoria ou categorias similares ou conexas, previstas nos limites de cada grupo das atividades e profissões;

c) requerer a ratificação do seu reconhecimento como sindicato representativo da respectiva categoria econômica ou profissional, na forma das presentes instruções.

Parágrafo único - Os sindicatos ficarão neste caso, isentos da obrigação concernente ao prévio registro como associação profissional, sendo contado, para efeitos legais, o tempo de sua existência sob o regime exterior ...(42)

Todos os Sindicatos de Trabalhadores de Ijuí tiveram suas denominações alteradas em vista do Decreto-Lei Nº 2.353 que criou o quadro de atividades e profissões, conforme previa a Portaria citada e que foi levada em conta quando da feitura do processo de adaptação.

Estes processos de adaptação foram elaborados por novas Diretorias. Embora o Decreto-Lei Nº 1.969, de 18 de janeiro de 1940, prorrogasse os mandatos dos Diretores até a definitiva adaptação, todos os Sindicatos de Trabalhadores de Ijuí realizaram eleições para renovação de suas Diretorias atendo-se aos seus padronizados estatutos, que então previam um mandato de dois anos e que expirou em julho de 1939.

Com exceção de João Agostini, que reeleito continuou na Presidência do então Sindicato dos Operários Metalúrgicos,(43) todos os demais Sindicatos tiveram novos

(42) SOUZA NETTO, F. de A. p. 46.

(43) CS - 4 jan 1941, Nº 2, p. 2.

Presidentes, quando começaram a tratar dos trabalhos de adaptação ao Decreto-Lei Nº 1.402. Eram os seguintes os Presidentes dos Sindicatos, ainda com sua primeira designação oficial:

- Osmar Teixeira Prado - Presidente do Sindicato dos Empregados em Fábricas de Conservas e Produtos de Origem Animal, de Ijuí;(44)
- Paulo Henrique Olschowski - Presidente do Sindicato dos Auxiliares do Comércio, de Ijuí;(45)
- Soslau Waginiak - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Madeiras, de Ijuí;(46)
- João Pereira Gomes - Presidente do Sindicato dos Bancários, de Ijuí.(47)

Desta vez, ao contrário da fundação, os dirigentes sindicais não apelaram a nenhuma ajuda da Federação dos Círculos Operários ou da 17ª DRT ou mesmo do auxiliar-fiscal de Cruz Alta. Toda a parte burocrática dos processos foi

(44) CS - 4 jan 1941, Nº 2, p. 2.

(45) CS - 15 jan 1941, Nº 5, p. 7.

(46) CS - 15 jan 1941, Nº 5, p. 7.

(47) CS - 18 jan 1941, Nº 6, p. 6.

elaborada pelos dirigentes e por um advogado de Ijuí. Isso demonstra que adquiriram domínio da Legislação Sindical.

O Sindicato dos Operários Metalúrgicos e o Sindicato dos Empregados em Fábricas de Conservas e Produtos de Origem Animal foram os primeiros a publicarem o edital de convocação de Assembléia Geral de retificação e ratificação, marcando-a para 26 de janeiro de 1941, na sede dos Sindicatos na Rua do Comércio.(48)

Os outros três sindicatos - madeireiros, comerciários e bancários - convocaram suas respectivas Assembléias Gerais também para o dia 26 de janeiro, porém para o Salão São Luiz.

Nota-se que os cinco Sindicatos ativeram-se aos preceitos da Portaria Ministerial SCm-337 que mandava publicar por três vezes o edital de convocação de cada entidade, apenas não sendo atendida a exigência da antecedência mínima de 15 dias à Assembléia por parte de comerciários, bancários e madeireiros, tendo por esta razão problemas posteriores com a tramitação dos processos.

Assim, entre 28 de dezembro de 1940 a 22 de janeiro de 1941, o Correio Serrano publicou, alternadamente, os quinze editais de convocação, já que era exigida a publicação de três editais.

(48) CS - 28 dez 1940, Nº 105, p. 4.

Segundo a Portaria Ministerial SCm-337, os processos de adaptação tinham que conter os seguintes documentos:

1. Ofício ao MTIC requerendo o reconhecimento com base no Decreto-Lei Nº 1.402;

2. Carta Sindical anterior;

3. Um exemplar de cada um dos três editais de convocação;

4. Cópia autêntica da ata da Assembléia Geral;

5. Relação dos associados do Sindicato;

6. Cópia autêntica dos estatutos;

7. Relação dos diretores reproduzida do livro de registro de associados;

8. Prova de que são brasileiros os membros da Diretoria e brasileiro nato o respectivo Presidente.

Para a feitura destes processos o Sindicato dos Auxiliares do Comércio, o dos Bancários e o dos Operários Metalúrgicos contrataram os serviços do advogado Aristeu Pereira, que igualmente foi convidado a fazer palestra no dia da Assembléia Geral conjunta que se realizou no salão São Luiz "expondo minuciosamente a utilidade, as vantagens e os fins a que se destinam os Sindicatos".(49)

(49) CS - 25 jan 1941, Nº 8, p. 1.

Os dois outros Sindicatos também foram assessorados pelo advogado. Diante dos inúmeros documentos exigidos para o processo, compreende-se a contratação devido ao exíguo tempo disponível por parte dos dirigentes sindicais.

Do resultado das duas Assembléias conjuntas conhece-se apenas duas atas. A do Sindicato dos Bancários de Ijuí e a do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Ijuí.

Pela ata do Sindicato dos Bancários de Ijuí, percebe-se que o fiel cumprimento das normas legais foi o que norteou as trabalhos de adaptação ao Decreto-Lei Nº 1.402. Assim, por exemplo, o modelo de estatutos recomendados pelo MTIC, através da Portaria Ministerial SCm-354, de 22 de agosto de 1940, foi adotado por este Sindicato:

O Presidente mandou ler os estatutos elaborados de acordo com o modelo padrão fornecido pelo Ministério do Trabalho. Discutidos, (....), foram aprovados por unanimidade, sendo deliberado pela Assembléia que se requeresse a ratificação do Sindicato, bem como sua oficialização nos moldes exigidos.(50)

A mesma orientação esteve presente no Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Ijuí. Ata da Assembléia Geral de 26 de janeiro de 1941, que inaugurava o seu primeiro Livro, era idêntica a dos Bancários.(51) A exemplo da fundação, circulou entre os dirigentes um manual de instruções de processo de adaptação.

(50) SEEBI, Ijuí. Ata da Assembléia Geral de 26 de janeiro de 1941. Folha avulsa.

(51) SECI, Ijuí. Ata da Assembléia Geral de 26 de janeiro de 1941. Livro 1, fl. 1.

A adaptação dos Sindicatos ao Decreto-Lei Nº 1.402 deu-se sem a cobertura do COI, que nesta oportunidade estava sofrendo um período de inatividade. Com sua reorganização, em 13 de julho de 1941, restabeleceu-se estreita atuação que perdurou até novembro de 1943, quando novamente a entidade caiu em inatividade.

Toda a tramitação dos processos de adaptação foi acompanhado pela Federação dos Círculos Operários, em Porto Alegre e pelo COI, em Ijuí. Através destas duas entidades os Sindicatos receberam as notícias e os passos que teriam que dar visando o completo atendimento das exigências legais.

Os trâmites dos processos de adaptação foram motivos de constantes preocupações por parte dos dirigentes sindicais devido a problemas localizados nos estatutos e no seu enquadramento no quadro de atividades e profissões.

A ata de 31 de julho de 1941 do COI aborda o caso de "resolver a questão dos estatutos dos Sindicatos", bem como a de 3 de dezembro do mesmo ano que afirma que "aberta a sessão dedicam-se a Diretoria para regularizar o registro dos metallurgicos". Ambas as atas tem a lavra do Assistente Eclesiástico do Círculo.

O acompanhamento dado aos processos em Porto Alegre é também demonstrado pelo ofício que o Círculo recebeu em julho de 1942:

Logo o mesmo secretário passou a ler a carta recebida da Federação dos Círculos Operários com referências aos papéis dos diversos sindicatos... (52)

Este ofício instrutivo foi em função do despacho de 17 de maio do mesmo ano do Delegado Regional do Trabalho, que exigiu do Sindicato dos Bancários de Ijuí e do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Ijuí, a realização de uma Assembléia Geral "para o fim de reforma dos Estatutos, na forma exigida pelo Ministério do Trabalho. (53)

A Assembléia dos Bancários realizou-se em 16 de julho de 1942 e a dos Comerciários em 20 de julho, ambas no salão São Luiz, sendo que desta vez os três editais consecutivos de convocação respeitaram o prazo de 15 dias de antecedência mínima à realização da Assembléia. Pela Ata do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Ijuí, sabe-se que foram feitas oito alterações nos estatutos, entre as quais a mudança do nome do Sindicato, que passou a designar-se Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí (SECI). (54)

O Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Ijuí igualmente enfrentou problemas com a tramitação de seu processo. A entidade, quando de convocação da Assembléia para adaptação ao Decreto-Lei Nº 1.402, havia se intitulado como "Sindicato dos Trabalhadores em Fundições, Funileiros,

(52) COI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 8 de julho de 1942. Livro 1, fl. 27.

(53) CS - 24 jun 1942, Nº 50, p. 4.

(54) SECI, Ijuí. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 20 de julho de 1942. Livro 1, fl. 3.

Chauffers, Mecânicos, Eletrecistas, Impressores e Metalúrgicos". Pelo Decreto-Lei Nº 2.381 este nome não seria homologado pelo MTIC, tendo em vista seu não enquadramento no quadro de atividades e profissões.

Para sanar o vício jurídico foi convocada uma "sessão dos membros da Diretoria" em 9 de agosto de 1942. A ata é clara na solução do problema:

O snr. Pres. João Agostini comunica (....) que para adaptação dos estatutos era necessário desligar do quadro social todos os clauferes, funileiros e impressores, que de conformidade com o enquadramento sindical estes só poderiam se associarem em sindicatos de suas categorias ... O Snr. Pres. explicou que eram necessárias taes alterações em face do que determina o decreto Nº 2.381, (....), e de cujo quadro devia ser tirado o título do Sindicato. O Snr. Presidente com a palavra propõe que seja solicitado ao Snr. Ministro do Trabalho a concentração das categorias constantes do 14º grupo de quadro das atividades e profissões: Trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de material elétrico. Após algumas considerações as propostas foram unanimemente aceitas.(55)

No respectivo Livro de Atas, a partir desta "Sessão de Diretoria" até o registro da ata da Assembléia Ordinária de 7 de maio de 1944, a entidade passou provisoriamente a se auto-intitular como "Sindicato dos Operários na Indústria Metalúrgica, Mechanica e de Material Elétrico de Ijuí".

A decisão de afastar três categorias (chauffers, funileiros e impressores) motivou a tentativa da fundação de

(55) STIMMEI, Ijuí. Ata da Sessão de Diretoria de 9 de agosto de 1942. Livro 1, fl. 13.

mais um Sindicato.(56) Um dos atingidos pela decisão era o motorista João de Faveri, secretário do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Ijuí:

O 1º secretário pediu demissão do cargo por projetar com seus colegas de Profissão fundarem um Sindicato dos Chofers, visto aqui não existir classe que os ampare, o que o Snr. Pres. achou que seria dispendioso realizar tal iniciativa.(57)

No início de dezembro de 1942 João Agostini, designado pela primeira vez como "auxiliar do Ministério do Trabalho desta região" pelo bissemanário local, empreendeu viagem a Porto Alegre em conjunto com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Conservas e Produtos de Origem Animal e do Presidente do Sindicato dos Madeireiros, "afim de tratarem de assuntos que se ligam aos interesses da classe"(58).

Com a vigência do Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não houve nenhuma alteração nos trâmites dos processos de adaptação dos Sindicatos de Trabalhadores locais:

A Consolidação (....) pretendeu ser uma sistematização da legislação produzida desde o início da nova ordem implantada em 30, arranjando-a num todo orgânico e congruente(59).

(56) Em janeiro de 1941 foi fundado o "Sindicato dos Motoristas Profissionais Proprietários, de Ijuí", tendo na Presidência Atílio Fantinelli. Este Sindicato não passou da fundação. CS - 4 jan 1941, Nº 2, p. 3.

(57) STIMMEI, Ijuí. Ata da Sessão Ordinária de 7 de março de 1943. Livro 1, fl. 17.

(58) CS - 7 dez 1942, Nº 97, p. 2.

(59) VIANNA, Luiz Werneck. p. 240.

Com isso houve a incorporação do Decreto-Lei Nº 1.402 à Consolidação das Leis do Trabalho, resultando no Capítulo I do Título V que tratava da "Organização Sindical".

A primeira entidade a ser reconhecida depois de 2 anos e 6 meses de tramitação de seu processo, foi a dos comerciários, que passava doravante a denominar-se oficialmente "Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí", com base territorial no município. Sua carta Sindical foi assinada pelo Ministro do MTIC, Alexandre Marcondes Filho, em 12 de julho de 1943.(60) No mesmo dia o Secretário do Ministro, Aristides Malheiros, expediu o seguinte telegrama:

O SR. MINISTRO DO TRABALHO INDUSTRIA E COMERCIO TEM MUITA SATISFAÇÃO EM MANDAR COMUNICAR QUE ASSINOU NESTA DATA CARTA DE RECONHECIMENTO DESSE SINDICATO PT.(61)

A notícia foi estampada com destaque no Correio Serrano:

Conforme telegrama procedente do Rio, o Snr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio assinou, em 12 do corrente, a carta de reconhecimento e adaptação deste importante sindicato local.

Está assim de parabéns esta prestigiosa entidade classista, pois que, com a obtenção deste importante documento, o Sindicato está na altura de preencher as suas finalidades ...

(60) DRT. Pasta Nº 74 da DAS.

(61) SECI, Ijuí. Telegrama de 12 de julho de 1943, expedido por Aristides Malheiros, Secretário do MTIC, ao SECI.

Nota-se assim grande afã entre os membros da Diretoria do SEC
... (62)

A segunda entidade sindical de Ijuí a ser reconhecida foi a dos bancários. Depois de 2 anos e 7 meses de tramitação de seu processo de adaptação, foi assinado em 7 de agosto de 1943, sua Carta Sindical. (63) A entidade passou a designar-se oficialmente "Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ijuí" (SEEBI), tendo também sua base territorial restrita ao município.

O SEEBI foi o único em Ijuí que ateu-se ao cumprimento da Legislação Sindical do período. O artigo 26 da Portaria Ministerial SCm-337, de 31 de julho de 1940, previa um prazo de 60 dias para a realização de eleições após a assinatura da Carta Sindical. O cumprimento deste dispositivo deu-se, ainda que fora do prazo, com a convocação de Assembléia Geral Extraordinária para 5 de novembro de 1943 "afim de eleger a nova Diretoria em virtude do reconhecimento desta entidade". (64)

Com a eleição e renovação de parte de sua Diretoria, o SEEBI cumpriu outro dispositivo legal que era o parágrafo único do artigo 530 da CLT, que permitia apenas a reeleição, para o período imediato, de um terço dos membros da Diretoria do Conselho Fiscal e do Conselho de

(62) CS-17 jul 1943, N° 57, p. 6.

(63) DRT. Pasta N° 73 da D&S.

(64) CS - 3 nov 1943, N° 88, p. 5.

Representantes. Na eleição de 5 de novembro de 1943 houve a renovação para o cargo de Presidente do Sindicato, sendo eleito Waldemar Müller.

O terceiro reconhecimento por parte do MTIC envolveu duas entidades sindicais de Ijuí: Sindicato dos Operários nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico e Sindicato dos Empregados em Fábricas de Conservas e Produtos de Origem Animal. Ambas tiveram uma tramitação conjunta de seus processos de adaptação, tendo por isso chegados juntos à mesa do Ministro que assinou as respectivas Cartas Sindicais no mesmo dia.

O Sindicato dos Metalúrgicos teve conhecimento do andamento de seu processo de adaptação quando foi aprovado o pedido de ratificação de reconhecimento pela Comissão de Enquadramento Sindical do Departamento Nacional do Trabalho. A aprovação do pedido de ratificação de reconhecimento foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de julho de 1943. (65)

João Agostini, Presidente deste Sindicato, tratou de dar publicidade ao fato:

A Comissão de Enquadramento Sindical do Departamento Nacional de Trabalho, acaba de deferir o pedido de ratificação de reconhecimento que lhe foi dirigido pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do

(65) Diário Oficial da União - 17 jul 1943, p. 1253.

Material Elétrico, com sede em Ijuí, conforme consta no Diário Oficial do dia 17 de julho de 1943.(66)

No dia 15 de janeiro de 1944, após 3 anos de tramitação dos processos de adaptação, o Ministro Alexandre Marcondes Filho assinou as Cartas Sindicais do Sindicato do Operários nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Ijuí e do Sindicato dos Empregados em Fábricas de Conservas e Produtos de Origem Animal de Ijuí, que doravante passaram, respectivamente, a serem designados como:

• Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Ijuí;(67)

• Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados e do Frio de Ijuí.(68)

Visando adaptar-se ao quadro de atividades e profissões, a última entidade sindical mencionada trocou novamente de nome em 4 de março de 1948, quando passou a designar-se "Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Ijuí" (STIAI), cujo nome preserva até o presente. Para tanto, foi necessário fazer um novo processo que resultou no apostilamento à Carta Sindical expedida em janeiro de 1944.

(66) CS - 11 ago 1943, Nº 64, p. 6.

(67) DRT. Pasta Nº 77 da DAS.

(68) DRT. Pasta Nº 72 da DAS.

A base territorial das duas entidades sindicais ficou igualmente restrita ao município de Ijuí.

Dos cinco Sindicatos de Trabalhadores de Ijuí que encaminharam seus processos de adaptação, quatro estavam reconhecidos até janeiro de 1944. Faltava apenas o Sindicato dos Trabalhadores em Madeiras e seus Artefatos.

O Sindicato dos Madeireiros, que sofreu percalços para manter-se como entidade, também teve problemas no andamento do seu processo de adaptação. Passados mais de dois anos, realizou nova Assembléia Geral Extraordinária, em 8 de abril de 1945, no salão São Luiz, para deliberar "sobre a reedição do processo de ratificação do reconhecimento, nos termos da legislação sindical vigente".(69)

Desta vez, o processo de adaptação teve rápida tramitação pelos diversos órgãos do MTIC. Um ano e cinco meses depois da realização da Assembléia, o processo chegou à mesa do Ministro Octacílio Negrão de Lima, que assinou a respectiva Carta Sindical em 27 de setembro de 1946.

Atendendo aos requisitos do enquadramento sindical, a entidade passou a designar-se "Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ijuí" (STICMI) cujo nome preserva até o presente. Sua base territorial era também restrita ao município de Ijuí.(70)

(69) CS - 17 mar 1945, Nº 22, p. 5.

(70) DRT. Pasta Nº 74 da DAS.

Devido à demora e aos percalços, ensejando a feitura de dois processos de adaptação, o STICMI foi a sexta entidade sindical de trabalhadores de Ijuí a ser reconhecida. Antes da assinatura da sua Carta Sindical havia sido fundado e reconhecido o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Ijuí.

3.5 - O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Ijuí

Um levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Ijuí em junho de 1941, constatou o funcionamento de cinco curtumes no município de Ijuí. Dois estavam localizados na sede urbana e três em sedes distritais do interior - dois no 2º distrito (Cadeado) e um no 3º distrito (Ajuricaba).⁽⁷¹⁾ Embora o referido levantamento não o mencionasse, os dois maiores curtumes, em termos de produção e números de empregados, estavam localizados na cidade. Estes dois curtumes forneceram os trabalhadores necessários para a constituição do sexto Sindicato em Ijuí.

(71) Os curtumes existentes em junho de 1941 no município de Ijuí foram: Geiss & Cia. e Germano Gressler na sede urbana; Ernesto Kircher e Reinoldo Zimmermann em Cadeado; Balduino Holler em Ajuricaba. PMI. Ofício 56/SP/41 de 13 de junho de 1941, do Prefeito Emílio Martins Bühner ao Snr. J. C. Lopes.

Esta entidade foi a primeira em Ijuí a nascer sob a vigência do Decreto-Lei Nº 1.402, de 5 de julho de 1939, cujos ditames teve que seguir para se constituir. Este Decreto-Lei previa em seu Artigo 2º:

Somente as associações profissionais constituídas para os fins do artigo anterior e registradas de acordo com o art. 40 poderão ser reconhecidas como sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta lei.(72)

O Artigo 48 do referido Decreto-Lei, depois alterado pelo Decreto-Lei Nº 2.353 e novamente alterado pela Portaria Ministerial SCm-336, de 31 de julho de 1940, previa o registro das associações profissionais na 1ª Secção do Departamento Nacional do Trabalho, no caso do Distrito Federal e nas Delegacias Regionais do MTIC ou repartições estaduais autorizadas.(73)

Desta forma, a entidade sindical dos trabalhadores em calçados de Ijuí nasceu tendo que passar pelo estágio da "Associação Profissional", cuja inovação demorou a ser assimilada em virtude das outras entidades anteriormente fundadas terem adotado imediatamente a designação de "Sindicato". Devido a isto, as primeiras referências à entidade a trataram como "Sindicato".

(72) GONÇALVES, Ophir Leme. Manual de Legislação do Trabalho. São Paulo, Edições e Publicações do Brasil Editora, 1941, p. 234.

(73) SOUZA NETTO, F. de A. p. 31

Para processar o registro da Associação Profissional eram necessários, segundo a Portaria Ministerial SCm-336, os seguintes documentos:

- a) Requerimento dirigido ao Delegado Regional do Trabalho;
- b) Cópia autêntica dos estatutos;
- c) Declaração do número de associados;
- d) Declaração do patrimônio;
- e) Declaração dos serviços sociais.

Pelos documentos arrolados percebe-se que, inicialmente, não eram exigidos o edital de convocação da Assembléia Geral de fundação, publicado num órgão de imprensa e nem a respectiva ata da Assembléia.

A primeira referência que se teve a respeito da organização desta categoria, data do grande desfile de 7 de Setembro de 1940. Nesta oportunidade, o "Sindicato dos Trabalhadores em Couros e seus Artefatos" desfilou junto com o COI e Sindicatos dos Comerciários, Bancários, Metalúrgicos, Madereiros e trabalhadores do Frigorífico Serrano.(74)

A fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Ijuí (APTICI)

(74) CS - 11 set 1940, Nº 74, p. 1.

ocorreu em 13 de janeiro de 1941 no salão São Luiz. A data de fundação aparece inscrita no emblema de carteiras de identidade sindical de associados e de folhas avulsas da época. O emblema consiste em um sol raiando no horizonte, tendo à sua frente um compasso aberto, em cuja extremidade inferior existe um sapato masculino, junto com os dizeres: "S.T.I.C.I. - IJUÍ - R.G.S. - FUNDADO EM 13-1-1941".

Não sendo tratado imediatamente do seu registro, que deu-se somente dois anos depois, a entidade passou a ser referida como "Sindicato", tal qual era a praxe da época contida no precedente dos demais Sindicatos. A designação "Associação Profissional" apareceu apenas em dezembro de 1942, quando começaram a tratar do seu registro.

De setembro de 1940 até dezembro de 1942, a entidade foi apenas um pequeno grupo de trabalhadores do ramo de couros, que dentro do espírito corporativista da época, se fez presente em solenidades oficiais, recebendo a designação genérica de "Sindicato dos Trabalhadores em Couros".

A primeira vez que era abandonado o termo "Sindicato" para ser usado somente a palavra "Associação" foi em agosto de 1942.⁽⁷⁵⁾ Nova referência, usando a designação oficial, apareceu em princípios de dezembro de 1942. Nesta oportunidade, o Correio Serrano noticiou que Presidentes de Sindicatos "chefiados pelo snr. João Agostini, auxiliar do

(75) CS - 27 ago 1942, Nº 69, p. 5.

Ministério do Trabalho desta região", empreenderam viagem a Porto Alegre "a fim de tratarem de assuntos que se ligam aos interesses da classe". Entre os Presidentes que viajaram estava o da "Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Couros".(76)

Os trâmites visando o registro da então ainda APTICI na 17ª DRT começaram em dezembro de 1942. Seu Presidente tratou do assunto em Porto Alegre na viagem que os Presidentes fizeram no início de dezembro daquele ano.

Em nova viagem empreendida a Porto Alegre no final de dezembro de 1942, João Agostini tratou da documentação da APTICI:

Aberta a sessão pelo Sr. Presidente foi dito pelo mesmo, que voltou muito satisfeito de Porto Alegre por ter conseguido os estatutos da associação profissional da indústria de calçados e que calculava que em 30 dias estarão reconhecidos.(77)

No entanto, foi necessário apenas um terço do período previsto para a tramitação e reconhecimento por parte da DRT. A ata de 13 de janeiro de 1943 do COI traz a informação de que o Certificado de Registro da APTICI estava em poder dos dirigentes da entidade:

Foi recebido o certificado de registro da associação de trabalhadores da indústria de calçados.(78)

(76) CS - 7 dez 1942, Nº 97, p. 5.

(77) COI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 30 de dezembro de 1942. Livro 1, fl. 30.

(78) COI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 13 de janeiro de 1943. Livro 1, fl. 30.

De posse do Certificado de Registro, era natural que os dirigentes da APTICI imediatamente tratassem da sua transformação em Sindicato. No entanto, passaram-se mais de dois anos. Só em fevereiro de 1945, foi realizada Assembléia de investidura sindical.

Este longo período, apesar de desenrolar da 2ª Guerra Mundial, para a qual estavam voltadas as atenções, sugere que desde logo a Associação Profissional começou a enfrentar problemas. Em entrevista, João Agostini alude à fraqueza de três entidades sindicais - carne, construção e calçados - que tiveram problemas para sobreviverem:

Depois de desmembrados, a maioria deles quase morreram. Três quase morreram.(79)

Um dos problemas enfrentados pela APTICI residiu na constante rotatividade de Presidentes da entidade. Desde o registro da APTICI até fevereiro de 1946, a APTICI teve cinco Presidentes.

Para normatizar a transformação de Associação Profissional em Sindicato, o MTIC havia baixado a Portaria Ministerial SCm-337, de 31 de julho de 1940. Quando foi realizada Assembléia de investidura sindical da APTICI, a Portaria já havia sido substituída por outra de Nº 39, de 2 de agosto de 1944.

(79) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

Pelo artigo 2 da Portaria Nº 39, o processo de investidura sindical devia estar integrado pelos seguintes documentos: (80)

a) Requerimento dirigido ao Ministro do Trabalho solicitando a transformação da Associação Profissional em Sindicato;

b) Certificado de Registro da Associação Profissional;

c) Prova de filiação de, no mínimo, um terço dos trabalhadores da categoria;

d) Cópia autêntica da ata da Assembléia que deliberou pleitear o reconhecimento como Sindicato;

e) Exemplar do edital de convocação de Assembléia;

f) Exemplar dos estatutos, devidamente autenticados;

g) Relação de associados reproduzida do livro de registro;

h) Prova de boa conduta dos diretores, firmada por autoridade policial competente;

i) Prova de que os diretores não professam ideologias incompatíveis com as instituições ou interesses da nação;

(80) VICIRA NETTO, Manoel Augusto. Consolidação das leis do trabalho - Acompanhada das leis, decretos e portarias posteriores. São Paulo, Saraiva Livradores Editores, 1955, p.677.

j) Prova de que os diretores são brasileiros e brasileiro nato o respectivo Presidente;

i) Prova de que os diretores tenham o efetivo exercício da profissão desde dois anos antes.

A APTICI realizou sua Assembléia Geral de investidura sindical em 11 de fevereiro de 1945.(81) O jornalista Antônio Bresolin, do Correio Serrano, ajudou na feitura do processo. O mesmo foi encaminhado ao MTIC em junho do mesmo ano.

Em agosto de 1945, com menos de dois meses de tramitação, o Sindicato estava reconhecido pelo Departamento Nacional do Trabalho:

Comunico que o sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, reconheceu essa associação como sindicato sob a denominação de Sindicato dos trabalhadores na indústria de calçados de Ijuí.(82)

Seu reconhecimento foi assim noticiado:

Mais um auspicioso acontecimento acaba de empolgar o distinto operariado ijuiense. (...) Por tão faustoso acontecimento, muitos felicitamos à Diretoria e os associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Ijuí.(83)

Porém, a Carta Sindical somente foi assinada pelo Ministro Alexandre Marcondes Filho em 11 de outubro de

(81) CS - 20 jan 1945, N° 6, p. 5.

(82) CS - 8 ago 1945, N° 63, p. 5.

(83) CS - 8 ago 1945, N° 63, p. 5.

1945,(84) tendo a base territorial igualmente restrita ao município de Ijuí.

A primeira eleição do STICI realizou-se na Assembléia Geral Extraordinária de 24 de fevereiro de 1946, no Salão São Luiz. Na oportunidade foi eleita por unanimidade a chapa única tendo na Presidência Gomercindo Moreira Manso.(85) Esta Diretoria teve o encargo de dirigir o Sindicato durante o triênio 1946/48, mas os cargos foram protelados até novembro de 1950, quando em nova eleição com chapa única, Manso era reeleito para Presidente.(86)

3.6 - A ATUAÇÃO DE JOÃO AGOSTINI

3.6.1. Dados Pessoais(87)

João Agostini nasceu no dia 22 de agosto de 1899, na então Vila de Ijuhy. No entanto, seus documentos pessoais

(84) DRT, Porto Alegre. Pasta N° 75 da DAG.

(85) STICI, Ijuí. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 24 de fevereiro de 1946. Livro 1, fl. 7.

(86) STICI, Ijuí. Ata Geral da Proclamação da Diretoria Eleita de 11 de dezembro de 1950. Livro 1, fl. 27.

(87) Quando as informações não estão referenciadas, são oriundas de: AGOSTINI, João. História do sindicalismo em Ijuí. Ijuí, 1985. Entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 1985.

apresentam seu nascimento em 22 de agosto de 1900, devido ao fato de seu pai ter efetuado o registro um ano depois.

Ele era o último dos onze filhos do casal de imigrantes italianos Antônio e Rosa Franzoi Agostini, ele proveniente de Tibessano e ela de Roveneto. Da Itália o casal veio estabelecer-se em Rio do Sul (Santa Catarina). Além de exercer a atividade de agricultor, Antônio Agostini recebeu, por parte do Governo Catarinense, a tarefa de alfabetizar os índios da região.

De Rio do Sul o casal Agostini emigrou à "Colônia Ijuhy", em 1892, quando comprou dois lotes urbanos.(88)

Em Ijuí, Antônio Agostini foi agricultor e depois construtor e capataz de turma de construção de pontes, cujo serviço era mandado executar pela Comissão de Colonização e Terras.

João Agostini foi aluno da Escola Estadual do Professor Roberto Roeber entre 1906 e 1908, onde aprendeu as primeiras letras. Ainda na mesma Escola aprendeu a ler, falar e escrever língua alemã e italiana.

Entremeados com os estudos, João Agostini teve como primeiro emprego, a tarefa de buscar no correio, duas vezes por semana, as correspondências de dois hotéis, um de

(88) CS - 18 out 1986. Nº 34, p. 6, 7.

propriedade de João Piva e outro de Alfredo Stutzer. Recorda ele:

Eu era um piazinho e ganhava 200 réis por semana.

Neste tempo, nos momentos disponíveis, ainda ajudou seu pai na construção da Igreja Evangélica situada junto à Praça da República. Sua função era alcançar tijolos e telhas, já que o capataz geral da obra era seu padrinho Domingos Del Frari, que o queria encaminhar na profissão de pedreiro.

Em 1909 começou a trabalhar no moinho de Luiz Corsetti, que fazia farinha de milho e trigo e ainda tinha descascador de arroz.

Com 10 anos tinha que carregar lenha de metro e puxar água de poço, com balde, para a manutenção da máquina à vapor.

Ganhava por este serviço Rs 10\$000 (dez mil réis) por mês e mais a comida, enquanto seu pai, na função de capataz de construção de pontes, ganhava Rs 15\$000 (quinze mil réis mensais).

Em 1913 seu pai vendeu os dois lotes urbanos com casa de alvenaria e galpão e comprou uma Colônia (lote rural com 25 hectares), por dois contos de réis, na Linha Base, próximo ao Rio Potiribu, onde hoje está situado o Bairro Glória. Teria feito este negócio a pedido da esposa:

Meu pai vendeu os terrenos aqui pois minha mãe só queria ir para a colônia.

Em função disto, de 1913 a 1918, João Agostini foi trabalhar como agricultor junto com sua família, mesmo não entendendo da profissão:

Eu não sabia nem se enxada tinha cabo, não sabia nada!

Não se adaptando ao meio rural, retornou à Vila empregando-se, na condição de comerciário, na casa de Waldemar de La Rue, situada no início da Avenida Coronel Dico, em frente à Praça da República. Permaneceu trabalhando neste estabelecimento até 1920.

De 1921 a 1923, João Agostini foi um dos operários que ajudou a construir, em plena rocha, o canal para o desvio da água do Rio Potiribu, que movimentaria, posteriormente, os geradores da "Uzina Hydro-Elétrica Municipal".

De 1924 a 1927, Agostini esteve empregado em diversas serrarias de Ijuí e da região. Chegou a trabalhar numa serraria, situada no Porto Londero em Três de Maio, quando ajudou a amarrar as balsas que desceram o Rio Uruguai por ocasião das enchentes, acompanhando uma destas viagens.

Em maio de 1927, João Agostini estabeleceu um paradeiro na sua peregrinação por diversos empregos. Nesta data, ele ingressou na Metalúrgica de Carlos Reimann, aprendendo a profissão de torneiro-mecânico. Em 1935 foi nomeado chefe da secção da fundição da ferraria e dos

ajustadores de máquinas. Nesta empresa aposentou-se após 40 anos de trabalho.

O primeiro casamento contraído por João Agostini foi com Emília Souto Menezes, em 21 de maio de 1921. O casal teve seis filhos dos quais três morreram antes de completarem três anos. Os outros são Harry Augusto Agostini (nascido em 22 de maio de 1922), Darci Dari Agostini (nascido em 31 de dezembro de 1923) e Iracema Agostini (nascida em 11 de julho de 1938). Sua esposa veio a falecer em 7 de abril de 1948.

Já viúvo, João Agostini efetuou uma viagem a Porto Alegre, atendendo questões sindicais e profissionais:

Em 1950 fui para Porto Alegre e conheci minha esposa que vive até hoje comigo. (...) Começamos de namoro e dentro de quatro meses já estávamos casados. Casamos no dia 22 de agosto de 1950, quando eu completei 51 anos.

Seu segundo casamento foi com Elza Weber Agostini, sendo ela 26 anos mais nova. Deste casamento resultou o nascimento de um casal de filhos: Celso Antônio Agostini (nascido em 24 de julho de 1956) e Lizane Julinha Agostini (nascida em 18 de dezembro de 1963).

Do casamento com sua segunda esposa, Elza Weber Agostini, ele reconhece:

Se Deus quer, ninguém ataca. (...) Se tenho alguma coisa, eu devo a minha patroa. Porque nós trabalhamos, os dois, de fio a pavio. Ela tá lá grudada na sala de costura (...) prá poder

ganhar um dinheirinho prá me ajudar. (...) Um casamento rápido e melhor é impossível!

João Agostini faleceu em 31 de janeiro de 1989, tendo quase 90 anos de idade.

O sindicalismo ijulense está enlutado com o falecimento do pioneiro da criação desse movimento em nosso município, João Agostini. Em janeiro de 1988, o venerando líder sindical sofreu uma queda em sua residência que lhe provocou uma fratura na bacia, o que lhe prendeu algum tempo no leito. Nos últimos dias, bastante debilitado, foi internado no Hospital de Caridade de Ijuí, onde veio a falecer às 23:30 horas de terça-feira ... (07)

3.6.2. Atuação Sindical

Antes de 1935 não se encontra nenhuma referência à participação de João Agostini na organização do movimento sindical de Ijuí.

Quando ele começou a participar do movimento, encontrou a nível nacional e estadual um ambiente dividido em dois nítidos campos ideológicos: O MTIC e a Igreja Católica confluindo ideologicamente (porém com diferença) para o corporativismo e o circulismo, tendo como ponto comum o anti-comunismo. E o Partido Comunista do Brasil e o

(07) JH - 4 fev 1989, N° 10, p. 5.

movimento anarquista, confluindo (também com diferenças) para a propugnação de uma sociedade socialista/comunista.

Diante destes dois campos ideológicos polarizados e de um ambiente local extremamente conservador, João Agostini foi levado a optar ideologicamente pela atuação em favor do MTIC de cuja opção resultaram os "Sindicatos de Profissão" e da Igreja Católica de cuja opção resultou o "Círculo Operário de Ijuí" e o apoio aos Sindicatos.

Sua atuação nos Sindicatos foi feita em consonância com os objetivos ideológicos do MTIC, que era a despolitização dos trabalhadores:

... política é política, religião é religião e trabalho é trabalho. Quando fazíamos nossas reuniões do Sindicato, ninguém intervinha com posições políticas. Tratávamos unicamente dos interesses dos trabalhadores.(70)

Com 35 anos de idade, 7 anos de emprego na Metalúrgica de Carlos Reimann, João Agostini começou a participar da organização do movimento sindical, em setembro de 1934, quando iniciaram as discussões que resultaram na fundação do SEIC.

Com sua presença, a organização do movimento sindical entrou numa fase de franco desenvolvimento. Pode-se, inclusive, estabelecer um marco cronológico: antes de 1935 e depois de 1935, com a atuação de João Agostini.

(70) JM - 7 fev 1985, N° 11, p. 4.

Todas as tentativas levadas a efeito antes de 1935 não redundaram em nada, em termos de registro e oficialização das entidades sindicais pelo MTIC. Como exemplo teve-se a UECI e o Sindicato dos Operários de Ijuí.

Em fevereiro de 1935 foi fundado, com a atuação de João Agostini, que presidiu a Comissão Organizadora, o SEIC do qual foi secretário. Esta foi a primeira entidade sindical a confeccionar e encaminhar um processo de investidura sindical ao MTIC.

A partir daí, todas as iniciativas tomadas na área sindical ou trabalhista, em Ijuí, contaram com a presença de João Agostini.

Com a vigência do Decreto-Lei Nº 24.694, que estabeleceu a necessidade da Carteira Profissional para a filiação ao Sindicato, João Agostini fez do incentivo à adoção da Carteira, a sua primeira grande luta na organização do movimento sindical. Neste período inicial, o dirigente apareceu em inúmeras assembleias convencendo os trabalhadores para que a adotassem, inclusive fazendo a leitura do Decreto-Lei de institucionalização da mesma.

Foi João Agostini o elo de ligação dos trabalhadores de Ijuí com o Auxiliar-Fiscal Pedro do Canto Filho, de Cruz Alta, para a feitura destas Carteira de Trabalho:

Em 1935, quando nós fundamos o Sindicato, só podia ser sindicalizado mediante a apresentação da Carteira Profissional.

Senão não podia entrar no Sindicato, não podíamos organizar o Sindicato.

A feitura do processo de investidura sindical do SEIC foi capitaneado por João Agostini.

Pela leitura destas atas percebe-se que Agostini iniciava-se na leitura minuciosa e atenta de toda a Legislação Sindical e Trabalhista que o Governo de Getúlio Vargas vinha elaborando. Ele, na condição de secretário, arrola com precisão números, datas e temas dos decretos. Por isso, foi ele o consultor dos trabalhadores, sendo visto com respeito por eles e pelos empregadores.

Com a fundação dos "Sindicatos de Profissão, em julho de 1937, João Agostini, na época secretário do SEIC e Presidente do COI, gestionou a vinda dos agentes de Porto Alegre para ajudarem na constituição destes Sindicatos. Em Ijuí foi ele que teve a maior participação na feitura dos processos de investidura, tornando-se inclusive Presidente do STIMMEI.

Mesmo com a separação dos Sindicatos em categorias, João Agostini não descuidava dos demais, principalmente o da Alimentação e dos Madeireiros, que tiveram sérios problemas para sua sobrevivência.

Porque para mim seria uma grande vergonha se eu deixasse morrer um Sindicato. Porque tinha sido eu quem plantou a semente.
(....) Então fiz tudo e mais alguma coisa!

Com a vigência do Decreto-Lei Nº 1.402, que exigia um processo de adaptação e retificação dos Sindicatos, novamente foi João Agostini quem liderou, a partir de janeiro de 1941, todo o trabalho. O seu Sindicato iniciava os trâmites e os demais vinham na sua esteira, seguindo o mesmo percurso.

João Agostini reconhece a existência de duas fases na vida dos "Sindicatos de Profissão" nos primeiros oito anos: a primeira fase, que considera a mais difícil, estendeu-se da fundação até abril de 1943; a segunda fase, estendeu-se de abril de 1943 até o fim do Estado Novo. Esta fase foi considerada menos difícil, pelo fato de ter João Agostini passado a exercer a função de Identificador Profissional:

Como eu depois exerci a fiscalização e tinha plenos poderes para deliberar, então eu cresci! Aí sim, aí foi! Porque quando faltava uma pedrinha aqui, eu botava, eu fechava aquele buraco. Faltava outra, botava lá outra. Eu fazia e comunicava prá o Delegado e nunca me veio coisa em contrário. E foi assim que levantei os Sindicatos!

Quando em janeiro de 1941 foi fundada a APTICI foi João Agostini quem tratou do seu registro na DRT e posteriormente acompanhou a sua trajetória.

Pela leitura das atas iniciais, percebe-se que ele dispensou grande atenção à APTICI visando não deixá-la esmorecer. Fez-se presente em inúmeras Assembléias explicando a função dos Sindicatos, explanando leis, incentivando, propondo medidas, aconselhando e, por fim,

ajudando a realizar suas eleições. Não é sem motivo que a entidade o teve como "Sócio Benemérito".

Francisco Demboski, que foi membro da Diretoria do STICI assim viu a atuação de João Agostini quanto ao auxílio prestado à sua entidade:

Foi nossa mão direita. (...) Ele era nosso chefe. Quando nós precisava dele, convocava ele para dar uma instrução, uma orientação. (...) João Agostini foi um grande homem para nós. (...) As vezes nós tava de reunião, ele comparecia espontaneamente.(91)

Em substituição ao comerciário José Sady Zago, em janeiro de 1943, João Agostini foi nomeado pelo Prefeito Emílio Martins Bühner como representante dos trabalhadores para integrar a "Sub-Comissão de Controle do Abastecimento Público de Ijuí" (depois chamada somente de "Comissão Municipal de Preços de Ijuí") cuja iniciativa foi decretada, em 1941, a nível nacional com o objetivo de deter a especulação dos preços durante a 2ª Guerra Mundial, principalmente dos produtos de primeira necessidade.

Agostini, ao assumir o cargo, prometeu que faria o maior empenho para que a lista dos produtos consumidos pelo trabalhador voltasse a favorecê-lo.(92) Efetivamente, ele participou de forma intensiva na Comissão, faltando a apenas uma reunião.

(91) DEMBOSKI, Francisco. História do STICI. Ijuí, 1990. Entrevista concedida ao autor em 2 de fevereiro de 1990.

(92) COI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 27 de janeiro de 1943. Livro 1, fl. 31.

Outra tarefa liderada por João Agostini era a organização das festas comemorativas do Dia do Trabalho de cada ano. Durante o Estado Novo foram organizadas as maiores comemorações alusivas à data, tal como determinava o Governo de Getúlio Vargas.

A participação dos trabalhadores nos desfiles comemorativos do Dia da Independência também encontrou nele o grande incentivador e organizador. Fazia isso porque considerava-se um brasileiro legítimo, enquanto que outros colocavam em dúvida sua nacionalidade, principalmente, durante a 2ª Guerra Mundial.

Nestas ocasiões, quando a palavra era colocada à disposição dos trabalhadores, quase sempre João Agostini dela fazia uso, ora para enaltecer a figura de Getúlio Vargas, ora para louvar as chamadas "Leis Sociais".

Em 12 de dezembro de 1943, na qualidade de Presidente dos STIMMEI, João Agostini convocou Assembléia para aprovar a participação da entidade na fundação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul.⁽⁹³⁾ Agostini, além de participar da fundação, tornou-se integrante da sua Diretoria por vários anos.

O recolhimento do Imposto Sindical também foi preocupação de Agostini, pois desta forma viabilizaria a

(93) CS - 1 dez 1943, Nº 96, p. 6.

atuação dos Sindicatos, que até então tinham apenas minguadas contribuições mensais dos associados. Para tanto, entra em contato com a Prefeitura, que através de um "AVISO", condiciona a concessão da "Licença de Funcionamento" de indústrias coureiras, metalúrgicas e mecânicas ao recolhimento do Imposto Sindical.(94)

Nada acontecia na área sindical e trabalhista sem que João Agostini estivesse presente. Esta presença tornava-se maior nos quatro Sindicatos que abrigavam trabalhadores oriundos da indústria. O SECI e o SEEBI com o decorrer dos anos, tornaram-se independentes à sua atuação.

Um dos contemporâneos de João Agostini foi Otacílio Wesendonck, que havia sido secretário do COI e do STICMI, assim se manifesta a seu respeito:

Ele quase se interessava demais pelo trabalhador. Ele defendia! Ele batia na mesa! Ele fazia reunião! Era uma pessoa cem por cento como amigo. E um batalhador muito grande pelos Sindicatos. Porque ele se esforçou, ele se dedicou! (....) Ele controlava tudo. Era uma pessoa amicíssima do trabalhador. Um grande guerreiro!(95)

(94) CS - 12 nov 1941, Nº 91, p. 2.

(95) WESENDONCK, Otacílio. História do Sindicalismo de Ijuí. Ijuí, 1990. Entrevista concedida ao autor em 27 de junho de 1990.

3.6.3 - Atuação Circulista

João Agostini era oriundo de uma família extremamente católica. Seu pai e sua mãe vieram trazendo o fervor religioso típico dos italianos e que foi transmitido aos filhos do casal. Neste sentido, desde menino ele foi criado dentro de um ambiente religioso, participando das atividades da Igreja Matriz Nossa Senhora da Natividade.

Esta religiosidade foi externada por João Agostini quando afirma:

... todos os domingos tinha que ir na Igreja. Era sagrado
(....) ir na missa primeiro, depois no jogo de bochas...

Quando começou a atuar na organização do movimento sindical, em 1934, além de católico fervoroso, desfrutava de grande amizade com o Padre Pio José Busanello, Pároco local, que por sua vez estava empenhado em preservar os trabalhadores de Ijuí da influência comunista.

Com esta preocupação, o Padre Pio tratou de fazer desenvolver a organização do movimento sindical à sua sombra, sob seu zelo e sob seus cuidados, não medindo esforços em prol do seu florescimento, facilitando-o, incentivando-o e promovendo-o.

Diante de um denominado "plano de bolchevização do Brasil", no decorrer da primeira metade da década de 1930, a

Igreja Católica efetuou seu contra-ataque através da estratégia de criação dos Círculos Operários, que dentre outras finalidades, tinha a de cerrar veemente combate à ideologia comunista, além de se contrapor ao Decreto-Lei Nº 19.770.

Antes da fundação do COI o Pároco local fez com que a ideologia circulista estivesse presente no meio dos trabalhadores com a distribuição do jornal "O TRABALHO". João Agostini era um dos elementos propagadores do periódico. Em seguidas Assembléias no SEIC, a partir de fevereiro de 1935, ele estava empenhado numa ampla campanha de assinaturas que visava chegar a trinta assinaturas em Ijuí. (96)

Em Ijuí, o Pároco local recebeu a ordem da criação do Círculo em agosto de 1935, mas a medida só foi viabilizada em 5 de abril de 1936. Quando da sua fundação, por sugestão do Padre Pio, João Agostini foi aclamado Presidente da entidade com uma salva de palmas. (97)

João Agostini exerceu o cargo até 19 de março de 1938, quando solicitou sua demissão para atender problemas familiares atinentes à saúde de sua primeira esposa. A demissão foi lamentada

(96) SETC, Ijuí. Ata da Assembléia de 15 de abril de 1935. Livro 1, fl. 10.

(97) COI, Ijuí. Ata da Assembléia de Fundação de 5 de abril de 1936. Livro 1, fl. 1.

... visto o ardor, entusiasmo e amor à causa com que o sr Agostini se desempenhava do cargo que lhe fôra confiado.(98)

João Agostini voltou a exercer a Presidência do COI através de eleições realizadas na Assembléia de 8 de dezembro de 1941 e cujo cargo exerceu até 25 de agosto de 1943, quando novamente sua permanência à frente da entidade era apenas indicada numa reunião de Diretoria.(99)

Foi durante esta gestão que o COI entrou em inatividade para ser reativado em 10 de novembro de 1946, sob a Presidência de Antônio Bresolim, tendo Agostini ficado na Vice-Presidência até 27 de março de 1949.

Outro cargo que ele exerceu no COI, entre julho e dezembro de 1941, foi a de 1º Delegado da entidade.

Na condição de Presidente e 1º Delegado do COI João Agostini participou de quatro congressos circunistas realizado em novembro de 1936 em Santa Maria - RS; em maio de 1940 em Cruz Alta - RS; em maio de 1941 em Porto Alegre - RS e em fevereiro de 1945 em Tupanciretã - RS.

Tendo sob seus cuidados a Presidência do STIMMEI, a chefia do Posto do MTIC com o serviço de identificação profissional e a organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), João Agostini deixou de participar

(98) COI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 19 de março de 1938. Livro 1, fl. 12.

(99) COI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 25 de agosto de 1943. Livro 1, fl. 34.

ativamente do COI após a redemocratização de 1945, quando a entidade passava a experimentar o seu declínio.

3.6.4 - Atuação no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

A Legislação Sindical, através do Decreto-Lei Nº 24.694, determinou a necessidade da Carteira Profissional para a filiação ao sindicato. Em virtude desta exigência, João Agostini passou a manter estreitas relações com o Auxiliar-Fiscal Pedro do Canto Filho, do Posto do MTIC de Cruz Alta, responsável pela confecção destas Carteiras.

Desde o início até 1938 a prática consistia na vinda a Ijuí do Auxiliar-Fiscal, após comunicação dada por Agostini, toda vez que houvesse um mínimo de dez a quinze Carteiras Profissionais a confeccionar. Por este serviço cobrava quinhentos réis por Carteira, cuja soma destinava-se ao pagamento da hospedagem. Durante este período, o trabalho do Auxiliar-Fiscal era acompanhado de perto por Agostini que assim se iniciava na tarefa.

Com a implantação do Estado Novo e posterior eclosão da 2ª Guerra Mundial, o deslocamento de Pedro do Canto Filho foi dificultado em virtude da exigência do Salvo-Conduto. Para fazer frente à nova situação, o agente enviava a Ijuí

toda a documentação necessária à confecção das Carteiras, sendo o serviço efetuado por João Agostini, em horas de folga, que tornava a enviá-las a Cruz Alta para serem assinadas e devolvidas.

O trabalho de João Agostini era reconhecido em setembro de 1941, auferindo o título de "representante do Fiscal do Ministério do Trabalho". Em Assembléia do COI foi decidido:

Fazer constar um auxílio, por diária, ao snr. representante do Fiscal do Ministério do Trabalho da seguinte forma: O Sindicato que receber seus serviços, pagará as horas perdidas. E quando for chamado pelo fiscal por interesse geral, os quatro Sindicatos pagarão as horas perdidas.(100)

Os transtornos com a confecção das Carteiras Profissionais, aliado às dificuldades impostas por um Inspetor de Polícia em conceder o Salvo-Conduto, fizeram com que, em dezembro de 1941, Delegados levassem em mãos correspondência dos Sindicatos e do Prefeito local, solicitando, respectivamente, ao Ministro Interino do MTIC:

Se (...) não for possível a transferência do Posto de Cruz Alta, sugerem os operários de Ijuí a autorização para que seja nomeado um Identificador nesta cidade, pedindo vênias para indicar, para este cargo, o nome do Snr. João Agostini, Delegado do Círculo Operário de Ijuí, que vem, já há tempos, com carinho e abnegação, prestando valioso concurso ao serviço profissional. Apresentando o nome de Snr. João Agostini,

(100) COI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 10 de setembro de 1941. Livro 1, fl. 20.

interpretam as abaixo-assinados o pensamento unânime do operariado local.(101)

Pleiteiam eles, Senhor Ministro, a transferência do Posto Fiscal de Cruz Alta para Ijuí, ou se tal não for possível, a designação de um Agente Identificador para esta última cidade.(....) Ijuí é um dos mais importantes centros industriais desta região, haja visto o elevado número de operários (....) trabalhando em variadas espécies de indústrias(102)

Para reforçar o pedido, o COI também enviou correspondência à DRT em 10 de dezembro de 1941, requerendo um identificador.(103)

Enquanto sua nomeação não se efetivou, João Agostini continuava a oferecer os seus serviços de confecção de Carteiras Profissionais em Assembléias do COI. Em novembro de 1942 ele oferecia o "seu trabalho com a maior economia, em sua residência"(104) sob a justificativa de que quem não a adotava era explorado.

O seu trabalho era cada vez mais reconhecido, quer pelos trabalhadores, quer pelos empregadores, quer pela imprensa local. Em dezembro de 1942 o Correio Serrano

(101) Ofício de 1º de dezembro de 1941, dos Delegados dos Sindicatos dos Trabalhadores Industriários junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Benó Schardong, Virgílio Moraes e José Weiler) ao Ministro Interino do MTIC, Dr. Dulphe Pinheiro Machado.

(102) Ofício de 1º de dezembro de 1941, do Prefeito Emílio Martins Bühner ao Ministro Interino do MTIC, Dr. Dulphe Pinheiro Machado.

(103) COI, Ijuí. Ata da Reunião da Diretoria de 10 de dezembro de 1941. Livro 1, fl. 24.

(104) COI, Ijuí. Ata da Reunião da Diretoria de 15 de novembro de 1942. Livro 1, fl. 29.

qualificou João Agostini como "Auxiliar do Ministério do Trabalho desta região".(105) A expressão, que foi usada pela primeira vez, doravante tornar-se-ia seguida e comum.

Para agilizar sua nomeação, Agostini enviou novamente correspondência ao Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, José Bardelino de Lemos e ao Delegado Regional do Trabalho, Norival Paranaguá de Andrade.

Diante dos reiterados pedidos, a DRT expediu a Portaria Nº 83/43:

O Delegado Regional do Trabalho, no Estado do Rio Grande do Sul, RESOLVE admitir JOÃO AGOSTINI, para exercer as funções de Identificador Profissional, do Serviço de Identificação deste Ministério, na cidade de Ijuí, neste Estado.(106)

Com a escolha de João Agostini para Identificador Profissional do MTIC em Ijuí, cuja função consistia na emissão de Carteiras Profissionais para trabalhadores ingressos no mercado de trabalho, o sindicalista ganhava o reconhecimento do órgão pelo seu persistente trabalho na organização dos Sindicatos e no auxílio na confecção das Carteiras, quando feitas em Cruz Alta.

Do ponto de vista político, o circulismo forneceu um de seus melhores dirigentes para integrar os quadros do MTIC

(105) CS - 9 dez 1942, Nº97, p. 2.

(106) DRT. Portaria Nº 83/43 de 22 de abril de 1943. Cria o cargo de Identificador Profissional em Ijuí.

a exemplo do que vinha ocorrendo em todo país.⁽¹⁰⁷⁾ Esta cooptação era um prêmio àqueles que tinham feito seu estágio nos Círculos Operários e nos Sindicatos Corporativistas, pois suas presenças e atuações nestes órgãos espelhava o consentimento e anuência para com a estratégia oficial.

Se antes João Agostini já tinha conquistado respeito e poder, depois da sua nomeação ele extrapolou suas funções. Não era simplesmente o expedidor de Carteiras Profissionais mas o "agente do Ministério do Trabalho", ou ainda, o "Fiscal do Ministério do Trabalho", como passou a ser designado pela imprensa, deixando de lado os termos anteriores de "representante do Fiscal" ou "auxiliar do Fiscal".

Ele fez da sua nomeação a autoridade necessária, com redobrado respeito e poder, para garantir a sobrevivência dos Sindicatos ou mesmo para resolver questões burocráticas, sem nunca ser contestado em Porto Alegre.

O Sindicato da Construção Civil e da Alimentação, (...) estes me deram trabalho! (...) Porque eles tinham medo dos empregadores. Então, eu naquela época já exercia a fiscalização do Ministério do Trabalho, então, (...) eu tinha ordem que fosse! Eu podia mudar tudo! Eu fazia "intervenção" no Sindicato e indicava um que achasse que fosse bom, que pudesse levar! (...) Não ia a Porto Alegre pedir bexiga prá lá e prá cá, não!

(107) "Funcionários (...) do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio saíram das fileiras dos líderes do movimento operário católico ...". WIARDA, Howard. O movimento operário católico brasileiro - Os dilemas do desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1974, p. 26. Mimeografado.

Indicava e aquele tinha que ir. Tanto é que (...) eu tirei o Guerino Donotto, que trabalhava em calçados, lá no Geiss e botei como Presidente da Comissão pra reorganizar o Sindicato da Alimentação. Botei ele e ele levou!

A partir da sua nomeação, o mundo do trabalho em Ijuí passava pelas mãos de João Agostini. Se antes os trabalhadores já tinham lhe consignado respeito, agora também os empregadores se dobravam perante sua autoridade, que não vinha tanto do seu cargo, mas do conhecimento das leis trabalhistas que possuía.

Em sua residência, reservou uma dependência onde fez seu escritório e atendia a todos que vinham para inscrever-se no Serviço de Identificação Profissional com a finalidade de tirar a Carteira.

Os patrões só perguntavam se tinha (...) feito a Carteira Profissional. Se não, era para procurar o João Agostini, que era o representante do Ministério do Trabalho. (...) Tudo era o João Agostini que fazia. (...) Então aí na frente eu notava, porque nós éramos vizinhos, o movimento. Era muita gente trabalhadora tirando Carteira Profissional. E o Joaquin (seu cognome) vibrando!(108)

Outro papel que João Agostini já exercia, mas passou a exercer com maior desenvoltura a partir da sua nomeação, foi de intermediar conflitos entre trabalhadores e empregadores. Nas entrevistas concedidas ele citou muitos casos. Para dar seu veredicto baseava-se na legislação

(108) WESENDONCK, Otacílio. História do sindicalismo. Entrevista.

trabalhista e aconselhava sempre o apaziguamento das partes, procurando manter o emprego do trabalhador.

Não poucas vezes, quando o chamavam para a intermediação de algum conflito, enfrentava forte reação por parte de empregadores que até colocavam força policial à porta do estabelecimento para lhe barrar a entrada. Nestas ocasiões, punha em funcionamento sua hábil diplomacia que persuadia policiais, que eram dispensados e finalmente conversava com o empregador. Tudo isso era feito, segundo ele,

com a proteção divina (....) dando rizada, sempre alegre e contente - eu sempre fui alegre e contente, acho que já nasci rindo - (....) mas tudo sempre em paz, harmonia, não a soco, as bocas precisam se entender, não pelas armas!

Durante uma enorme estiagem no verão de 1944, que motivou a redução de energia elétrica da Usina Municipal, João Agostini, na qualidade de Agente do MTIC também intermediou com a ACI a alteração do horário de trabalho das indústrias, quando foram definidos dois horários: Das 3 h às 12 h e das 11 h às 20 h, ambos com uma hora de descanso. O fato foi comunicado à DRT que aprovou a alteração.(109)

Em 1970, quando completou setenta anos de idade, segundo seus documentos, João Agostini foi aposentado compulsoriamente pela DRT. Sua alegria posterior era

(109) CS - 17 fev 1944, Nº 15, p. 5.

encontrar pelas ruas de Ijuí trabalhadores que lhe rendiam gratidão:

A maioria daqueles que eu tirei a Carteira Profissional estão todos aposentados. Esta felicidade eu tenho. Cada um que se aposentou: 'Oh velho Agostini, você foi minha salvação! Me deu Carteira e não me deu galho nenhum. Hoje tôu aposentado'. A minha alegria é esta!

Alfredo Alberto Tybusch, Vice-Presidente da primeira Diretoria do SECI, emitiu o seguinte depoimento a respeito de João Agostini:

Nós chamava ele de Ministro do Trabalho em Ijuí. É, foi o que introduziu o sindicalismo em Ijuí. Foi um dos mais antigos quando foi fundado o Sindicato dos Industriários e ele era o representante do Ministério do Trabalho ... Ele que depois emitia as Carteiras de Trabalho.(...) Era um homem simples, muito bem quisto por todos, não só pelos industriários como pelos comerciários. Havia alguma coisa que a gente precisava, uma informação, ele estava a par. De sorte que era um simples empregado da firma Reimann e, no entanto, ele sempre orientava. Cá entre nós, ele não tinha um estudo superior, mas ele tinha conhecimento de tudo. Ele lia aquelas leis e sempre estava a par. Foi uma pessoa de valor!(110)

Outro contemporâneo de João Agostini, foi Lothar Friedrich, que assim viu a sua atuação:

João Agostini foi um abnegado, quer como dirigente sindical, quer como funcionário do Ministério do Trabalho ou como participante da vida política. Sabia, como poucos, separar as

(110) TYBUSCH, Alfredo Alberto. História da UECI e do sindicalismo em Ijuí. Ijuí, 1989. Entrevista concedida ao autor em 7 de julho de 1989.

atividades sindicais e funcionais de sua atuação política. Por isso, todos o respeitavam muito.(111)

(111) FRIEDRICH, Lothar. História do COI e do sindicalismo em Ijuí. Ijuí, 1990. Entrevista concedida ao autor em 12 de junho de 1990.

4. A ATUAÇÃO DOS SINDICATOS

4.1 - A atuação dos Sindicatos dos Industriários

A atuação dos Sindicatos dos Industriários, que compreende o STIMMEI, STICMI, STIAI E STICI, pode ser representada pela seguinte afirmação de João Agostini:

Que me perdoem, mas o único Sindicato que caminhou firme foi o dos Metalúrgicos, porque os outros dirigentes não foram tão ativos e tinham medo de serem despedidos pelos empregadores. Tanto é que tem Sindicatos que não tem prova alguma de atuação por 10 anos. O Sindicato da Alimentação quebrou três a quatro vezes.(1)

Esta quase inatividade corresponde ao período abrangido pela pesquisa, sendo razão para reunir-se as escassas informações disponíveis, apenas dividindo-as em temas específicos que representaram as principais atividades das atuações sindicais industriárias.

(1) JX - 9 fev 1985, Nº 11, p. 24.

4.1.1 - A Quase Ausência de Lutas Salariais

Em maio de 1940, quando foi instituído o salário mínimo, seu valor era de Rs 160\$000 (cento e sessenta mil réis) para o interior do Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1943, constituindo-se no segundo reajuste desde sua criação, o valor passou para Cr\$ 320,00.⁽²⁾ Novo reajuste aconteceu em janeiro de 1952, no Governo de Getúlio Vargas, quando passou para Cr\$ 800,00 mensais.

Repassando-se fichas nos Livros de Registro de Empregados ou Carteiras Profissionais, conseguiu-se visualizar salários mensais para trabalhadores industriários com cargos mais baixos no período anterior e subsequente a 1940:

„ Hipólito Paz: Rs 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) em 1935; Rs 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis) em 1940; Cr\$ 410,00 em 1943; Cr\$ 500,00 em 1945; Cr\$ 630,00 em 1946.

(2) " Pelo decreto federal N° 4.791, de 5 de outubro de de 1942, foi substituído o mil réis pelo cruzeiro. Desde 1° de novembro daquele mesmo ano, conseqüentemente, que a moeda brasileira deixou de chamar-se mil réis, para denominar-se cruzeiro". CS - 10 ago 1949, N° 63, p. 8.

Em termos de equivalência, Rs 1000 (um mil réis) passou a valer Cr\$ 1,00 (um cruzeiro).

- . Germano Pereira Neto: Rs 160\$000 (cento e sessenta mil réis) em 1940; Rs 235\$100 (duzentos e trinta e cinco mil e cem réis) em 1941; Cr\$ 310,00 em 1943; Cr\$ 400,00 em 1945; Cr\$ 480,00 em 1946.
- . Antônio de Souza: Rs 200\$000 (duzentos mil réis) em 1940; Rs 254\$200 (duzentos e cinquenta e quatro mil e duzentos réis) em 1940; Cr\$ 310,00 em 1943; Cr\$ 390,00 em 1945; Cr\$ 450,00 em 1946.(3)
- . Axel Edvino Hammarstron: Rs 220\$000 (duzentos e vinte mil réis) em 1937; Rs 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) em 1939; Cr\$ 320,00 em 1942.(4)

Estes valores percebidos por trabalhadores não especializados eram pouco superiores ao salário mínimo vigente em cada época. Os três primeiros casos eram do Frigorífico Serrano de Rosalvo Scherer (FSRS), onde a repressão patronal à sindicalização foi severa nos primeiros anos da existência do Sindicato da categoria.

Os próprios trabalhadores quando questionados a respeito do valor dos salários percebidos na época usaram expressões como: "toda vida baixo", "reduzido", "micharia",

(3) FSRS. Livro de registro de empregados. 1934/45.

(4) Carteira Profissional de Axel Edvino Hammarstron.

"coisa séria", "triste". Expressões mais radicais também fizeram parte das manifestações sobre o seu valor:

óia, como eu vou te dizer, nem prá morrer, nem prá ... viver!
Assim ... prá comida, né.

Dom, o salário tu sabe como é que é, né. Ele sempre dá prá viver.(5)

Se de um lado percebeu-se a queixa dos trabalhadores a respeito dos seus salários, de outro não chegou a se fazer presente a contrapartida de reivindicações coletivas para reajustes salariais. Estas não estiveram no horizonte dos trabalhadores industriários de então. Ao contrário, praticamente estiveram banidas devido ao arraigado costume de que salário conquistava-se com árduo trabalho, fazendo com que o empregador se sentisse na obrigação moral de reajustá-lo ou aumentá-lo, tal como demonstram o depoimento de um montador de artefatos de madeira e de um chefe de matanças do FSRB:

O aumento de salário? Depende a vontade do camarada, né. Trabalho. Depende do rendimento do trabalho. (...) Aquele tempo não se precisava pedir aumento. Que a firma quando achava que o camarada merecia, então eles aumentavam.

...nós não conhecia de chegar e pedir aumento pro patrão. Porque quando corria bem o ano, então se ganhava um aviso assim, 'óh, tu foi aumentado ...' Isso era um estímulo pros operários. Então todo mundo trabalhava mais.(6)

(5) WEBER, Regina. *Formação*. p. 145.

(6) *Formação*. p. 157, 160.

Como as reivindicações coletivas estiveram praticamente ausentes, restou a iniciativa pessoal do trabalhador, que era a mais frequente. Num primeiro caso simplesmente pedia-se o aumento salarial e se não fosse concedido o trabalhador tinha a opção de ficar ou sair do estabelecimento, indo a procura de outro emprego. No segundo caso o trabalhador barganhava seu aumento salarial quando tinha uma oferta de outro empregador com melhor remuneração:

Cada um pedia e ... se o patrão achasse que poderia dar, ele dava; e se achasse que não dava, (...) então não dava. Então o empregado se mandava, né.

Tinha ocasiões onde tinha firmas que me ofereceram mais prá mim. (...) Aí claro, a gente aproveitava a chance, né, diz 'olha, tenho oferta prá tanto, né. O senhor qué me ajudar, pagar um pouco mais ... Se não eu vou trabalhar com outro ...' Claro, isso são oportunidades que aparecem, mas então ... nunca ele me deixou sair.(7)

No início da década de 1940, o senso comum entendia o Sindicato como entidade despojada de sua função reivindicativa. O fato fica estampado na Revista "ALBUM DO CINCOENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE IJUÍ - 1890/1940". Os cinco Sindicatos então existentes (SEEBI, STICMI, STIAI, STIMMEI e SECI) aparecem arrolados no item "vida associativa", em meio a entidades patrióticas, militares, patronais, assistenciais, esportivas, recreativas, beneficentes, musicais e religiosas.(8)

(7) WEBER, Regina. *Formação*. p. 153.

(8) REVISTA "ALBUM COMEMORATIVO DO CINCOENTENÁRIO DE FUNDACÃO DE IJUÍ. n.p.

Outro fato que ajudou a inibir as reivindicações coletivas por meio dos Sindicatos foram as concessões quase espontâneas de reajustes salariais, principalmente, a partir de 1940 quando a inflação fez-se presente com maior vigor.(9)

O próprio bissemanário levantou a questão em outubro de 1941:

Os dias que correm são desses que chamam de 'apertura' para as classes trabalhadoras, principalmente operários e empregados. Não vai nesta afirmação nenhuma novidade. Com a banha a 35900, o açúcar a 25000, o arroz a 15700 e o feijão a 800 réis, o empregado que vive de ordenado fixo, não pode dar-se a muito luxo.(10)

Diante da progressiva corrosão do poder aquisitivo dos salários, os empregadores trataram de conceder reajustes, praticamente por livre iniciativa. Tem-se para isto vários exemplos que estendem-se de 1941 a 1946. Geralmente os reajustes foram em forma de abono, o que propiciava ao empregador o devido espaço para que a regalia pudesse ser subtraída, em caso de necessidade, uma vez que este não se incorporava ao salário.

Atendendo á grande alta de preços que vem sofrendo os artigos de maior necessidade para o consumo, vem ter uma nobre ação com os operários que ali labutam, (...) dando-lhes um aumento ou

(9) A inflação média anual entre 1940 e 1949 foi de 15%. IBGE. Estatística históricas do Brasil. Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Séries Estatísticas Retrospectivas. Vol. 3. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p. 136.

(10) CS - 11 out 1941, N° 82, p. 2.

bonificação de 10% sobre seus vencimentos, enquanto perdurar esta alta que acima citamos.(11)

Este abono foi concedido aos 25 trabalhadores da Fundação Reimann e Gressler & Glitz em setembro de 1941. O periódico, além de elogiar a atitude - "muito digno e louvável é o nobre gesto" - acrescenta que a maioria dos empregados eram "afamiliados" e que "todos já contavam com vencimentos acima de trezentos mil réis". Nesta ocasião o salário mínimo ainda estava fixado em Rs 160\$000 (cento e sessenta mil réis).

Outro exemplo significativo é a observação da política salarial implementada por Rosalvo Scherer, proprietário do Frigorífico Serrano, cujo estabelecimento abrigava o maior número de trabalhadores de Ijuí.

Em junho de 1943 o proprietário deixou registrado no Livro de Atas:

Este ano não se farão aumentos em salários do nosso pessoal.
Todos terão que aguardar o ano que vem.(12)

A ordem patronal foi subsequente ao reajuste do salário mínimo que havia sido fixado em Cr\$ 275,00 em maio daquele ano.

(11) CS - 3 set 1941, N° 71, p. 2.

(12) FSRG, Ijuí. Ata N° 34 de 14 de junho de 1943. Livro 1, fl. 36.

Decretado novo reajuste do salário mínimo, que passou para Cr\$ 320,00, Rosalvo Scherer ordenou, em 25 de novembro de 1943, o arrefecimento de sua política salarial:

Augmentos de salários: Só podem ser feitos por sugestão dos chefes de secção e do capataz geral sendo aprovado em definitivo pelo chefe da firma.(13)

No inverno de 1944, ele ordenou cuidados tendo em vista os reflexos da estação do ano sobre o quadro funcional, aliado à preservação de trabalhadores qualificados com abonos temporários:

Pessoal: Época de doenças e de recrutamento, vae acentuar se cada vez mais a falta de braços. Por isso, não deixemos nenhum empregado pratico sahir de nossa firma no período de safra. Façam lhes aumentos, sem constar, gratificação que abonarão no fim de cada mês, e o que se pagará só em quanto à nos convier. Peço muita prudência nesse assunto.

.....

Aumento Pessoal: O aumento que se tiver de fazer, para segurar nossos praticos, deve ser feito em forma de gratificação no fim do mês, e só durante a safra cheia. Quando vier a safra seca devem cortar essa gratificação.(14)

A gratificação foi concedida a seis trabalhadores qualificados, cujo valor varia de trinta a noventa cruzeiros. Um deles, Vasco Percowski, que era dirigente sindical, teve um abono de Cr\$ 70,00.

(13) FSRS Ijuí. Ata Nº 34 de 14 de Junho de 1943. Livro 1, fl. 40.

(14) _____, Ijuí. Ata Nº 34 de 14 de Junho de 1943. Livro 1, fl. 44, 46.

Em fevereiro de 1946, enquanto o salário mínimo permaneceu estagnado e a empresa apresentava excelentes resultados financeiros, o proprietário, em reunião com diretores da empresa, resolveu

Conceder um mês de vencimento a todos nossos empregados mensalistas sem faltas e que trabalharam o ano de 1945 em cheio, a título de gratificação pelos seus bons serviços prestados.(15)

Ainda na mesma reunião foi decidido um aumento de salário para 27 empregados, variando seu valor entre 20 e 170 cruzeiros. Entre os favorecidos encontravam-se vários dirigentes sindicais.

Por fim, na mesma reunião, a empresa transformada em sociedade anônima (Frigorífico Serrano Sociedade Anônima - FSSA), teve uma atuação inédita democratizando seu capital dando, gratuitamente, uma ação a 21 empregados:

Também resolveu-se conceder uma ação da firma, como presente, a todos nossos bons empregados mensalistas que se acham em serviços ininterruptos a mais de três anos sendo que eles passarão a gozar desde já do lucro que essa ação lhes conferir, mas só entrarão de posse dela após decorridos mais de três anos da data de doação, se nesse interim se tiverem comportado bem.(16)

(15) FSSA Ijuí. Ata N.º 1 de 23 de fevereiro de 1946, Livro 1, fl. 2.

(16) FSSA, Ijuí. Ata N.º 1 de 23 de fevereiro de 1946. Livro 1, fl. 2.

A posse definitiva da ação esteve condicionado a três anos de bom comportamento dos presenteados. Entre os novos acionistas estavam igualmente vários dirigentes sindicais.

Computado este triplo benefício (um mês de gratificação, aumento salarial e posse de uma ação), numa única iniciativa, tem-se trabalhadores que somente podiam lisonjear o seu empregador, dando-lhe, em contrapartida, o triplo em ofício (trabalho, assiduidade e comportamento).

Verificada a lista dos dirigentes sindicais beneficiados, só não se conseguiu levantá-la para a primeira concessão (um mês de gratificação). Entre os beneficiados com o aumento salarial e com a posse de uma ação, encontravam-se os seguintes dirigentes sindicais: Hipólito Paz, Afonso Audibert, Emílio Wotrich, Vasco Percowski, Walter Krug e Beno Schardong.(17)

A política salarial adotada e o tratamento dado aos trabalhadores mais qualificados, que também eram os dirigentes sindicais, tornou clara a segunda fase que o proprietário dispensou ao Sindicato, o da cooptação. Diante disto, a atuação sindical efetiva tornou-se praticamente desnecessária.

O que aconteceu durante este período nas outras categorias foi semelhante ao que aconteceu no principal estabelecimento da área da alimentação.

(17) FSSA, Ijuí. Ata N.º 1 de 23 de fevereiro de 1946. Livro 1, fl. 2, 5.

Afora os reajustes ou aumentos salariais quase espontâneos, os empregadores ainda beneficiaram seus trabalhadores com retribuições não monetárias que podiam ser de vários tipos: moradia ou hospedagem gratuitas, alimentação durante o trabalho, churrascos com fartura de carne e bebida, cortes de fazenda, alimentos ou vestuários de menor qualidade vendidos a menor preço.(18)

Diante do que foi exposto, fica evidente que poucas podiam ser as iniciativas tomadas pelos Sindicatos dos Industriários quanto a reajustes ou aumentos salariais, quer fosse pela posição ocupada pelos dirigentes sindicais dentro dos estabelecimentos, quer fosse pelo tratamento patronal dispensado aos trabalhadores. Mas mesmo assim, algumas iniciativas, ainda que tímidas, fizeram-se presentes na área sindical para o período 1937/46, porém, com características próprias.

Octacílio Wesendonck, um dos dirigentes sindicais dos madeireiros, reteve a informação de um pedido de reajuste encetado por João Agostini pouco depois da fundação dos Sindicatos.

Após da fundação, passou uns oito meses a um ano, quando seu Agostini começou a visitar a indústria e o comércio pra melhorar os ordenados. E foi atendidos em parte. Havia muito contato pacífico entre o trabalhador, o empregador e o Sindicato.(19)

(18) WEBER, Regina. Formação. p. 146.

(19) WESENDONCK, Otacílio. História do sindicalismo. Entrevista.

Em abril de 1941, os trabalhadores mensalistas do Frigorífico Serrano, através do seu Sindicato, empreenderam uma campanha para o cumprimento da Legislação Trabalhista que acabou transformando-se em aumento salarial.

Syndicato Operários na Fábrica: Pelo Presidente, Mário Machado, fui sabedor que os nossos operários querem pleitear junto ao Ministério do Trabalho a nulidade de convenção para dez horas diárias de trabalho, do ano de 1940 e 1941 com o fundamento de que com o aumento do horário de trabalho para dez horas, não lhes foi concedido o aumento de salário respectivo. Por minha insistência o Sr. Mário Machado concordou aguardar o regresso do Sr. Scherer para com o mesmo ter um entendimento.(20)

O detalhamento da questão, junto com a insistência para que fosse esperado o retorno do proprietário, mostra que a causa levantada pelo Sindicato, se cumprida à risca, demandaria em enormes recursos financeiros.

O Sindicato reivindicou o cumprimento do parágrafo único do artigo 3 do Decreto Nº 21.364, de 4 de maio de 1932, que regulava o horário de trabalho industrial e que permitiu o aumento da jornada de oito para dez horas diárias mediante aumento dos salários.(21)

(20) FSRS, Ijuí. Ata Nº 15 de 28 de abril de 1941. Livro 1, fl. 28.

(21) O funcionário fez as anotações da extensão da jornada de oito para dez horas nas folhas de registro de empregados com base no artigo 10 do Decreto Nº 22.033, que dispunha sobre o horário de trabalho do comércio. Portanto, o engano do funcionário fica patenteado em tratando-se de estabelecimento industrial.

Como a reivindicação estendia-se a todo o ano de 1940 e a mais quatro meses de 1941, era evidente que sob o ponto de vista patronal teria que ser tratada com extrema cautela.

Toda a preocupação resultou em uma solução simples. Passou-se a pagar as duas horas a partir de maio de 1941 com um aditamento feito à folha de registro de empregado de cada trabalhador como, por exemplo, consta na de Hildebert Wornath:

Em vista da convenção acima os vencimentos foram aumentados para 355\$000 mensal.(22)

O fato de ter-se deixado de pagar as horas de trabalho anteriores à reivindicação mostra a complacência dos dirigentes sindicais, aliado à conivência para com o desrespeito à lei por parte da fiscalização do MTIC.(23)

Em dezembro de 1942, quando o salário mínimo permaneceu no patamar de 1940, os dirigentes sindicais Florisbal Andrade e Evandro dos Santos encetaram um movimento para um "aumento temporário" dos trabalhadores da alimentação e dos madeireiros. A Assembléia conjunta convocada para discutir a questão não reuniu trabalhadores suficientes. Em função disto, a questão foi discutida numa

(22) FSRS. Livro de Registro de Empregados. 1934/45.

(23) João Agostini falando sobre Pedro do Canto Filho, Auxiliar-Fiscal do MTIC: "Quando ele vinha aqui fazer uma fiscalização, ele pegava lá no Frigorífico uma caixa de um mês inteiro. A família não precisava comprar comida. Comedor de ...". AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

reunião de Diretoria do COI quando ficou decidido que João Agostini e o próprio Andrade submeteriam a questão ao Delegado Regional do Trabalho, em Porto Alegre. Este encarregou o Auxiliar-Fiscal de Cruz Alta para intermediar a reivindicação, fazendo-se presente em Ijuí no final de janeiro de 1943.(24)

As folhas de registro de empregados, que contém os reajustes salariais, não acusam nenhuma anotação. De forma que a reivindicação não foi atendida.

Porém, diante da defasagem salarial, o próprio Governo de Getúlio Vargas reajustou o salário mínimo para Cr\$ 320,00 em novembro de 1943, cuja anotação está presente nas respectivas folhas de registro de empregado.

Se de um lado, os Sindicatos dos Industriários eram displicentes quanto a iniciativas para reajustes salariais, de outro, estavam atentos à iniciativas do Governo na área trabalhista e salarial:

Foi também revelado o Decreto Lei do Ministro da Guerra, em que consta o seguinte: Toda e qualquer firma, o Empregador não poderá despachar ou suspender o empregado sem pagar 50% da indenizações. Foi também revelado o aumento do Salário para o Operário.(25)

(24) COI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 13 de janeiro de 1943. Livro 1, fl. 30.

(25) COI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 3 de novembro de 1943. Livro 1, fl. 35.

Estando o salário mínimo sem reajuste há quase três anos, os trabalhadores metalúrgicos começaram a acusar a defasagem salarial em setembro de 1946:

... diversos sócios fizeram perguntas sobre o aumento de ordenado devido ordenado baixo e a carestia de vida.(26)

Por esta razão, a promulgação da Constituição em 18 de setembro de 1946, ao obrigar o pagamento do repouso semanal, foi saudada com entusiasmo na Assembléia dos metalúrgicos realizada em novembro daquele ano. Na prática, a medida representou um aumento salarial para os arrojados salários de trabalhadores menos qualificados:

... agora (....) o mesmo tem Direito ao Domingo, Feriados e dias Santos, percebendo salário respectivo. O mês trabalhista, antes de 25 dias, praticamente passou a ser de 30 dias.. Essa norma se aplica a todos diaristas, que recebem de fato por dia, por semana, por quinzena ou por mês.

.....

Como se vê, a Constituição veio estabelecer o mesmo salário, para trabalho igual, independentemente de Idade, o que constitui inovação, o repouso semanal Remunerado preferentemente aos domingos.(27)

A questão passou a ser discutida devido a remessa de circular da Federação da categoria que informava que a

(26) STIMMEI, Ijuí. Ata da Assembléia de 9 de setembro de 1946. Livro 1, fl. 46.

(27) STIMMEI, Ijuí. Ata da Assembléia de 3 de novembro de 1946. Livro 1, fl. 47.

maioria dos empregados na indústria é diarista.(28) A decisão da Assembléia foi a de "imprimir Boletim e distribuir para todas as Firms do Município" Porém, o entusiasmo inicial foi arrefecido pela necessidade de regulamentação do novo dispositivo constitucional que só veio acontecer mais tarde.

Na Assembléia do mês de dezembro de 1946, sentindo cada vez mais a defasagem salarial, os trabalhadores metalúrgicos voltaram a questionar o Presidente João Agostini sobre o reajuste salarial:

Diversos sócios fizeram a pergunta ao Sr. Pres. se há logo um aumento de salário, porque muitos empregados e sócios do Sindicato estão lutando com salário baixo, e apenas impossível defender á vida. O Sr. Pres. disse estão com esperança dos empregadores, e uma lei que favorece os empregados nas Indústrias.(29)

Porém, nenhum reajuste foi negociado com a classe patronal. A esperança para que uma Lei Salarial fosse sancionada teve que ser estendida até dezembro de 1951. Apenas no novo Governo de Getúlio Vargas foi adotada uma

(28) As cinco formas de pagamento de trabalho vigentes nas indústrias de Ijuí nas décadas de 1930 e 1940 eram: mensalistas, diarista, horista, por peça e "empreitada".

Geralmente estas formas de pagamento coexistiam num mesmo estabelecimento industrial e quase sempre a qualificação técnica do trabalhador determinava a forma de pagamento. WEBER, Regina. Formação. p. 150-153.

Os dirigentes sindicais foram todos mensalistas em seus estabelecimentos empregatícios. Aqui está presente a relação tempo de permanência no estabelecimento, função ocupada na hierarquia, valor de salário percebido e qualificação técnica, que aliou-se à forma de pagamento.

(29) STIMMEI, Ijuí. Ata da Assembléia de 1º de dezembro de 1946. Livro 1, fl. 40.

política salarial bem mais benevolente do que o Governo de Eurico Gaspar Dutra.

O período abrangido pelo primeiro Livro de Atas do STIMMEI (outubro de 1941 a dezembro de 1946) não se constata nenhuma iniciativa partida da Direção do Sindicato visando formular reivindicações salariais.

Nas outras categorias - STIAI e STICMI - devido a inexistência de Livros de Atas do período, não pôde ser levantado a existência de reivindicação salariais. Considerando-se entrevistas e outras fontes, pode-se assegurar que igualmente não existiram estas reivindicações.

O primeiro Livro de Atas do STICI iniciou em abril de 1945 mas até o final do período da pesquisa (1946) não foi levantado nenhum pedido de reajuste. Desta categoria tem-se apenas o depoimento de Francisco Demboski, que foi posteriormente dirigente sindical, que reteve na memória mais a oposição patronal à atuação sindical do que propriamente a luta salarial do STICI:

Quando o Sindicato conseguia dez por cento, os patrões davam quinze por cento para os não sócios. Sempre os não sócios era os privilegiados.

.....
O que era sócio era mal visto e o que não era, era bem visto.(30)

(30) DEMBOSKI, Francisco. História do STICI. Entrevista.

Desta forma, as grandes campanhas salariais empreendidas por categorias do centro do País, entre o início de 1945 até os primeiros meses de 1946, quando começou a repressão do Governo Dutra ao movimento sindical, não tiveram ressonância junto aos trabalhadores das indústrias de Ijuí.

Porém, houveram reajustes durante o congelamento do salário mínimo em Cr\$ 320,00 no período de novembro de 1943 a dezembro de 1951.

No Frigorífico Serrano quase anualmente eram feitos reajustes salariais aos trabalhadores de maior qualificação técnica que eram os considerados "fixos" e por isso mensalistas.

O salário mínimo foi pago para trabalhadores com nenhuma ou pouca qualificação técnica. Geralmente era o salário inicial para trabalhadores recém ingressos nos estabelecimentos industriais. Estes trabalhadores quase não tiveram vinculação com o Sindicato por permanecerem pouco tempo nos empregos.

Duas características transparecem do período analisado sobre a atuação dos Sindicatos dos Industriários na questão salarial.

- 1) A pressão para que os Sindicatos encaminhassem pedidos de reajustes salariais junto aos empregadores, partiram sempre de trabalhadores menos qualificados e

que por esta razão percebiam salários mais baixos e por isso mais expostos à defasagem. Porém, em nenhum momento as direções dos Sindicatos dos Industriários assumiram efetivamente estas reivindicações, sempre protelando-as e por fim, não as encaminhando.

- 2) Os dirigentes sindicais, por sua vez, pautaram sua atuação sindical nos estreitos parâmetros conferidos pelo campo legal. Desta forma, só começavam a ser dirigentes sindicais para fazer cumprir as leis emanadas do Governo, muitas vezes ainda com um largo interregno entre a da aparição a aplicação. Como também deixavam de serem dirigentes sindicais quando sua atuação não mais estava respaldada em lei. Enfim, eram dirigentes sindicais apenas para o cumprimento da lei e quando esta não existia ficavam à sua espera.

Para isso, tem-se inúmeros exemplos que foram arrolados. Porém, o mais característico, foi o da Assembléia dos Metalúrgicos de 1º de dezembro de 1946, quando o Presidente, pressionado pelos trabalhadores, apenas manifestou esperança de que os empregadores concedessem o reajuste, mas sem encaminhá-lo e ainda acenando para a espera de uma lei do Governo que viesse atender o pedido.

O que mantinha o trabalhador vinculado ao Sindicato não era a luta salarial, mas o assistencialismo dentário e médico.

4.1.2 - O Assistencialismo Dentário e Médico

Antes dos Sindicatos dos Industriários passarem a recolher os recursos do Imposto Sindical não foi possível conceder assistência dentária ou médica. Os recursos disponíveis eram provenientes das mensalidades dos associados que apenas davam conta das pequenas despesas burocráticas.

Para ter-se uma noção da arrecadação do STIMMMEI através das mensalidades, teve-se para os meses de abril, maio e junho de 1940 a média mensal de Rs 25\$600 (vinte e cinco mil e seiscentos réis), quando o salário mínimo, em maio de 1940, era de Rs 160\$000 (cento e sessenta mil réis).

O momento em que Governo de Getúlio Vargas regulamentou o Imposto Sindical através do Decreto-Lei Nº 2.377, de 8 de julho de 1940, fez com que os dirigentes sindicais ficassem atentos ao seu recolhimento. Vislumbraram a possibilidade de darem um atendimento diferente aos poucos associados. Dali para frente o Imposto Sindical e assistencialismo, passaram a depender um do outro.

A própria Prefeitura Municipal de Ijuí, através de um "AVISO", condicionou, em novembro de 1941, a liberação da licença para funcionamento de indústria, para o ano de 1942,

ao recolhimento do Imposto Sindical.(31) Igualmente, em dezembro de 1941, o Centro Industrial Ijuicense alertou os "industrialistas" para o seu recolhimento.(32)

Apesar do "AVISO" e do "ALERTA", não houve o recolhimento do Imposto aos Sindicatos locais em 1942. Os processos de adaptação ao Decreto-Lei Nº 1.402 estavam em andamento e, portanto, o reconhecimento pelo MTIC ainda não havia ocorrido, o que não os tornava aptos ao recebimento do Imposto.

O STIMMEI e o STIAI tiveram, ambos, suas Cartas Sindicais assinadas em 15 de janeiro de 1944. Já o STICI teve-a assinada em 11 de outubro de 1945 e o STICMI em 27 de setembro de 1946.

A data da assinatura da Carta Sindical era importante dado ao prescrito no artigo 2 do Decreto-Lei Nº 3.035 de 10 de fevereiro de 1941:

... o desconto, o recolhimento ou o pagamento do Imposto Sindical, (...) serão efetuados, em cada categoria econômica ou profissional, dentro de trinta dias após a expedição da carta de reconhecimento do respectivo Sindicato representativo.(33)

(31) CS -- 12 nov 1941, Nº 91, p. 2.

(32) CS -- 27 abr 1941, Nº 104, p. 3.

(33) SOUZA NETTO, F. de A. Legislação trabalhista. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1941, p.

Expedida a Carta Sindical, começaram os preparativos para o recolhimento do Imposto Sindical. Na Assembléia dos Metalúrgicos do mês de março de 1944, o "Snr. Pres. apresentou os formulários para a cobrança do Imposto Sindical".(34) Estes formulários eram distribuídos anualmente no início de março a diversos diretores que os levavam às Direcções dos estabelecimentos industriais para o seu preenchimento e posterior recolhimento aos bancos oficiais.

O primeiro desconto do Imposto Sindical apareceu nas Carteiras Profissionais e nas folhas de registro de empregados subsequente ao da expedição da respectiva Carta Sindical.(35) Com o detalhe que no primeiro ano e, muitas vezes até no segundo, o desconto era feito de forma muito desordenada: apenas era descontado dos que tinham vínculo sindical. No terceiro ano seu desconto foi estendido a todos os trabalhadores, independente de vínculo sindical.

O assistencialismo dentário, médico e até hospitalar, a partir do recolhimento do Imposto Sindical, tem no STIMMMEI um bom exemplo.

Foi o STIMMMEI o primeiro Sindicato a publicar no Correio Serrano, em 7 de março de 1945, um "APEDIDO"

(34) STIMMMEI, Ijuí. Ata da Assembléia de 5 de março de 1944. Livro 1, fl. 26.

(35) Não houve o desconto do Imposto Sindical diretamente ao Fundo Social Sindical do MTIC, como previa a Portaria N° 884, de 5 de janeiro de 1942, que chegou ao conhecimento dos dirigentes sindicais em janeiro de 1943 através da DRT.

alertando aos empregadores do ramo para o desconto e posterior recolhimento do Imposto Sindical.

O assunto assistencialismo, passou a ser discutido em julho de 1945, após o retorno de João Agostini de Porto Alegre, onde viu o funcionamento deste serviço em entidade congênere. Em três Assembléias mensais consecutivas (junho, julho e agosto de 1945), o tema foi alvo de discussões. Tomado por critério "a possibilidade do caixa do Sindicato" foi decidido fornecer um assistencialismo dentário e médico com base em 50% de desconto, parte assumido pela entidade e parte por conta do associado. O serviço dentário foi oferecido apenas para o associado (sem inclusão da sua família) e ainda restrito a extrações, obturações e curativos. Ao serviço médico teve acesso toda a família, desde que os filhos tivessem idade inferior a 14 anos.(36)

Junto com a implantação destes serviços, a Assembléia autorizou o aumento da mensalidade de Cr\$ 3,00 para Cr\$ 5,00 "para vencer melhor as despesas".(37)

Outro tipo de assistência que o STIMMEI prestou esporadicamente a associados foi o hospitalar. Devido a demanda de maiores recursos para este assistencialismo, o mesmo era aprovado caso a caso em Assembléia. Teve-se um auxílio de Rs 60\$000 (sessenta mil réis) em julho de 1942 sem ser conhecido o beneficiado e outro de Cr\$ 100,00 para

(36) STIMMEI, Ijuí. Ata da Assembléia de 5 de agosto de 1945. Livro 1, fl. 36.

(37) STIMMEI, Ijuí. Ata da Assembléia de 3 de junho de 1945. Livro 1, fl. 35.

Francisco Rodrigues, em novembro de 1945 e outro de Cr\$ 400,00 em junho de 1946, onde também não foi conhecido o beneficiado.(38)

Ainda outro tipo de assistência prestado pelo STIMMEI, em apenas um caso, foi o auxílio-funeral à viúva do associado Benedicto Tibolla, cuja soma alcançou Cr\$ 500,00.(39)

Se de um lado o STIMMEI esmerou-se na oferta de serviços assistenciais, principalmente dentário e médico, de outro lado, a contrapartida foi o aumento do número de associados. As discussões e esclarecimentos realizados nas Assembléias foram concomitantes à apresentação e registro de novos associados. Estes dois assuntos, invariavelmente, passaram a estar presentes ocupando sempre duas terças partes das Atas das Assembléias.

Os outros três Sindicatos dos Industriários também prestaram serviços assistenciais. Porém, as informações acerca do assunto escasseiam dado a inexistência de Livros de Atas do período, a exceção do STICI que tem o seu iniciado em abril de 1945.

Em julho de 1945, em sua Assembléia mensal, o STICMI anunciava que passaria a custear em 50% as despesas com

(38) STIMMEI, Livro Caixa. 1937/48. p. 21, 29, 31.

(39) STIMMEI, Livro Caixa. 1937/48. p. 31.

consultas médicas.(40) Na prática, o assistencialismo não se efetivou dado a inexistência de recursos, já que o Sindicato passou a recolher o Imposto Sindical apenas a partir de 1946. A discussão da Assembléia serviu para mostrar que o caminho trilhado pelo Sindicato seria o mesmo dos Metalúrgicos, tão logo houvessem recursos disponíveis, como efetivamente veio a acontecer.

No STICI, o Imposto Sindical, o assistencialismo e o aumento do quadro social eram realidades vinculadas que receberam o apoio de João Agostini, numa de suas costumeiras visitas às Assembléias do Sindicato:

... Snr. João Agostini pediu que o presidente em exercício, preparasse com brevidade os papéis para a cobrança do imposto sindical que se aproxima, a fim do mesmo sindicato ir avante com mais associados beneficiados pelos médicos e dentistas.(41)

Neste Sindicato, a trilha do assistencialismo passou a vigorar tão logo houveram os recursos do Imposto Sindical, a partir de 1946.

A Redemocratização em 1945 e a atuação de diversas tendências partidárias à nível nacional, dentre as quais o Partido Comunista Brasileiro, fez com que fosse reorganizado o COI, em novembro de 1946, com a finalidade explícita de reforçar o assistencialismo e ao mesmo tempo promover o combate aos comunistas.

(40) CS - 11 jul 1945, Nº 55, p. 5.

(41) STICI, Ijuí. Ata da Assembléia de 11 de dezembro de 1945. Livro 1, fl. 4.

Para aumentar o grau de assistencialismo, o COI apelou ao Interventor do Estado e à ACI visando angariar recursos financeiros. Do primeiro foi recebido a quantia de Cr\$ 5.000,00 e do segundo a quantia de Cr\$ 14.000,00.(42)

Enquanto estes recursos estiveram disponíveis, a assistência dentária e médica foi assumida pelo COI e pelos respectivos Sindicatos, ficando o associado desobrigado de qualquer pagamento. Dentro do reforço assistencialista, também as farmácias reencetaram a concessão de um abatimento de 10% nas compras de remédios.

Ainda que em Ijuí não tivesse sido criado nenhum núcleo do Partido Comunista Brasileiro, tão logo sua cassação foi anunciada, em 7 de maio de 1947, como consequência da "Guerra Fria" a nível interno,(43) seus reflexos fizeram-se sentir na localidade. O COI entrou em inatividade em maio de 1947 e os recursos financeiros governamentais e patronais cessaram.

Passou a vigorar o quadro assistencial de antes onde o Sindicato arcava com 50% das despesas e o restante era por conta do associado. Os recursos continuavam a proceder do Imposto Sindical e em menor quantidade das mensalidades.

(42) COI, Ijuí. Ata da Assembléia Geral de 26 de janeiro de 1947. Livro 1, fl 39, 40.

(43) MENDES JUNIOR, Antônio & MARANHÃO, Ricardo.(Orgs). Brasil história - texto e consulta: Era Vargas. Volume 4. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 222.

Na prática, os Sindicatos dos Industriários compensaram a quase ausência de luta salarial com o assistencialismo, cuja ênfase recaía na assistência dentária e médica. Esta foi a via usada para manter e atrair novos associados e assim justificar a existência dos Sindicatos.

Este estado de coisas fez-se refletir na participação sindical efetiva, onde o número de presenças nas Assembléias manteve-se inalterado e, por vezes, até reduzido, enquanto o quadro social crescia. Em outros termos, o trabalhador industriário dirigia-se ao seu Sindicato não por ser reivindicativo mas por ser assistencialista.

Dado a especificidade do trabalho industrial, os Sindicatos de Trabalhadores do ramo praticamente não tiveram problemas quanto ao estabelecimento do horário de trabalho e cumprimento da jornada diária e semanal. Panorama completamente diferente, encontraram os trabalhadores do comércio.

4.2 - A Atualização do Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí

4.2.1 - O Horário de Trabalho e Redução da Jornada

Antes do surgimento das entidades sindicais, a fixação de um horário para a jornada de trabalho ficava a critério de cada proprietário de estabelecimento comercial.

Um horário para início e fim da jornada de trabalho simplesmente não existia. Segundo trabalhadores entrevistados o horário era feito conforme o volume de trabalho de cada período do ano, podendo ser maior em épocas subsequentes à colheitas ou menor em épocas de entre-safras.

Visando dar atendimento a clientes, em grande parte colonos oriundos do interior do município, as casas comerciais permaneciam abertas durante o horário do almoço. Os comerciários revejavam-se durante este período. Enquanto alguns iam para casa almoçar, outros permaneciam no estabelecimento proporcionando atendimento. Henrique Frederico Tybusch afirma:

Abriam suas portas ao clarear o dia até noite adentro, com luz de vela ou lampião a querosene e sem fechar ao meio dia.(44)

(44) TYBUSCH, Henrique Frederico. Ijuí antigo: Casas de comércio até 1930. Ijuí, manuscrito, 1983, n.p.

A primeira vez que apareceu um horário para fechamento do comércio foi em 1928. Pela "Lei do Orçamento para o Exercício de 1928" do município de Ijuí, onde estava previsto o fechamento das casas comerciais às 19 h e 30 min no chamado horário de verão (1º de outubro a 31 de março) e às 18 h no chamado horário de inverno (1º de abril a 30 de setembro). (45)

Este último horário não foi respeitado e no ano seguinte era alterado para 19 h. Antes de 1928 as "Leis do Orçamento" não fixaram nenhum horário de trabalho.

O estabelecimento do horário de fechamento do comércio de 1928, prendeu-se mais ao recolhimento de Rs 25000 (dois mil réis) de imposto anual aos cofres municipais, cujo valor estendeu-se até 1931, do que propriamente a fixação de um horário de trabalho. As casas comerciais que permaneciam abertas além do horário previsto estavam sujeitas ao recolhimento do imposto. Por esta razão, indiretamente, fixou-se um horário, de fechamento do comércio.

A fórmula encontrada pela Intendência Municipal de aumentar suas receitas ao fixar um horário-limite, deixou os comerciários desprotegidos de um horário para o início da jornada e o intervalo para o almoço.

(45) INI. Lei de orçamento para o exercício de 1928. Ijuí, Livraria Serrana, 1929, p. 8.

O horário de fechamento do comércio permaneceu válido para os anos de 1928, 1929 e 1930. A simples fundação da UECI em 1928, traça um paralelo com a fixação do horário de fechamento, que os comerciários conquistaram sem ser explicitamente reivindicado.

A jornada de trabalho para estes três anos foi a mais longa. No horário de verão os comerciários perfaziam uma jornada de 11 h e 30 min e no horário de inverno perfaziam 10 h e 30 min de trabalho diárias.

Como resultado da primeira reivindicação formulada diretamente pela Diretoria da UECI, os comerciários conquistaram um horário de fechamento do comércio para almoço.(46) Foi o segundo passo para o estabelecimento de um horário para a jornada de trabalho.

A reivindicação negociada ainda em 1930, apareceu, em parte, atendida na "Lei do Orçamento de 1931".(47) O intervalo para almoço ficou restrito apenas para o chamado horário de inverno. O intervalo era das 12 às 13 h, sendo que a jornada da tarde estendia-se até às 19 h.

Desta forma, avançou um pouco mais o estabelecimento de um horário de trabalho para a jornada diária. Tinha-se então um horário para o encerramento do trabalho e um

(46) TYBUSCH, Henrique Frederico. História da UECI. Ijuí, 1985. Entrevista concedida ao autor em 17 de junho de 1985.

(47) PNI. Lei do Orçamento para o exercício de 1931. Ijuí, Livraria Serrana, 1930, p. 10.

intervalo de uma hora para o almoço. O avanço das conquistas espelhou a atuação, ainda que moderada, da UECI.

Em 19 de setembro de 1931, pelo Decreto Nº 20.446, o Governo Provisório de Getúlio Vargas adotava "em todo território nacional a hora da economia de luz no período de 3 de outubro a 31 de março". O parágrafo único do Decreto previu que "todos os relógios no Brasil deverão ser avançados uma hora às 11 horas (hora legal) no dia 3 de outubro".(48) No dia 31 de março foi ordenado que se retrocedessem os relógios em uma hora.

Diante do Decreto, a ACI, em Assembléia de 9 de outubro de 1931, tratou de encaminhar ao "Snr. Cel. Prefeito" um horário de comércio para os meses de outubro a março (horário de verão), cuja proposta era de um intervalo das 12 às 13 h e 30 min e encerramento das atividades às 19 h e 30 min. Para os meses de abril a setembro (horário de inverno) a proposta era de um intervalo das 12 às 13 h e fechamento às 19 h.(49)

Como resposta à proposição da ACI, o Prefeito baixou o "Acto nº 50", de 12 de outubro de 1931,(50) prevendo para o horário de verão, um intervalo para almoço das 12 às 13 h e 30 min e encerramento às 19 h e 30 min e, para o horário de inverno, um intervalo das 12 às 13 h e encerramento às 18 h.

(48) CS - 8 out 1931, Nº 40, p. 2.

(49) ACI, Ijuí. Ata da Assembléia de 7 de outubro de 1931. Livro 2, n.p.

(50) CS - 15 out 1931, Nº 41, p. 2.

Temporariamente o "Acto nº 50" foi aceito pelos comerciantes no que concerne ao horário de verão, já que era este que passava a vigorar nos próximos seis meses. A grande divergência concentrava-se no horário de inverno.

Com o "Acto nº 50" os comerciários deram mais um passo nas suas conquistas. Agora somava-se ao intervalo para almoço no horário de inverno, também o do verão, com a diferença de que este estendia-se por 1 h e 30 min. Desta forma, a partir de 1931 os comerciários garantiram um intervalo para almoço durante todo ano, acrescido de um horário de fechamento do comércio, que já tinham, apenas aumentado de 30 minutos no verão.

O comerciário Alfredo Alberto Tybusch, empregado na casa comercial "A. Glitz & Cia Ltda.", lembra que

no início foi difícil mas depois a maioria dos comerciantes foram se adaptando. Ficava melhor por causa do almoço dos empregados e dos próprios patrões. E um deles que iniciou isso foi o Alfredo Glitz, depois o Bernardo Gressler e Casa Dico, estas firmas mais fortes.(51)

Alfredo Alberto Tybusch afirma que a UECI assim cumpriu com mais um objetivo para o qual havia sido criada, uma vez que neste período a reivindicação maior era o estabelecimento do horário de trabalho.

Considerando o "Acto nº 50", a jornada diária de trabalho dos comerciários era de 11 h no horário de verão,

(51) TYBUSCH, Alfredo Alberto. História da UECI. Entrevista.

tomando-se por base o início da jornada às 7 h, como era de costume. Para o horário de inverno, a jornada diária era de 9 h, tomando-se por base seu início às 7 h e 30 min, como também era de costume. No entanto, o horário das 18 h não foi aceito pelos comerciantes.

Conforme o parágrafo 2 do "Acto nº 50", os comerciantes infratores do horário pagavam uma multa de Rs 2\$000 (dois mil réis) e no caso de reincidência a penalidade dobrava. Vários entrevistados questionados sobre a aplicação da penalidade não puderam apontar nenhum caso.

Em abril de 1932, quando da entrada em vigor do horário de inverno, findando a jornada às 18 h, cuja resolução passou do "Acto nº 50" para a "Lei do Orçamento" daquele ano, os comerciantes insurgiram-se por dois motivos:

1) A diminuição da jornada diária em 1 h e 30 min;

2) O aumento do imposto de Rs 2\$000 (dois mil réis) para Rs 5\$000 (cinco mil réis) para aqueles que permaneciam com suas casas comerciais abertas além daquele horário.

Os comerciantes, além de terem diminuído seu período diário de comércio em 1 h e 30 min, ainda tinham um aumento de 150% no imposto.

Para combater especificamente o novo horário de inverno, os comerciantes realizaram uma reunião de Diretoria da ACI em 8 de abril de 1932. As discussões resultaram no

ofício enviado ao Prefeito Antônio Soares de Barros contestando o "horário de fechamento das casas comerciais no perímetro urbano para 12,00 às 13,30 e 18,00 horas nos meses de abril a setembro".(52)

A justificativa para a renovação deste horário era porque

não consultava os interesses do comércio e da classe operária, a qual não sobrava tempo afim de fazer as suas compras cotidianas.(53)

Os comerciantes apresentaram no ofício sugestão de que o horário de fechamento do comércio ocorresse das 12 às 13 h e às 19 h, no inverno. Enquanto que no verão deveria permanecer inalterado, ou seja, das 12 às 13 h e 30 min e 19 h e 30 min. Pediam isso com a finalidade de "dirimir uma situação considerada contrária aos interesses da coletividade e os seus próprios".(54)

Diante da pressão dos comerciantes, o horário do fechamento do comércio foi novamente dilatado. Na "Lei do Orçamento" de 1933 apareceu o horário de fechamento do comércio das 12 às 13 h e às 19 h para o inverno. O Prefeito atendeu totalmente a reivindicação dos comerciantes.

Desta forma, a jornada de trabalho estendia-se a 11 h diárias no verão e 10 h e 30 min no inverno. Esta jornada

(52) Ofício de 12 de abril de 1932 da ACI ao Prefeito Municipal Antônio Soares de Barros.

(53) ACI, Ijuí. Ata da Reunião de Diretoria de 8 de abril de 1932. Livro 2, n.p.

(54) Ata da Reunião de Diretoria de 8 de abril de 1932. Livro 2, n.p.

era feita por todos os comerciários nos anos de 1932, 1933 e 1934. Acrescenta-se que esta era a jornada diária mínima. O avanço que houve na diminuição da jornada foi de apenas 30 minutos correspondente ao horário de verão. O horário de inverno ficou inalterado.

Nova etapa na fixação de uma jornada comerciária diária passou-se a travar a partir da entrada em vigor do Decreto nº 21.186 do Governo Provisório de Getúlio Vargas que regulou o horário de trabalho no comércio.(55)

Doravante, a prática mostrou aos comerciários que não mais era necessário lutar por uma menor jornada de trabalho. A luta dali para frente deveria ser encetada pelo cumprimento das oito horas . Esta era tão ou mais difícil quanto um horário de encerramento do trabalho ou de um intervalo para almoço.

A jornada diária de oito horas de trabalho, pelo artigo 20 do Decreto, entrou em vigor no interior do Brasil em 1º de abril de 1933 (em 29 de outubro de 1932 tinha entrado em vigor no Distrito Federal e nas capitais).

Em Assembléia realizada pela ACI em 30 de março de 1933, a entidade decidiu que ficava a critério de cada

(55) SOUZA NETTO, F. de A. Legislação trabalhista. 2 ed. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1937, p. 207.

comerciante o cumprimento ou não da Lei que entrava em vigor. (56)

A discussão travada na Assembléia da entidade não se deu em função do seu cumprimento, mas da sua burla. A tática usada foi a de não alardeá-la. Seu cumprimento só se efetivaria se os comerciários trouxessem à tona reivindicação neste sentido.

Na prática, em termos de jornada de trabalho, nada mudou para comerciários. Eles continuaram a fazer diariamente 11,00 horas no horário de verão e 10,30 horas no horário de inverno.

Porém, os comerciários mostravam que não aceitavam passivamente tal realidade, mesmo porque eram sabedores da nova Lei. Se a UECI não tinha poder de pressão suficiente para exigir o cumprimento da Lei, toda vez que a oportunidade se oferecia, ela dirigia-se a outras entidades solicitando interferência e ajuda.

Em sessão conjunta de empregadores e empregados, realizada em 23 de abril de 1933, com a presença de Augusto Carlos Kroef, Inspetor do MTIC, foram tratados e "discutidas fórmulas de estabelecer horários para o comércio em observância aos recentes atos do Governo Provisório". (57)

(56) ACI, Ijuí. Ata da Assembléia de 30 de março de 1933. Livro 2, n.p.

(57) CS - 26 abr de 1933, N° 33, p. 1.

Ficou ainda decidido que qualquer pessoa poderá apresentar denúncias ao Coletor Federal, tido por "funcionário competente para lavrar autos de infração e aplicar multas correspondentes".(58)

Outra decisão foi a da ACI e a UECI se dirigir à Prefeitura Municipal "propondo o estabelecimento de um horário de abertura e fechamento do comércio na zona urbana".(59)

Na luta pela jornada de trabalho comercial, duas novas questões ficavam evidenciadas. O próprio jornal Correio Serrano passou a manipular informações e a ACI adotou jogo duplo buscando, de um lado, a adoção do novo horário e de outro lado, protelar ao máximo o antigo, que lhe era favorável.

Efetivamente, a ACI dirigiu ofício à Prefeitura, em abril de 1933, solicitando o

estabelecimento de um horário para abertura e encerramento do comércio atacadista. (...) A petição pede a conservação do horário em vigor, acrescentando-lhe, apenas uma cláusula que determine a abertura do comércio às 7,30 horas.(60)

Definido o horário de intervalo para almoço e fechamento do comércio, faltava o do início da jornada, que conforme a sugestão era às 7,30 horas por ser horário de

(58) CS - 26 abr de 1933, N° 33, p. 1.

(59) CS - 26 abr de 1933, N° 33, p. 1.

(60) CS - 27 abr de 1933, N° 34, p. 1.

inverno. Os comerciantes em vez de cumprirem com a lei das oito horas de trabalho, apenas acenavam, em mais um passo a reboque do dispositivo legal, com um horário para início da jornada. Porém, este também oficialmente não foi fixado. A "Lei do Orçamento" de 1934 nada estipulou a seu respeito.

Passado mais de ano, a diminuição da jornada diária continuava na ordem do dia e ainda não estava fixava na íntegra. O pedido que a UECI fez à "Sociedade dos Amigos da Cidade", em maio de 1934, foi para intermediar uma solução para o "caso do horário de abertura e fechamento do comércio ...".(61)

Para tanto, a "Sociedade de Amigos da Cidade" convocou reunião para 20 de maio de 1934 reunindo diretores das entidades de empregados e empregadores e Presidente da Junta de Conciliação e Arbitramento. Porém, a reunião foi adiada por quatro vezes consecutivas em virtude de falecimentos de pessoas da comunidade ou a ela ligadas (comerciante Eduardo Gressler e Intendente Provisório Augusto Pestana).

Em agosto de 1934 a UECI voltou a apelar à intermediação da "Sociedade de Amigos da Cidade" para que "pleiteie perante o Governo Municipal a regulamentação do fechamento do comércio ...".(62)

(61) CS - 16 maio 1934, Nº 39, p.1.

(62) CS - 22 ago 1934, Nº 67, p. 1.

A intermediação resultou no "Acto nº 133", de 27 de outubro de 1934, assinado pelo Prefeito Municipal, Coronel Antônio Soares de Barros, "atendendo a solicitação da Associação Commercial de Ijuhy e da União dos Empregados do Commércio de Ijuhy". O "Acto nº 133" visou também angariar a simpatia dos comerciários ao Partido do Prefeito (Partido Republicano Liberal) por estarem em vésperas de eleições municipais. O Decreto estabeleceu:

Art. 1º - O horário de verão a ser observado pelo comércio estabelecido dentro dos limites urbanos será:

Das 7,00 às 12,00 e das 13,30 às 18,30 horas,
de 1º de outubro a 31 de março.

Art. 2º - O horário de inverno, será:

Das 7,30 às 12 e das 13,30 às 18,00 horas de
1º de abril a 30 de setembro.(63)

O "Acto nº 133" foi considerado a grande conquista da UECI. Doravante e de forma oficial, os comerciários tinham um horário para o começo do trabalho, um intervalo para almoço e um horário para encerramento do trabalho.

Comparado com a jornada de oito horas fixado pela Lei, o horário de trabalho contido no "Acto nº 133" chegava a ser um disparate. Simplesmente a Lei Municipal se sobrepunha à Lei Nacional. No entanto, para Ijuí era considerado apenas o "Acto nº 133", e era este que valia e

(63) CS - 27 out 1934, Nº 86, p. 1.

que deveria ser respeitado. Por esta razão foi incorporado à "Lei do Orçamento" de 1935.

A estratégia dos comerciantes revelou-se correta. Em vez de oito horas diárias, os comerciários perfaziam uma jornada de 10,00 horas no verão e 9,00 horas no inverno. Os comerciantes cederam mas ainda estavam longe do cumprimento do dispositivo das oito horas.

Com a decretação do "Acto nº 133" a UECI deixou de atuar. O "Sindicato dos Empregados do Comércio", fundado em outubro de 1936 e que não foi reconhecido, não marcou presença na questão da jornada de trabalho. Com a fundação do Sindicato dos Auxiliares no Comércio, em julho de 1937 e seu posterior reconhecimento, a questão foi retomada.(64)

Outra alteração que deu-se a nível municipal diz respeito à renúncia do Coronel Antônio Soares de Barros da condição de Prefeito. Em seu lugar foi nomeado o Bacharel Emílio Martins Bühner. Esta alteração a nível de Poder Municipal aconteceu em função do Estado Novo. Tanto a renúncia quanto a nomeação ocorreram em janeiro de 1938.

Neste interím, passados quase quatro anos, embora houvesse uma Lei Nacional e outra Municipal para tratar da jornada de trabalho, ambas estavam sendo violadas. Esta

(64) Sob o título "Leis Sociais - Regulamento do Trabalho", o CS traz na contra-capa a lei que fixou as 8 horas diárias de trabalho. A matéria foi veiculada na mesma edição em que foi noticiado a fundação dos sindicatos. CS - 21 jul 1937, Nº 58, p. 4.

violação não restringia-se apenas à Ijuí, era a nível de região e Estado.(65)

Para fazer frente ao desrespeito geral à jornada de oito horas, o Interventor no Estado, Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, enviou telegrama ao Prefeito de Ijuí, em abril de 1938, recomendando

a necessária atenção para o cumprimento de toda a legislação social, atualmente em vigor, e, de modo especial, a que regula o horário de trabalho na indústria e no comércio.(66)

A recomendação previa ainda que o Prefeito devesse acionar os representantes da Inspetoria Regional do MTIC e, onde não os houvessem, os Coletores Federais, visando o cumprimento da Lei. De antemão, ele recomendava ao comércio e a indústria locais o fiel cumprimento das instruções.

Habilmente, antes de tornar pública as recomendações do Interventor, o Prefeito Emílio Martins Bühler instruiu os dirigentes sindicais para que elaborassem um Memorial acusando o desrespeito à Lei.

Curiosamente, o Memorial, refere-se apenas ao "Acto nº 133" e à "Lei do Orçamento" de 1938. Sua redação é extremamente polida e rebuscada, levantando o problema mas sem procurar ferir susceptibilidades:

(65) O município de Carazinho (RS) adotou em seus limites urbanos o horário contido no "Acto Nº 133", depois de consultar a Prefeitura de Ijuí. CS - 30 Jan 1935, Nº 9, p. 2.

(66) CS - 23 abr 1938, Nº 33, p.1.

Vem a grande maioria dos empregados do comércio (....) desde a promulgação do ato municipal Nº 133 (....) fazendo uma fiscalização (....) sobre o grau de respeito à Lei do fechamento do comércio e (....) da Lei Orçamentária para o presente exercício ...

E o que constatamos (....) é um grande número de infrações a despeito das boas intenções da maioria do comércio e do zelo com que (....) esta Prefeitura vigia o fiel cumprimento daquela Lei. Ora, um tal estado de cousas, além do prejuízo que acarreta aos comerciantes que fecham normalmente seus estabelecimentos e aos empregados que são forçados ao trabalho nesses dias, traz um desprestígio enorme para nossas Leis.

Assim, (....) vimos à presença de V. Excia. cuja capacidade Ijuí confia a tarefa ingente de solver seus mais complexos problemas, (....) se digne determinar as providências para a constituição das comissões de fiscalização ...

Esperamos, do alto espírito justiceiro de V. Excia., sejam tomados providências para a distribuição de circulares ao comércio, a fim de que este esteja ao par desta Lei.(67)

O Memorial foi entregue ao Prefeito, em 21 de abril de 1938, por uma comissão do Sindicato dos Auxiliares no Comércio, integrada por José Sady Zago, Guilherme F. Persich e Alfredo Alberto Tybusch, ambos comerciários da casa comercial "A. Glitz & Cia. Ltda".(68)

(67) Memorial de 16 de abril de 1938 do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Ijuí ao Prefeito Emílio Martins Bührer.

(68) CS - 23 abr 1938, Nº 33, p. 1.

Diante do recebimento do Memorial, o Prefeito "prometeu interessar-se e atender o justo pedido dos empregados do comércio".(69)

A habilidade do Prefeito consubstanciou-se no fato de dar publicidade conjunta ao telegrama do Interventor e ao Memorial dos comerciários na edição de 23 de abril do jornal Correio serrano. De um lado, o Prefeito respaldou-se na autoridade do Interventor do Estado, e de outro, na reivindicação dos comerciários, para pressionar os comerciantes ao cumprimento da Lei Municipal.

A estratégica habilidade do Prefeito Bühler deveu-se ao fato de não contar durante sua gestão com o apoio da ACI. Cabe também lembrar sua condição de ex-circulista e ex-assessor jurídico do SEIC, além de ter posições pessoais simpáticas aos trabalhadores.

Usando desta estratégia, o poder de persuasão do Prefeito foi apenas suficiente para pressionar os comerciantes ao cumprimento da jornada de trabalho contida no "Acto nº 133". Esta a razão do Memorial não ter tocado na jornada de oito horas. Passados dois anos e meio, os comerciários voltaram a perseguir a redução da jornada de trabalho. Em 30 de setembro de 1940, em vésperas de iniciar o horário de verão, o Sindicato dos Auxiliares do Comércio

(69) CS - 23 abr 1938, Nº 33, p. 1.

realizou reunião com a presença de diversos empregadores quando

tratou sobre a estabilidade de haver na classe um horário determinado, fixo, para a abertura e encerramento das casas comerciais, a partir de 1º do corrente, que será o seguinte:

De manhã: das 7,30 às 12,00 horas;

À tarde: das 13,30 às 18,00 horas.(70)

Uma comissão percorreu as casas comerciais da cidade e "obteve aprovação unânime sobre essa aspiração de classe, por parte dos empregadores".(71)

Novamente o acordo com os comerciantes resultou em avanço. Os comerciários reduziram sua jornada de trabalho em uma hora diária, perfazendo ainda 9 h. A jornada semanal estendia-se a 54 h. Os comerciantes novamente cederam, mas ainda assim, seus empregados trabalhavam, no horário de verão, uma hora além do que previa a Lei Nacional.

O cumprimento da jornada semanal de 48 h de trabalho, conforme prescrevia a Lei de 1932, só foi conquistada com a implantação do "Sábado Inglês" em Ijuí, em 1949.(72)

(70) CS - 2 out 1940, Nº 80, p. 1.

(71) CS - 2 out 1940, Nº 80, p. 1.

(72) A expressão "Sábado Inglês" quer dizer sábado à tarde livre, sem necessidade de trabalhar em seu emprego. A PHI, Fórum, Juiz Distrital e Coletoria Federal adotaram-no a partir de 2 de setembro de 1933. A Exatoria Estadual e os bancos haviam-no adotado antes. CS - 6 set 1933, Nº 71, p. 1.

A reivindicação da sua adoção foi feita em 1938 quando o Presidente João Wichrowski enviou telegrama ao Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre apoiando o pedido da "generalização do "Sábado Inglês" no país", por ser "tão feliz quão benéfica medida".(73) O mesmo entrou em vigor em Porto Alegre a 3 de janeiro de 1940, depois de causar muita polêmica.(74)

Em Ijuí as maiores casas comerciais introduziram gradativamente o "Sábado Inglês" através do sistema de revezamento de grupos de comerciários. Cada sábado à tarde, enquanto um grupo trabalhava, o outro folgava.(75)

Diante da sua gradativa propagação, a ACI enviou ao Prefeito Joaquim Poto Vila Nova um Memorial contendo a assinatura de 37 comerciantes locais, solicitando que fosse legislado sobre sua adoção, incluindo até uma proposta de horário-limite.(76)

O "Sábado Inglês" acabou gerando uma grande polêmica à medida que foi sendo conhecido. O Prefeito enviou o pedido da ACI à Câmara de Vereadores, que adiou por três vezes a votação do Projeto de Lei, tendo em vista o saneamento de

(73) Telegrama s.d. de João Wichrowski, Presidente do Sindicato dos Auxiliares no Comércio de Ijuí a Francisco Massena Vieira, Presidente do Sindicato dos Auxiliares no Comércio de Porto Alegre.

(74) CS - 17 jan 1940, Nº 5, p. 1.

(75) TYBUSCH, Alfredo Alberto. História da UECI. Entrevista.

(76) ACI, Ijuí. Ata da Sessão de Diretoria de 8 de junho de 1949. Livro 3. n.p.

dúvidas e assinalar a passagem dos 12 anos de fundação do SECI.

Este foi votado na sessão de 22 de julho de 1949. A sua repercussão foi registrada da seguinte forma:

Sob enorme expectativa do público, pois a Câmara contou com a maior assistência já verificada até hoje (....) foi posto em discussão o projeto que instituiu o "Sábado Inglês".

Falaram todos os snr. Vereadores (....), todos pela aprovação do Projeto, porém todos divergindo quanto ao horário de fechamento aos sábados.

A última proposição foi a do Vereador Friedrich, e, por melhor consultar o interesse, tanto dos Comerciantes, como dos comerciários e principalmente por corresponder exatamente às 48 h semanais, mereceu aprovação unânime.(77)

Os comerciários presentes à sessão comemoraram efusivamente a conquista. Tentaram carregar nos ombros o vereador Lothar Friedrich, em passeata pelas ruas da cidade, só não o fazendo porque foram demovidos pelo próprio edil.(78)

O "Sábado Inglês" foi instituído pela Lei Nº 74 de 22 de julho de 1949, sancionada pelo Prefeito Joaquim Porto Vila Nova e passou a vigorar em 1º de agosto de 1949, estabelecendo o seguinte horário de trabalho:

(77) CS - 27 jul 1949, Nº 59, p. 6.

(78) FRIEDRICH, Lothar. História do sindicalismo em Ijuí. Ijuí, 1991. Entrevista concedida ao autor em 5 de fevereiro de 1991.

- Horário de verão - Das 7 h e 30 min às 12 h e 13 h e 45 min às 18 h;

- Horário de inverno - Das 7 h e 45 min às 12 h e 13 h e 30 min às 18 h;

- O horário do sábado era das 7 h e 45 min às 12 h, tanto no verão quanto no inverno.

Este horário de abertura e fechamento foi válido para todas as casas comerciais, exceto para farmácias, padarias, cooperativas de consumo, bares, cafés e mercadinhos. A multa para quem não o respeitasse era de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 5.000,00, cuja reincidência dobrava de valor.(79)

Com 15 dias de implantação do "Sábado Inglês", a polêmica tornou-se candente. O jornal Correio Serrano posicionou-se contra a conquista qualificando-a pejorativamente de "folguedo compulsório". O bissemário, que havia encampado o Memorial de 42 comerciantes varejistas pedindo ao Prefeito sua revogação, alegava que

o maior prejudicado com o tal do "Sábado Inglês" é indubitavelmente o operário, justamente aquele que (....) tudo devemos fazer para beneficiá-lo.

Tanto é verdade que (....) ficou privado de comparecer nas lojas para fazer suas compras.(80)

(79) IJUÍ. Leis, decretos, etc. Lei Nº 74 - 22 jul. 1949. Institui o "Sábado Inglês". Boletim Informativo dos Serviços Municipais. Ijuí, Ano VIII, Jul. 1949, Nº 7, p. 3.

(80) CS - 17 ago 1949, Nº 65, p. 7.

O debate "franco e democrático", como foi definido pelo jornal, tinha duas posições nítidas. Estavam a favor do "Sábado Inglês" os comerciantes atacadistas, os comerciários e os industriários; os comerciantes varejistas e o Correio Serrano estavam contra sua vigência.(81)

A maior defesa da conquista veio de parte de quem não estava até então envolvido na polêmica. Num "APEDIDO" intitulado "A PROPÓSITO DO SÁBADO INGLÊS", assinado pelo bancário Wandoaldo Vieira Kopf, eram rechaçadas com argumentos fortes e convincentes todas as acusações contra sua vigência.(82)

Os industriários que vinham sendo usados como escudos para combater o "Sábado Inglês", promoveram um abaixo-assinado colhendo 400 assinaturas onde informavam que

sentem-se no dever de declarar às Autoridades e público desta cidade, que não se sentem de forma alguma, prejudicados com tal medida, a qual, pelo contrário, veio de encontro a um antigo anseio(83)

O artigo de Kopf e o abaixo-assinado dos industriários foram decisivos para a manutenção do "Sábado Inglês". O jornal deixou de veicular a polêmica a partir de 14 de setembro de 1949, enquanto que dentro da ACI, fez-se presente até ao final de setembro de 1949.(84)

(81) CS - 24 ago 1949, Nº 67, p. 7.

(82) CS - 24 ago 1949, Nº 67, p. 3.

(83) CS - 27 ago 1949, Nº 68, p. 3.

(84) ACI, Ijuí. Ata da Sessão de Diretoria de 27 de setembro de 1949. Livro 3, n.p.

A polêmica do "Sábado Inglês" foi importante em função de ter-se criado uma nova situação do qual não se pôde recuar. Para a categoria comerciária seus resultados foram importantes:

- 1) Passou-se a fazer uma jornada semanal de 48 horas;
- 2) O que passava desta jornada tinha que ser pago como hora-extra;
- 3) Reconheceu-se finalmente que o horário mantido anteriormente era arbitrário.

Posto isto, deve-se levantar se o que foi trabalhado além da jornada semanal de 48 horas mereceria pagamento de horas extras. Vários comerciários que atuaram nas décadas de 30 e 40, inclusive um dirigente sindical, foram categóricos em afirmar que não se fez este pagamento. Wandoaldo Vieira Kopf, em seu artigo em defesa do "Sábado Inglês", acusa que

Salário com pagamento de extraordinários, salvo raras exceções, não é praticado no comércio local, embora a lei o prescreva claramente.(85)

Com a implantação do "Sábado Inglês" adaptou-se a prática comercial ijuiense à realidade da Lei. Com sua vigência os comerciários passaram a fazer de segunda a sexta-feira uma jornada diária de 8 h 45 min, enquanto que aos sábados faziam 4 h 15 min, o que totalizava 48 horas semanais. O que passava disto tinha que ser pago como hora

(85) CS - 24 ago 1949, Nº 67, p. 3.

extra. Finalmente, os comerciários haviam conquistado o que prescrevia o Decreto Nº 21.186 de 1932.

Tomando-se por critério o aparecimento sucessivo de etapas do horário de trabalho do comércio de Ijuí (fechamento, intervalo e abertura) tem-se o seguinte quadro:

Quadro Nº 2

HORÁRIO DE TRABALHO DOS COMERCIÁRIOS URBANOS DE IJUÍ/RS - 1927/49				
ANO	HORÁRIO DE VERÃO		HORÁRIO DE INVERNO	
	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
1927 às às às às
1928 às às 19:30 às às 18:00 1
1929 às às 20:00 às às 19:00
1930 às às 20:00 às às 19:00
1931 às 12:00 às 20:00 às 12:00	13:00 às 19:00
1932 às 12:00	13:30 às 19:30 às 12:00	13:00 às 18:00 2
1933 às 12:00	13:30 às 19:30 às 12:00	13:00 às 19:00
1934 às 12:00	13:30 às 19:00 às 12:00	13:00 às 19:00
1935	7:00 às 12:00	13:30 às 18:30	7:30 às 12:00	13:30 às 18:00
1936	7:00 às 12:00	13:30 às 18:30	7:30 às 12:00	13:30 às 18:00
1937	7:00 às 12:00	13:30 às 18:30	7:30 às 12:00	13:30 às 18:00
1938	7:00 às 12:00	13:30 às 18:30	7:30 às 12:00	13:30 às 18:00
1940	7:30 às 12:00	13:30 às 18:00 às às
1949	7:30 às 12:00	13:45 às 18:00	7:45 às 12:00	13:30 às 18:00 3

Fontes: IMI/PMI. Leis do orçamento de Ijuí. 1927/38.

CS - 2 out 1940, N° 80, p. 1.

PMI. Boletim informativo dos serviços municipais. Ijuí, Ano VIII, Jul 1949, N° 7.

- 1 - Embora previsto este horário, acabou prevalecendo o do ano subsequente.
- 2 - Diante da pressão dos comerciantes, acabou vigorando o horário do ano anterior.
- 3 - Com a implantação do "Sábado Inglês", o horário da manhã era das 7 h 45 min às 12 horas.

Nota: sendo desconhecido os horários em certos anos, deixa-se de anotá-los.

Tomando-se por critério a jornada diária e semanal de trabalho dos comerciários de Ijuí, no período de 1928 a 1949, tem-se o seguinte quadro:

Quadro N^o 3

JORNADA DIÁRIA E SEMANAL DE TRABALHO DOS COMERCIÁRIOS				
URBANOS DE IJUÍ/RS - 1928/1949				
ANO	JORNADA DE VERÃO		JORNADA DE INVERNO	
	Diária	Semanal	Diária	Semanal
1928	11:00 hs	66:00 hs	9:30 hs	57:00 hs 1
1929	11:30 hs	69:00 hs	10:30 hs	63:00 hs
1930	11:30 hs	69:00 hs	10:30 hs	63:00 hs
1931	11:30 hs	69:00 hs	10:30 hs	63:00 hs
1932	11:00 hs	66:00 hs	9:30 hs	57:00 hs 2
1933	11:00 hs	66:00 hs	10:30 hs	63:00 hs
1934	11:00 hs	66:00 hs	10:30 hs	63:00 hs
1935	10:00 hs	60:00 hs	9:00 hs	54:00 hs
1936	10:00 hs	60:00 hs	9:00 hs	54:00 hs
1937	10:00 hs	60:00 hs	9:00 hs	54:00 hs
1938	10:00 hs	60:00 hs	9:00 hs	54:00 hs
1940	9:00 hs	54:00 hs		
1949	8:45 hs	48:00 hs	8:45 hs	48:00 hs 3

Fontes: IMI/PMI. Leis do orçamento de Ijuí. 1928/38.

PMI. Boletim informativo dos serviços municipais. Ijuí, Ano VIII, Jul 1949, N^o 7.

1 - Embora previsto esta jornada, na prática, vigorou a do ano seguinte.

2 - Embora previsto esta jornada, diante da pressão dos comerciantes, passou a vigorar a do ano anterior.

3 - A jornada era de 8 h 45 min diária de 2ª a 6ª feira para compensar o 'Sábado Inglês'.

No sábado pela manhã a jornada era de 4 h 15 min.

Traçando-se um paralelo entre a gradativa organização sindical dos comerciários com o seu horário de trabalho, visualiza-se uma perfeita interação. O segundo é consequência do primeiro. À medida em que os comerciários construíram sua entidade, seus reflexos faziam-se presentes no aparecimento do horário de trabalho e na redução da jornada de trabalho.

Fazendo-se a sobreposição da organização sindical comerciária com o estabelecimento do horário e da redução da jornada, tem-se claramente cinco fases distintas:

1) A fundação da UECI, em 1928, enseja o aparecimento do horário de fechamento do comércio. Antes desta data não havia nenhum dispositivo sobre o horário de trabalho;

2) Como resultado da atuação da UECI tem-se, em 1931, o atendimento da sua reivindicação que era o intervalo para almoço. Ao fechamento do comércio acrescentava-se o intervalo para meio dia;

3) A fundação do SEIC, em 1935, enseja o aparecimento do horário de abertura do comércio e a redução da jornada diária. Completava-se assim o horário de trabalho com abertura, intervalo para almoço e fechamento do comércio;

4) Com a atuação do Sindicato dos Auxiliares do Comércio, em 1940, a jornada diária e semanal foi reduzida, respectivamente, para 9 e 54 h no horário de verão, e,

5) Também em parte como resultado da atuação do SECI foi instituído, em 1949, a Lei do "Sábado Inglês", quando os comerciários conquistaram definitivamente a jornada de 48 h semanais, o sábado à tarde livre e o pagamento de horas extras.

De outro lado, observando-se a gradativa instituição de um horário de trabalho e a redução da jornada diária e semanal no município de Ijuí, chega-se as seguintes constatações:

1) O Poder Executivo Municipal de Ijuí, exercido pelo Coronel Antônio Soares de Barros, Dr. Emílio Martins Bühner e Dr. Joaquim Porto Vila Nova, dentro do espaço de atuação permitido pela conjuntura política local, caracterizou-se pela adoção de medidas que viessem ao encontro da Legislação Trabalhista, sem, no entanto, ter poder de pressão suficiente para seu completo cumprimento, mesmo porque este não era o objetivo;

2) Os proprietários das casas comerciais que praticavam o comércio atacadista foram, em geral, os primeiros a cederem às moderadas reivindicações dos comerciários, ainda que sempre a uma grande distância do que prescrevia a Lei. A resistência maior, como no caso do

"Sábado Inglês", foi dos proprietários de casas comerciais que praticavam o comércio varejista;

3) O não pagamento de horas extras aos comerciários ijuenses foi prática adotada até 1949, com raríssimas exceções, tanto pelo comércio atacadista quanto varejista. Só com a implantação do "Sábado Inglês" e da polêmica que o seguiu, é que se começou a prática do seu pagamento;

4) Os comerciários de Ijuí lutaram quase dezessete anos para verem cumpridos a parte da Legislação Trabalhista que tratava do estabelecimento da jornada semanal de quarenta e oito horas. De abril de 1932 a julho de 1949, foi o período que transcorreu para a efetivação da conquista;

5) Embora, por vezes, partissem do Poder Executivo Municipal a iniciativa de apresentação do horário de trabalho e da redução da jornada, o espaço restante ao cumprimento integral da Legislação Trabalhista era coberto por um verdadeiro e recíproco manto de convivência. Tanto Poder Executivo quanto fiscalização do MTIC fizeram vistas grossas a esta flagrante violação da Lei, e,

6) O empenho do SECI, no período analisado, ainda que extremamente débil e dócil, foi dirigido para a adoção de um horário de trabalho e redução da jornada diária e semanal. A luta salarial simplesmente não houve.

4.2.2 - A Ausência da Luta Salarial

O período que se estende de 1928 a 1946 foi praticamente nulo em termos de lutas salariais para a categoria comerciária de Ijuí. Apenas no final do período, o SECI passava a acompanhar timidamente os passos em prol de reajustes salariais, impulsionado que fora pela Diretoria da Federação dos Empregados do Comércio do Rio Grande do Sul. O Sindicato, por iniciativa própria, não tomou nenhuma medida que visasse alguma melhoria salarial.

Entre a fundação da UECI, em junho de 1928 e a fundação do Sindicato dos Auxiliares no Comércio de Ijuí, em julho de 1937, simplesmente não foi levantada nenhuma reivindicação que dissesse respeito a reajustes salariais.

A ausência da luta salarial no período subsequente está intimamente ligado a posição que os dirigentes sindicais ocupavam na hierarquia dos estabelecimentos comerciais onde estavam empregados. Quase todos eles eram homens de confiança dos seus empregadores ou mantinham com eles estreitas relações, aliado à mentalidade da época que inibia reivindicações salariais.

Quando da fundação do Sindicato, a presidência foi ocupada por João Wichrowski, que pouco tempo depois de deixar o cargo, montou seu próprio estabelecimento de representação. Com as eleições realizadas em 27 de outubro

de 1939, Paulo Henrique Olschowski assumiu a Presidência. Quando da sua posse, declarava que a atuação da Diretoria era "no sentido de inverterem seus esforços para o prosseguimento e levantamento do Sindicato"(86), não mencionando a luta salarial como prioritária.

Na visão de Edgar Rieck, investido nas funções de tesoureiro do Sindicato, Paulo Henrique Olschowski era

o chefe no Bernardo Gressler [proprietário de casa comercial atacadista]. Ele comandava tudo. Ele era o gerente. Ele fazia as compras. Ele era o manda-chuva, o homem de confiança(87)

Na vice-presidência estava Alfredo Alberto Tybusch, outro homem de confiança de Alfredo Glitz, um dos proprietários da casa comercial atacadista "A. Glitz & Cia. Ltda.", que chegou a posição de "guarda-livros" (contador) do estabelecimento.

Alfredo Alberto Tybusch disse que os dirigentes sindicais "eram amigos dos empregados e também tinham amizade com os patrões", para logo em seguida complementar: "Naquele tempo não havia divergência". Na sua ótica, o Presidente Olschowski "era um exemplo de empregado".(88)

(86) CS - 28 out 1937, Nº 86, p. 3.

(87) RIECK, Edgar. História do SECI e do sindicalismo em Ijuí. Ijuí, 1989. Entrevista concedida ao autor em 25 de maio de 1989.

(88) TYBUSCH, Alfredo Alberto. História do UECI. Entrevista

Diante de posição tão confortável, tanto do lado de comerciários como de comerciantes, Olschowski reconheceu que "lutas sindicais mesmos não tivemos", traduzindo aqui especificamente as lutas em prol de reajustes salariais.

Nós nunca tivemos problema nenhum com patrão, nunca tivemos a greve, nada disso. (...) O relacionamento com os patrões sempre foi bom. Basta dizer que naquela época nós nunca tivemos dissídios.(89)

Edgar Rieck, tesoureiro do SECI entre o período de 1937 a 1946, perguntado se reivindicavam reajustes salariais, foi categórico:

Naquele tempo não se sabia o que era pedir aumento de salário.(90)

Todos os dirigentes sindicais comerciários entrevistados ressaltavam que naquela época os empregadores eram bons e humanos e que davam aumentos espontaneamente. O lema, que para a época foi uma máxima, principalmente para comerciários, dá bem a noção da ausência de luta salarial:

O bom empregado faz o bom patrão!

Esta orientação emanava do COI e era assumida pelos dirigentes comerciários que, obviamente, a transmitiam aos demais trabalhadores da categoria.

(89) OLSCHOWSKI, Paulo Henrique. História da SECI. Ijuí, 1985. Entrevista concedida ao autor em 23 de abril de 1985.

(90) RIECK, Edgar. História do SECI. Entrevista.

Para mostrar a bondade patronal e justificar a ausência de luta salarial, o tesoureiro do Sindicato, Edgar Rieck, menciona o fato de que o sócio do atacado "A. Glitz & Cia.", Frederico Fluck, ao fazer aniversário distribuía presentes em vez de os receber:

O Fluck chegava no dia em que ele fazia aniversários e dava 100 mil réis para cada empregado, dentro de um envelope. E não era para agradecer!(91)

Este gesto de bondade patronal, embora acontecesse em apenas um estabelecimento comercial, representava um abono de 20% do salário do entrevistado em 1941, inibindo desta forma, qualquer tentativa de reivindicar reajustes salariais.

Estes quando aconteciam por iniciativa do próprio Governo, como exemplo em dezembro de 1943, quando o salário mínimo foi reajustado para Cr\$ 320,00 mensais, eram saudados com entusiasmo como atesta o telegrama enviado ao Ministro Alexandre Marcondes Filho, em janeiro de 1944, agradecendo pela "melhoria geral dos salários".(92)

Em setembro de 1944, o SECI começou a participar timidamente da luta por reajustes salariais que estavam sendo promovidas pela classe trabalhadora brasileira, diante

(91) RIECK, Edgar. História do SECI. Entrevista.

(92) Telegrama-resposta de 15 de janeiro de 1944 do Ministro Alexandre Marcondes Filho ao Presidente do SECI, Paulo Henrique Olischowski.

da diminuição do poder de compra dos salários, ocasionados pela aceleração da inflação.

A participação do Sindicato nesta luta deu-se de forma indireta. Nesta data, a entidade recebeu da Federação da Categoria uma Circular sobre a defasagem salarial que havia sido encaminhado ao Presidente da "Comissão do Salário Mínimo do Estado", Dr. Anôr Butler Maciel.

O estudo, enviado posteriormente ao Presidente da República, apresentava o pedido para que o salário mínimo fosse majorado para Cr\$ 400,00 para que o trabalhador tivesse ao menos o "direito de sobreviver".(93) Os demais salários, conforme a proposta, deveriam ser majorados em 40% para os mais baixos e 10% para os mais altos.

Junto com a Circular veio o encargo para que o Sindicato local telegrafasse imediatamente ao

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, no sentido de que S. Excia. aprove, para o Rio Grande do Sul, a nova tabela de salários a ele já encaminhada pelo Sr. Presidente da Comissão de Salário Mínimo.

Em abril de 1945, novamente o Sindicato foi concitado a se engajar numa luta salarial através da Federação da categoria. Para tanto, os dirigentes sindicais receberam como tarefa entrarem em contato com a ACI para que seus diretores mostrassem a justeza do pedido do reajuste ao

(93) Circular de 16 de setembro de 1944 da Federação dos Empregados no Comércio do Rio Grande do Sul aos Sindicatos da Categoria.

diretores da Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul. A justificativa do pleito era "em face da constante elevação do custo das utilidades indispensáveis à sobrevivência ...".(94)

A ausência da luta pela melhoria salarial, por iniciativa do SECI foi constatada também pela leitura das atas das reuniões de Diretoria e Assembléias Gerais. Entre o período de 26 de janeiro de 1941, quando foi aberto o primeiro livro de atas, até o final de 1946, haviam sido lavradas apenas onze atas, sem que nenhuma tratasse de lutas salariais.

Idêntica constatação foi feita pelo articulista Wandoaldo Vieira Kopf quando da polêmica pela manutenção do "Sábado Inglês", em agosto de 1949. Kopf, ao lado de acusar os baixos salários dos comerciários, também acusava o desinteresse da Diretoria do Sindicato pela sua melhoria:

Porque, então o comerciário não tem o direito do 'folgado compulsório', esse pobre empregado que ainda que trabalhasse dobrado havia de ganhar sempre uma parcela que (...) nada lhe deixa para eventualidades da vida!

E pode ser apontado o dia em que o empregado do comércio da 'Colméia do Trabalho' obteve um reajustamento por iniciativa da classe, cujo Sindicato até hoje só serviu para arrecadar o Imposto Sindical!(95)

(94) Circular Nº 165/45, de 21 de abril de 1945, da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Rio Grande do Sul aos Sindicatos da categoria.

(95) CS - 24 ago 1949, Nº 67, p. 3.

Os dirigentes sindicais comerciários esmeraram-se em manter uma atuação estritamente dentro do espaço legal, não avançando o sinal em nenhum momento. O mais comum era um longo interregno entre o surgimento da lei e sua aplicação, cujas tratativas eram feitas com extrema morosidade dentro de um jogo de pressões que dificilmente partiam dos dirigentes comerciários.

Para compensar a falta de atuação reivindicativa, principalmente a salarial, o SECI passou a praticar um largo assistencialismo que foi motivo de orgulho para seus dirigentes.

4.2.3 - O Assistencialismo Dentário e Médico

A exemplo dos Sindicatos dos Industriários, o SECI não ofereceu nenhum tipo de assistência dentária ou médica antes do recolhimento do Imposto Sindical.

Em abril de 1942, ao responder um questionário da DRT, o SECI informou que não recebeu recursos do Imposto Sindical em 1941. Informou ainda que a arrecadação, proveniente de mensalidades, foi de Rs 1:985\$300 (um conto, novecentos oitenta e cinco mil e trezentos réis) naquele ano e que os gastos alcançaram Rs 375\$300 (trezentos setenta e

cinco mil e trezentos réis).(96) Descontando-se as despesas de receita, o SECI teve uma sobra de Rs 1:609\$800 (um conto, seissentos e nove mil e oitocentos réis) que representava para a época pouco mais de dez salários mínimos, que, obviamente, não fornecia recursos suficientes para o assistencialismo.

Em julho de 1943, ao responder novo questionário à DRT, o SECI informou que continuava não mantendo serviços de assistência.(97)

O panorama mudou completamente ao ser expedida a Carta Sindical em 12 de julho de 1943. O fato trouxe novo ânimo aos dirigentes sindicais, que vislumbrando o recolhimento do Imposto, previam:

... o Sindicato está na altura de preencher as suas finalidades e que, até então, por motivos diversos, inclusive financeiros, lhe eram impossíveis de alcançar.(98)

O reconhecimento do Sindicato ensejou imediatamente a prática do esperado trinômio - imposto sindical, assistencialismo e aumento do quadro social - pelo qual os dirigentes sindicais passaram a dirigir sua atuação:

Uma delegação visitará todos os estabelecimentos comerciais (...), dando início à campanha de maior número de sócios. (...). Estuda-se a possibilidade de proporcionar (...) auxílio

(96) Ofício de 19 de abril de 1942 do SECI à DRT.

(97) Ofício de 30 de junho de 1943 do SECI à DRT.

(98) CS - 17 jul 1943, Nº 57, p. 6.

médico ou dentário e que constituem uma das mais prementes necessidades gerais.(99)

A reunião de Diretoria realizada em 20 de julho de 1943 decidiu instalar o "serviço dentário" auscultando as bases exigidas pelos profissionais no município e ao mesmo tempo aconselhando-se sobre o funcionamento da assistência junto à entidades congêneres.

Na mesma reunião decidiram ainda obter do agente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (I.A.C.) na localidade, Rufino da Câmara Brasil, uma relação de empregados que seriam visitados por Paulo Henrique Olchowski e José Carlos Schmitt (Presidente e Secretário) para fazerem "suas inscrições no Sindicato após (...) demonstrado as vantagens que lhes seriam proporcionadas".(100)

Diante da expectativa da oferta da assistência dentária e de uma campanha pelo aumento do quadro social, o número de associados, que vinha caindo, tornou a crescer significativamente. Entre junho de 1943 e dezembro de 1945 entraram para o Sindicato 41 novos associados, o que representou um crescimento de 62% para o período.

No entanto, na Assembléia de junho de 1945, devido a "falta de fundos", o Presidente queixava-se que o assistencialismo "já vem sendo protelado por muitos anos.

(99) CS - 17 jul 1943, Nº 57, p. 6.

(100) SECI, Ijuí. Ata da Assembléia Geral de 20 de julho de 1943. Livro 1, fl. 7

Agora, enfim, é possível aparelhar o Sindicato de formas a oferecer mais vantagens à classe representada".(101)

Dado ao recolhimento desordenado do Imposto Sindical, principalmente no ano de 1943, quando poucos comerciários fizeram o desconto, os recursos não avolumaram conforme o esperado, implicando na suspensão momentânea da assistência dentária. Já em março de 1944, o SECI alertava pela primeira vez a classe patronal sobre a necessidade do desconto.(102)

A partir de março de 1945, os dirigentes do SECI empreenderam uma obcecada campanha visando arrecadar o Imposto Sindical, não só da sua categoria mas de empregados que nada tinham a ver com o ramo do comércio.(103) Chegaram a enviar formulários ao Frigorífico Serrano de Rosalvo Scherer e à Fábrica de Compensados de Otto Low & Irmão, que os devolveram alegando que descontavam o Imposto ao STIAI e ao STICMI, respectivamente. Esta obcecada campanha deu margem a desavenças entre dirigentes sindicais, afastando comerciários de industriários.

(101) SECI, Ijuí. Ata da Assembleia Geral de 4 de junho de 1945. Livro 1, fl. 11. .

(102) CS - 1º abr 1944, Nº 27, p. 5.

(103) Edgar Rieck, tesoureiro do SECI, afirma que "nós papávamos o Imposto Sindical de onde quer que fosse". Em setembro de 1943, Geiss & Cia. (estabelecimento do ramo de calçados) recolheu o Imposto ao SECI fora do prazo, ainda fazendo-o com um pedido de desculpas. O STICI, a quem cabia o Imposto, tinha sua Carta Sindical assinada em 11 de outubro de 1945, habilitando-o a recebê-lo. Mas os valores não foram devolvidos.

Categorias não organizadas em sindicato, em Ijuí, eram o principal alvo dos dirigentes comerciários para a arrecadação do Imposto Sindical, estado que perdurou até recentemente.

Outra receita para custear o assistencialismo o Presidente Paulo Henrique Olschowski foi levantar junto à Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, a qual acumulava grande recursos dado a existência de poucos Sindicatos da categoria, razão pela qual o Imposto Sindical era todo drenado à entidade de grau superior.

... ficou estabelecido uma quota de auxílio para financiar os serviços sociais dos sindicatos, quota esta proveniente do recolhimento do imposto sindical em todo o Estado pela Federação.(104)

Com volumosos recursos disponíveis, originários de duas fontes, o suporte financeiro estava garantido para oferecer um amplo assistencialismo baseado na experiência de entidade congêneres:

Seguiu-se uma animada exposição de idéias entre os presentes, tendo-se por fim acordado instalar o serviço dentário nas mesmas condições como é feito em Porto Alegre, a saber: cada associado tem o direito de gozar destes serviços mensalmente e gratuitamente, 3 obturações ou 3 extrações, sendo o dentista pago por serviço prestado no fim de cada mês.(105)

Os recursos dotados pela Assembléia para a prestação deste serviço foi de Cr\$ 300,00 mensais ou Cr\$ 3.600,00 anuais.

Aliado à assistência dentária foi também decidida a assistência médica:

(104) SECI, Ijuí. Ata da Assembléia Geral de 4 de junho de 1945. Livro 1, fl. 11.

(105) _____. Ijuí. Ata da Assembléia Geral de 4 de junho de 1945. Livro 1, fl. 12.

Após considerações várias, concordaram os presentes em introduzir também este benefício, sendo um médico para clínica geral e um para intervenções cirúrgicas. Quanto aos honorários, ficou assentado que estes seriam pagos mensalmente.(106)

Desta forma, o associado tinha acesso à assistência dentária e médica sem desembolsar absolutamente nada. Ao contrário dos Sindicatos dos Industriários, onde o associado arcava com 50% do débito.

Pelo fato dos comerciários terem garantida uma assistência integral, os mesmos não foram contemplados com as verbas que o COI recebeu em dezembro de 1946 e janeiro de 1947.

O Livro Caixa do SECI atesta que os comerciários fizeram intenso uso do assistencialismo dentário e regular uso do assistencialismo médico, aparecendo a cada mês um significativo rol de associados beneficiados com a assistência.(107)

A repercussão da oferta do assistencialismo manifestou-se no aumento do quadro social. Porém, a frequência às Assembléias continuava sendo idêntica ao período anterior às ofertas dos serviços. De forma que o aumento de associados não refletiu-se numa maior participação sindical efetiva.

(106) SECI, Ijuí. Ata da Assembléia Geral de 4 de junho de 1945. Livro 1, fl. 12.

(107) _____. Livro Caixa. 1936/1959.

O assistencialismo para o SECI nada mais foi do que a justificativa para a existência do Sindicato perante o associado. A total ausência da luta salarial compensou-se no maior grau de assistencialismo dos Sindicatos de Trabalhadores de Ijuí.

O comerciário, neste período, procurou o Sindicato visando somente o acesso à assistência dentária e médica, única vantagem que usufruiu da existência da entidade.

Completamente diferente foi a atuação do SEEBI. Neste Sindicato a ênfase residiu na luta salarial, enquanto o assistencialismo dentário e médico foi introduzido depois de 1946.

4.3 - Atuação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ijuí

Dos seis Sindicatos de Trabalhadores fundados até janeiro de 1941, o SEEBI apresentou um rol de lutas que destacou-se dos demais. Estas lutas apresentaram-se contínua e aguerridamente tomando diversas direções. Porém, sempre tendo como eixo principal a meta por melhores salários.

Este destaque dos bancários deveu-se a uma vantagem inicial extremamente importante que os outros sindicatos não possuíam. Quando em julho de 1937 foram fundadas as cinco

entidades, o SEEBI foi o único de Ijuí que encontrou fundada, organizada e em pleno funcionamento a Federação da sua categoria.

A "Federação dos Sindicatos Bancários do Rio Grande do Sul", como era designada, foi fundada em 1º de maio de 1937 no Congresso realizado na cidade de Pelotas/RS. Até esta data estavam em funcionamento dez sindicatos, espalhados pelas principais cidades do Estado, sendo todos eles fundadores da entidade. Sua sede era inicialmente em Pelotas e seu Presidente era o bancário José Guimarães Rodrigues.(108)

O fato do SEEBI encontrar constituída sua Federação fez com que passasse a atuar partindo de um patamar mais elevado, porque precisou apenas engajar-se nas lutas em andamento no Estado e no Brasil.

Desta forma, tão logo fundado, o SEEBI viu-se jogado nas lutas que as outras entidades congêneres vinham travando. Mesmo não estando reconhecido pelo MTIC, que aconteceu em dezembro de 1937, acompanhava todos os passos da luta.

Precisa-se ainda aduzir que este Sindicato preservou boa parte dos documentos do período de 1937 a 1941,

(108) FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE BANCÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Presidente relativo ao período de 1º de maio de 1937 a 1º de maio de 1938. Porto Alegre, 1938, p. 2. Nímeo.

especialmente os trocados com sua Federação e mesmo com entidades congêneres de outros municípios.(109)

4.3.1 - A Luta Salarial

O SEEBI encetou a mais tenaz luta salarial dos Sindicatos de Ijuí no período compreendido entre 1937 a 1946. Diante da perda progressiva do poder de compra dos salários, que se acelerou a partir da eclosão da 2ª Guerra Mundial, a categoria se mobilizava tentando preservar seu valor real. Poucas vezes os documentos falam de aumentos efetivos de salários.

Na prática, os bancários começaram a luta pela preservação do valor dos seus salários, ainda antes da fundação do Sindicato. Mesmo não sendo propriamente luta salarial, em fevereiro de 1936, dezoito bancários de Ijuí enviaram um enérgico telegrama à Junta Administrativa do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, protestando diante do aumento em 2% da contribuição, que passou a 8% sobre o salário e vantagens percebidas. No documento alegaram que a medida era inoportuna e que veio "diminuir ainda mais magros vencimentos".

(109) Segundo informações de João Remi Lopes Soares, atual diretor do SEEBI, em 1964 foi queimada grande parte da documentação do Sindicato em vista da repressão que seguiu ao Golpe de Estado.

Uma semana depois de fundado, a Diretoria do "Syndicato Bancário em organização", foi concitada pela Federação a se pronunciar sobre uma proposta de "bases de reajustamento", cuja reunião decisória foi realizada em 7 de agosto de 1937, em Pelotas. Delegando poderes ao Presidente da Federação para representá-los, a proposta aprovada acabou não sendo aceita pelos banqueiros. Exceção foi apenas o Banco Nacional do Comércio S/A que concedeu um abono de Rs 30\$000 (trinta mil réis) a Rs 40\$000 (quarenta mil réis) mensais, considerado ridículo por não dar sequer para comprar um litro diário de leite, quanto menos "atender o elevado custo de vida".(111)

A reunião de Pelotas também foi importante para que a categoria de todo o Estado desencadeasse uma mobilização em torno do chamado "Projeto Nº 146", de 1936, de autoria do Deputado classista-bancário, Adalberto Camargo. O Projeto de Lei determinava que os bancos e casas bancárias organizassem o "quadro do seu funcionalismo nos moldes do Banco do Brasil".

A luta para que o "Projeto 146" saísse da Comissão de Legislação Social para o plenário da Câmara Federal e sua conseqüente aprovação, nada mais era do que a luta por

(111) FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE BANCÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Presidente relativo ao período de 1º de maio de 1937 a 1º de maio de 1938. Porto Alegre, 1938, p. 3. Mimeografado.

melhores salários, a exemplo dos do Banco do Brasil, então considerados superiores aos demais.

Para tanto, o Sindicato dos Bancários de Ijuí, junto com os demais do Estado e do Brasil, em 2 de outubro de 1937, enviaram telegramas à Bancada Classista Federal, ao Presidente da Câmara, ao Ministro do MTIC e ao próprio Presidente Getúlio Vargas, apelando para que o "projecto 146 (.....) entre no terreno da elevada aplicação a que se destina" Os quatro telegramas foram assinados pelo Presidente Antenor Fernandes Panichi.

Com a decretação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, a Presidência da Federação foi assumida por Francisco Ramalho de Almeida. O novo Presidente, mesmo com o Poder Legislativo fechado, continuou a luta pelo "Projecto 146", em conjunto com os demais Sindicatos brasileiros, desta vez apelando direta e unicamente ao Presidente da República.

Aproveitando a eleição para renovação de um terço da Junta Administrativa do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1937, os bancários presentes enviaram extensa carta ao Presidente Vargas onde

33 sindicatos (....) em nome dos vinte mil trabalhadores em bancos agradeciam pelas medidas até então tomadas em favor da classe e faziam uma série de reivindicações, dentre elas, figurando em primeiro plano, a decretação do "Projecto 146",

que com pequenas modificações minoraria (...) as dificuldades dos bancários.(112)

O Sindicato dos Bancários de Ijuí, a esta altura fazendo parte de uma luta nacional da categoria, assinou "à rogo" a Carta dirigida ao Presidente Getúlio Vargas.

Por este mesmo documento, os bancários davam ciência ao Presidente, 'que dentre a grande massa de obreiros que tudo devem à sua pessoa', os bancários, dadas as suas particularíssimas condições, eram, talvez, "os mais parcamente remunerados, obrigados a uma representação difícil de manter-se com um salário de Rs 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis)!". Segundo alegaram, o baixo salário seria causa do alto índice de tuberculose na classe.(113)

Por esta fonte sabe-se que o salário médio dos bancários a nível nacional era de Rs 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis) em dezembro de 1937. Acrescida de outra fonte válida para o Rio Grande do Sul, sabe-se que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul pagava entre Rs 300\$000 (trezentos mil réis) a Rs 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis) mensais para os cargos mais baixos, como os chamados "praticantes". As funções de 5º, 4º, 3º escriturário recebiam, respectivamente, Rs 400\$000 (quatrocentos mil

(112) Carta de 8 de dezembro de 1937 enviada ao Presidente Getúlio Vargas.

(113) Carta de 8 de dezembro de 1937 ao Presidente Getúlio Vargas.

réis), Rs 500\$000 (quinhentos mil réis) e Rs 600\$000 (seiscentos mil réis).⁽¹¹⁴⁾

A luta em prol de um "Quadro do Funcionalismo" nos bancos teve continuidade com a realização do 1º Congresso dos Sindicatos de Bancários realizados em Porto Alegre de 1º a 6 de maio de 1938. Como delegado do Sindicato de Ijuí, participou João Pereira Gomes, quando o antigo "Projecto 146" foi o centro das atenções, apenas trocando de nome visando sua aplicação a nível estadual. Na volta, Gomes prestou amplo relatório do Congresso em Assembléia realizada em 29 de maio de 1938.

Mesmo consignado em acordo, com assinaturas de banqueiros, bancários e Inspetor Regional do Trabalho, ao fim do Congresso, com prazo de 1º de setembro de 1938 para sua implantação, o quadro do funcionalismo não foi implantado na data prevista, sendo alegado pela parte patronal que o mesmo teria que ser feito através de uma lei. Exceção foi apenas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul que atendeu a reivindicação através da Resolução Nº 180.

Com a interferência do Inspetor Regional do Trabalho, atendendo ao pedido de bancários, após os Sindicatos analisarem a questão em reunião realizada a 1º de setembro de 1938, decidiram pleitear a convocação de uma "Comissão Mixta de Conciliação" para a definitiva solução do caso. Em

(114) BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Resolução nº 100 de 2 de setembro de 1938. Reajusta salários dos escriturários. Diretor: José Coriolano de Almeida Filho. Mimeografado.

17 de setembro, O Sindicato dos Bancários enviava telegrama ao Ministro do MTIC, Waldemar Falcão, apelando para que fosse nomeado com urgência o Presidente da Comissão.

De Ijuí participou novamente da reunião, na condição de Delegado do Sindicato, João Pereira Gomes. Este expôs aos seus colegas, em 28 de outubro, que os banqueiros recusaram "uma das mais lúdimas aspirações dos bancários riograndenses", informando ainda da possível constituição da "Comissão Mixta".(115)

Devido a ausência de documentação, não foi possível acompanhar os passos da luta salarial travada através da tentativa de implantação do quadro do funcionalismo. Das outras lutas igualmente não se tem documentos para este período. As informações acerca da luta salarial da categoria aparecem a partir da redemocratização.(116)

Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, em setembro de 1939, todas as reivindicações dos trabalhadores entraram em compasso de espera. A declaração de guerra do Brasil aos Países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em agosto de 1942, fez com que as reivindicações operárias passassem para um segundo plano.

(115) CS - 1º art 1938, Nº 79, p. 1.

(116) O primeiro livro de atas do SECEBI tem início em 10 de março de 1947. Antes disso, as atas eram redigidas em folhas avulsas, que foram extraviadas.

Com a redemocratização, os bancários de Ijuí novamente se engajaram nos movimentos da categoria a nível estadual e nacional. A mobilização geral dos trabalhadores, diante da progressiva perda do valor de compra dos salários, durante a 2ª Guerra Mundial, fez os bancários ijuíenses entrarem em greve a 7 de abril de 1945, acompanhando os trabalhadores de sua categoria e outras, como ferroviários e metalúrgicos, ambas de Porto Alegre.

A greve foi feita com a justificativa de que

com o custo de vida astronômico dos dias em que vivemos, não é com qualquer ordenado que se vive cristãmente ... E os bancários, muitos deles casados e pais de filhos, com o ordenado atual, vivem em constantes aperturas.(117)

O Correio Serrano recebeu em sua redação uma Comissão de grevistas apoiando inicialmente o movimento, tendo inclusive publicado, a pedido destes, que o único "fura-greve" era Edgar Spengler, funcionário do Banco Agrícola Mercantil S.A., além de contadores e gerentes.

Mas logo em seguida começou a duvidar da necessidade da greve porque "rapazes bem trajados ou moças com 'make up' pelo último figurino", eram vistos em pequenos grupos na Praça da República, enquanto a greve perdurou.

Das categorias organizadas em julho de 1937, os bancários foram os primeiros a se engajarem em uma greve em

(117) CS - 14 abr 1945, Nº 30, p. 5.

Ijuí, em busca de melhores salários. A paralisação durou de 7 a 11 de abril de 1945 e foi feita na esteira de um movimento mais amplo.

Apesar dos bancários terem reconhecido seu Sindicato em dezembro de 1937, os primeiros resultados práticos, traduzidos no aumento do poder de compra dos seus salários, só ocorreram no primeiro semestre de 1945. Das lutas efetivadas antes desta data, não se conhecem resultados palpáveis.

O movimento grevista de abril de 1945 foi vitorioso mesmo não se conhecendo os percentuais do reajuste.

O assistencialismo dentário e médico não foi implementado pelo SEEBI até 1946. Dado que sua luta principal foi dirigida tendo em vista reajustes salariais, não houve a necessidade da oferta de serviços assistenciais para justificar a existência do Sindicato e assim atrair os associados.

4.3.2 - Mutualidade dos Funcionários Bancários

A dificuldade encontrada pelos bancários de negociarem os seus reajustes salariais com os banqueiros os fez optarem por uma estratégia no sentido de melhor sensibilizarem a classe patronal.

A estratégia nasceu na reunião de 7 de agosto de 1937, diante de negativa patronal de conceder reajuste salarial, ainda que o estado financeiro dos bancos fosse de progresso e de completa liquidez.

A saída encontrada foi a fundação da "Mutualidade dos Funcionários Bancários do Estado do Rio Grande do Sul", em 19 de abril de 1938, com sede e fôro na cidade de Pelotas. A mensalidade foi estipulada em Rs 5\$000 (cinco mil réis) mensais por bancário associado.

Terá por fim a 'Mutualidade' adquirir ações de todos os bancos e como acionista comparecer as reuniões de assembléas geraes ordinárias e extraordinárias, pleiteando medidas que venham atenuar as necessidades inadiáveis de seus associados.(118)

Outro objetivo da Mutualidade era influir na eleição de diretores de bancos, de tal modo que houvesse, pelo menos, um elemento que saísse do seio da classe bancária.

Porém, o objetivo maior era nas assembléias gerais de acionistas dos bancos proporem aumentos salariais. A Federação dos Sindicatos de Bancários empenhou-se decididamente:

Aqui fica nosso apelo. Hoje, companheiros, nossa arma é a Mutualidade!(119)

(118) FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE BANCÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Presidente relativo ao período de 1º de maio de 1937 a 1º de maio de 1938. Porto Alegre, 1938, p .4. Mimeografado.

(119) . . . , Relatório do Presidente relativo ao período de 1º de maio de 1937 a 1º de maio de 1938. Porto Alegre, 1938, p .4. Mimeografado.

Do ponto de vista econômico a estratégia adotada revelou-se de curto alcance ainda que do ponto de vista do circulismo estivesse perfeita.

Se os bancários estavam lutando por reajustes era porque seus salários estavam defasados e baixos. Conseqüentemente, a classe bancária no Estado poucos recursos poderia reunir, mesmo porque a mensalidade de Rs 5\$000 (cinco mil réis) à Mutualidade representava pouco menos de meio dia de trabalho de um salário médio de Rs 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis).

Ainda que todos os bancários do Estado se tornasse associados da Mutualidade, poucos seriam os recursos disponíveis para comprarem ações dos diversos bancos. E ainda que comprassem, sempre seriam minoria frente aos demais acionistas e, logicamente, pouca força teriam para fazerem valer suas propostas.

Cedo os integrantes da classe deram-se conta de que esta estratégia frente aos banqueiros resultou nula. Conseqüentemente, logo a abandonaram.

Os bancários de Ijuí não aderiram à "Mutualidade". A distância da sede da entidade, que ficava em Pelotas, fazia com que fosse dificultada uma participação maior.

5. PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ATIVIDADE SINDICAL E CIRCULISTA

5.1 - A Pressão para a Filiação aos Sindicatos

Desde fevereiro de 1935, quando foi fundado o SEIC constatou-se que os dirigentes sindicais organizaram uma verdadeira pressão para que os trabalhadores se associassem às entidades sindicais e o COI. Esta pressão era clara, aberta e funcionava de forma compulsória, principalmente, a filiação ao sindicato.

Em novembro de 1936 os dirigentes do SEIC deixaram de atender a um trabalhador:

Falando depois sobre a causa da diminuição do ordenado do Snr. Erino Baldissera, disse-se que nada podíamos fazer por ele não ser sindicalizado.(1)

Com a fundação do COI, em abril de 1936, a pressão à filiação era duplicado. Procurava-se fazer com que o trabalhador se associasse ao Sindicato e também ao COI. A pressão agora encontrava-se respaldada nos objetivos da entidade que rezam no ítem "d" do artigo 2º:

Sindicalização das classes operárias.(2)

(1) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 1º de novembro de 1936. Livro 1, fl. 20.

(2) COI. Estatutos. p. 2.

O fato do industriário somente ter direito ao gozo dos quinze dias de férias mediante a associação ao Sindicato, reforçou a pressão para a sindicalização. Este assunto foi debatido em uma Assembléia do SEIC realizada em março de 1937.

Com o COI fundado fazia-se dele uma grande alavanca para o incentivo à sindicalização:

... em seguida o Presidente falou sobre a grande necessidade de todos os operário se sindicalizarem. Este mostrou a vantagem do Sindicato perante a lei...(3)

Com a fundação dos "Sindicatos de Profissão", em julho de 1937, os dirigentes do COI reforçaram a pressão ao associamento sindical. Mais de uma centena de circulistas precisavam ser distribuídos entre os cinco sindicatos fundados, razão pela qual a média de 20 associados por entidade deveria ser acrescida com novos trabalhadores.

A pressão ao associamento sindical partiu do principal dirigente de Ijuí. Em junho de 1942 a ata do STIMMEI registra:

O Snr. Presidente tornou a advertir que só atenderia questões de sócios sindicalizados.(4)

(3) COI, Ijuí. Ata da Assembléia de 5 de julho de 1936. Livro 1, fl. 4.

(4) STIMMEI, Ijuí. Ata da Assembléia Ordinária de 7 de junho de 1942. Livro 1, fl. 11.

A orientação foi seguida por outro dirigente sindical. Leão Isaac Querino Bonotto, Presidente da APTICI, declarou em novembro de 1942, em uma Assembléia do COI que:

... presta o seu trabalho a todos os sócios do sindicato e recusa informações aos que estão desligados deste.(5)

Durante o ano de 1943, em junho e dezembro, investido das funções de agente do MTIC, João Agostini condicionou o atendimento do trabalhador à sua sindicalização:

Respondendo o Presidente disse que conforme ordem recebida de 1º de maio (....) só poderia atender a quem (....) apresentasse recibo do último mês do Sindicato.(6)

A decisão de Agostini estava respaldada pela ação do próprio Governo de Getúlio Vargas que, a partir de 1943, ensejou uma grande campanha de sindicalização. Esta campanha levada a efeito pelo MTIC, visava incrementar a participação dos trabalhadores nos seus Sindicatos para fazer frente ao progressivo desgaste do Governo, que assim procurava legitimar-se.

Houve ainda outras formas de pressionar a sindicalização. A participação de trabalhadores em datas comemorativas (Dia do Trabalho e Dia da Independência), festas, churrascos, horas de arte, participação em congressos, recebimento gratuito de jornais do MTIC,

(5) COI, Ijuí. Ata da Assembléia de 15 de novembro de 1942. Livro 1, fl. 29.

(6) STIMMEI, Ijuí. Ata da Assembléia Ordinária de 6 de junho de 1943. Livro 1, fl. 18.

assistência dentária e médica, tudo estava condicionado à sindicalização.

5.2 - A Participação no Sindicato do Empregados da Indústria e Comércio (SEIC)

O jornal Correio Serrano ao estampar a notícia da fundação do SEIC, em fevereiro de 1935, anunciou que 150 associados inscreveram-se no Livro de Matrículas.(7) A cifra apresentada não é verídica. Apenas demonstra a simpatia do jornal para com a entidade.

Os 90 trabalhadores presentes no ato da fundação, conforme aponta o Livro de Atas do SEIC, também é uma cifra exagerada. O próprio João Agostini, atendendo solicitação, elaborou um lista de 33 trabalhadores presentes à fundação. Este número aproxima-se da posterior lista de 20 a 40 associados que integra o processo de investidura do Sindicato.

Com a criação do SEIC começavam os problemas para o associamento dos trabalhadores. Na Assembléia posterior à fundação era alegado a "infidelidade de diversos sócios".(8)

(7) CS - 16 fev 1935, N° 14, p. 3.

(8) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 3 de março de 1935. Livro 1, fl. 9.

A pressão de empregadores e de "capangas" do Prefeito foram sentidas pelos trabalhadores. João Agostini constatou que:

... o pessoal de princípio (...) ficou atordoado, ficou bobo, ficou pateta, por causa desta perseguição ... Então, ninguém mais queria saber de sindicato.(9)

Os dirigentes sindicais tinham constantes Assembléias com presença mínima de trabalhadores. O Dr. Emílio Martins Bühner, ao fazer o relatório do 1º Congresso de Círculos Operários, em novembro de 1935, afirmava:

Sinto (...) em ver tão pequeno número de operários reunidos aqui, hoje.(10)

A queixa tinha procedência, à medida que à sua frente o público era constituído de 20 trabalhadores, quando o SEIC deveria abranger todas as categorias da indústria e do comércio.

Para medir a participação dos trabalhadores no SEIC recorreu-se unicamente ao seu Livro de Atas. Das 27 Assembléias registradas foi possível detectar o número de presenças em 15 atas, o que representa uma excelente média.

(9) AGOSTINI, João. 50 anos de sindicalismo. Entrevista.

(10) SEIC, Ijuí. Ata da Assembléia de 10 de novembro de 1935. Livro 1, fl. 13.

Quadro N° 4

PRESENCAS NAS ASSEMBLÉIAS DO SEIC -- 1935/37			
N°	Data da Assemb.	N° de Presenças	Tema Principal da Assembléia
1.	12 fev 1935	33	Fundação do Sindicato
2.	3 mar 1935	*grande n°	Infidelidade de associados
3.	25 mar 1935	*elevado n°	Preenchimento de vagas na Diretoria
4.	13 mai 1935	27	Preenchimento de vagas na Diretoria
5.	8 jul 1935	11	Contratação de ecônomo
6.	15 ago 1935	22	Permissão para bailes na sede
7.	13 set 1935	20	Delegados para Congresso dos Círculos
8.	10 nov 1935	20	Relatório do Congresso dos Círculos
9.	2 fev 1936	37	Eleição de Diretoria
10.	2 ago 1936	8	Apreciação do Relatório de 1935
11.	18 out 1936	7	Transferência da Sede do Sindicato
12.	4 abr 1937	29	Eleição do Presidente
13.	29 abr 1937	5	Preparação da Festa do Trabalho
14.	6 jun 1937	7	Assuntos diversos
15.	10 jun 1937	6	Preparação para Sindicato de Profissão

Fonte: SEIC. Livro de Atas N° 1. Ijuí, 1935/37.

Os qualitativos "grande n°" e "elevado n°", quando aparecem, indicam a presença de 20 a 30 pessoas presentes à Assembléia.

Pelos dados, observa-se que o SEIC começou suas atividades com razoável ímpeto. À medida que o Sindicato não obtinha seu reconhecimento perante o MTIC, o fato refletia-se no decréscimo das presenças.

Saber exatamente quantos trabalhadores constituíram o quadro social do SEIC tornou-se impossível em vista da não existência do Livro de Associados. Porém, a distância entre o número total de associados e o número máximo de presenças nas Assembléias não é muita. A grosso modo, em torno de 20% a mais do que o número máximo de trabalhadores numa Assembléia, constituiu o quadro social do SEIC.

Desta forma, não mais do que 40 trabalhadores integraram o quadro social do Sindicato. O raciocínio comprova-se com a segunda lista do processo de investidura que contém 40 associados.

Diante do baixo grau de filiação, os dirigentes do Sindicato, em seguidas Assembléias, apelaram para que os presentes trouxessem mais trabalhadores à entidade. Mas o apelo caiu no vazio. A maior parte dos trabalhadores manteve-se apático à sindicalização.

5.3. A Participação no Círculo Operário de Ijuí (COI)

O artigo 4º dos Estatutos do COI rezava:

Poderão fazer parte do Círculo os operários manuais, as diversas categorias de assalariados, empregados do comércio, pequenos funcionários públicos, pequenos trabalhadores por conta própria, de ambos os sexos, que sejam respeitadores da família e da Religião e tenham completado 14 anos.(11)

Denota-se que uma ampla gama de categorias profissionais podiam fazer parte do Círculo. Era um considerável contingente sobre o qual fazia-se pressão ao associamento. Mas os apelos e pressões não exerceram sua eficácia.

É comum constatar nas atas a divulgação insistente das vantagens do COI. Esta insistência começava na Assembléia de 5 de julho de 1936, quando se proclamava "a grande vantagem que lhes oferece o Círculo Operário de Ijuí" para logo em seguida apelar a "todos que fizesse um esforço para estarem quites com a thezouraria afim de poderem gozar das diversas vantagens".

O Pe. Leopoldo Brentano, ideólogo do movimento circulista, quando da sua estada em Ijuí no final de 1936, falou longamente sobre as vantagens do COI enumerando os

(11) COI. Estatutos. p. 2.

abatimentos de preços conseguidos no comércio local, bem como a formação do trabalhador visando "um bom operário".

O Presidente da entidade voltava a bater na mesma tecla na Assembléia de 7 de março de 1937, o mesmo sendo feito pelo Assistente Eclesiástico, Pe. Pio José Busanelo, em 7 de abril de 1938, quando "discorreu longamente sobre os fins e as vantagens dos Círculos, incitando a todos que fizessem uso das vantagens que lhes oferecia e que de fato são obtidos por esta associação de classe".

Durante sua sessão de posse, em 8 de maio de 1938, o Presidente Caetano Giordani igualmente apelava "para a boa vontade, união e colaboração de todos os associados". Em 4 de junho de 1939 era a vez do Delegado do Círculo falar "longamente sobre as finalidades do Círculo e pediu aos sócios de terem pouco mais de amor ao Círculo porque no ano passado eram poucos que se interessavam ou por falta de confiança na Diretoria ou mesmo por pouco interesse dos sócios".

Na assembléia de eleição de 13 de julho de 1941 novamente o Assistente Eclesiástico "concitava a todos ao sacrifício e à união". Ele continuava a fazê-lo na reunião de Diretoria de 20 de agosto de 1941: "O Assistente recebeu a palavra e fez uma pequena doutrinação enfocando a necessidade de que todos devem estar dispostos a sacrifícios em prol do COI".

Na Assembléia de 24 de agosto de 1941, o Presidente Lothar Friedrich dava um ultimato: "Precisamos saber quem é que ainda quer ser sócio do COI, dentre aqueles que não são sócios de Sindicato", enquanto o Assistente "expôs as vantagens materiais dos sócios do COI, "fazendo em seguida a chamada e "os sócios respondiam sim ou não".

Em 24 de setembro de 1941, o Assistente deu enérgico aviso aos próprios membros da Diretoria chamando "a atenção dos presentes que era absolutamente necessário que as reuniões fossem iniciadas com a regularidade e pontualidade".

Na reorganização da entidade, em 1946, o Presidente Antônio Bresolin afirmou que "a primeira coisa a fazer seria uma campanha de sócios, para que o Círculo Operário se tornasse uma entidade possante". Dali em diante os dirigentes não tornaram a fazer apelos. Enquanto isso, o Círculo definhava.

A necessidade destes apelos insistentes mostram que o COI nunca teve grande aceitação por parte dos trabalhadores ijuíenses.

Saber quantos associados o COI teve torna-se difícil porque não houve o respectivo Livro. Mas há evidências indiretas.

Na ata da reunião de Diretoria, de 10 de março de 1943, foi tratado do pedido de 144 uniformes à Federação dos

Círculos. Donde conclui-se que a entidade poderia ter até 144 associados, isto no momento em que mais filiações houvessem, já que este era o período de plena atividade.

A grosso modo, este número conflui com o maior número de presenças nas Assembléias, se confrontada com a afirmação de Wiarda de que dos que "participam das reuniões e pagam mensalidades não passam de 30 a 40 por cento do quadro social".(12)

No mais das vezes os associados simplesmente deixavam de comparecer às reuniões e de pagar as mensalidades de modo que sua adesão ativa não mais existia. Contudo, seus nomes não eram riscados imediatamente das listas de associados.

O fato de não existir um Livro de Associados e nem tampouco de Presenças em Assembléias e reuniões de Diretoria fez com que se trabalhasse com poucos dados disponíveis. Estes são encontrados no próprio Livro de Atas.

(12) WIARDA, Howard J. Movimento. p. 13.

Quadro N° 5

PRESENCAS NAS ASSEMBLÉIAS DO COI - 1936/46		
Data da Assemb.	N° de Presenças	Tema Principal da Assembléia
5 abr 1936	42	Fundação do Círculo
7 abr 1930	33	Eleição da Diretoria
8 maio 1938	"grande nº"	Festa do Trabalho
13 jul 1941	14	Reorg. e eleição da Diretoria
24 ago 1941	"muitos sócios"	Apreciação de Relatório
8 dez 1941	47	Eleição da Diretoria
10 nov 1946	38	Reorg. e eleição da Diretoria

Fonte: COI. Livro de Atas N° 1. Ijuí, 1936/58

A média de presenças para o período de 1936/43 foi de 34 pessoas por Assembléia, considerando-se que foram realizadas 16 Assembléias. Aparece ainda o qualitativo "grande número de presentes", que pode ser traduzido para além de 30 pessoas mas não passando de 40. Por sua vez o qualitativo "muitos sócios presentes" traduz a presença de 20 a 30 pessoas.

Observando o número de Assembléias, entendendo-se por esta a reunião de um amplo contingente de trabalhadores, com o de Reuniões de Diretoria, entendendo-se por esta a reunião

de dirigentes circulistas, tem-se a exata noção do objetivo da criação do Círculo e da sua posterior alteração de rumo.

Quadro N° 6

ASSEMBLÉIA GERAIS E REUNIÕES DE DIRETORIA DO COI - 1936/46							
Período	Assembléia Gerais		Reuniões de Diretoria		Totais		
	N°	%	N°	%	Assemb. e Reuniões	%	
1936/39	12	85	2	15	14	100	
1941/43	4	11	34	89	38	100	

(1) O COI teve um período de inatividade entre junho de 1939 a julho de 1941 e outro entre novembro de 1943 a novembro de 1946.

Fonte: COI. Livro de Atas N° 1. Ijuí, 1936/58.

Estes dados mostram que o COI foi criado, segundo seus ideólogos, para ser uma entidade de massa. Mas logo seus organizadores deram-se conta que a adesão dos trabalhadores à ideologia circulista não estava acontecendo. A maior parte dos trabalhadores simplesmente não ligou para as suas atividades, mesmo diante de inúmeros apelos e pressões que se fizeram neste sentido. A apatia era a resposta comum e silenciosa da grande maioria.

Defrontando-se com esta situação, seus ideólogos rapidamente alteraram o rumo da atuação circulista.

Reciclaram a atuação para um nível superior procurando o controle dos dirigentes sindicais. Passaram a realizar menos Assembléias e mais Reuniões de Diretoria. Isto porque o objetivo pretendido continuava em suas mãos: os dirigentes sindicais, eram também os mesmos que dirigiam o COI até 1943.

Por este meio a Igreja alcançou seu objetivo que era o controle dos Sindicatos de Trabalhadores.

5.4 - A Participação no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ijuí (STIMMEI)

Quando em julho de 1937 foram fundados os "Sindicatos de Profissão", os trabalhadores vinculados ao COI ultrapassavam a uma centena. Eram trabalhadores provenientes dos principais ramos de indústria (alimentação, madeira, metalurgia e mecânica), do comércio e dos bancos. Com a distribuição desta centena de trabalhadores, foi formado o quadro social inicial dos cinco sindicatos, cujo número girou em torno de vinte associados por entidade.

João Agostini, eleito Presidente do então Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Ijuí, constatava a pequena quantidade de associados que correspondeu à sua entidade:

Dos cento e tantos sócios que tinha no Círculo, eu fiquei com 18. Veja lá agora levantar o Sindicato se só a Diretoria precisava 12. Como é que podia fazer com 18 sócios? Tinha que lutar, se virar!(13)

Saber da evolução do quadro social e da presença de trabalhadores nas Assembléias do Sindicato entre o período da fundação e outubro de 1941, é impossível dada a inexistência do Livro de Associados, do Livro de Presenças e do Livro de Atas. As atas eram redigidas em folhas avulsas que se extraviaram.

Com a adoção do primeiro Livro de Atas, a partir de outubro de 1941, tornou-se possível acompanhar a evolução do quadro social, bem como de presenças dos trabalhadores às Assembléias do Sindicato. Estes dados não aparecem clara e explicitamente.

A leitura das atas permitiu a construção de dados referentes ao quadro social em virtude do secretário arrolar a entrada e saída de associados. Já quanto aos dados referentes a presenças de trabalhadores nas Assembléias, recorreu-se a estratégia de observar a renda total mensal, que dividida pelo valor da mensalidade, fornecia o número de trabalhadores presentes à sessão. É evidente que as presenças nas Assembléias só foram obtidas desde que a soma total da mensalidade fosse arrolada, o que nem sempre acontecia.

(13) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

Este expediente possibilitou o levantamento de dados para o período de outubro de 1941 a dezembro de 1946.

Quadro N° 7.

QUADRO SOCIAL E PRESENCAS NAS ASSEMBLÉIAS DO STIMMEI (1941-1946)			
Data da Assemb.	Quadro Social	Número de Presenças	Tema principal da Assembléia
30 out 1941	20	13	Eleição Deleg. p/ C. Fiscal IAPI
03 jan 1943	30	11	Campanha do Tostão
04 jul 1943	27	10	Demissão de associados
05 set 1943	27	19	Preparativos p. Dia da Independência
07 nov 1943	29	20	Fundação da Federação da Categoria
12 dez 1943	31	29	Fundação da Federação da Categoria
06 fev 1944	31	29	Salário Mínimo e Coop. de Consumo
05 mar 1944	32	10	Fundação da Coop. de Consumo
07 mai 1944	33	27	Assuntos diversos
04 jun 1944	33	29	Horas Extraordinárias
02 jul 1944	33	22	Horas Extraordinárias
15 out 1944	33	14	Eleição Deleg. p/ C. Fiscal IAPI
05 nov 1944	33	20	Conc. "O Presid. na Palavra do Povo"
06 mai 1945	38	23	Prep. Confraternização
05 ago 1945	42	32	Assist. Dent. e médica
07 out 1945	42	28	Assuntos diversos
03 mar 1946	45	33	Campanha de sócios
07 abr 1946	45	16	Eleição Deleg. Federação e Orçamento
02 jun 1946	50	10	Admissão de novos associados
07 jul 1946	52	19	Assist. dent. e médica
30 ago 1946	52	21	Eleição Deleg. p/ Cong. Sind. Nac.
09 set 1946	52	34	Assuntos diversos
03 nov 1946	52	18	Cumprimento Leg. Trabalhista

Fonte: STIMMEI. Livro de Atas N° 1. Ijuí, 1941/46.

Um total de 65 Assembléias foram realizadas no período. Destas, 30 não contém dados relativos à soma das mensalidades recolhidas, o que não possibilitou averiguar o

número de presenças. E 12 Assembléias não apresentaram o quórum necessário à sua realização, o que quer dizer que menos de um terço do quadro social fez-se presente.

As 53 Assembléias efetivamente realizadas representaram um índice de 81% de aproveitamento, o que correspondeu as presenças de mais de um terço dos associados.

A análise destes dados mostram que desde a fundação até outubro de 1941, praticamente, não houve alteração no quadro social. Desta data até dezembro de 1946 observa-se que a presença nas Assembléias ficou estagnada, enquanto que o quadro social cresceu, o que mostra a falta de estímulo nas atividades internas do Sindicato.

Traçando-se um paralelo entre a oferta do assistencialismo e o quadro social tem-se a entrada de 39 novos associados entre novembro de 1944 a novembro de 1946. O percentual de crescimento do quadro social no período foi de 75%. O aumento do número de associados fez a Direção do Sindicato mandar imprimir novas folhas de propostas de filiação.

Diante destes dados é possível entender a queixa de João Agostini a Otacílio Wesendonck:

Pena que o povo trabalhador não me compreende! Assinam ficha no Sindicato e depois não vão nas reuniões.(14)

(14) WESENDONCK, Otacílio. História do sindicalismo. Entrevista.

Fazendo um paralelo entre o total de integrantes da categoria e o número de associados, chega-se a aproximadamente 20% dos trabalhadores que tem vínculo com o Sindicato e apenas 12% com participação sindical efetiva.

5.5 - A Participação no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Ijuí (STIAI)

Os empregados em fábricas de conservas e produtos de origem animal, como então denominava-se seu Sindicato, foi a categoria mais numerosa na área da indústria em Ijuí. Só o Frigorífico Serrano, localizado no Bairro São José, empregava 58 trabalhadores em 1937.(15)

Por esta razão este foi o Sindicato que mais ensejou esforços para a sua constituição, sendo o último a ser organizado e o que maiores dúvidas suscitou para sua sobrevivência. Embora tendo o maior contingente de trabalhadores, foi o Sindicato que teve um dos menores índices de filiação.

O fato do proprietário do Frigorífico Serrano, Rosalvo Scherer, opor-se radicalmente à sindicalização de

(15) PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: Agropecuária colonial & Industrialização. Série Documentada 17. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993, p. 110.

seus empregados, ao menos nos primeiros anos da existência do Sindicato, explicam as dificuldades.

João Agostini, Otacílio Wesendonck e Hipólito Paz, este uma espécie de "segurança" do proprietário, informam, respectivamente, que:

O Sindicato da Alimentação ninguém queria pegar a direção porque a maior força era do Frigorífico Serrano. E o Frigorífico sabendo que era sindicalizado botava para a rua! O Rosalvo metia logo para a rua!(16)

Parece que o seu Scherer não era muito de Sindicato. Inclusive um conhecido (...) falava que a mão era dura lá. Mas tinha o seu Sindicato mesmo com uma certa contrariedade da Diretoria do Frigorífico.(17)

No início o seu Rosalvo era contra o Sindicato. Ele não gostava do Sindicato.(18)

Esta dificuldade para a filiação fez a entidade esmorecer duas ou três vezes. Para fazer frente às dificuldades, João Agostini, nomeado agente do MTIC, efetuou uma "intervenção" no Sindicato com a finalidade de reorganizá-lo, nomeando Leão Isaac Guerino Bonotto para a Presidência.

Saber do quadro social do Sindicato e das presenças nas Assembléias no período da fundação até 1950, tornou-se

(16) AGOSTINI, João. História do sindicalismo. Entrevista.

(17) WESENDONCK, Otacílio. História do sindicalismo. Entrevista.

(18) PAZ, Hipólito. História do sindicalismo em Ijuí. Ijuí, 1991. Entrevista concedida ao autor em 17 de abril de 1991.

impossível dada a inexistência dos Livros de Associados, de Presenças e de Atas. Ainda assim, foi possível determinar o número de presenças nas Assembléias.

Extrapolando o período da pesquisa para ter-se uma idéia do grau de participação nas Assembléias, recorreu-se ao Livro de Presenças do Sindicato.

Quadro nº 8

PRESENCAS NAS ASSEMBLÉIAS DO STIAI - JAN/OUT DE 1950		
Data da Assemb.	Número de Presenças	Tema Principal da Assembléia
jan 1950	18	Apreciação do Relatório
14 jan 1950	21	Não tem ata
21 jan 1950	18	Aumento de salário
9 jul 1950	3	Sem quórum
10 set 1950	5	Sem quórum
17 set 1950	5	Sem quórum
8 out 1950	5	Sem quórum
10 out 1950	4	Sem quórum
12 out 1950	13	Constituição de chapa p/ eleições

Fonte: STIAI. Livro de Presenças. Ijuí, 1951/31.

Observa-se que a repressão patronal ainda fazia-se sentir em 1950, dada a baixa presença às Assembléias, cujo

índice médio era menor ao dos metalúrgicos, embora sendo a categoria da alimentação a maior em Ijuí.

Nas eleições realizadas em 24 de novembro de 1950 o Sindicato possuía apenas 49 associados dos quais 25 exerceram o direito de voto. O índice de participação sindical aproxima-se apenas de 10% da categoria, sendo o menor em Ijuí.

5.6 - A Participação no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Ijuí (STICMI)

João Agostini foi enfático ao afirmar que após a fundação três Sindicatos tiveram sérios problemas para sua subsistência. Entre estes três estava o Sindicato dos Trabalhadores em Madeiras e seus Artefactos, como então denominava-se.

O próprio Agostini fornece uma noção de reação patronal ao tentar intermediar a demissão de um trabalhador da categoria que se havia sindicalizado e que acabou sendo readmitido:

Eu cheguei numa ocasião numa firma de construção civil onde tinha um soldado parado de um lado e um soldado de outro, que não me deixaram entrá.(19)

Segundo ele, praticamente todos os empregadores do ramo eram hostis à sindicalização. Casos como o narrado faziam parte da rotina, tendo ele citado vários exemplos.

Otacílio Wesendonck, secretário do Sindicato, lembra que numa ocasião João Agostini foi "bisbilhotar" a Assembléia que estavam realizando e depois teria vindo queixar-se:

Tá meio fraco o Sindicato de vocês! fui lá ver. Era pouca gente!(20)

A partir de 1943, lembra Wesendonck, os dirigentes sindicais brincavam entre si para ver quem tinha mais associados, chamando o concurso de "tira-teima". Mas segundo ele, o número de associados em pouco aumentou. Constatou isso quando secretariava as Assembléias no período de 1949 a 1953:

Eram 35 associados que estavam filiados. Mas a presença (...) era só uns 15 a 20 que vinham. Pouco era falta de maior estímulo. (...) Felizmente (...) um dia nós constatávamos que já tínhamos 45 filiados!(21)

(19) AGOSTINI, João. 50 anos de sindicalismo. Entrevista.

(20) WESENDONCK, Otacílio. História do sindicalismo. Entrevista.

(21) _____, Otacílio. História do sindicalismo. Entrevista.

Outro integrante da categoria foi Lothar Friedrich que igualmente assegura:

Apenas uma pequena parte participava das Assembléias Sindicais.(22)

Os dados arrolados por Wesendonck e Friedrich são confirmados pelo Livro de Atas. Mesmo estando fora do período abrangido pela pesquisa, ainda assim fornecem um panorama da presença dos trabalhadores nas Assembléias do STICMI.

(22) FRIEDRICH, Lothar. História do COI. Entrevista.

Quadro N^o 9

PRESENCAS NAS ASSEMBLÉIAS DO STICMI - 1949/50		
Data da Assemb.	Número de Presenças	Tema Principal da Assembléia
12 nov 1949	6	Reorganização do Sindicato
3 dez 1949	12	Dinheiro à Federação
7 jan 1950	14	Assistência aos associados
11 fev 1950	16	Assistência aos associados
4 mar 1950	20	Aumento da jóia
1 abr 1950	18	Preparativos ao Dia do Trabalho
6 mai 1950	16	Assuntos diversos
10 jun 1950	17	Assuntos diversos
8 jul 1950	21	Filiação à Federação
2 dez 1950	22	Assistência aos associados

Fonte: STICMI. Livro de Atas N^o 1. Ijuí, 1949/54.

Os dados acima atestam uma presença média de 16 trabalhadores por Assembléia, passados quase quinze anos da fundação do Sindicato. Não se torna difícil deduzir que nos primeiros anos da entidade a presença deveria ser mínima, levando-se em conta uma maior repressão patronal.

5.7 - A Participação no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Ijuí (STICI)

O STICI foi o último dos seis Sindicatos a ser fundado. Desde sua criação, em janeiro de 1941 até fevereiro de 1945, teve uma atuação muito irregular, intercalada por períodos de inatividade.

Deste período não se conseguiu levantar dados, porém as evidências indicam que a participação dos trabalhadores foi mínima.

Esta pequena participação tem sua principal explicação no fato do proprietário de um dos curtumes, opor-se tenazmente à sindicalização de seus trabalhadores. Tanto João Agostini, quanto Francisco Demboski (empregado do Curtume Geiss) foram unânimes em afirmar da repulsa patronal à sindicalização e atuação do Sindicato nos primeiros anos. (23)

Os escassos dados referentes à participação sindical apareceram a partir da adoção do Livro de Atas. Na Assembléia de 13 de maio de 1945 está consignado que

foi (...) apresentado um número de 26 sócios que foram em seguida aceitos pelos presentes(24)

(23) DENBOSKI, Francisco. História do STICI. Entrevista.

(24) STICI, Ijuí. Ata da Assembléia de 13 de maio de 1945, Livro Nº 1, fl. 1.

Como tratava-se da reorganização, a entidade passou a contar com três dezenas de associados.

Axel Edvino Hammarstron, secretário do Sindicato de Fevereiro de 1946 a novembro de 1950, afirma:

O nosso Sindicato tinha de 25 a 30 associados. E destes, de 10 a 15 iam nas reuniões.(25)

O Sindicato realizou nove Assembléias em 1945. Em sete Assembléias aparece o qualificativo "número legal de sócios", o que corresponde a uma presença de 10 a 20 trabalhadores. Em duas Assembléias aparece o qualificativo "sem número legal de associados", o que denuncia a presença de menos de 10 trabalhadores.

Com a adoção do Livro de Presenças da entidade, em abril de 1953, os dados referentes à participação nas Assembléias tornaram-se quantificáveis.

Os dados disponíveis tanto do Livro de Atas quanto de Presenças, ainda que extrapolando o período de pesquisa, dão um quadro que condiz com a afirmação de Hammarstron.

Os dados mostraram que dos 130 integrantes da categoria em 1945, em tempos normais, segundo Francisco Demboski, participavam do quadro social do Sindicato cerca de 20% dos trabalhadores. E destes, 10% tinham vida sindical regular, ou seja, frequentavam as Assembléias.

(25) HAMMARSTRON, Axel Edvino. História do SICI. Ijuí, 1991. Entrevista concedida ao autor em 23 de abril de 1991.

Quadro Nº 10

PRESENCAS NAS ASSEMBLÉIAS DO STICI - 1946/53		
Data da Assemb.	Número de Presenças	Tema Principal da Assembléia
13 mai 1945	26	Reorganização do Sindicato
24 fev 1946	19	Eleição de Diretoria
24 nov 1950	20	Eleição de Diretoria
sem data	14	Não conhecido
26 abr 1953	12	Cooperativa de consumo
31 mai 1953	S/Nº legal	x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
28 jun 1953	S/Nº legal	x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
26 jul 1953	7	Campanha de associados
30 ago 1953	8	Cooperativa de consumo
27 set 1953	14	Cooperativa de consumo
29 nov 1953	11	Cooperativa de consumo
27 dez 1953	6	Falta de quórum

Fonte: Livro de Atas e de Presenças Nºs 1. Ijuí, 1945/53.

5.8 - A Participação no Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí (SECI)

O SECI constituiu-se em caso totalmente diferenciado dos demais Sindicatos fundados em 1937, no que diz respeito à participação dos integrantes da categoria no seu quadro social. Já quanto à participação de integrantes deste quadro social nas Assembléias, o número igualava-se aos demais Sindicatos.

Este Sindicato também diferenciou-se dos demais por possuir alguns documentos sobre o número de integrantes da categoria na cidade e no município, o que permite saber com maior precisão o grau de participação sindical.

Em abril de 1938 o Memorial encaminhado ao Prefeito Emílio Martins Bühner, denunciando infrações quanto ao horário de trabalho, era subscrito por 77 comerciários, cujo número foi qualificado como sendo a "grande maioria dos empregados do comércio".(26) A expressão leva a crer que a cidade possuía no mínimo mais que uma centena de comerciários em 1938.

(26) Memorial de 16 de abril de 1938 do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Ijuí ao Prefeito Emílio Martins Bühner.

Exatamente quatro anos depois, respondendo a um questionário da DRT, o Sindicato informava que em abril de 1942 havia 150 comerciários na cidade.(27)

Respondendo a novo questionário da DRT, o Sindicato informava que em junho de 1943, a categoria abrangia no município entre 200 a 250 integrantes, incluindo os comerciários que estavam empregados nas casas comerciais do meio rural.(28)

As informações disponíveis acerca do número de integrantes do quadro social e das presenças nas Assembléias resultaram na elaboração do quadro que permite a visualização do grau de participação na atividade sindical do SECI.

(27) Ofício de 19 de abril de 1942 do SECI à DRT.

(28) Ofício de 20 de junho de 1943 do SECI à DRT.

Quadro Nº 11

QUADRO SOCIAL E PRESENCAS NAS ASSEMBLÉIAS DO SECI - 1939/50			
Data da Assemb.	Quadro Social	Número de Presenças	Tema Principal da Assembléia
25 out 1939	-	"regular nº"	Eleição da Diretoria
30 dez 1940	80	-	x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
26 jan 1941	-	15	Adaptação Dec.Lei Nº 1.402
19 abr 1942	86	-	x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
20 jul 1942	-	16	Adaptação Dec.Lei Nº 1.402
30 jun 1943	66	15	x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
8 jun 1945	-	13	Apreciação de Relatório
dez 1945	107	-	x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
28 abr 1946	-	"regular nº"	Apreciação de Relatório
24 nov 1950	-	21	Eleição da Diretoria

Fontes: SECI. Livro de Atas Nº 1. Ijuí, 1941/58

SECI. Pasta de Correspondências:MIIC 1941/48.

Fazendo a interpretação dos dados, a surpresa maior reside no alto número de associados, que supera em muito todos os demais Sindicatos. Em termos de presenças, a participação nas Assembléias permanece idêntica às demais entidades. Ainda assim causa surpresa se relacionada com o

enorme quadro social, o que proporciona um baixíssimo índice de vida sindical efetiva.

A explicação para este caso reside na peculiar trajetória histórica do Sindicato. Os dados nada mais são do que o reflexo desta trajetória.

Durante toda a pesquisa não foi constatado indício de perseguição aos dirigentes sindicais e membros da categoria, por parte do Prefeito ou dos comerciantes. Aliado a quase ausência de lutas salariais e a confiança dos comerciantes nos dirigentes sindicais, fizeram com que a atuação sindical se refletisse no alto número de integrantes do quadro social. Os comerciários praticamente não temiam o associamento ao Sindicato.

Segundo Henrique Frederico Tybusch, a participação nas Assembléias do Sindicato restringia-se aos componentes da Diretoria e mais dois ou três "curiosos".(29) Este número proporciona 18% do quadro social que tinha vida sindical efetiva, o que contrasta com os demais Sindicatos. Comparado o índice de vida sindical efetiva com o total de integrantes da categoria o percentual gira em torno dos 10%.

Para Henrique Frederico Tybusch, a sindicalização dos comerciários ressoava como quase obrigatória:

(29) TYBUSCH, Henrique Frederico, História do SECI. Entrevista.

Quem entrava nas casas comerciais era ordenado pelos patrões a se inscrever no Sindicato.(30)

A campanha de sindicalização empreendida pelo Estado Novo em 1943, procurando preservar sua base de legitimação, explica a sindicalização quase compulsória a que se refere Tybusch. Com a assinatura da Carta Sindical, em julho de 1943 e diante da expectativa da oferta da assistência dentária, os dirigentes anunciaram uma ampla campanha de sindicalização. Uma delegação visitou

... todos os estabelecimentos comerciais desta cidade, a fim de ser feito um levantamento de todos os empregados, (...) dando início (...) à campanha de maior número de associados.(31)

O crescimento do quadro social alcançou 62% entre junho de 1943 e dezembro de 1945, sendo o assistencialismo dentário e médico o principal atrativo.

Até 1943 o índice de sindicalização da categoria ultrapassou a 50%. A partir desta data até 1946, apesar da campanha de sindicalização, este índice baixou, porém, mantendo-se próximo a 50%.

(30) TYBUSCH, Henrique Frederico, História do SECI. Entrevista.

(31) CS - 17 jul 1943, N° 57, p. 6.

5.9 - A Participação no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ijuí (SEEBI)

O SEEBI preservou a documentação do período de 1937 a 1941. A documentação deixa de existir a partir de de 1941 até março de 1947, quando foi iniciado o seu primeiro Livro de Atas que se estendeu por poucos anos. O primeiro Livro de Presenças foi adotado a partir de junho de 1956, estendendo-se até outubro de 1965.

Esta foi a razão do levantamento de dados ser possível no início da sua atuação e em período que extrapola ao da pesquisa. O período localizado entre estas duas extremidades ressenete-se de dados.

O SEEBI constituiu-se em julho de 1937, com a adesão de 21 associados, sendo 8 do Banco da Província do Rio Grande do Sul S/A, 6 do Banco Nacional do Comércio S/A e 7 do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.⁽³²⁾ O número de associados elevou-se a 31 em 1940, tendo permanecido neste patamar.

Uma tática nova passou a ser usado pelos dirigentes bancários. Quando da realização de Assembléia da categoria, os dirigentes faziam a convocação em uma folha avulsa que circulava pelos estabelecimentos bancários. Nela era

(32) SEEBI. Cópia da lista de associados do processo de investidura sindical. Ijuí, julho de 1937.

colocado um cabeçalho com hora, dia, local e pauta da Assembléia, tendo a assinatura do Presidente. Abaixo era colocado o "sciente" em cujo espaço o bancário assinava a convocação quando dela tomava conhecimento.

Esta prática tornou-se possível devido ao pequeno número de associados e de estabelecimentos bancários. Era usada como forma de pressão para que os bancários se fizessem presentes à Assembléia.

Com base nas listas de convocações e outros documentos, foi possível levantar dados para a elaboração do quadro de associados e de presenças nas Assembléias.

Quadro Nº 12

QUADRO SOCIAL E PRESENCAS NAS ASSEMBLÉIAS DO SEEBI - 1937/40			
Data da Assemb.	Número de Associados	Número de Presenças	Tema Principal da Assembléia
18 jul 1937	-	21	Fundação do Sindicato
28 jul 1937	26	-	Abono Salarial
9 abr 1938	16	14	Eleição de Diretoria
9 ago 1940	31	24	Assuntos diversos
6 set 1940	29	-	Inauguração de Estandarte
out 1940	23	-	Pedido de gratificação
26 jan 1941	24	"maioria"	Adaptação ao Dec.Lei 1.402.

Fonte: Arquivo do SEEBI.

Por estes dados constata-se que grande parte dos associados que eram convocados faziam-se presentes à Assembléia. O número de presenças variava de 14 a 24 bancários. Cerca de 70% dos associados tinham vida sindical efetiva.

O total de integrantes da categoria não foi possível levantar. Por esta razão não se pôde averiguar o grau de sindicalização dos bancários no período.

Para a evolução do quadro de presenças nas Assembléias do SEEBI consultou-se os dados disponíveis, ainda que fora do período de pesquisa. Estes dados apresentam a data e a presença nas Assembléias. O tema principal tratado não foi possível arrolar tendo em vista a não existência do respectivo Livro de Atas.

Quadro Nº 13

PRESENCAS NAS ASSEMBLÉIAS DO SEEBI	
<u>Junho de 1956 a julho de 1957</u>	
Data da Assembléia	Número de Presenças
12 jun 1956	27
17 jul 1956	38
15 out 1956	16
7 dez 1956	61
8 jun 1957	18
25 jul 1957	33

Fonte: SEEBI. Livro de Presenças Nº 1. Ijuí 1956/65.

Feita a comparação dos dados de 1937/40 com as de 1956/57 constata-se que não houve uma alteração significativa quanto ao número de presenças nas Assembléias, considerando-se que vigorava um regime populista. O relacionamento das presenças do período de 1956/57 com o quadro social não foi possível devido a inexistência de dados do último.

5.10 - Representatividade Sindical Ijuicense e Nacional

Comparando-se taxas de sindicalização de Ijuí com as de nível nacional, levantadas por José Albertino Rodrigues em seu clássico livro "Sindicato e Desenvolvimento no Brasil", constatou-se que as mesmas ficaram abaixo da média nacional.

Segundo Rodrigues, a taxa de sindicalização brasileira para a área da indústria estava em aproximadamente 25% em 1939 e 30% em 1950. O autor chama atenção que os dados não são exatamente precisos devido a inexistência de um serviço rigoroso de estatística do

MTIC.(33) Razão pela qual os dados são contestados por Leônico Martins Rodrigues.(34)

Em Ijuí teve-se uma taxa de sindicalização em torno de 20%, cujo percentual foi válido para o STIMMEI, STICMI, STICI. As peculiaridades residiram no SECI onde chegou a 50% e no STIAI onde girou em torno de 10%, refletindo, respectivamente, a ausência ou a presença da repressão patronal.

A participação sindical efetiva em Ijuí alcançou de 50% a 80% dos associados, verificando-se este percentual, em ordem crescente, para STICI, STICMI, SEEBI e culminando com o STIMMEI. Este alto percentual explica-se pelo fato dos dirigentes sindicais acenarem constantemente com a aplicação dos Estatutos que previam a exclusão dos faltosos do quadro social. Esta a razão para que o trabalhador, uma vez associado, efetivamente participasse das Assembléias.

A exceção estava com o SECI que alcançou uma taxa de sindicalização efetiva de apenas 23% e o STIAI com apenas 20% do quadro social.

Estes dados, mesmo estando abaixo dos de José Albertino Rodrigues, confirmam a pouca representatividade do Sindicato brasileiro:

(33) RODRIGUES, José Albertino. p. 129, 132.

(34) "As cifras relativas à proporção total de mão de obra assalariada calculadas em torno de 30% parecem excessivas. Se assim fosse, o peso da organização sindical na vida nacional deveria ser notavelmente maior". RODRIGUES, Leônico Martins. p. 535.

Nestas condições, pode-se concluir que a representatividade do sindicato brasileiro é muito pequena. (...) É extremamente arriscado fazer uma estimativa da parcela dos associados inscritos que realmente têm participação sindical. (...) Mas talvez se possa admiti-la como variando de um terço a metade dos registros oficiais.(35)

Igualmente Regina Weber percebeu a pequena representatividade dos Sindicatos locais ao realizar suas entrevistas junto a trabalhadores que em sua maior parte não eram sindicalizados#

Considerando que não é raro o número de pessoas que alega que não existiam sindicatos àquela época, a atuação dessas entidades de classe (...) não devia repercutir em boa parcela do proletariado ijuiense.(36)

Edgar Rieck, dirigente sindical do SECI, atestando a fraca atuação e a fraca participação nos sindicatos da época, foi categórico em afirmar que lembra-se apenas da existência do seu Sindicato e do STIMMEI, por ter na presidência João Agostini.(37)

O quadro da sindicalização de Ijuí, no período compreendido pela pesquisa, pode ser enquadrado no chamado "indiferentismo" dos trabalhadores, apontado por José Albertino Rodrigues, citado por Rufino Porfírio Almeida#

A consciência operária ainda não se afirmou de modo a superar a tradição sociocultural trazida do meio rural essencialmente

(35) RODRIGUES, José Albertino. 140.

(36) WEBER, Regina, Formação. p. 162.

(37) RIECK, Edgar. História do SECI. Entrevista

patriarcal, que visualiza o patrão como chefe de empresa e protetor dos empregados. O proletariado no Brasil ainda é sobretudo uma classe em si e ainda não se tornou uma classe para si. (...) Cria-se, pois uma relação de lealdade e dependência, não só do operário diante do patrão, mas também face ao mestre e deste diante do patrão.(38)

5.11 - A Reação dos Trabalhadores

Tomando por base a noção de baixos salários, conforme manifestação geral dos trabalhadores da época, era natural que a sindicalização fosse constituída por altos índices. Mas como foi visto, ela manteve-se extremamente baixa.

O desinteresse geral dos trabalhadores de Ijuí pela sindicalização pode ser explicado por vários fatores, entre os quais ressaltam-se:

- a) Os trabalhadores não confiaram nos dirigentes sindicais.

Dentro de qualquer estabelecimento industrial, comercial ou de crédito tem-se a implementação de suas atividades com um corpo diretivo (proprietários e auxiliares diretos), com um corpo intermediário (capatazes, chefes e

(38) ALMEIDA, Rufino Porfírio. Ideologia dos industriais catarinenses. s.d. p. 6. Mimeografado.

sub-chefes de seccões ou carteiras) e trabalhadores comuns muitas vezes sem qualificação técnica.

Observada a procedência dos dirigentes sindicais de dentro dos estabelecimentos, principalmente quanto aos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro, tem-se uma íntima relação entre função ocupada, qualificação técnica, tempo de permanência no emprego e remuneração percebida.(39)

Todos os dirigentes sindicais do período alinharam-se com estes quatro fatores: todos ocupavam posições de chefia; todos tinham alguma qualificação técnica; todos permaneceram longo tempo no emprego, tendo alguns entrado com a constituição do estabelecimento e nele se aposentado; todos, por consequência, percebiam salários mais altos que os demais trabalhadores, variando de Rs 375\$000 (trezentos e setenta e cinco mil réis) a Rs 600\$000 (seiscentos mil réis) em 1940, quando o salário mínimo para o interior do Rio Grande do Sul era de Rs 160\$000 (cento e sessenta mil réis) mensais.(40)

Como exemplo podem ser citados todos os dirigentes sindicais arrolados ao longo desta dissertação. Todos acumularam, concomitantemente, cargos de chefia em seus estabelecimentos com cargos diretivos em seus respectivos

(39) Regina Weber percebeu esta relação mas não a estendeu aos dirigentes sindicais. WEBER, Regina. *Formação*. p. 155.

(40)Os dados foram levantados com base nas Carteiras Profissionais dos diversos dirigentes sindicais do período.

Sindicatos. Dentro da estrutura de trabalho ainda vigente na época (aprendiz, oficial e mestre), pode-se afirmar que os oficiais (e alguns casos até mestres) foram os fundadores dos Sindicatos e seus dirigentes.

Tendo dirigentes sindicais que carregavam esta procedência e com esta dupla função, era natural que pretendiam manter seus cargos e até subir na hierarquia funcional do estabelecimento. Por esta razão, estes dirigentes sindicais dificilmente indispor-se-iam com seus empregadores, fomentando lutas salariais.

Um exemplo desta natureza tem-se na recusa da intermediação de pequenos conflitos trabalhador-empregador por parte do Presidente do STICMI, Soslau Waginiak, alegando que não queria indispor-se com seu empregador. A recusa do atendimento gerou por parte de João Agostini uma "intervenção" no Sindicato com a finalidade de remover o sindicalista relapso e colocar outro em seu lugar.

Os empregadores, por sua vez, tinham confiança nos dirigentes sindicais por serem seus chefes em seus estabelecimentos e que, por isso, estavam sujeitos a um comportamento exemplar, mesmo porque reajustes salariais não precisavam ser pleiteados já que eram concedidos.

Como exemplo tem-se o caso de Paulo Henrique Olschowski, Presidente do SECI de outubro de 1938 a março de 1953. Edgar Rieck afirma categoricamente:

Paulo Olschowski era o homem de confiança do Bernardo Gressler no Sindicato.(41)

Era evidente que Olschowski, dentro do consenso construído, não poderia fazer nada contra os empregadores. A única exceção, ainda que de forma moderada, era João Agostini.

Os trabalhadores comuns, por sua vez, observando o comportamento dos seus chefes de seções (dos quais muitos eram dirigentes sindicais), concluíam que pouco adiantava participar dos sindicatos por não assumirem suas lutas, quer fossem salariais ou outras.

Na área da indústria, Regina Weber havia apontado que o "ordenado muito baixo" era

a causa da curta permanência de muitos operários nas fábricas em que eram admitidos. Efetivamente, uma alta percentagem de trabalhadores ficava menos de um ano em alguns empregos, podendo retornar ao mesmo estabelecimento tempos depois. (...) Pode-se supor, então, que essa população "nômade" fosse constituída por operários sem qualificação definida e que buscavam colocações levando em conta a estabilidade no emprego e o valor da remuneração, além das condições de trabalho.(42)

Esta população "nômade" não encontrou estímulo para a atividade sindical, recusando-a por não possuírem confiança nos dirigentes sindicais. O fato de permanecerem pouco tempo no estabelecimento e, sempre estarem à procura de nova

(41) RIECK, Edgar. História do SECI. Entrevista.

(42) WEBER, Regina. Formação. p. 155.

oportunidade, demonstra que tentavam resolver os problemas à sua maneira.

b) Resquícios de mentalidade feudal acerca do empregador e do trabalho.

Em entrevistas realizadas com trabalhadores das décadas de 30 e 40 acerca de seus empregadores, Regina Weber encontrou respostas como: "homem muito bom", "muita boa gente", "alma muito boa", "sempre me dei bem com eles", "gente boa", "eles foram bons para mim".(43)

A mesma questão colocada aos dirigentes sindicais ensejava as mesmas respostas com a diferença de que os sindicalistas industriários sempre lembravam a oposição patronal à atividade sindical, principalmente nos primeiros anos.

Tanto na fala dos primeiros como dos últimos, a benignidade patronal estava presente a despeito do salário considerado baixo, da jornada de trabalho extensa e da oposição à atividade sindical.

Questões assim colocadas começam a ser compreendidas quando relacionadas com épocas anteriores ao período pesquisado e tendo presente a hegemonia da mentalidade germânica reinante na direção de empresas industriais e comerciais.

(43) WEBER, Regina. Formação. p. 164.

Estudo sobre a mão-de-obra alemã no início da industrialização, em meados do século XIX, mostra que na mente da grande maioria dos operários ainda predominavam as concepções das diferentes hierarquias, provenientes do sistema feudal de agremiações (mestres e aprendizes) e que subsistiram até a época da liberdade industrial. Em consequência, nas indústrias reinava ainda uma espécie de relacionamento patriarcal. 'Via de regra o patrão entendia-se como um benfeitor de seu empregado, ao qual este último devia o seu pão e o qual cometeria uma injustiça imperdoável se tivesse a ousadia de tentar fazer valer qualquer tipo de exigências, ou, por assim, dizer, tentar determinar, ele próprio, as condições de aceitação de um bem que, em verdade, lhe foi outorgado unicamente pelo empregador.(44)

Diante desta mentalidade, que estava largamente generalizada, a sindicalização do trabalhador tornava-se desnecessária, chegando a refutá-la. Assim como desnecessário era a presença do Sindicato, na visão patronal, para intermediar as relações empregado x empregador.

é comum nesta época encontrar depoimentos de trabalhadores que foram contundentes na recusa à participação sindical:

Não, eu nunca fui do sindicalismo. (...) Eu sempre fui contra esse sindicato e até hoje estou. (...) Nunca me associei, porque eu ... no meu ver o sindicato (...) tem seu lado bom,

(44) HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí - O Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Blumenau, Editora da FURB, 1997, p. 152.

mas um bom tanto ele também ... o empregado contra o empregador.(45)

Igualmente comum eram afirmações emitidas por diferentes trabalhadores, quer fossem da indústria, quer fossem do comércio:

O bom empregado faz o bom patrão. E o bom patrão faz o bom empregado, também.(46)

(45) WEBER, Regina. Os Obreiros e a Colméia: O Lugar dos Operários numa "Comunidade do Trabalho". Campinas, 1908, p. 14. Projeto de Pesquisa para Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

(46) TYBUSCH, Henrique Frederico. História do SECI. Entrevista.

CONCLUSÃO

A constituição dos sindicatos corporativos de trabalhadores em Ijuí/RS, a partir da segunda metade da década de 1930, foi o reflexo, a nível local, do grande embate político/ideológico travado a nível mundial entre a reafirmação da via capitalista ou da adoção da via socialista/comunista (ambas com a presença do Estado na economia e nas relações sociais), como alternativas à grave crise do capitalismo liberal entre o período da 1ª e 2ª Guerra Mundial.

A Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, dado a radicalização e polarização entre os defensores das duas alternativas, cujo ápice foi em 1935 com a ANL e a "Intentona Comunista", abandonou seu projeto de reconquista de hegemonia da sociedade e colocou-se em similitude política/ideológica com o Estado Vargasista, continuando a implementar, desta vez em apoio ao MTIC, a doutrina social contida nas Encíclicas "RERUM NOVARUM" e "QUADRAGESIMO ANNO".

Configurando-se este quadro a nível nacional, tornaram-se possíveis os Sindicatos de Trabalhadores em Ijuí/RS com a concordância dos dirigentes, que tomaram a defesa da reafirmação da via capitalista com a presença do Estado na economia e nas relações sociais.

Os sindicatos surgidos nestas condições e regidos pelos postulados corporativistas e enciclicais, caracterizaram-se por uma atuação que ateu-se estritamente dentro do espaço previsto pelo campo legal. Daí a harmonia de classes que resultou na quase ausência de lutas sociais e do anti-comunismo.

Ainda assim, a simples presença das entidades sindicais no cenário local, aliada a uma complacente fiscalização do MTIC, redundou no cumprimento da Legislação Trabalhista, geralmente, com um largo interregno da criação da Lei.

Compensando a quase ausência de lutas sociais, os Sindicatos esmeraram-se no oferecimento de serviços assistenciais, principalmente, dentários e médicos, possíveis em virtude dos recursos provenientes do Imposto Sindical e, eventualmente, de entidades governamentais e patronais. Exceção foi apenas o SEEBI, que mantendo uma luta salarial, não ofereceu serviços dentários e médicos no período da pesquisa, fazendo-o posteriormente.

A baixa representatividade dos Sindicatos em Ijuí/RS foi a contrapartida da sua moderada atuação. Apesar da pressão dos dirigentes sindicais, os trabalhadores resistiram à sindicalização. Esta alcançou, em média, 20% das categorias, sendo exceção o SECI e o STIAI que tinham

50% e 10%, respectivamente. A ausência e uma maior presença de repressão patronal explicam a diferenciação.

Por estas cifras constata-se que a representatividade do sindicalismo ijuiense, tendo por base a doutrina social da Igreja, manteve-se abaixo dos índices nacionais, admitido em 25% no período da pesquisa, na área industrial.

FONTES

1. Arquivos

Arquivo da ACI - Ijuí

Arquivo da DRT - Porto Alegre

Arquivo do FSRs/FRSS - Ijuí

Arquivo de Ijuí do MADP - Ijuí

Arquivo do Sindicalismo do MADP - Ijuí

Arquivo da PMI - Ijuí

Arquivo da PNSNI - Ijuí

Arquivo do SEEBI - Ijuí

Arquivo do SECI - Ijuí

Arquivo do STICI - Ijuí

Arquivo do STIAI - Ijuí

Arquivo do STICMI - Ijuí

Arquivo do STIMMEI - Ijuí

2. ACI

ACI. Livro de atas Nº 2. Ijuí, 1923/42.

ACI. Livro de atas Nº 3. Ijuí, 1942/53.

3. Círculos Operários

COC. Estatutos. Cachoeira do Sul, 1970, 17 p.
Mimeografado.

COI. Estatutos. Ijuí, 1948, 9 p. Mimeografado.

_____. Livro de atas Nº 1. Ijuí, 1936/58.

4. Entrevistas

4.1. Entrevistas gravadas (arquivadas no MADP)

Alfredo Alberto Tybusch

Conrado Ludwig Bohner

Edgar Rieck

Francisco Demboski

Henrique Frederico Tybusch

João Agostini

Otacílio Wesendonck

Paulo Henrique Olschowski

Ulrich Low

4.2. Entrevistas anotadas

Edvino Axel Hammarstron

Hipólito Paz

Martha Thiemer

4.3. Entrevista escrita (arquivada no MADP)

Lothar Friedrich

5. FSRs/FRSA

FSRS. Livro de atas Nº 1. Ijuí, 1939/45.

_____. FSRS. Livro de registro de empregados. Ijuí,
1934/45.

FSSA. Livro de atas Nº 1. Ijuí, 1946/57.

6. Governo do Estado do Rio Grande do Sul

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório dos negócios das obras públicas. 1912.

7. IMI/PMI

IMI/PMI. Leis de orçamento. Ijuí, 1927/38.

IMI/PMI. Relatórios municipais. Ijuí, 1915/37.

PMI. Boletim informativo dos serviços municipais.

Ijuí, Ano VIII, Jul 1949, Nº 7. Mimeografado.

8. Jornais

ACKER, Celso Henrique & SILVA, Marilda Almeida da. Cadernos do Centário, Jornal da Manhã. Ijuí, abr/set 1990.

CORREIO SERRANO. Ijuí. 1931/1949.

JORNAL DA MANHÃ. Ijuí. 1973/1990

9. Manuscritos

TYBUSCH, Henrique Frederico. Ijuí antigo: Casas de Comércio até 1930. Ijuí, manuscrito, 1983, n.p.

10. Revistas

REVISTA "ALBUM COMEMORATIVO DO CINCOCENTENÁRIO DA FUNDACÃO DE IJUÍ - 1890/1940". Ijuí, Liv. Serrana, 1940, n.p.

REVISTA DA II EXPOIJUÍ. Ijuí, Manutius, 1985, 96 p.

REVISTA "IJIHY NO CENTENÁRIO - 1822/1922". Ijuí, Liv. Serrana, 1922, n.p.

11. Sindicatos/Federação

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE BANCÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Presidente relativo ao período de 1º de maio de 1937 a 1º maio de 1938. Porto Alegre, 1938, 6 p. Mimeografado.

SECI. Livro de atas Nº 1. Ijuí, 1941/59.

..... Livro caixa Nº 1. Ijuí, 1936/59.

..... Pasta de correspondências: Federação. Ijuí, 1940/47.

..... Pasta de correspondências: Gerais. Ijuí, 1940/48.

..... Pasta de correspondências: MIIIC. Ijuí, 1941/48.

SEEBI. Pasta de correspondências. Ijuí, 1937/41.

..... Livro de presenças Nº 1. Ijuí, 1956/65.

SEIC. Livro de atas Nº 1. Ijuí, 1935/37.

..... Processo de investidura sindical. Ijuí, 1935/36.

STIAI. Livro de atas Nº 1. Ijuí, 1949/69.

..... Livro de presenças Nº 1. Ijuí, 1951/61.

STICI. Livro de atas Nº 1. Ijuí, 1945/54.

..... Livro caixa Nº 1. Ijuí, 1945/65.

..... Livro de presenças Nº 1. Ijuí, 1945/53.

STICMI. Estatutos. Ijuí, Gráfica Michaelsen, s.d., 27 p.

..... Livro de atas Nº 1. Ijuí, 1949/54.

- STIMMEI. Estatutos. s.l. Globo, 1945, 27 p.
- _____. Livro de atas Nº 1. Ijuí 1941/46.
- _____. Livro caixa. Ijuí 1937/48.
- UECI. Estatutos. Ijuí, Liv. Serrana, 1929, 16 p.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Rufino Porfírio. Ideologia dos industriais catarinenses. s.d., 9 p. Mimeografado.
- ARRUDA, Arlete Aparecida Hildebrando de. Centro operário, primeira organização de trabalhadores de Lages, Estado de Santa Catarina. (Comportamento político de trabalhadores). Porto Alegre, 1983, 153 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da agricultura: Trigo e Soja. Petrópolis, Vozes/FIDENE, 1988, 200 p.
- _____. Nossas coisas e nossa gente. (Programa Radiofônico). 2 Volumes. Ijuí, MADP, 1962. Mimeografado.
- CALLAI, Jaeme Luiz. A agricultura na história de Ijuí. Coleção Centenário de Ijuí 5. Ijuí, Liv. UNIJUÍ Ed., 1987, 28 p.
- _____. Estudo da dinâmica populacional de Ijuí (RS) - 1890/1970. Curitiba, 1980, 97 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

- CALLAI, Jaeme Luiz et alli. Mostra comemorativa do 83º aniversário de Ijuí. Série "Cadernos do Museu" 3. Ijuí, MADP/FIDENE, 1973, 19 p.
- CALLAI, Helena Copetti. Trajetória da expropriação: O colono e a formação da região de Colônias Novas. São Paulo, 1983, 226 p. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- CUBER, Pe. Antoni. Nas margens do Uruguai. Série "Cadernos do Museu" 5. Ijuí, MADP/FIDENE, 1975, 45 p.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CRISTÃOS. Manual dos Círculos Operários. Rio de Janeiro, Editora CNOC, 1942, 89 p.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO. Modelo dos documentos necessários ao pedido de reconhecimento: Sindicatos de empregados ou operários. Rio de Janeiro, Typ. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1934, 26 p.
- DIEHL, Astor Antônio. Círculos operários no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1990, 131 p.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1972, 118 p.
- FELIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Série Documenta 23. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, 198 p.
- FRANCO JUNIOR, Hilário & CHACON, Paulo Pan. História econômica geral e do Brasil. São Paulo, Atlas, 1980, 398 p.

GERTZ, René E. (Editor). Memórias de um imigrante anarquista. Coleção Imigração Alemã. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1989, 167 p.

_____ Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) - Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. In: Revista Brasileira de História, 6 (11): 75-84, Set 1985/Fev 1986.

GONÇALVES, Ophir Leme. Manual de legislação do trabalho. São Paulo, Edições Publicações do Brasil Editora, 1941, 514 p.

HERING, Maria Luiz Renaux. Colonização e indústria no vale do Itajaí - O modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau, Editora da FURB, 1987, 334 p.

IBGE. Censo demográfico: População e habitação : Quadros de totais referentes ao Estado e de distribuição segundo os Municípios: Quadro sinóticos por Município. Rio de Janeiro : Serviço Gráfico do IBGE, 1950, 307 p. il.

_____ Censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e de serviços: quadros de totais referentes ao Estado e de distribuição segundo os Municípios. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950, 325 p. il.

_____ Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, 596 p. Vol. 3. (Séries Estatísticas Retrospectivas).

- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. 3. ed. São Paulo, Difel, 1985, 431 p. (O Brasil Republicano. 1889-1930, v. 2) p. 343-74.
- LAZZAROTTO, Danilo. Os Capuchinhos na história e no desenvolvimento de Ijuí. Coleção "Religiosos do Brasil". Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981, 120 p.
- LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 4. ed. São Paulo, Difel, 1985, 420 p. (O Brasil Republicano. 1889-1930, v. 1) p. 99-122.
- MADP. Etnias diferenciadas na formação de Ijuí. Coleção Centenário de Ijuí 2. Ijuí, Liv. UNIJUÍ Ed., 1987, 45 p.
- MARÇAL, João Batista. Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1985, 147 p.
- MAZZAROLLO, Adelino. Noroeste do Estado: Uma sociedade em mudança. Ijuí, FIDENE, 1976, 105 p. Mimeografado.
- MENDES JUNIOR, Antônio & MARANHÃO, Ricardo. (Orgs.) Brasil história - texto e consulta: Era Vargas. Volume 4. São Paulo, Brasiliense, 1982, 282 p.
- MORAES FILHO, Evaristo. O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. 2. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, 403 p.

- MULLER, Vera. A imprensa alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985, 62 p. Monografia de Graduação em Jornalismo. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.
- MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. 2. ed. Coleção Tudo é História 32. São Paulo, Brasiliense, 1984, 112 p.
- PAPA LEÃO XIII. Encíclica Rerum Novarum. Trad. Manuel Alves da Silva. 7.ed. São Paulo, Edições Paulinas, 1983, 60 p.
- PAPA PIO XI. Encíclica Quadragesimo Anno. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. 3.ed. São Paulo, Edições Paulinas, 1981, 74 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: Agropecuária colonial & industrialização. Série Documenta 17, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, 226 p.
- ROCHA, Prudêncio. A História de Cruz Alta. 2. ed. Cruz Alta, Gráfica Mercúrio, 1980, 206 p.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969, 806 p. 2 Volumes.
- RODRIGUES, Leônico Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris, (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 3.ed. São Paulo, Difel, 1986, 604 p. (O Brasil Republicano. 1889-1930, V.3) p. 509-55.
- RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. Coleção Corpo e Alma. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, 215 p.

- SCHNEIDER, José Odelso. O operariado brasileiro e os Círculos Operários. In: Síntese Política, Econômica, Social. 7(27):40-65, jul/set 1965.
- SOUZA NETTO, F. de A. Legislação trabalhista. 2. ed. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1939, 1.276 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Normas para apresentação de trabalhos. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 1981, 183 p.
- VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 268 p.
- VIEIRA NETO, Manoel Augusto. Consolidação das leis do trabalho - Acompanhada das leis, decretos e portarias posteriores. São Paulo, Saraiva Livres Editores, 1955, p.
- WEBER, Regina. A formação do trabalhador fabril: História oral em Ijuí/RS. Campinas, 1989, 196 p. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas.
- _____. Os inícios de industrialização em Ijuí. Coleção Centenário de Ijuí 1. Ijuí, Liv. UNIJUÍ Ed., 1987, 190 p.
- _____. Os obreiros e a colméia: o lugar dos operários numa "Comunidade de Trabalho". Campinas, 1988, 38 p. Projeto de Pesquisa para Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- WIARDA, Howard. O movimento operário católico brasileiro - Os dilemas do desenvolvimento nacional. Trad. Urbano Rausch. Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1974, 117 p. Mimeografado.

XAVIER, Odila Barros. 60 anos dentro de uma firma:
1890/1950. Porto Alegre, Globo, 1951, 153 p.